

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Geórgia Daphne Sobreira Gomes

**O PODER DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS:
um estudo sobre a inserção sociopolítica dos neopentecostais no Brasil
e suas implicações para a democracia (1999-2009)**

DOCTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**São Paulo
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Geórgia Daphne Sobreira Gomes

**O PODER DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS:
um estudo sobre a inserção sociopolítica dos neopentecostais no Brasil
e suas implicações para a democracia (1999-2009)**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
Doutora em Ciências Sociais (Sociologia) sob a
orientação da Professora Doutora Ana Amélia da
Silva**

**São Paulo
2010**

GOMES, Geórgia Daphne Sobreira.
Poder da Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo sobre a inserção sociopolítica dos *neopentecostais* no Brasil e suas implicações para a democracia (1999-2009). Tese Doutorado em Ciências Sociais (Sociologia) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: [285 p.], 2010.

Orientador: Prof^ª. Dra. Ana Amélia da Silva

Banca examinadora

DEDICATÓRIA

*A minha avó, Alzira,
exemplo de sabedoria.
Ao meu filho, Iago,
e a minha mãe Jeiza,
companheiros de jornada,
sempre em meu coração.
À Kika, uma grande amiga.*

AGRADECIMENTOS

No final desta importante etapa, agradeço, em primeiro lugar, à força criadora da natureza que me permite estar aqui, agora. Nada poderia ter sido realizado não fosse a energia que todos os dias abastece minha mente com ideias.

A minha orientadora, professora Ana Amélia da Silva, que ao longo de todo o percurso agiu como bússola e evitou que me desviasse por outros "mares".

Ao professor Paulo-Edgar de Almeida Resende que me municiou com as primeiras orientações para a realização do trabalho.

Aos professores Vera Lúcia Michalani Chaia e Edin Sued Abumanssur que contribuíram com preciosas sugestões e críticas indispensáveis na banca de qualificação de doutorado.

À amiga professora Aparecida Miranda Cunha, fundamental na minha vinda para a PUC-SP.

Aos meus pais, Jeiza e Jorge (*in memoriam*) pelo exemplo de honestidade e persistência. Se hoje sou quem sou é graças à dedicação deles.

À direção da Câmara Legislativa do Distrito Federal que viabilizou meu « sonho » de realizar o doutorado, deferindo meu afastamento para estudos com a manutenção de salário e todos os benefícios aos quais tinha direito.

Ao professor Edgar de Assis Carvalho pelas dicas interessantes no Seminário de Pesquisa.

Aos parlamentares da Igreja Universal do Reino de Deus que se dispuseram a realizar as entrevistas sem as quais teria sido impossível concluir esta pesquisa e me

receberam com toda cortesia, especialmente ao querido amigo Pastor Paulo de Velasco que me esclareceu sobre muitas coisas e « abriu seu coração ».

Às doutoras Moema Carvalho Madeira Azevedo e Vera Maria Sampaio Acevedo, que são responsáveis pela possibilidade de me concentrar nesta tarefa de forma mais intensa.

Aos doutores Priscila Pereira e Romeu Sérgio pela significativa colaboração que me prestaram na última fase do trabalho.

Às sábias professoras Maria Helena Amaral, Eliana Branco Malanga e Regina Bógus, responsáveis pela revisão de vários aspectos desta pesquisa.

A Joselane Oliveira pela minucioso trabalho de degravação das entrevistas.

Ao Antônio Neto pela elaboração dos mapas que ilustram esta tese.

A todos os funcionários que passaram pela Secretaria da Pós em Ciências Sociais, que me atenderam com carinho e me ajudaram nas questões burocráticas do doutorado.

Aos funcionários do Transamérica Flat – Perdizes e todos os outros bons amigos que me apoiaram nas idas e vindas Brasília-São Paulo.

À Dedé, por cuidar do meu filho quando estive fora de casa para a realização do curso de doutorado.

Agradeço, finalmente, ao meu filho, Iago, razão de todo este esforço e causa maior pra eu não desistir das lutas do dia-a-dia.

“Provisoriamente não cantaremos o amor, que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.

Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços, não cantaremos o ódio, porque este não existe, existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro, o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos, o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas, cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas, cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte. Depois morreremos de medo e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas.” (Carlos Drummond de Andrade - Congresso Internacional do Medo)

RESUMO

O presente estudo tem como pano de fundo o surgimento de novos movimentos religiosos em nível mundial na contemporaneidade, fenômeno estreitamente vinculado aos novos contornos que a religião e a religiosidade apresentam na cultura da crise da modernidade, marcada sob o signo da globalização em diferentes campos. A partir da reflexão sobre este novo paradigma, busca-se analisar o avanço do *neopentecostalismo* na América Latina, com base em sua ascensão espetacular sobre a tradição *Católica Apostólica Romana* do continente. Neste contexto, localiza-se o surgimento de uma diversidade de denominações pentecostais, os *neopentecostais*, cuja atuação distancia-se do evangelismo histórico e inaugura novas formas operacionais, reproduzindo a cultura capitalista em seu estágio atual. O enfoque adotado concentra-se na ampliação de suas atividades ao campo político, nos últimos dez anos, sobre o qual vêm atuando na defesa de seus interesses. No Brasil, a *Igreja Universal do Reino de Deus – IURD* se destaca nesse sentido. É com foco em sua atuação político-partidária e nos resultados de uma pesquisa de campo que se analisa quais as implicações da inserção da *IURD* na política e na democracia brasileira.

Palavras-Chave: 1.novos movimentos religiosos; 2. crise da modernidade; 3. pluralismo religioso; 4. *neopentecostalismo*; 5. agenda político-partidária; 6. democracia.

ABSTRACT

The present study has as deep the sprouting of new religious movements in world-wide level in the present time, phenomenon narrowly tied with the new contours that the religion and the religiously have in the culture crisis of modernity, marked under the sign of globalization in different levels. From the reflection on this new paradigm, come the analysis of the advance of pentecostalism in Latin America, particular in Brazil, basecally on its spectacular ascension on the catholic tradition in the continent. In this context, is situated the sprouting of a diversity of pentecostalism denominations, the *neopentecostalism*, whose performance is different than the historical evangelism and inaugurates new operational forms, reproducing the capitalist culture in its current period of training. This study approaches also it magnifying in its activities, especially in the politician sector in the last ten years, on which they come acting in the defense of its interests. In Brazil, the *Universal Church of the Kingdom of God - IURD* is detached in this direction. With focus in its politician-partisan performance and on the results of a empiricist research that the study analyzes which the implications of the insertion of the *IURD* in the politics and brazilian democracy.

Key-Words: 1. new religious movements; 2. crisis of modernity; 3. religious pluralism; 4. *neopentecostalism*; 5. political-partisan agenda; 6. democracy.

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas e Siglas	13
Lista de Ilustrações	15
Lista de Quadros	16
Lista de Tabelas	17
Introdução	18
Capítulo 1	51
A cultura política brasileira e a inserção dos evangélicos	
1.1 O pentecostalismo norte-americano	52
1.2 O pentecostalismo latino-americano	59
1.3 A produção de movimentos sociopolíticos religiosos e a análise da consolidação do “neopentecostalismo” na América Latina	67
1.4 Mudanças no perfil de religiosidade brasileira	72
1.5 Ação política no Brasil e o papel dos evangélicos	82
Capítulo 2	98
O projeto político da Igreja Universal do Reino de Deus	
2.1 Relacionamento sociopolítico no Brasil - A origem da <i>lógica universal</i>	98
2.2 Das relações entre público e privado ao culto religioso universal	113
2.3 <i>Neopentecostais: Teologia do Domínio e fundamentalismo</i>	124
2.4 O novo partido político	136
Capítulo 3	144
Meu reino é deste mundo	
3.1 Os primeiros passos	144
3.2 Legislatura 1999-2003	150
3.3 Legislatura 2003-2007	158
3.4 Legislatura 2007-2009	170
3.5 “Midiatismo” – capital da comunicação	176

3.6 Assistencialismo-midiático	189
3.7 Uma igreja politizada	192
Capítulo 4	199
O discurso dos “políticos de Deus”	
4.1 Vida pessoal e familiar	199
4.2 Vida e religião	207
4.3 Política	216
Considerações Finais	266
Referências Bibliográficas	274

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Associação Beneficente Cristã

AD – Assembléia de Deus

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

CEF – Caixa Econômica Federal

CGADB - Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

DEM - Democratas

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LOA – Lei Orçamentária Anual

LOTERJ – Loteria do Estado do Rio de Janeiro

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NET – Network Telecommunications

NMRs – Novos Movimentos Sociais

ONG – Organização Não-Governamental

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal (acepção 1)

PL – Projeto de Lei (acepção 2)

PLC – Projeto de Lei Complementar

PLV – Projeto de Conversão de Medida Provisória em Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMR – Partido Municipalista Renovador

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista do Brasil

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RJU – Regime Jurídico Único

TD – Teologia do Domínio

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Votos obtidos pelos representantes da IURD nas eleições para o Congresso Nacional	169
Mapa 1 – Incidência de Católicos no Brasil	74
Mapa 2 – Incidência de Evangélicos de Missão no Brasil	75
Mapa 3 – Incidência de Evangélicos Pentecostais no Brasil	76
Mapa 4 – Presença da Rede Record no Território Nacional	92
Mapa 5 - Presença da IURD, em número de templos, no Território Nacional	93
Mapa 6 - Mapa de cobertura da Rede Record no Brasil – por percentual de população coberta em cada Estado da Federação	180
Mapa 7 - Mapa de cobertura da Rede Record de TV – em milhões de habitantes por Estado da Federação	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de análise das entrevistas realizadas com os parlamentares ligados à <i>IURD</i>	44
Quadro 2 - Membros da CCTCI concessionários de emissoras de rádio e TV que votaram em 2003	88
Quadro 3 - Membros da CCTCI concessionários de emissoras de rádio e TV que votaram em 2004	89
Quadro 4 - Deputados evangélicos com atuação em rádio e TV – legislaturas de 1999 a 2009	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo entre proposições apresentadas e aprovadas de autoria dos deputados da <i>IURD</i> (legislatura 1999-2003)	156
Tabela 2 - Comparativo entre proposições apresentadas e proposições aprovadas de autoria dos deputados da <i>IURD</i> (legislatura 2003-2007)	167
Tabela 3 - Comparativo entre proposições apresentadas e proposições aprovadas de autoria dos deputados da <i>IURD</i> (legislatura 2007-2009)	172

INTRODUÇÃO

Os campos religioso e político vêm atravessando expressivas alterações nas últimas décadas. A ocorrência de movimentos religiosos de amplo espectro em diferentes pontos do mundo traz ao debate atual a necessidade de compreender a religião e a religiosidade contemporâneas. Paralelamente, a generalizada crise de representação política desemboca na inevitável reflexão sobre o atual paradigma, em face das mudanças provocadas pela globalização, “financeirização” do capital e internacionalização, e favorece a realização do desejo de hegemonia das elites, provocando tensões na sociedade em geral.

Ambos os temas têm sido objeto de várias análises, sob diferentes pontos de vista, desde o pressuposto metafísico, que leva o ser humano à busca de respostas para as significativas questões sobre o sentido da vida até o pressuposto fático que determina de imediato as condições objetivas de sobrevivência.

Na evolução histórica da civilização, o espaço da religião e da religiosidade seria observado em distintos contextos sociais, políticos e culturais. Contudo, mediante a emergência dos movimentos religiosos que se apresentam neste tempo e a amplitude e dimensão que vêm ganhando sobre as diversas atividades humanas, urge empreender novos esforços que possam, se não explicá-los de todo, oferecer um arcabouço mais consistente de conteúdos a eles relacionados.

Da mesma forma, a política atravessa contextos diversos e se apresenta como atividade inerentemente humana, no campo descrito por Arendt (2001) como “ação”. Os

temas religião e política se inter-relacionam neste trabalho e constituem o cerne da investigação desenvolvida.

Com o fim da ditadura militar que criara um bipartidarismo artificial (*Aliança Renovadora Nacional - ARENA* e *Movimento Democrático Brasileiro - MDB*), houve uma verdadeira explosão de agremiações. Esse processo que já se iniciara anteriormente com o surgimento, por exemplo, do Partido dos Trabalhadores, em 1980¹, continua até hoje em busca de uma acomodação que represente a sociedade brasileira em todos os seus matizes ideológicos.

Um aspecto a ser destacado foi que o MDB, que não era propriamente um partido, e sim, uma aglomeração de forças políticas de oposição, tenha-se tornado um partido, o *Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB*, ao contrário do que previa sua agenda, que era a autoextinção, quando se atingissem a redemocratização do País e a legalização dos partidos de oposição. Entretanto, quando isto aconteceu, surgiu o PMDB. Este partido tem especial relevância nesta tese, pois é citado por alguns entrevistados, deputados que formaram o novo partido, o - PRB², que surgiu como aglutinador das forças evangélicas, em especial da *Igreja Universal do Reino de Deus*.

Um dado relevante para esta reflexão é o intenso processo de urbanização que ocorreu no Brasil entre 1950 e 2000 e, mais intensamente, a partir da década de 1970. Não por acaso, é a partir desse período que começam a crescer as Igrejas pentecostais,

¹ No dia 10 de fevereiro de 1980, no auditório do Colégio Sion, em São Paulo, o manifesto de fundação do PT foi aprovado por aclamação entre os 1.200 presentes, com representantes de 17 estados. Disponível em <http://www.pt.org.br/pt25anos/anos80/anos80.php>. Acesso em 3.1.2008.

² O partido foi criado como Partido Municipalista Renovador no ano de 2005 e foi organizado desde o ano de 2003 pelo então deputado Carlos Rodrigues (Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus). A nova personalidade jurídica de Partido Republicano Brasileiro foi confirmado pela justiça eleitoral no ano de 2007. Ainda no mesmo ano, ganhou mais de 100.000 filiações. Sobre isso cf. Centro de Mídia Independente. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/01/302501.shtml>. Acesso em 1.2.2008.

embora as mais tradicionais (*Assembléia de Deus e Congregação Cristã do Brasil*) estivessem presentes desde o início do século XX.

É importante destacar sobre isso que, ao mesmo tempo em que, a partir da década de 1960, a Igreja Católica estava buscando o *aggiornamento*³, os evangélicos, como parte da nova população urbana, que passou a ter acesso à escola, ao atendimento de saúde e aos meios de comunicação de massa, rejeitaram esse impulso de modernização.

A partir da década de 1990, especialmente, se discutiu a idéia de que a América Latina estaria se tornando "protestante", ou até que estaria havendo uma nova "Reforma Protestante" no continente, David Stoll (1990) levantou essa hipótese sobre a qual vários autores têm se debruçado. Com efeito, o número de adeptos aos grupos evangélicos vem aumentando. O pentecostalismo, particularmente, tornou-se o grupo religioso que mais cresce na América Latina, constituindo-se na minoria religiosa mais expressiva da região, mesmo enfrentando a concorrência da religião dominante e tradicional Católica e toda a diversidade religiosa presente. É também identificado como o grupo religioso que mais se adapta à cultura de consumo da sociedade globalizada.

Para além dos naturais obstáculos à sua expansão numérica, considere-se, contudo, que, conforme salientam pesquisadores do tema na área de Ciências Sociais, esse *neopentecostalismo*⁴ não pode mais ser tomado como sinônimo do protestantismo, conquanto ambos sejam evangélicos. Ao contrário, Willems (1967), D'Epinay (1970) e

³ De acordo com FALCÃO (2005): *aggiornamento* = "estar em dia". Termo italiano que João XXIII popularizou como expressão do desejo de que a Igreja saísse atualizada do Vaticano II. Disponível em: <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia>. Acessado em: 19.12.2009. *In casu* significa voltar-se para os dias atuais para melhor acompanhar o processo de urbanização com populações deslocadas das áreas rurais.

⁴ O termo *neopentecostalismo* foi consagrado na obra do pesquisador RICARDO MARIANO, "*Neopentecostais*": sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999, p.33, embora, como cita o próprio autor tenha sido empregado por outros respeitados cientistas sociais anteriormente, tais como Pierruci e Prandi, Jardimino, Mariz, Machado, Campos.

Bastian (1994a e 1994b) acentuam a semelhança do novo movimento Pentecostal com as manifestações do catolicismo popular.

Ressalve-se que os referidos autores, embora compartilhando de opiniões assemelhadas, estruturam diferentemente suas teorias, conforme será abordado adiante.

Destaque-se, ainda, que a corrente tradicional do pentecostalismo nasceu nos Estados Unidos, no início do século XX. O vertiginoso crescimento pentecostal e, sobretudo, a vertente *neopentecostal*, cujos projetos têm se tornado progressivamente mais ambiciosos, representa, sem dúvida, considerável mudança no cenário sócio-político-religioso. Além de remeter ao aparecimento cada vez mais frequente de igrejas dotadas de estrutura empresarial e governos eclesiásticos centralizados, vem invadindo novos e inusitados espaços sociais, ao contrário do movimento inicial, quando a integração social propiciada pelo pentecostalismo era fortemente sectária e ascética, devendo o fiel se isolar e se apartar das coisas, interesses e paixões mundanos. "Tu não participarás", segundo Lalive D'Epinay (op. cit, p. 206), era a "regra de ouro" do pentecostalismo chileno nos anos 60, que, até tempos recentes, se aplicava perfeitamente ao movimento pentecostal brasileiro, igualmente preso às rigorosas concepções de natureza moral e ética. Diferencia-se nesse ponto específico do protestantismo puritano e pietista descrito por Weber (2003, p. 91-107), podendo ser interpretado até mesmo como uma acomodação religiosa no interior do sistema capitalista neoliberal, da forma a seguir descrita.

Contudo, nas últimas décadas, com a formação da vertente *neopentecostal* (também oriunda dos Estados Unidos e caracterizada pela *Teologia da Prosperidade* e *Teologia do Domínio*), segundo Mariano (1999), é possível observar uma transformação quase radical na conduta e no modo de ser do fiel no mundo, bem como na forma de

relacionar-se com ele, permitindo-se ao crente assumir compromissos com valores considerados mundanos, o que possivelmente explica o grande número de conversões entre pessoas da classe média, e de variada gama de representantes de segmentos profissionais.

Essa abertura descortinou-lhes novas possibilidades de participação, conquista do exercício da cidadania, incluindo a militância sindical e partidária (Mariano, 1995, p. 122-125). Todavia, segundo Freston (1993, p. 233) e Pierucci (1989, p. 104), quando se observa a atuação dos *neopentecostais* na política partidária, verifica-se o corporativismo, conservadorismo (por meio da defesa de teses consideradas antiprogressistas), inclinação à direita partidária e, quase sempre, com casos de clientelismo e fisiologismo explícitos, os quais remeteriam à ameaça o estabelecimento da democracia em países cuja história política é notadamente marcada por interrupções nos processos democráticos, tais como o Brasil e a América Latina em geral.

No Brasil, observa-se a mesma tendência, isto é, o catolicismo perde terreno para um evangelismo de última geração, cuja feição é muito diferente do protestantismo histórico com raízes na Reforma. Segundo informações dos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1980 e 1991, o conjunto dos evangélicos cresceu 67,3%, sendo o pentecostalismo o principal responsável por essa expansão, ao assumir a posição majoritária de 65% desse contingente⁵. De acordo com o censo IBGE de 2000, a *Igreja Universal do Reino de Deus - IURD* é a maior responsável por esse crescimento (cerca de dois milhões de fiéis)⁶.

⁵ CENSO BRASILEIRO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default.shtm>. Acesso em setembro de 2006.

⁶ CENSO BRASILEIRO, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em:

A título ilustrativo, em censo do IBGE realizado no ano de 1991, 3,4% da população se declararam pertencentes às categorias religiosas como a Espírita, Umbanda, Candomblé, entre outras, enquanto uma parcela da população (0,23%) não determinou seu posicionamento religioso. Pelo documento censitário de 2000, essas mesmas categorias religiosas perfizeram um total de 2,9% dos brasileiros. Curiosamente, enquanto em 1991, 4,7% dos brasileiros se declararam sem religião, em 2000, esse contingente cresceu, totalizando 7,4% de pessoas. Por fim, cabe ressaltar que 0,40% dos brasileiros não determinaram suas religiões.

Como as religiões com maior número de adeptos são a católica e as denominações evangélicas (históricas, pentecostais e *neopentecostais*), a elas nos ativemos para análise sumária dos dados do último censo comparados com os do anterior, realizado em 1991, que revelam resultados importantes na relação entre catolicismo e evangelismo. Do universo pesquisado em 2000, 73,6% dos indivíduos se declararam católicos, contra 83% declarados no ano de 1991, ou seja, a Igreja Católica teve uma perda de fiéis declarados na ordem de 20%. Simultaneamente, as religiões evangélicas alcançaram, em 2000, 15,4% de adeptos, enquanto em 1991, contavam com apenas 9,0%, o que representou uma conquista de aproximadamente 6% de fiéis brasileiros declarados, especialmente das denominações pentecostais e *neopentecostais*, uma vez que as evangélicas tradicionais tenderam à estagnação.

Este novo evangelismo, de viés pentecostal, traria consigo características muito singulares tanto na forma de cooptar novos adeptos como na maneira de se perpetuar. Sobretudo por causa da voracidade surpreendente em conquistar novos domínios, surgiria um *neopentecostalismo* que utilizaria a identidade religiosa para atingir

objetivos bem específicos, em uma ação coerente com o modelo capitalista de atuação, adequado às mutações aceleradas desse contexto.

Um desses novos domínios, e o que se mostra mais contundente, relaciona diretamente política e religião, e diz respeito à inserção dos pentecostais e *neopentecostais* em atividades políticas, não apenas como cidadãos que cumprem seus deveres perante a lei, mas também que efetivam seus direitos conquistados e legítimos nos Estados democráticos.

A nova inserção pentecostal que se observa na política é institucionalizada e planejada, o que significa dizer que várias de suas denominações religiosas passam a contar com representações próprias nos diferentes níveis de atuação parlamentar, defendendo um espaço público de direito, mas também de interesses próprios.

No contexto brasileiro, a *Igreja Universal do Reino de Deus* tem sido a denominação *neopentecostal* de maior visibilidade neste sentido. Nascida há poucos 30 anos, se apresenta hoje como uma das mais importantes igrejas desse novo evangelismo, em termos de organização, estrutura e ambição política. Com atuação na política partidária nacional nos últimos 20 anos, tem sobrepujado nesse campo outras denominações religiosas pentecostais.

Três conceitos e suas implicações se mostram particularmente ligados ao tema em estudo: poder, política e religião. Para Arendt, poder

[...]corresponde à capacidade humana não só de agir, porém agir em conjunto. O poder nunca é propriamente do indivíduo; pertence a um grupo, é mais institucional e permanece em existência apenas enquanto o grupo prossegue unido. Quando dizemos que alguém está no poder, referimo-nos atualmente à sua situação empossada por certo número de pessoas para agir em seu nome. No momento em que desaparece o grupo, do qual o poder se originou a princípio (*potestas in populo*, sem um povo ou grupo, não há poder), seu poder também desaparece. (Arendt, 1970, p. 44)

Outros autores refletiram sobre poder. Resumidamente, Weber (*apud* Galbraith, 1989: 2) o define como "a capacidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas". Já na interpretação de Parsons (1967, p. 308), poder é "a aplicação de uma capacidade generalizada, que consiste em obter que os membros de uma coletividade cumpram obrigações legitimadas em nome de fins coletivos, e que, eventualmente, permite forçar o recalcitrante através de sanções negativas".

Na visão de Bobbio (1988, p. 21), o conceito de política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está intimamente ligado ao poder (um conjunto de meios que permitem obter efeitos desejados), sendo um destes meios o domínio sobre os outros homens. Consoante Balandier (1969, p. 7-8), "político" é um termo que admite significados diversos. Os termos *policy* e *politics* significariam, respectivamente, os tipos de ação que concorrem para dirigir os negócios públicos e as estratégias que resultam da competição dos indivíduos e dos grupos. Nesta tese, entende-se da seguinte forma: política como atividade humana (individual ou coletiva) que incide sobre a utilização de meios para alcançar objetivos de dominação de grupos ou de indivíduos sobre outros na esfera de vida pública.

Finalmente, chega-se ao conceito de religião, cujo sentido etimológico se origina do Latim *religio, onis* (culto religioso, práticas religiosas), completa o ciclo de categorias e conceitos envolvidos em nosso estudo, além de apontar para o relacionamento do homem com o mundo invisível, com algo que considera superior. Para Durkheim (1996, p. 79), religião constitui um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, a coisas colocadas à parte e proibidas – crenças e práticas que unem, numa comunidade moral única, todos os que as adotam.

As questões que guiaram esta tese podem ser resumidas em conformidade com tais concepções, inserida em uma abordagem transdisciplinar, na medida em que articula dois níveis de realidade, ou seja, de produção de conhecimento: a teologia e a ciência⁷, a investigação que se completou enquadra-se no domínio das Ciências Sociais. A questão central, ou pergunta desta pesquisa, que se propõe como ponto de partida da tese é: a que necessidades políticas respondem o crescimento da participação do *neopentecostalismo* na esfera política, especialmente no Poder Legislativo?

Ademais, é relevante entender também o papel da mídia em todo esse arcabouço de poder alinhavado pela Universal, ou seja: qual a importância dos meios de comunicação utilizados pela máquina religiosa em favor do crescimento do poder da Igreja em outras esferas de atuação, principalmente no âmbito político?

Por fim, devemos considerar que o território de atuação dos *neopentecostais* é povoado de diferenças, até porque o Brasil é um país de diversidades profundas. Entre essas diferenças podemos destacar a variedade de raças e etnias que habitam o território nacional e as dificuldades que se desenvolveram nesses mais de 500 anos de história quanto ao relacionamento interétnico. Trata-se de uma narrativa de discriminações e preconceitos principalmente para afro-descendentes e indígenas que ocupam, predominantemente, a base da pirâmide social brasileira até o presente momento. Essas desigualdades tornaram-se mais evidentes com os fluxos migratórios intensos desde meados do século XX, cujas consequências ficam patenteadas no processo de marginalização nos grandes centros urbanos. De acordo com Antoniazzi (1994, p. 17) e

⁷ Para a transdisciplinaridade, a realidade corresponde a uma determinada forma de organização da percepção do real, sendo este impossível de ser percebido e reproduzido pelo ser humano sem uma filtragem subjetiva do observador. (Conceito exposto por BESARAB NICOLESCU no II Congresso Mundial de transdisciplinaridade, realizado em Vitória e Vila Velha, no Espírito Santo, de 6 a 12 de setembro de 2005).

Mariano (1995, p. 7), a essas camadas despossuídas da população é que os apelos *neopentecostais* atingem com maior frequência.

A questão da influência dos valores éticos na formação do *ethos* liberal e capitalista tem sido plenamente estudada nos dias atuais, considerando-se pioneira a contribuição de Max Weber no livro, hoje clássico, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2003). Ali, o sociólogo alemão aponta como as formas de atuação e a concepção do mundo e da sociedade percebidas no capitalismo refletiam uma visão ética específica, diferenciada da ética católica. Enquanto o catolicismo repudiava a vontade de enriquecer, que tinha no lucro a sua expressão mais significativa, o protestantismo originário afirmava que o enriquecimento, fruto do suor e do trabalho dos homens, era o sinal da bênção de Deus ao homem empreendedor, algo que se converteria em benefício do capitalismo. O *ethos* protestante era traduzido em termos de rejeição ao mundo; no entanto, tudo se orientava para a livre graça de Deus. Segundo Weber (op. cit., p. 157), "para o puritano o lucro era consequência involuntária, mas sintoma importante da própria virtude". Tal orientação pode indicar que, nos países onde a Reforma foi mais intensa, conquistando considerável número de adeptos, o comportamento dos grupos religiosos propiciou um processo de acumulação de capital, embasado na concepção de prosperidade, material ou econômica.

O *ethos* pentecostal, que muito se aproxima do *ethos* protestante descrito por Weber, tinha como ponto central a oposição às formas tradicionais de religiosidade (Machado, M.D., 1996, p. 83). Entretanto, da década de 1980 em diante, opondo-se aos princípios básicos do protestantismo e ampliando a dimensão pentecostal, surgiu o *neopentecostalismo*, que, após inserir-se no cenário dito "protestante", operou mudanças expressivas no circuito evangélico. Esse campo de investigação vem abrangendo maior número de questões, tornando-se mais complexo e relevante. Certamente, a discussão

envolve o pluralismo religioso, a ética, a ampliação das fronteiras e das formas de inserção social das denominações *neopentecostais*, a transformação de igrejas em empresas lucrativas, as demandas sociais do Estado para fiscalizar e controlar seus negócios e empreendimentos, a democracia como sistema que extrapola a esfera política para consolidar-se como projeto de sociedade.

Como tentativa de resposta aos complexos reclamos sociais por um contato mais íntimo com o sagrado, a prática *neopentecostal* introduz, basicamente, a espontaneidade e a doutrinação pelo pastor no lugar da reflexão teológica, caracterizando-se pela tríade "cura, exorcismo e prosperidade". Sobre a prática desta tríade, cuja mensagem tem se mostrado tão atraente, Bittencourt ensaiou uma explicação:

Ao implantar essa primazia, estabelecem-se conexões com o ideário das massas sob influxo da cultura do consumo plasmada pela mídia. Paralelamente, num nível mais profundo, vai ao encontro do irracionalismo reinante (atávico à chamada pós-modernidade?); ao mesmo tempo contempla a tendência atual para o fundamentalismo religioso. (Bittencourt Filho, 1992, p. 55)

Com efeito, analisando a função das religiões, é mister voltar a Émile Durkheim (op. cit. 493), para quem a verdadeira função da religião não é fazer seus adeptos pensarem, mas sim "ajudá-los a viver". Segundo Ari Pedro Oro (2003a, p. 53-69), o *neopentecostalismo* é um movimento religioso no qual as manifestações emocionais são numerosas, e seu discurso se endereça, sobretudo, aos pobres com a finalidade de invalidar a pobreza, dando força ao crente para enfrentá-la ou mesmo superá-la. Por meio da releitura do Evangelho, a *Teologia da Prosperidade* propaga que o plano de Deus para o homem é fazê-lo feliz, abençoado, saudável e, principalmente, próspero, rompendo-se com o ideário de que pobreza é sinônimo de santidade. Assim, a experiência emocional do sagrado (sensações, êxtase, entre outras), e soluções

"mágicas", principais "produtos" que os *neopentecostais* colocam no mercado, contribuem para seu sucesso, ao lado da utilização da mídia e do *marketing*. Cabe ressaltar, segundo Oro (2000, p. 12), que essas novas dinâmicas guardam sintonia com alguns pressupostos presentes no universo de representação social, sobretudo o brasileiro, quais sejam: a crença no extraordinário poder da religião; a convicção da positividade de todas as religiões; a legitimidade do gasto com o sagrado; e, finalmente, a existência da liberdade de culto.

Entrando mais amiúde no campo político, a importância da variável "religião" na dimensão de análise do comportamento político e no funcionamento dos legislativos ainda é tema pouco discutido na América Latina. Porém, com relação ao Brasil, a literatura sobre a participação das igrejas na história recente dos movimentos sociais e da defesa dos direitos políticos enfatiza seu papel como macroagentes políticos. Os estudos organizados por Burity e Maria das Dores Machado (2006) trouxeram novas luzes ao tema como contribuição mais sistematizada, com as quais outros autores também colaboram.

Além disso, o debate acerca da inserção das lideranças evangélicas nos processos políticos, mais especificamente dos pentecostais, e da conformação do seu comportamento político depende de se levar em conta não apenas diferenças individuais, mas o contexto denominacional em que estão inseridos. Pesquisadores são quase unânimes em classificar o *neopentecostalismo* como um contingente formado por grupos religiosos empresariais, praticantes do comercialismo e mercantilismo agressivos, integrados ao sistema capitalista neoliberal. Se, por um lado, os pentecostais são vistos como conservadores e alienantes, a efervescência da proliferação de tais grupos e os novos espaços que vêm conquistando, apontam para a utilização e difusão sistemática de métodos de obtenção de poder.

Paul Freston (1994, p. 67-78), em artigo publicado, já advertia que, a despeito da imagem pública negativa adquirida de maneira geral pelos evangélicos, seria necessário "superar preconceitos e perceber a novidade sociológica e o potencial político que representavam", a fim de que se pudesse compreender um fenômeno que ele considerava genuinamente popular. Relembrou, inclusive, texto escrito pelo Padre José Comblin, para quem as comunidades católicas podiam contar com a ajuda ideológica e condução estratégica das elites sociais e políticas, ao contrário dos evangélicos, cujo mundo particular independia de organizações de classes dirigentes. Do mesmo modo, para Freston, a posição política notadamente conservadora dos grupos evangélicos devia ser relativizada. Primeiro, em função da própria divisão institucional que operava no formato pluralista impedindo que votassem em bloco, mesmo em relação aos pentecostais; segundo, porque estaria havendo progressos da chamada esquerda evangélica, que teria discurso e expressão próprios.

Em outro enfoque, o Professor Marcello Baquero (1999), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, resalta uma crise de mediação política na América Latina, por meio da análise do perfil dos partidos políticos nas últimas décadas. Além da impossibilidade de se constituírem, estariam menos eficientes, com estruturas partidárias corrompidas, com menor legitimidade de intermediação política, fatos que, entre outros, estariam contribuindo para a não consolidação da democracia. A ênfase nos partidos políticos torna-se relevante na medida em que se constituem o eixo fundamental da representação política, e também porque uma parcela significativa do eleitorado vem sendo conquistada por estratégias eleitorais antipartidos, o que sugeriria a institucionalização de grupos de interesse.

No esteio dessas colocações, a ação coletiva catalisada pelos partidos políticos seria substituída por ideologias individualistas, apatias e envolturas em organizações de

natureza fundamentalista. Foi nesse momento de crise do modelo de representação que os pentecostais se inseriram na política brasileira.

Embora não se possa contestar a legitimidade do sistema de representação vigente, é possível imaginar que essas denominações evangélicas tenham despertado interesse das Ciências Sociais para a existência de novas formas de representação possíveis em um momento histórico nos qual os movimentos sociais buscam criar espaços de expressão diferentes daqueles de sua atuação originária.

Em interpretação que focaliza um contexto religioso das sociedades contemporâneas, o sociólogo André Droogers (1998) explica o crescimento de segmentos religiosos *fundamentalistas* como parte de um processo de afirmação ante o esfacelamento cultural imposto pela globalização. O caráter totalizante da globalização viria a desconfigurar as expressões culturais de pequenos grupos. A ação pentecostal se propõe, nesse caso, a preencher o vazio material e cultural das populações marginalizadas e, por isso, estaria encontrando espaço para expandir-se de modo espetacular.

Especificamente no Brasil, um país de tradição cristã, a Igreja Católica manteve sempre expressivos laços com os governos, desde o processo de colonização até a história mais recente. Mesmo quando a Constituição de 1988 consagrou a laicização do Estado, que, de fato, continuou como um processo marcante, denominado por Fernandes (1975, p. 200-219) como "modernização conservadora"⁸ ou "oligarquia com base no sufrágio universal", tal como define Weissheimer (2005), as práticas de

⁸ Modernização conservadora é um termo cunhado por Antonio Gramsci que implica transição democrática de natureza conservadora, característica de períodos históricos diferentes e que se repete de forma semelhante, na contemporaneidade, a partir das reformas do Estado. Portanto, por mais atualizadas que se apresentem as estruturas produtivas (não apenas em sua base material, bem como as condições de produção do conhecimento e no aparato burocrático que lhe dá suporte legal), isso sempre acontece de modo a conservar e, até mesmo em alguns casos, agravar as desigualdades sociais existentes. O termo foi utilizado, primordialmente, no Brasil por FLORESTAN FERNANDES (1975).

inserção religiosa na vida política já alertavam para os riscos de um fenômeno de "privatismo" público destacado por Holanda (1995). Tal processo poderia implicar um adiamento do projeto de democratização mais amplo, necessário para o país.

Nesse contexto da efervescência evangélica pentecostal, destaca-se no Brasil a *Igreja Universal do Reino de Deus*, da linha *neopentecostal*, que tem sido a expoente máxima de um tipo de pentecostalismo que se distingue do tipo vigente no País até a década de 1970. Não se sabe ao certo o número de fiéis e templos, principalmente em virtude de se multiplicarem a cada dia. Segundo Mariano (1999, p. 53-54), em 1996, o número de templos da *Igreja Universal do Reino de Deus - IURD* passava de 3 mil; o de países com seu trabalho missionário ultrapassava o número de 50, e o de fiéis alcançava entre 2 e 3 milhões, conforme estatísticas não oficiais.

A *IURD* foi fundada no Rio de Janeiro por Edir Macedo – um funcionário da área operacional da *Loteria do Estado do Rio de Janeiro (LOTERJ)* – e, durante muito tempo, pregador no rádio e na televisão. Para aumentar o número de fiéis, a *Universal* investe pesadamente na disputa por territórios no campo religioso brasileiro, e, em sua concepção, entende que não há territórios cativos ou demarcados. Paralelamente, a *IURD* e Edir Macedo têm sido alvos de diversas acusações e aberturas de processos criminais, os quais lhe imputam a autoria dos seguintes crimes: estelionato, curandeirismo, charlatanismo, vilipêndio ao culto religioso, incitação ao crime, sonegação fiscal, crime contra o sistema financeiro, remessa ilegal de ouro para o exterior e apropriação indébita (Barros, 1995, p. 32-33). Porém, a análise do fenômeno *IURD* feita pelos novos pesquisadores propõe a compreensão de outra lógica, não tão simplista, baseada em uma abordagem de dentro para fora da igreja, pois um dos seus traços marcantes é a assimilação de elementos culturais na realização de seu trabalho missionário, articulados dentro de uma dimensão sincrética ligada à matriz religiosa

latina, de modo geral, e que coaduna “aspectos pré-modernos e modernos que compõem o nosso *ethos* identitário” (Sanchis, 1997, p. 53).

Os representantes da *IURD* nos quadros políticos brasileiros se autoproclamam "homens de Deus na política". O Pastor De Velasco, em sua entrevista à autora desta Tese, afirmou sobre o tema:

Em Isaías 10 ele diz: ‘ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão’. Quem é que faz as leis em um país? É o político. É o Deputado Estadual, no âmbito estadual, é o Deputado Federal, no âmbito federal. Então, se nós queremos melhorar uma sociedade, melhorar através desta sociedade o país, a igreja, seja ela qual for, tem que estar engajada no processo político [...] E hoje nós vemos como o mundo está 1980 anos depois da sua morte (**refere-se à morte de Jesus Cristo**). Então nós temos que admitir que ele mudou o mundo, mudou a face do mundo e, se nós quisermos mudar a face do mundo e procedermos de acordo com as suas ideias, as ideias de Deus, nós temos que colocar pessoas de Deus no processo. Veja, em Deuteronomio, eu li Isaías 10, 1; agora eu vou ler Doutor Deuteronomio 17,15; ele dizendo o seguinte, ‘estabelecerás, com efeito, sobre ti como rei aquele que o SENHOR, teu Deus, escolher; homem estranho, que não seja dentre os teus irmãos, não estabelecerás sobre ti, e sim um dentre eles’. Isso é Deuteronomio. É o quinto livro escrito. Então, desde essa época Deus tinha projetos políticos, Deus tinha projetos políticos. É claro que ele era o rei de todo o seu povo. Era um regime teocrático, mas a partir de Saul, o reinado desceu para a terra e a partir daí Deus espera que cada um cumpra com o seu dever. (grifos nossos)

A decisão da *IURD* em participar efetivamente do cenário político deu-se na década de 1980. Segundo Oro (2003a, p. 53), a *IURD* se iniciou efetivamente na prática política em 1986, com a eleição de um Deputado Federal na Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1990, elegeria três Deputados Federais e seis Estaduais pelo Rio de Janeiro. Em 1994, duplicaria o número de deputados eleitos na Câmara Federal e aumentaria para oito o número de eleitos na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, conquistaria a Secretaria do Trabalho e Ação Social e lançaria uma candidatura ao Senado que obteve 500 mil votos.

Oro (op. cit., p.54) registra, ainda, que, nas eleições de 1998, a Universal elegeu 26 Deputados Estaduais, distribuídos por 18 estados brasileiros, e 17 Deputados Federais, dos quais 14 eram oriundos das igrejas da *IURD* espalhadas pelo País e três foram apoiados por ela.

O critério de escolha dos candidatos gerou, conforme explica o mesmo autor, disputas internas na denominação e acabou recaindo sobre os que “se destacavam pela atuação como pastor”, os quais eram considerados “iguais” do ponto de vista religioso (Miranda, 2006, p. 163).

É nessa eleição também que pela primeira vez a Igreja lançou o nome de candidato a senador cujo “santinho eleitoral” apresentava a seguinte inscrição: “Quando os justos governam, alegra-se o povo, mas quando o ímpio domina, o povo geme” (Provérbios: 29,2).

Ainda cabe lembrar aqui, segundo Miranda (op. cit, p. 167) que:

Os recursos financeiros para as igrejas e a possibilidade de exercer pressão no parlamento para tocar a expansão denominacional são, no dizer dos pastores, o objetivo de sua participação política. Os grupos religiosos utilizam a ambigüidade da relação entre partido político e igreja, e apenas imprimem sua marca ao processo de caracterização do nosso sistema partidário, ao utilizarem os partidos somente como a condição *sine qua non*, cuja lógica da representatividade com base em programas e propostas é totalmente subvertida, uma vez que subsumida pela lógica e objetivos próprios de cada igreja.

Imbricaram-se o capital religioso e político na trama que determina as escolhas e gere a representação política da *IURD* como se verá mais a frente.

Nas eleições de 2000, a Universal elegeu dezenas de vereadores em todos os estados, e, nas eleições de 2002, 16 Deputados Federais vinculados à igreja e 19 Estaduais, representantes de dez estados da federação. Nessas mesmas eleições, a *IURD* teria ajudado a eleger 4 Deputados Federais não vinculados a ela.

Nesse mesmo ano, 2002, seria eleito pela primeira vez um Senador Federal da *IURD*, considerado, desde então, um de seus principais representantes políticos: o bispo Marcelo Crivella, que na estrutura comandada por Macedo foi “trabalhado” para ser uma grande liderança.

Sobrinho de Edir Macedo, Crivella é engenheiro civil, tendo-se tornado evangélico ainda menino. Posteriormente, rumou para a igreja pentecostal Nova Vida e, após a fundação da Universal, alinhou-se ao tio. No início dos anos de 1990 foi enviado para a África com a missão de expandir a *IURD* naquele continente. De volta ao Brasil, nove anos depois, Crivella, sob o comando de Macedo, enveredaria na política e viria a tornar-se a maior liderança política da Universal no País. Em seguida, mudou-se para a *IURD* o pastor Magno Malta, representante do Espírito Santo no Senado Federal.

O bispo Carlos Rodrigues, reeleito deputado federal em 2002, elegeu-se pela primeira vez no pleito de 1998 com expressiva votação e era reconhecido pela Igreja como seu principal articulador político e maior colaborador no trabalho de conscientização dos fiéis na participação do futuro político do País⁹. Evocando a democracia existente na Grécia antiga e o "quadro desalentador" do cenário político brasileiro (que explicaria a desilusão do povo com a política nacional), Rodrigues (2002) justificava e incentivava em seu discurso a inserção dos quadros da *IURD* nos processos políticos e a eleição de muitos de seus líderes, mediante uma atuação fundamentada na "verdadeira" ética e dignidade da prática política que possuem, e que poderia trazer de volta o exemplo grego. Toda essa pretensão ética foi contestada na conhecida Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do "Mensalão", quando o bispo Rodrigues apareceu na lista de recebedores de propina e seu nome esteve indicado para

⁹ O bispo Carlos Rodrigues rompeu relações com a direção da *IURD*, desde que comprovado seu envolvimento com Waldomiro Diniz em fevereiro de 2004, segundo matéria "Universal afasta deputado", publicada no jornal *Correio Braziliense* de 20 de fevereiro de 2004, na coluna Política/tema do dia, por DENISE ROTHENBURG, p. 5.

cassação na Comissão de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados, obrigando-o a renunciar ao mandato na primeira semana de setembro de 2005.

De fato se identifica uma mais ampla influência e um reconhecimento mais amplos da atuação evangélica são sentidos no parlamento, no final da década de 1980, em decorrência da abertura do próprio Estado para outras vertentes religiosas¹⁰. Contudo, resta saber que tendências de desempenho esses políticos têm. Em um modelo de Igreja que optou pela formação de redes de influência, de que forma a sociedade em geral se beneficia da representação *neopentecostal*?

O fenômeno da inserção que vêm adquirindo os *neopentecostais* na esfera pública brasileira, embora se constitua evento recente, apresenta uma tendência de ampliação de suas representações nos centros de poder, reafirmando a ocupação de espaços, ou confirmando posições em que estão momentaneamente sub-representados. Mariano (2000, p. 17) aponta para vários fatores que contribuem para a projeção dessa tendência: as condições em que os processos políticos e eleitorais se desenvolvem; a consequente desmobilização política das sociedades; o fato de que líderes e parlamentares eclesiásticos enfrentarem muito pouca resistência na aprovação de seus projetos; e, finalmente, a debilidade do sistema dos partidos políticos na região.

Dessa forma, as pesquisas para esta Tese se orientaram pelo aprofundamento da compreensão do fenômeno em curso, no âmbito das Ciências Sociais, mas também tendo em vista que pode estabelecer perspectivas que possibilitem entender de que forma as atividades pentecostais se expandiram no âmbito político.

¹⁰ Embora o Estado no Brasil seja constitucionalmente laico, se verifica a forte influência da Igreja Católica nos poderes constituídos e no processo decisório. Sobre isso ver GIUMBELLI, E. (2000). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, e GIUMBELLI, E. (2004).

Nessa avaliação mais acurada sobre a *IURD*, pudemos perceber que os vínculos estabelecidos por meio da religião se mantêm bastante firmes quando o parlamentar honra o mandato em favor dos interesses do segmento representado.

Considerando a democracia como fenômeno social que transcende o campo estritamente político, e observada a mudança do cenário político das últimas duas décadas em todo o mundo e especificamente no Brasil, o objetivo central deste trabalho de pesquisa é, focalizando as atividades da mais representativa igreja *neopentecostal* do Brasil, a *Igreja Universal do Reino de Deus*, estabelecer de que maneiras suas influências vêm se verificando, sobretudo em que níveis da política nacional isso se dá, e qual a relação estabelecida entre esse crescimento da representação *neopentecostal* e as mudanças no cenário político brasileiro¹¹.

Com fundamento no arcabouço teórico sobre o protestantismo, pentecostalismo e o fenômeno *neopentecostal* na sociedade capitalista neoliberal, como objetivos subseqüentes, serão abordados alguns pontos sobre a evolução do processo sociopolítico do Brasil e a inserção dos *neopentecostais* nos processos eleitorais entre 1986 e 2007, bem como a defesa de seus interesses nas casas legislativas em que atuam nas legislaturas entre 1998 e 2007. Ainda é mister identificar a tendência ideológica adotada pelos *neopentecostais*, e, a seguir, identificar os modos de atuação dos seus líderes, considerando-se o contexto sociopolítico. Da mesma forma, são necessários, ainda,

¹¹ Importa ainda ressaltar que selecionar a temática para esta tese e buscar suas questões e hipóteses, se deu, em grande parte, a partir da minha experiência profissional como Consultora na Câmara Legislativa do Distrito Federal, na área de Administração Pública. Ao mesmo tempo, propõe manter integração com o tema abordado em nossa dissertação de Mestrado, defendida no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, intitulada *A vinculação de parlamentares a grupos de interesses e seus impactos na reeleição para a Câmara Legislativa do Distrito Federal*. Nela busca-se analisar a conexão entre a fidelidade do parlamentar à sua base eleitoral, e seu desempenho na eleição seguinte. Após o término da dissertação, observou-se que entre os grupos de interesse mais destacados existiam os parlamentares evangélicos que estavam formando um bloco parlamentar. Verificou-se também que entre os subgrupos mais expressivos, crescia a participação dos evangélicos pentecostais como parlamentares a cada eleição e que a *IURD*, em especial, revelava novas estratégias em sua abordagem política, como o uso de assistência social e uma forte máquina midiática para conquistar novas cadeiras nos pleitos para o Congresso, e também nos parlamentos regionais. Começava a aparecer da mesma forma a busca da Universal por assentos no Executivo, a fim de influir nas agendas governamentais favoravelmente aos seus pleitos institucionais.

pontos de reflexão, sobre a tendência e estratégias de expansão na atuação política *neopentecostal* no País, estudado em relação a outros grupos de interesse e pressão, os quais atuam fortemente na política.

Para condução da pesquisa científica, foram consideradas as seguintes hipóteses.

Inicialmente, se partiu do pressuposto de que o significativo crescimento do *neopentecostalismo* e sua participação direta na política responderia a uma estratégia para expandir a atuação religiosa para o campo da política, buscando redesenhar estruturas e práticas de representação e gestão estatal, como resposta à crise política, para a qual o discurso das elites tradicionais não apresentou resposta satisfatória.

Vinculada à hipótese anterior aventava-se que a participação *neopentecostal* na política negligencia a redistribuição dos meios de mobilidade social coletiva e a democratização dos meios de participação sociopolítica, embora obtenha resultados quanto à mobilidade individual ascendente de seus adeptos, integrantes das classes sociais média-baixa e baixa.

A alegação de um esgotamento do político não oferta uma explicação lógica para o fato de que os atores religiosos estejam, avidamente e com regularidade, buscando espaço nas instituições politicamente consagradas.

Portanto, parece fazer mais sentido a tese proposta por Joanildo Burity, (2006b):

[...] o reconhecimento da crise política institucional não leva aqui à ‘política de sociedade’ de recorte movimentalista e antiestatal. Antes, a percepção da corrupção e do descolamento entre governos e aspirações/reivindicações sociais, e a idéia de que a representatividade social precisa ser traduzida em *representação* política, levam ao *investimento na política*. (Burity, 2006b, p. 184)

Segundo este autor, o investimento dos grupos religiosos se traduz tanto em politização do discurso religioso quanto em uma estratégia desses mesmos grupos para ocupar espaços na esfera pública, com o intuito de “salvar” a política da corrupção e do

descrédito. Atente-se para o fato de que não se trata de um movimento de oposição/contestação das instituições políticas estabelecidas, mas de uma tentativa de reestruturação daquele espaço e de ampliação do espaço público para além da esfera estatal.

Assim, para aprofundar as hipóteses selecionadas, elegeu-se a análise comparativa que compreende comparações entre sistemas políticos e movimentos político-sociais no Brasil, o exame de um conjunto de estudos com ênfase na América Latina, a observação macropolítica e eventos específicos como o comportamento político dos últimos 20 anos. Nesse sentido, releva-se o viés interpretativo para o estabelecimento das relações dos *neopentecostais* com a política no Brasil.

Considerando a natureza processual das Ciências Sociais e objetivando testar as hipóteses, adotou-se para esta pesquisa a abordagem dialética, capaz de contemplar os aspectos objetivos e subjetivos dos grupos em questão. Dentre esses aspectos, destacaremos aqueles de maior identificação com a tensão dialética entre o espaço urbanizado e o sacralizado; entre sistema político e as relações na esfera privada e pública na América Latina e no Brasil. São questões que, com certeza, se imbricam na trajetória do país em estudo, mantendo semelhanças com a tradição cristã católico-popular, com o sistema de representação política insipiente e de inserção tardia nos processos de institucionalização democrática, bem como de neoliberalização político-econômica.

Os entrevistados são pastores da Igreja Universal do Reino de Deus, eleitos com apoio da denominação, que desempenham mandato de Deputado Federal. Os seis respondentes foram, respectivamente: 1 representante na legislatura 1999-2003, 1

representante nas legislaturas 1999-2003 e 2003-2007, 2 representantes na legislatura de 2003-2007 e 2 representantes na legislatura 2007-2011.

Todos são casados, completaram, pelo menos, o Ensino Médio e têm habilidades com comunicação de massa, pois já apresentaram ou apresentam programas evangélicos em rádio e TV.

Inicialmente, fez-se contato com os gabinetes dos 17 parlamentares que haviam conseguido apoio da Igreja Universal do Reino de Deus para a legislatura de 2003-2007 para explicar-lhes os objetivos da pesquisa. Somente os entrevistados se dispuseram a responder. Quanto aos nove parlamentares da legislatura 2007-2011, foi feito o mesmo contato com todos os representantes, mas apenas os dois parlamentares entrevistados se dispuseram a participar. Da legislatura 1999-2003 só foi possível entrevistar dois parlamentares: o pastor Paulo de Velasco, que reside em Brasília atualmente, e o pastor Oliveira Filho, porque foi reeleito para a legislatura 2003-2007.

Considerando o contexto histórico-estrutural, utilizou-se a pesquisa de campo, abordando dois grupos específicos: a) realização de seis entrevistas com parlamentares da *Igreja Universal do Reino de Deus*, entre os anos de 2006 e 2009, todos eclesiásticos da *IURD*, a fim de coletar testemunhos de vida e estabelecer a relação entre as escolhas políticas e a atuação dos representantes indicados pelas igrejas e verificar as posturas adotadas pelos parlamentares no processo legislativo, em especial com relação às matérias aqui anteriormente mencionadas, consideradas importantes para o estudo; b) complementação da etapa “a” com observação participativa, comparecimento aos cultos, aos templos e análise do braço de telecomunicações mais expressivo da Igreja (Rede Record de Televisão), no intuito de observar valores partilhados pelo grupo e motivações despertadas pela religião. A região escolhida para a realização das

entrevistas foi o Distrito Federal, Capital do Brasil, incluindo uma das Casas da sede do Legislativo Federal – Câmara dos Deputados. Acredita-se que todos esses dados forneceram possibilidade de aprofundar a fundamentação de uma análise qualitativa de natureza explicativa das práticas políticas e do discurso desenvolvido pelas igrejas pesquisadas e seus representantes, e a relação dessas práticas com o contexto sociocultural da sociedade brasileira, bem como identificar as consequências dessa inserção política dos *neopentecostais* nessa conjuntura.

As entrevistas foram realizadas nos meses de junho, agosto de 2006, outubro de 2008 e fevereiro e março de 2009, nos gabinetes dos parlamentares da Câmara dos Deputados em Brasília, DF.

Para orientar as perguntas foi desenvolvido um roteiro com temas a serem abordados (constante do Quadro 4 desta tese), que visava investigar principalmente os seguintes aspectos: a) dados relevantes acerca da vida pregressa pessoal e familiar do entrevistado; b) trajetória pastoral, especialmente na Igreja Universal do Reino de Deus; c) dados sobre a iniciação política; d) posicionamento político, ideológico; e) desempenho do mandato parlamentar (especialmente posições sobre temas polêmicos envolvendo moral e ética).

Como se tratavam de entrevistas semi-estruturadas (Marconi; Lakatos, 1990), na formulação das perguntas, houve pequenas variações de uma entrevista para outra, uma vez que se pretendia obter dos entrevistados as informações consideradas fundamentais para esta análise.

Para interpretar as entrevistas realizadas com os deputados que são membros ativos da Igreja Universal do Reino de Deus, utilizou-se a análise de discurso. Segundo Ida Lúcia Machado, da Universidade Federal de Minas Gerais, a análise de discurso é

uma técnica de pesquisa (Machado, I.L. 2001, p. 39). Guimarães (In: Mari; Pires, Cruz; Machado, I. L. orgs., 1999, p. 110) ressalta que a análise do discurso leva em conta tantos os aspectos linguísticos como sociais e menciona a teoria de Charadeau sobre ser o discurso “como um jogo de comunicação” que tem como resultado a significação de um “duplo enganchamento entre dois movimentos: um que vai do psicossocial à linguagem; outro que vai da língua ao discursivo”.

Orlandi (2005, p. 17-18) destaca que a análise de discurso difere da análise de conteúdo porque não busca saber apenas o que o texto quer dizer, mas também como ele diz, ou, em suas palavras, “como este texto significa?”. Ou dito de outra forma, a análise do discurso não faz a clássica distinção entre forma e conteúdo, mas, as “marcas formais” não têm um valor em si para esta análise, mas sim, contextualizadas no discurso em que se inserem. (Orlandi, idem, p. 90)

A análise de discurso, acrescenta o autor, “produz um conhecimento a partir do próprio texto”, pois vê nele “uma materialidade simbólica própria e significativa”, já que “o concebe em sua discursividade” (Orlandi, idem, 17-18).

Oliveira (ibidem, 55-81) abordou a questão do discurso e de sua importância na transformação para o Estado neoliberal. Ele diz que as “diversas estratégias que a sociologia chama de cooptação, [...] não são outra coisa senão a tentativa de quebrar a representatividade sindical”. Nesse contexto, em que “o eixo da negociação” se desloca do terreno social para o terreno do interesse individual, “a possibilidade da fala como recurso discursivo para a reivindicação é completamente anulada” (In Oliveira; Paoli, orgs., idem, p. 71).

Segundo Francisco de Oliveira, a “desmoralização da fala” foi uma das armas mais poderosas do governo Fernando Henrique Cardoso, que chamava os que se

opunham a seu governo de: “ignorantes, atrasados, burros, neobobos”. Por meio da “desqualificação da fala” do outro, impõe-se um consenso (Oliveira In Oliveira; Paoli, orgs., *ibidem*, p. 80), pois “a operação do conflito, do dissenso, fica cada dia mais dificultada, pela desmoralização daquele que foi destituído do discurso”.

Considerando a importância de analisar o discurso de alguns parlamentares representantes da instituição religiosa investigada, nesta tese foram feitas as entrevistas com questões abertas, que permitiram aos entrevistados se manifestarem livremente com suas, com as próprias palavras embora dentro de temas propostos pela pesquisadora.

Para analisar a fala dos entrevistados, estabeleceram-se temas e subtemas, de acordo com os parâmetros levantados na parte teórica desta tese, sobretudo no que se refere à história da participação política de instituições religiosas no poder legislativo brasileiro.

Criaram-se as seguintes categorias de análise, divididas em temas e subtemas, expostas no Quadro 4 a seguir:

Quadro 1 – Categorias de análise das entrevistas realizadas com os parlamentares ligados à IURD

Temas	Sub-temas	Detalhamento
Vida pessoal e familiar	Profissão anterior	Qual a profissão e ocupação que o parlamentar exercia antes da carreira política
	Religião da família	A que religião pertencia sua família
Vida e religião	Conversão	Como e por que se converteu à Igreja/ou nasceu em família evangélica
	Prática religiosa	O que determinou sua inserção no pastorado ou trabalho religioso como leigo
	Atividades pastorais e filantrópicas	Que atividades religiosas e filantrópicas já exerceu
Política	Preconceito	Sobre o preconceito político em relação aos evangélicos
	Interesse e opção pela política	O que determinou o interesse a inserção na política partidária
	Apoio da Igreja	Uso dos meios de comunicação de massa da Igreja Universal do Reino de Deus
	Posição político-ideológica	Identificação no espectro político
		Direitos trabalhistas e reforma trabalhista
	Apoio e influência da Igreja Universal do Reino de Deus à candidatura do entrevistado	Processo interno de escolha dos candidatos a serem apoiados
		A sua escolha como candidato
		Identificação entre Igreja e mandato
		Acusações de corrupção
	Apoio dos partidos e alianças	Inserção nos partidos
	Criação do novo partido	
	Planejamento de candidaturas e exercício de cargos públicos	
	Participação em comissões	Comissões em que participou e pelas quais tem interesse
	Posturas em temas polêmicos – o que pensam sobre	Aborto
		Eutanásia
		Homossexualismo e homofobia
		Pena de morte
		Combate à criminalidade
		Livre exercício de culto
		Cobrança de tributos para Igrejas
		Casamento
		Papel da mulher na sociedade

Para o estabelecimento destas categorias de análise tomou-se por base as perguntas formuladas (conforme roteiro de perguntas abertas acima discriminado), as quais, por sua vez, levaram em conta os temas em que a *Igreja Universal do Reino de Deus*, em particular, e as Igrejas pentecostais, em geral, mais contrastam com as posturas progressistas, aqui entendidas tanto como as posições políticas ligadas ao trabalhismo, aos partidos de esquerda e ao interesse dos trabalhadores em relação ao capital, como também aquelas posturas que indicam mudança social e que podem ocorrer dentro do capitalismo. A esse respeito, diz Oliveira (In Oliveira; Paoli, 1999, p. 57) que, ao lado das transformações na relação entre capital e trabalho, ocorrem transformações internas à “própria classe trabalhadora”, dentre as quais se incluem as relativas a sexo e a gênero. Essas mudanças, contudo, embora internas à classe trabalhadora, se estruturam na relação dialética desta com o capital externo a ela.

Assim, se a representação parlamentar da *Igreja Universal do Reino de Deus* cresceu significativamente, pode-se entender que isto ocorreu num momento de retração do Estado de bem-estar social (*welfare state*), que, também no entender de Oliveira (In Oliveira; Paoli, orgs., idem, p. 56), significou uma reorganização da esfera pública, que passou de burguesa para “não burguesa” nesse período, embora não chegasse a ser “antiburguesa”.

Foi no momento de retração do Estado de bem-estar social que se propuseram as reformas do Estado brasileiro (que nunca sequer chegou a oferecer bem-estar social), de modo a diminuir ainda mais a influência estatal na acumulação capitalista.

Para complementar o procedimento metodológico, foi realizada pesquisa histórico-bibliográfica a respeito do assunto, com a análise de livros e artigos em periódicos especializados, teses produzidas no âmbito das Ciências Sociais e em áreas conexas sobre o assunto; e pesquisa documental nas cortes eleitorais, consulta a *sites*,

folhetos, periódicos, atas de sessão parlamentar, folhas de votação, resultados eleitorais do TSE - TREs, material de divulgação interno e externo das igrejas e movimentos, bem como análise de proposições legislativas apresentadas por parlamentares de origem pentecostal, principalmente em relação a matérias legislativas polêmicas, consideradas de cunho moral e ético, como aborto, pena de morte, união entre homossexuais, pesquisas em biotecnologias, eutanásia, etc.; as relacionadas aos direitos sociais e trabalhistas; e aquelas que se referem à manutenção de privilégios a grupos de interesse, aos quais os referidos parlamentares apresentam afinidade, tais como isenções e diferenciações fiscais e parafiscais para grupos empresariais, igrejas e concessões na área de telecomunicações.

Cabe ainda notar que a ação dos grupos pentecostais da “terceira onda”¹² representam, em tese, promessas de prosperidade e felicidade que se avizinham de pessoas alijadas do acesso à cidadania e relegadas à condição anômica das metrópoles, às quais se associam fatores desfavoráveis, a saber: ausência de políticas públicas que acenem com soluções para os problemas sociais da vida quotidiana; e a ascensão do modelo religioso recrudescido no mercado de bens simbólicos em uma relação positiva, imediata e direta com Deus, no qual os resultados da fé se materializam neste mundo. Talvez, essas constatações levem à revisão da polêmica criada na visão dialética de Benjamin e recentemente revisada por Löwy (2007) ao admitir o capitalismo como uma religião cultural idólatra surgida da transformação do cristianismo pós-*Reforma Protestante*.

¹² Em MARIANO (1999, pp. 32-36) caracteriza-se parte dos grupos de Igrejas da “terceira onda” como *neopentecostalismo*, surgido na década de 1970, considerando-se o termo mais adequado. Esses grupos são caracterizados por terem líderes fortes, serem autóctones, com pouca inclinação à tolerância e ao ecumenismo. Foram fundados com função terapêutica de cura divina, prosperidade e rituais de exorcismo e participam da política partidária. Sua principal representante é a *IURD*. Mas o traço fundamental dos *neopentecostais* é de ser a primeira vertente pentecostal de afirmação do mundo. A classificação do pentecostalismo em “ondas” – metáfora marinha - tem origem nos EUA, segundo o mesmo autor e foi usada pela primeira vez no Brasil por FRESTON (1993).

Mais recentemente, esta atuação permite levantar uma série de questionamentos, tais como: quais os mecanismos da *IURD* para consagrar, no ambiente da política, líderes saídos de suas hostes? Estaria nesse sentido inaugurando uma nova forma de fazer política? Como se perfilam seus representantes no Parlamento? Os *iurdianos* assumem uma ideologia? E, neste caso, qual seria sua matriz ideológica?

Acima de todas estas indagações restariam duas, justamente o centro desta pesquisa: quais as implicações da atuação política da *IURD* sobre a democracia em curso no País? Até que ponto a atuação *iurdiana* contribui para que a democracia extrapole a esfera política e se consolide como proposta social? Para chegar até elas, aqui foram organizados diferentes blocos temáticos, elaborados de forma à melhor elucidação do fenômeno *neopentecostal* no Brasil, particularmente do fenômeno *IURD* como alternativa de representação política.

Na primeira parte foi investigada a natureza do interesse dos *iurdianos* pela política. Assim, buscou-se responder às seguintes perguntas:

- Por que, ao contrário dos evangélicos de “missão” ou “históricos”, os *neopentecostais* buscaram a inserção e atuação direta na cena política? Por que a política se tornou desejável para este tipo de igreja e como eles descobriram esta forma de atuação?
- Como se estruturam suas campanhas eleitorais? Por que os representantes utilizam a máquina¹³ empresarial, midiática e assistencialista da Igreja em favor de suas candidaturas e mandatos?

¹³ A *IURD* possui um patrimônio que inclui diretamente ou associadas rede de emissoras de rádio, TV – canal aberto e à cabo, gravadoras de CDs e DVD, studio de vídeo e cinema, bancos e financeiras, partido político, companhias de turismo, empresa de segurança pessoal e patrimonial, ONGs, entre outras organizações.

- Qual a relação do comportamento político da *IURD* com a *Teologia do Domínio*, que inspira as correntes evangélicas *neopentecostais*?
- Qual o objetivo central da inserção direta da *IURD* na política institucional já que privilegia o carisma institucional sobre o carisma pessoal de seus representantes?

Assim, os dois primeiros capítulos se organizarão da seguinte forma:

Capítulo I – A cultura política brasileira e a inserção dos evangélicos. O capítulo procura explicar como se formou o processo de construção do relacionamento sociopolítico no Brasil, quais suas origens e suas características ao longo da história; como se deu a inserção de um viés pentecostal em nossa cultura, a partir da chegada de grupos norte-americanos; como evoluíram as suas formas de atuação política desde os grupos “históricos”, “pentecostais” até os grupos *neopentecostais*; em que se baseiam suas práticas “diversas”.

Capítulo II – O projeto político da *IURD* – tenciona esclarecer como e para que a Universal entrou na política, quais seus objetivos nesta esfera de atuação; como usa sua máquina midiática e assistencial para eleger seus representantes e de que maneira os escolhe; qual a relação entre estas estratégias de inserção política e a *Teologia do Domínio* pregada pela Igreja; como os capitais religiosos institucionais (inclusive midiático e assistencial-midiático) se intercambiam e de que forma beneficiam os eleitos e a instituição.

Na segunda parte do trabalho, se fará o exame da ação dos congressistas da *IURD* nas duas últimas legislaturas: como votam, por que comissões mais se interessam e de quais delas participam; como são os seus discursos, o que pensam sobre temas de

interesse social, ético e moral; quem são e como se relacionam com seus representados, inclusive nessa fase da análise.

Fez-se um estudo entre o discurso dos parlamentares e suas posições no desempenho dos mandatos. Ainda indagaremos se é possível definir um perfil homogêneo de atuação em relação aos congressistas do grupo da *IURD*. Tal discussão também estará dividida em dois capítulos:

Capítulo III – “Meu reino é deste mundo” – como se organizou e evolui a atuação da bancada da *IURD* no Congresso: posições nas votações, atas, emendas orçamentárias, presenças em plenário; como atuaram principalmente nas últimas duas legislaturas e no início da atual. Além disso, procurar saber o que estes parlamentares fazem em favor de suas bases no parlamento e se esse é o local adequado para defender espaços e direitos de igrejas e religiões.

Precisa-se, ao mesmo tempo, investigar, com base nas reflexões de Bourdieu (2007, p. 134), como ocorre o intercâmbio de “capital simbólico” institucional - “[...] geralmente chamado prestígio, reputação, fama”, [...] forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” - do campo midiático e religioso para o campo político, no exercício dos mandatos, e como esse intercâmbio rende dividendos para os pleitos seguintes. Afinal, os campos não são autônomos ou estanques. A todo o momento, apura-se que há intercâmbios entre eles.

Capítulo IV – O discurso dos “políticos de Deus” – essa parte do trabalho é dedicada a verificar, de acordo com as entrevistas concedidas pelos parlamentares à autora da tese até que ponto o discurso dos representantes da *IURD* fundamenta a práxis parlamentar do grupo e quais as incongruências ou paradoxos entre ambos. E ainda: Esses discursos legitimam a hegemonia aos *iurdianos* enquanto grupo ou se parecem

com o de outros grupos ou parlamentares? Há como se consolidar um perfil em relação aos representantes da denominação ou esse discurso apenas reforça o comportamento político, fisiológico e clientelista do grupo à semelhança da maioria dos políticos que atua nas instituições do Brasil atual?

CAPÍTULO 1

A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA E A INSERÇÃO DOS EVANGÉLICOS

O pentecostalismo surgiu no início do século XX nos Estados Unidos como um movimento evangélico missionário para dar vazão de maior informalidade nos cultos evangélicos de estratos populares. Na América, é essencial destacarmos o pentecostalismo norte-americano sob influência saxã desde as ideias de Weber¹⁴.

Ao inserir-se no Brasil, nos anos de 1910 e 1911, esse movimento religioso imprimiu novos contornos a nossa cultura sociopolítica, até então, predominantemente influenciada pela confissão Católica.

Com objetivo de aprofundar a análise dessa inserção, este capítulo destina-se à investigação das origens do pentecostalismo, sua inserção na cultura sociopolítica em nosso país e as implicações desse processo para a política nacional, desde os grupos originários da *Congregação Cristã* e da *Assembléia de Deus* até a atuação dos grupos *neopentecostais* no Congresso Nacional, na contemporaneidade.

¹⁴ A idéia do “trabalho como bênção de Deus” deu base para uma associação ideológica entre o sucesso pessoal e a providência divina, assinalada por Weber com fundamento na força dos preceitos éticos protestantes entre os grupos históricos, nos quais o ascetismo intramundano disciplinava o corpo e canalizava as energias humanas para a poupança e para o trabalho. Afirma Weber que o capitalismo ia se caracterizar antes de tudo “pela contenção e pela moderação racional dos impulsos irracionais”. Essa ética de fundo religioso, que o autor descobre nas diferentes denominações religiosas do protestantismo, deu origem ao liberalismo e ao capitalismo, modelo econômico baseado na economia do mercado autorregulador. Os valores fundamentais da sociedade, contudo, deixaram de ser progressivamente éticos, passando a ser econômicos – daí a utilização do termo “ética do capitalismo”, que WEBER (2003., p. 99-101) acredita ter-se originado da necessidade de criar um novo homem, apto a controlar um novo sistema de produção. Neste sentido, essa lógica de mercado também estaria associada ao pluralismo religioso atual, que faz “com que se pense a religião como um item de consumo”, conforme PIERUCCI E PRANDI (1996, p. 260). MAX WEBER (op. cit.) e ÉMILE DURKHEIM (1996) conceituaram o processo denominado “secularização”, pelo qual o advento das modernas sociedades geraria uma oposição fundamental entre religião e ciência, na qual esta última terminaria por prevalecer em relação à primeira na esfera pública da vida. No entanto, em particular nos Estados Unidos, e não por acaso, desmente-se a associação entre progresso econômico e “secularização”, entendida como processo de perda de influência da religião nas diferentes esferas da vida social, uma vez que são apontados como um dos países de população mais religiosa do mundo (LEHMANN, 2002, p. 26).

1.1 O pentecostalismo norte-americano

No século XVIII, na Inglaterra, foi fundado por John Wesley, ex-ministro anglicano, o movimento religioso metodista, influenciado pelo grupo pietista alemão, que propunha a necessidade de uma nova maneira de pregar o Evangelho, um novo nascimento, conversão e orientação para a vivência da fé. Corten (1996, p. 21) comenta que, para Wesley, era importante considerar a justificação da fé na salvação, isto é, na “convicção de ter-se remido assim como do sentimento de arrependimento, o que conduz à conversão”.

Além disso, Wesley também considerava importante a santificação, “que é o processo de salvação e a manifestação do Espírito Santo”. Dessa forma, John Wesley, segundo Corten, “insistiu na imediaticidade da salvação, atualização operada pelo Espírito Santo” (op. cit., p. 51-52).

Portanto, as raízes históricas do pentecostalismo mesclam a influência do *pietismo* alemão e do aprofundamento da vida espiritual proposto pelo *metodismo* original de John Wesley.

A partir do século XIX, com a grande perseguição religiosa que ocorria na Europa naquela época, os grupos de adeptos das igrejas, denominações e confissões protestantes migraram para os Estados Unidos, diversificando o universo religioso deste país, que foi, progressivamente, tornando-se menos homogêneo e mais fragmentado. Já alçada à condição de uma das instituições religiosas mais bem sucedidas na América do Norte, a Igreja Metodista perderia muito do fervor espiritual contido no início de seu movimento teológico-doutrinário.

Em reação a esse declínio, no interior do metodismo *wesleyano* surgiram novos grupos cristãos, dentre os quais os grupos pentecostais, - conjunto de religiões que descaracterizaram os fatos fundadores cristãos e os substituíram pela centralidade da passagem bíblica do Pentecostes, constituindo-o como uma nova referência fundadora.

Sobre isso, Freston (1996, p. 74) considera que o movimento de santidade (*holiness*), ocorrido nos países de língua inglesa no século XIX, que sofrera influência do Romantismo, também teria ajudado a criar essa expectativa carismática, que resultaria num “grande avivamento marcado pelo fenômeno glossolálico da Igreja primitiva”¹⁵.

Neste contexto, segundo o próprio Freston, destacaram-se os dons da *glossolalia* (o de falar línguas desconhecidas), da cura e da profecia¹⁶, aos quais os pentecostais adicionariam em seus cultos o discernimento de espíritos, que permite conhecer a natureza das condutas espirituais. Por defender a retomada de crenças e práticas do cristianismo primitivo, adicionariam também “a cura de enfermos, a expulsão de demônios, a concessão divina de bênçãos e a realização de milagres”.

Nessa mesma direção, Santa Ana (1991, p. 125) compreende pentecostais como aqueles religiosos que dão ênfase ao “batismo do Espírito Santo, que se manifesta na vida do crente através de uma mudança de orientação pessoal (santificação) e mais concretamente pela capacidade de falar em línguas estranhas (*glossolalia*)”.

¹⁵ Segundo a doutrina cristã, Pentecostes é descrita como parte da liturgia das datas especiais e ritos cristãos. O Pentecostes ocorre 50 dias após a Páscoa e é a festa comemorada pelos cristãos pela descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. Segundo a passagem bíblica, essa comemoração relembra que o Espírito Santo se manifestou aos apóstolos por meio de línguas de fogo e vento, fazendo com que eles pudessem falar em outros idiomas para serem entendidos pela multidão heterogênea que os ouvia. Disponível em: <http://www.bibliaonline.net/scripts/dicionario.cgi>. Acesso em: 10.4.2008.

¹⁶ Para NEHER (1955, p. 1-2), profecia consiste em antecipação de revelação do futuro por diversos meios. De acordo com ESPINOSA (2003, p. 15), profecia é o conhecimento certo de alguma coisa revelada por Deus aos homens.

Na seara de estudos sobre o pentecostalismo, a ideia de conversão e da mudança de orientação pessoal está classicamente associada a uma ruptura drástica na trajetória do indivíduo. Sobre este aspecto, Maria das Dores Machado (1996, p. 83) afirma que a oposição às formas tradicionais de religiosidade constitui o cerne do *ethos* pentecostal: “qualquer comportamento reconhecido como típico da tradição é rechaçado pelo pentecostalismo”.

De forma mais contundente, em sua definição, Pierucci infere (2006, p. 122) que certos grupos pentecostais se caracterizam com “religiões disruptivas, extrativas e destrutivas em relação ao meio étnico-cultural a que pertencem os indivíduos”, isto é, com aquelas em que o crente rompe os laços com sua religião de berço para abraçar novos horizontes de entendimento do sagrado. Como assinala:

A religião universal de salvação individual desencalha pessoas de rotinas comunitárias estabelecidas e as desenreda das tramas já dadas de comunicação e subordinação somente para, uma vez individualizadas, isto é, liberadas e autonomizadas, engajá-las como indivíduos na constituição de uma comunidade nova, *in fieri*, que só lhes tem a oferecer laços puramente religiosos verticais e horizontais que em sua depurada especificidade religiosa hão de aparecer exatamente como são, dotados que se tornaram de um sentido subjetivo inteiramente distinto, novo, outro: como diz Weber, *ausschliesslich religiös*. (Pierucci, loc. cit.)

Apoiando-se na convicção da presença ativa do Espírito Santo nas suas comunidades, os pentecostais creem que Deus continua a se manifestar em todos os tempos, da mesma forma que na ocasião do Pentecostes, da narrativa do Novo Testamento. Por conseguinte, a vivência do Espírito Santo seria passível a todos os pentecostais, significando autoconfiança, autoestima e uma visão otimista da vida.

Em seu estudo sobre a identidade pentecostal junto aos próprios pentecostais, Guimarães conclui que, para eles,

ser pentecostal equivale a ser um escolhido e a ser plenamente cristão, de forma semelhante aos apóstolos [...] A legitimação da identidade pentecostal

no passado aponta também para o presente, ao atualizar uma experiência considerada paradigmática (Guimarães, 2005, p. 45).

Dessa forma, por ser de natureza experiencial e dirigido pelo que o Espírito Santo determina, o *ethos* do pentecostalismo, conforme Corten (op. cit., p. 52), é eminentemente emocional: a própria proposta teológica subordina-se “à experiência emotiva partilhada” pelos crentes.

Já Rivera (2001, p. 41) afirma ainda que o pentecostalismo é uma religião do presente e do instante¹⁷.

Reforçando a interpretação mais emocional, para Bernardo Campos (1998, p. 90), o pentecostalismo traz em seu âmago as características predominantes da cristandade tocada pelo Espírito Santo. Para as denominações dessa vertente, o Espírito Santo seria, pois, o espírito de Cristo que se manifesta na vida humana, concedendo força aos oprimidos e constituindo um povo de Deus, a quem propiciaria poder e sentido para compreender as Escrituras sagradas. Este seria, na visão do autor, o substrato do princípio pentecostal e seu carisma, cuja manifestação se daria pela *práxis* pentecostal.

A partir dessas reflexões, podemos analisar o pentecostalismo como confissão emocionalista, mas, ao mesmo tempo, voltada para a vida presente, para os problemas vividos pelo “crente” em seu cotidiano, com preocupações escatológicas secundarizadas.

¹⁷ Não por acaso, MENDONÇA considera o aspecto atualidade/contemporaneidade da experiência pentecostal a grande e fundamental diferença entre o protestantismo e o pentecostalismo: para ele, o batismo se repetiria indefinidamente pelo derramamento do Espírito Santo, enquanto no protestantismo o Pentecostes não se repete indefinidamente, “porque o Espírito veio segundo a promessa do Evangelho e ficou com a Igreja, mantendo-a e renovando-a sempre”. Cf. MENDONÇA (2004, p. 38).

Entretanto, é preciso contemplar também a história do pentecostalismo como fenômeno religioso, ou seja, suas raízes, suas causas. Sobre a origem desse movimento evangélico acolhemos a interpretação de Hudson (1981, p. 295-299) que indica como marco do nascimento do pentecostalismo o evento ocorrido na cidade norte-americana de Los Angeles, no início do século XX, quando um negro irrompeu a falar em línguas estranhas em uma reunião de oração dirigida pelo afro-americano William Seymour. Devido à projeção desse acontecimento, conhecido como “o avivamento da Rua Azusa, ou *Azusa Street Mission*”¹⁸, rapidamente, grupos religiosos semelhantes se alastraram no território norte-americano, tendo crescido seu nível de organização. A cidade de Chicago tornar-se-ia a “meca” número dois do pentecostalismo nos Estados Unidos.

Não obstante a liderança de William Seymour, Charles Parham¹⁹ foi considerado o pioneiro do pentecostalismo norte-americano, tendo contribuído para a sistematização das doutrinas básicas do movimento, que, posteriormente o definiriam e distinguiriam.

Nesse panorama, é importante destacar que a diversidade de denominações religiosas protestantes surgidas nos Estados Unidos manifestou também uma diversidade étnica, que refletia a divisão sociocultural no país entre os estados do Sul e do Norte, entre brancos e negros. Por isso, Rolim (1995, p. 23-24) advoga que o

¹⁸ O fato ocorrido na Azusa Street foi relacionado pelos evangélicos aos acontecimentos narrados nos textos dos Atos dos Apóstolos 2: 1-11: “Ao cumprir-se o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar; 2. de repente, veio do céu um som, como de um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam assentados; 3. E apareceram, distribuídas entre eles, línguas, como de fogo, e pousou uma sobre cada um deles; 4. Todos ficaram cheios do Espírito Santo e passaram a falar em outras línguas, segundo o Espírito lhes concedia que falassem; 5. Ora, estavam habitando em Jerusalém judeus, homens piedosos, vindos de todas as nações debaixo do céu; 6. Quando, pois, se fez ouvir aquela voz, afluiu a multidão, que se possuiu de perplexidade, porquanto cada um os ouvia falar na sua própria língua; 7. Estavam, pois, atônitos e se admiravam, dizendo: Vede! Não são, porventura, galileus todos esses que aí estão falando? 8. E como os ouvimos falar, cada um em nossa própria língua materna? 9. Somos partos, medos, elamitas e os naturais da Mesopotâmia, Judéia, Capadócia, Ponto e Ásia; 10. da Frígia, da Panfília, do Egito e das regiões da Líbia, nas imediações de Cirene, e romanos que aqui residem; 11. tanto judeus como prosélitos, cretenses e arábios. Como os ouvimos falar em nossas próprias línguas as grandezas de Deus?”

¹⁹ Segundo a *Encyclopædia Britannica*, Charles Fox Parham é o pregador evangélico do movimento de santidade, que em 1901, no Colégio Bíblico Betel, impôs as mãos sobre uma jovem, que começou a falar línguas ininteligíveis. Foi ele quem fundou a *Assembly of God Church*. Disponível em: <http://www.britannica.com/eb/topic-443544/Charles-Fox-Parham>. Acesso em: 10.5.2008.

surgimento do pentecostalismo nos Estados Unidos da América do Norte envolveu elementos de conflitos raciais daquela sociedade. O grupo no qual se manifestara o batismo no Espírito Santo era constituído, em sua maioria, por evangélicos negros ao qual se associaram, posteriormente, evangélicos de cor branca. Para o autor, tal fato teve um significado importante, pois “um novo Pentecostes proclamava-se, descia sobre um velho templo metodista abandonado e fazia pensar que daí por diante iria realizar-se uma comunhão étnica”. Porém, de acordo com o mesmo autor, tanto os negros quanto os brancos interpretaram esse fenômeno de formas diferentes e conflitantes:

Na alma do pentecostal negro alojaram-se e permaneceram duas experiências estreitamente abraçadas: uma que então nascia do Espírito Santo; outra, mais antiga, a luta político-racial. Para ele, Cristo tomou uma nova face. Ficou sendo o Cristo negro, libertador da raça negra, oprimida na América e em outros países. [...] Para os brancos ficou apenas a experiência da oração e dos cultos²⁰.

Voltando a Freston (op. cit., p. 79), verifica-se que o movimento pentecostal, que fora concebido inicialmente como uma renovação das igrejas cristãs existentes naquele momento da história, não renovou como pretendia, pois se formaram grupos religiosos independentes que iam se afastar dos demais, não só por motivos doutrinários, mas também por questões raciais.

Na mesma linha de pensamento, segundo Hudson (op. cit., p. 321-348), desde o final da guerra civil norte-americana, uma corrente pentecostal projetou-se no interior do movimento de santidade ou santificação (da doutrina de Wesley, que se desdobra em atos de piedade e atos de misericórdia) onde acabam por ressaltar se ressaltam posições doutrinárias *não-wesleyanas*. Por outro lado, muitos negros americanos pertenceram inicialmente às congregações onde predominavam brancos, sendo que a maioria congregou-se em igrejas compostas por contingentes negros.

²⁰ Ibidem.

Destaca ainda o mesmo autor que os negros americanos primeiramente se ligaram às igrejas metodistas, para depois se espalharem pelas várias igrejas de denominação pentecostal, entre as quais podemos citar: a *Church of God in Christ* (maior igreja Pentecostal negra norte-americana, com mais de 6 milhões de membros), a *Christ Sanctified Holy*, a *Church of Living God*, a *House of the Lord* e a *Bible Way Churches*.

Esses episódios fazem parte do período nominado por Ricardo Mariano (1996, p. 24) como *primeira onda* ou *pentecostalismo clássico*. Este período incluiria um impulso significativo ao movimento pentecostal, estimulado pelo desenvolvimento tecnológico.

Mas o pentecostalismo viria a incorporar outras características que contribuiriam para assinalarmos novos períodos históricos do fenômeno, os quais acentuam a sua vocação para ser um movimento contemporâneo e atualizado.

Entre as inovações incorporadas pelos pentecostais, Souza e Magalhães (2002) comentam que o uso dos meios de comunicação de massa foi um contributo de inegável importância ao pentecostalismo. Citam o modelo adotado pelo pastor Billy Graham, de muita projeção nos Estados Unidos desde o final da Segunda Grande Guerra, como o viabilizador de métodos e estratégias dos meios tecnológicos para a conversão de novos fiéis. Sobre isso, Souza e Magalhães declaram que:

O método deste pregador, que se projeta nos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial até a eleição de Nixon, pode ser assim sintetizado: reunir multidões sob uma cobertura desmontável e realizar pregações ao ar livre, nas quais a ênfase na culpa pelo pecado e a necessidade de arrependimento para a salvação eram o tema principal, enfatizando-se ainda que, mesmo aqueles que já eram convertidos, deveriam despertar-se para a sua fé (*revival*), não apenas com palavras, mas com suas emoções. (Souza e Magalhães, op. cit., p. 89)

Paralelamente, as autoras informam que, na historiografia do pentecostalismo norte-americano, a partir da década de 1940, se difundiria a *Teologia da Prosperidade*, ou *Confissão Positiva*, sendo este viés reconhecido como doutrina na década de 1970, quando se difundiu pelo meio evangélico. Nas palavras de Souza e Magalhães, a *Teologia da Prosperidade* possuía:

Um forte cunho de auto-ajuda e valorização do indivíduo, agregando crenças sobre cura, prosperidade e poder da fé através da confissão da "Palavra" em voz alta e "No Nome de Jesus" para recebimento das bênçãos almejadas; por meio da Confissão Positiva, o cristão compreende que tem direito a tudo de bom e de melhor que a vida pode oferecer: saúde perfeita, riqueza material, poder para subjugar Satanás, uma vida plena de felicidade e sem problemas. Em contrapartida, dele é esperado que não duvide minimamente do recebimento da bênção, pois isto acarretaria em sua perda, bem como o triunfo do Diabo. A relação entre o fiel e Deus ocorre pela reciprocidade, o cristão semeando através de dízimos e ofertas e Deus cumprindo suas promessas (Souza e Magalhães, op. cit., p. 104).

O fato é que por meio da reinterpretação do Evangelho, a *Teologia da Prosperidade* serviu de base para a doutrina pentecostal que promete soluções para problemas ordinários do homem comum. Portanto, além de ir ao encontro de pressupostos sobre os méritos da religião, inseridos no universo de representação social em que vivemos, ela oferece fundamentos para os sortilégios praticados nos ritos *neopentecostais*, conferindo certa legitimidade aos cultos e práticas com tom espetacular, difundidos por essas denominações nas últimas décadas.

1.2 O Pentecostalismo latino-americano

Foi no contexto da Reforma e da Contra-Reforma que a América foi inserida no processo histórico do mundo ocidental no contexto da Reforma e da Contra-Reforma e passou a fazer parte do mundo cristão já segmentado em duas vertentes. Conforme Araújo (2005), enquanto na América do Norte prevalecera a influência inglesa, originária da reforma anglicana (expandindo-se, posteriormente, as diversas

manifestações protestantes), na América Latina, Portugal e Espanha se transformariam em dois lídimos representantes da Igreja Católica, utilizando, para se consolidarem, os mecanismos da Contra-Reforma, em especial o Tribunal do Santo Ofício e a Companhia de Jesus.

As grandes conquistas empreendidas por espanhóis e portugueses repetiriam os traços distintivos da tradição judaico-cristã da Península Ibérica. Através deles, a Europa colonizou, catequizou e missionou a América Latina, usando a religião cristã na sua confissão católica romana como importante fator de identidade latino-americana.

Em toda a região, Igreja Católica Apostólica Romana e catolicismo seriam considerados o sistema religioso e a instituição confessional demograficamente majoritários e culturalmente hegemônicos entre os latino-americanos, ainda que tentassem subsistir as tradições religiosas não cristãs de povos autóctones, como os indígenas, e dos negros trazidos da África, pelas quais ocorreu o sincretismo.

Entretanto, segundo Hobsbawn (2001, p. 244), o protestantismo de origem pietista e avivalista dos séculos XVIII e XIX (mais do que o protestantismo dos reformadores do século XVI) viria a se expandir pelas Américas, em função do crescimento da imigração (que trazia diferentes crenças e tradições religiosas) e do movimento missionário protestante moderno, intimamente ligado ao crescimento do imperialismo norte-americano.

Nesse contexto, o movimento missionário foi bastante relevante no processo de difusão do protestantismo em terras latino-americanas. O surgimento de inúmeras sociedades missionárias em pouco mais de meio século foi responsável por enviar para quase todas as partes do mundo centenas de pregadores cujas ações viriam a divulgar de

maneira eficaz a *práxis* protestante de origem histórica, sobretudo em contraposição à *práxis* católica²⁰.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, catolicismo e Igreja Católica Apostólica Romana seriam submetidos à forte pressão e à competição evangélica. O chamado protestantismo popular, surgido inicialmente no Brasil e no Chile, avançaria de maneira tão surpreendente que em poucos anos, teria influenciado amplamente o catolicismo, sendo capaz de transformá-lo²¹.

Em uma análise detalhada do fenômeno, Bastian (1994b, p. 188-191) enfatiza alguns pontos importantes sobre o que chama de “conversão da América Latina ao protestantismo”: a importante relação com as posições assumidas pelo protestantismo liberal em toda a América Latina como um todo (mediante as correntes pentecostais) em contraposição ao protestantismo histórico ou conservador; os dados censitários de diversos países latino-americanos, que demonstram que o crescimento protestante é bastante variado de país para país; e a importância do fator social nesse processo, enfocando a ampla variabilidade de protestantismos dentro da população de cada país. Por fim, o autor ressalta, conclusivamente, que o cenário evangélico, entre 1960 e início da década de 1990, assistiu ao crescimento das vertentes pentecostais e *neopentecostais*, além de uma profunda alteração em relação ao protestantismo histórico.

Outros pesquisadores da evolução e vieses do protestantismo latino-americano confirmariam as conclusões de Bastian. Souza e Magalhães (op. cit., p. 88), por exemplo, ratificam que Paul Freston, no livro *Pentecostalism in Latin América*,

²¹ De acordo com BASTIAN (1994b, pp. 188-191), os movimentos pentecostais vêm contribuindo para uma desregulamentação religiosa na América Latina. Isso significa que, impulsionado a partir da década de 1960, o pentecostalismo latino-americano recebeu diferentes denominações, segundo os pesquisadores: “agência de cura divina”, “sindicato dos mágicos”, “pentecostalismo autônomo”, “deuteropentecostalismo”, “pentecostalismo de segunda e terceira onda”, *neopentecostalismo* e “pós-pentecostalismo”.

procedeu a uma estimativa conservadora entre os anos de 1990 e 1994, calculando que 45 milhões de latino-americanos eram evangélicos. Destes, 1/3 era protestante e 2/3, pentecostais. Assim, denotam as autoras, a pentecostalização do universo evangélico de cada país variava, então, de 30% nos Andes (onde 2% a 5% da população eram evangélicos) a 80% no Chile (com 15% a 20% da população evangélica). No Brasil, dos 15% a 20% da população evangélica, 62% eram pentecostais. Na Guatemala, entre os 30% de evangélicos, 75% eram pentecostais.

Nessa direção, Souza e Magalhães observam, ainda, que David Stoll confirmou essa tendência na obra *Is Latin America turning protestant?* (1990). Segundo ele, de 1960 a 1985, o número de evangélicos duplicou no Chile, Venezuela, Paraguai, Panamá e Haiti. Na Argentina, Nicarágua e República Dominicana, triplicou. No Brasil e em Porto Rico, quadriplicou. Em El Salvador, Costa Rica, Peru e Bolívia, quintuplicou. No Equador, Colômbia e Honduras, sextuplicou. Na Guatemala, septuplicou.

No entanto, além do aumento de adeptos, é importante frisar a pluralidade de organizações, totalizando inúmeras denominações surgidas entre os anos de 1960 e 1980. Deste contingente fazem parte as denominações *neopentecostais* da América Latina, notadamente as brasileiras.

Segundo, ainda, Freston (op. cit., p. 97-101), o *neopentecostalismo* faz parte da “terceira onda” do pentecostalismo, isto é, sua manifestação se dá após a década de 1970, quando se expandiu e operou considerável transformação no circuito evangélico²².

²² Segundo RICARDO MARIANO (1999, p. 37), “não são todas as denominações formadas em meados dos anos 70 em diante, ou seja, a partir do surgimento da “terceira onda” (Segundo FRESTON, 1993), que podem ser classificadas de *neopentecostais* [...] O que justifica a divisão entre pentecostalismo clássico e deuterpentecostalismo é, sobretudo, o corte histórico-institucional, os quarenta anos que os separam [...] São suas consideráveis distinções de caráter doutrinário e comportamental, suas arrojadas formas de inserção social e seu *ethos* de afirmação no mundo”.

É relevante ressaltar que autores como Willems (1967), D'Epinay (1970) e Bastian (op. cit.) afirmam existir uma dissociação entre pentecostalismo e protestantismo, conquanto ambos sejam parte do viés evangélico. Para os autores, no pentecostalismo se encontrariam diversos traços de continuidade cultural ao catolicismo popular latino-americano à qual eles referem como uma das razões de seu sucesso. Embora compartilhando da mesma opinião, estruturam diferentemente suas teorias. Desse modo, Willems não encara o movimento pentecostal como agente efetivo de modernização social, enquanto D'Epinay recusa a extrapolação da tese weberiana sobre “a ética protestante e o espírito do capitalismo” para a América Latina, rejeitando a idéia de que a mobilidade econômica individual possa aumentar a riqueza ou transformar o desenvolvimento nacional. Por fim, Bastian acredita que, ao contrário do protestantismo do século XIX (que surgiu da cultura política do liberalismo radical, democrático e promotor de uma pedagogia da vontade individual), o pentecostalismo atual provém da cultura religiosa do catolicismo popular, corporativista e autoritário, resultando num protestantismo latino-americano portador de uma cultura também autoritária e vertical.

Dando continuidade ao estudo do pentecostalismo, aparece na década de 1990 o pensamento de Ricardo Mariano (2000, p. 90), no Brasil, para demonstrar que em nossa sociedade “o pentecostalismo se mostra aculturado, acomodado ao ambiente e mais sensível à antropofagia brasileira, sem capacidade para modificar a cultura”.

É importante ressaltar que, de acordo com os três autores mencionados, mais especificamente no *neopentecostalismo*, mantêm-se os fundamentos das igrejas pentecostais clássicas, aproximando-se de seu *ethos*. Porém, apresentam-se diferenças em estratégias de crescimento, estilo litúrgico, costumes, inserção na sociedade e estrutura organizacional empresarial. A prática *neopentecostal* introduz, basicamente, a

espontaneidade e a doutrinação do pastor no lugar da reflexão teológica, caracterizando-se pela tríade cura, exorcismo e prosperidade.

A respeito desse novo estilo litúrgico, Oro (2003a, p. 205-214) resume o perfil das igrejas enquadradas no *neopentecostalismo* inferindo que são igrejas que se mostram possuidoras de exclusividade nos serviços e meios de salvação; apresentam-se com pouca abertura interdenominacional; enfatizam a realização de milagres mediatizados, com testemunhos públicos; e dão destaque a rituais emocionais associados a uma representação demoníaca dos males (sobretudo em rituais de cura).

O autor destaca, ainda, que as igrejas *neopentecostais* usam intensivamente os meios de comunicação de massa (incluindo impressos, programas pelo rádio, programas de televisão e meios informatizados); combinam religião com *marketing* e dinheiro; projetam constante expansão, em alguns casos, para além das fronteiras onde estejam inseridas. Estas ações se relacionariam com sua estratégia de crescimento, na sua inserção no interior da sociedade e na estrutura organizacional das empresas.

Ainda de acordo com Mariano (op.cit., p. 44), a ênfase na batalha espiritual (a luta entre Deus e o Diabo), o apego à cura divina, o uso da confissão positiva, a crença de que o fiel está destinado a ser próspero, saudável e feliz neste mundo e a crença de que o principal sacrifício que Deus exige de seus servos é “ser fiel nos dízimos e dar generosas ofertas com alegria, amor e desprendimento”, são as principais características dos *neopentecostais*. Essa tese é reforçada por Montero (2006, p. 64), quando afirma que a *Teologia da Prosperidade* produz o pobre como ator econômico e o torna responsável por sua salvação. Assim, a ritualização do dinheiro e o fortalecimento da ação do negócio feito entre o crente e Deus dão uma amplitude discursiva necessária à performática atuação da *IURD* em favor da soberania divina e da força da fé apregoadas

às camadas menos favorecidas da população. Tal procedimento propicia a inclusão social na esfera de ação pública, embora as consequências dessa estratégia ainda não estejam completamente mensuradas.

Na percepção de Mariano, há ainda outros aspectos quanto às distinções teológicas e comportamentais no pentecostalismo, conforme se observa no trecho:

No plano teológico, os neopentecostais caracterizam-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na Terra, por pregar a Teologia da Prosperidade, difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, e por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo. (Mariano, 2004, p. 124)

Do ponto de vista comportamental, o autor comenta, também, que os *neopentecostais* são mais liberais, uma vez que suprimiram características sectárias tradicionais do pentecostalismo, rompendo com o estereótipo comum pelo qual os crentes eram reconhecidos.

Essas observações vão de encontro à concepção de Nogueira, para quem:

[...] o Diabo, incorporado aos dogmas do Cristianismo representa as dificuldades do mundo material e espiritual, válvula de escape de uma nova fé, que busca conquistar o seu espaço no meio de crenças mais antigas e arraigadas no seio da população e que necessita da uniformidade de consciência para triunfar. (Nogueira, 2000, p. 31)

Portanto, partindo dessas reflexões, é possível pensar que para o crente ter o domínio sobre as “forças do mal” significa expectativa de salvação para si nesta vida, no momento atual, como prova do sucesso de seu negócio com Deus.

Como uma doutrina modernizada, as igrejas *neopentecostais*, ao invés de optarem pelo ascetismo, arraigaram-se ao hedonismo, visando a uma vida voltada aos bens terrenos, com os quais os fiéis podem gozar prazeres materiais que o mundo tenha

a lhes oferecer. Assim, a seus fiéis é permitido vestir roupas da moda, usar cosméticos e produtos de embelezamento, frequentar praias, piscinas, cinemas, teatros, torcer por times de futebol, praticar esportes variados, assistir à televisão e a vídeos, tocar e ouvir diferentes ritmos musicais, além de executá-los em vários instrumentos. Nessa onda de liberalização entre as igrejas pentecostais, as *neopentecostais* mostraram-se mais inclinadas a uma acomodação na sociedade atual, a seus valores, interesses e práticas.

O *ethos neopentecostal* busca a integração com o mundo ou a afirmação nos ambientes extraeclesiais, e sua preocupação é com esta vida e com este mundo, interessando o “aqui e o agora”. Também nas igrejas *neopentecostais*, os fiéis encontram aparatos relativos à solidariedade material, a terapias espirituais e à ascensão social. A atuação social da Igreja, consoante Mariano (op. cit., p. 254), cumpre o papel de capacitar o crente para enfrentar a pobreza, as agruras do desemprego ou dos empregos de baixa qualificação, os efeitos angustiantes das mudanças socioculturais e do impersonalismo típico das relações interpessoais nos grandes centros urbanos.

Mariano acrescenta:

Daí seus cultos basearem-se na oferta especializada de serviços mágico-religiosos, de cunho terapêutico e taumatúrgico, centrados em promessas de concessão divina de prosperidade material, cura física e emocional e de resolução de problemas familiares, afetivos, amorosos e de sociabilidade. (Mariano ,op. cit., p.225)

Voltando à análise de Oro (2000, p. 6), essas novas dinâmicas guardam sintonia com alguns pressupostos presentes no universo de representação social, quais sejam: a crença no extraordinário poder da religião; a convicção da positividade de todas as religiões; a legitimidade do gasto com o sagrado; e, finalmente, a existência de liberdade de culto.

Disso se pode conceber que o culto *neopentecostal* (fundamentado no sentimento, ocupando o lugar da razão, e em experiências místicas e de magia – referências pontuais de sua doutrina) atrai diferentes sujeitos que dele vêm se socorrendo progressivamente como meio de alcançar a graça desejada na resolução de seus problemas.

1.3 A produção de movimentos sociopolíticos religiosos e a análise da consolidação do *neopentecostalismo* na América Latina

Segundo Scherer-Warren (1984, p. 13-63), foi Lorenz Von Stein quem, em 1840, defendeu a construção de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais. Em especial, ao estudo do movimento operário francês e do socialismo, tema surgido no cerne de um processo de estranhamento das instituições públicas e de alguns segmentos urbanos, [frente ao acelerado processo de industrialização da Europa à época. Nessa ambiência, Von Stein²³ tentou precisar o conceito de “movimento” em contraposição à noção de Estado. O Estado seria um elemento legal e estático, enquanto que o movimento seria a expressão das forças dinâmicas da sociedade.

Entre os movimentos estreitamente encerrados em demandas particulares que ganharam notoriedade nos últimos anos estão os movimentos de motivação religiosa (novos movimentos religiosos – NMRs), os quais demonstram a metamorfose do sagrado na contemporaneidade. Aproximando-se da noção de redenção, estes movimentos se traduzem em um *boom* de “seitas” místicas e esotéricas, de movimentos de reforma no interior das religiões tradicionais, no avanço do islamismo e de “seitas” evangélicas renovadas. Ocorrem concomitantemente ao enfraquecimento dos vínculos institucionais, conquistando fiéis das religiões tradicionais, e têm arrebanhado milhares

²³ STEIN, Lorenz Von *apud*. SCHERER-WARREN (1984, p. 13 – 63).

de novos adeptos por força de seu alardeamento ao grande público, no contexto da globalização mundial e das migrações internacionais que promovem a difusão do pluralismo religioso no mundo inteiro.

Segundo Burity (2006a), por um lado, a reabilitação dos movimentos religiosos no espaço público não deixa de ser resultante das mudanças que se deram desde finais dos anos de 1980. Essas mudanças ocorreram na própria relação entre religião e sociedade e religião e política, com o realinhamento ideológico ocorrido, a crise do socialismo e a hegemonia do neoliberalismo. De outro lado, essa reabilitação teria ampla ligação com experiências de engajamento social e político de instituições e grupos religiosos que já se desenvolviam desde a década de 1950 e que adquiriram, entre fins das décadas de 1970 e 1980, uma considerável visibilidade social: a igreja popular, as comunidades de base, o movimento ecumênico e o movimento de direitos humanos.

A América Latina é um contexto de dimensões socioeconômicas complexas e dinâmicas, que constituem um campo vasto para o surgimento de movimentos sociais, em virtude da prevalência de uma grande diversidade de demandas de suas populações, especialmente entre aquelas concentradas em áreas urbanas. Percebe-se que o rápido crescimento da população, regimes políticos corruptos, que acumularam vultosa dívida internacional, e o visível hiato entre as elites e a população pobre contribuiriam para a configuração do cenário caleidoscópico, propício ao avanço dos novos movimentos religiosos que vêm operando rápida e violenta recomposição no campo religioso latino-americano. Isso poderia ser entendido, seguindo a trilha de Oliveira (2007), como um movimento “desigual e combinado”, ou melhor, em suas palavras, como: “a ferocidade do novo com o atraso do velho presentes na realidade brasileira”.

Partindo para o exame do campo religioso, Johnstone e Mandryk (2003) avaliam que, no ano de 2000, a América Latina, que contava com uma população de 520 milhões de pessoas, tinha 90% deste contingente predominantemente cristão, com significativa taxa de crescimento anual. A região sempre teve uma rica vivência ecumênica, que abarcou as crenças dos povos autóctones, o catolicismo português e espanhol e as religiões africanas. Hoje, porém, se caracteriza pela acentuação do pluralismo religioso, sobretudo a partir dos anos 1990, quando se verificou a ascensão vertiginosa de movimentos evangélicos, capazes de converterem 500 pessoas a cada hora, a maior parte delas no Brasil.

Dentre as denominações evangélicas, destacam-se os movimentos religiosos de inspiração pentecostal, mormente o *neopentecostalismo*, cujo crescimento e consolidação é, no dizer de Souza e Magalhães (op. cit., p. 2), “um dos fenômenos culturais mais surpreendentes da atualidade”, se levarmos em conta o contingente numérico (somam 20% da população latino-americana) e sua visibilidade nos meios de comunicação de massa.

Desde o estudo clássico de Lavile D’Epinay (op. cit.) sobre o pentecostalismo no Chile, ganharam força os esforços para compreender a irrupção e a rápida difusão do movimento pentecostal no continente latino-americano, havendo uma diversidade de concepções para explicar o fenômeno.

Comblin (2001) corrobora com esse pensamento ao dizer que, na América Latina, a partir dos anos de 1990, houve o retorno triunfal da religião, com ênfase na multiplicação das denominações pentecostais, principalmente na periferia dos centros urbanos. Observa, todavia, que tais movimentos religiosos não são centrados na

ortodoxia da Fé, aberta ao diálogo inter-religioso, mas no sentimento, no emocional ou no sectarismo *fundamentalista*.

Na periferia dos centros urbanos latino-americanos, um novo cristianismo triunfa e, na maioria das vezes, a fidelidade ao Evangelho é trocada pela fidelidade à felicidade, ao bem-estar pessoal. Trata-se de uma possibilidade de viver o Evangelho sem praticá-lo. (Comblin, op. cit., 10)

De fato, em análise mais profunda, observa-se que a práxis *neopentecostal* tem apelo essencialmente emocional. Alguns estudiosos associam este tipo de abordagem ao crescimento do *neopentecostalismo* entre as populações mais pobres da América Latina. De acordo com Souza e Magalhães (op. cit.), essa corrente defende que o fenômeno do crescimento pentecostal é consequência direta da pobreza, existindo associação entre a forma de atuação desta denominação e as populações mais pobres, uma vez que elas não possuem perfil intelectual, preferindo aderir a religiões cuja ênfase é sentimental. Por isso, sociologicamente, se falaria do pentecostalismo como a “religião dos pobres”.

Ainda sob o ponto de vista das autoras, fariam parte dessa corrente de pensamento, entre outros, Florêncio Galindo, Ricardo Mariano e Peter Fry. Quanto a Paul Freston, fazem ressalvas. Para ele, aspectos culturais, étnicos, sociais e religiosos do continente, isto é, as dimensões do sagrado, devem ser pesados em igualdade aos aspectos político-econômicos da América Latina. Em contrapartida, elas chamam atenção também para uma outra corrente que identifica no crescimento do pentecostalismo latino-americano manifestações de uma cultura religiosa autóctone e representativa das camadas populares. Então, procurando analisá-lo com base em sua historicidade, concluem que a presença do pentecostalismo coopera para a democratização dos poderes religiosos. Mesmo assim, Souza e Magalhães (op. cit., p. 21) contrapõem a esta corrente duas observações com as quais se concorda: inicialmente, a de que a autoctonia propugnada não se confirmaria integralmente,

“porquanto muitos deles permanecem firmemente leais à cultura de origem”; ademais, no que diz respeito à democratização religiosa, esses teóricos não atentariam para o autoritarismo interno praticado em tais organizações, “em que a figura do líder é venerada e obedecida sem quaisquer mediações”.

Como observou Mariz (1998, p. 10-19), pode-se considerar outra tendência de se explicar o avanço *neopentecostal*, ou seja, por um quadro de nostalgia do mágico, de uma retomada sincrética do religioso, até como forma de convivência com a pobreza e miséria. A proximidade entre a incerteza do mundo urbano e a magia seria percebida em várias práticas ritualísticas *neopentecostais*. Para elucidar tal situação, existiria a *Teologia da Prosperidade neopentecostal*, que prega a pobreza não como fruto de condição social, mas sim, como uma doença que tem cura – miséria e pobreza significariam falta de fé. Por isso, a *Teologia da Prosperidade* elimina a culpa da riqueza. Mais do que isso, “Deus abençoa a ostentação de riqueza, que é um direito de seus filhos”.

Outra explicação recairia sobre o *neopentecostalismo* como um controle de massas pobres da população pelas oligarquias capitalistas, constituindo-se em uma religiosidade alienante, empregada ideologicamente para legitimar a dominação dos pobres sobre os opressores. Ainda de acordo com Santa Ana (1992, p. 11-34), esse argumento cai por terra quando se observa a opção dos *neopentecostais*, que preferem a sociedade de consumo e as “tentações de mercado” – fortemente influenciados pela *Teoria da Prosperidade* – como forma de ascensão social, coerentes a uma religiosidade mágica e utilitária. Segundo o autor, a inserção *neopentecostal* na lógica de consumo e na política reforçaria esta tese, refutando a anterior.

Com efeito, no campo político, os *neopentecostais* alinharam-se efetivamente nas disputas por representações políticas nos países latino-americanos, a partir dos anos de 1990. Seria a manifestação da “terceira onda” proposta por Freston (1999: 331), ou a “pentecostalização por cima”, de Mariano (2000, p. 9), fundamentada na *Teologia do Domínio*.

Há ainda a possibilidade de se analisar a adesão ao *neopentecostalismo* sob o ponto de vista da cultura da pós-modernidade, em que os indivíduos se apresentam desprovidos de historicidade, voltando-se para si mesmos. Sob essa ótica, os *neopentecostais* buscariam uma espiritualidade interior e não mais pela mediação com as instituições religiosas tradicionais. Conforme o estudo de Leonildo Campos (1997, p. 1), esse clima cultural teria facilitado o aparecimento de uma religiosidade centrada nas necessidades e desejos de massas segmentadas, situação pluralista na qual se torna plausível o emprego uma liturgia teatral e de *marketing* religioso: movimentos religiosos (importados dos Estados Unidos ou não) “que apresentam uma associação perigosa entre teatro, templo e mercado”.

1.4 Mudanças no perfil de religiosidade brasileira

Nos domínios portugueses, os jesuítas foram, durante a maior parte da história, aqueles que lograram obter a primazia no campo missionário. No Brasil, sobretudo com a criação e implantação da Companhia de Jesus, em 1531, entre outras ações, configurou-se mais claramente a estratégia da Igreja Católica de manter sua supremacia religiosa ante a Reforma Protestante, garantindo o domínio sobre os indígenas e europeus que aqui estavam. Essa estratégia teria estruturado o caminho para a conquista da hegemonia da Igreja Católica sobre outras manifestações religiosas, legitimando o catolicismo no País. Com efeito, durante 400 anos, o catolicismo permaneceu a religião

oficial do Estado brasileiro, fato jurídico que condenava as outras religiões à ilegalidade.

Mas o modelo jesuítico de catolicismo perderia força mediante progressiva afirmação de uma nova mentalidade racionalista e iluminista. Após os anos de 1800, a Igreja ficaria sob as ordens do Papa, não mais vinculada à Coroa. Desdobrando-se as fases posteriores a esse período, a trajetória da Igreja Católica seria marcada por uma nova experiência institucional, resultante da sua separação do Estado, com a proclamação da República e, num outro momento, seria marcada por uma atuação mais visível dos católicos na sociedade. Dessa breve retrospectiva histórica, é possível conceber que o perfil da religiosidade do Brasil tenha sido construído sobre as tradições da Igreja Católica.

Porém, conforme observa Rubens César Fernandes (2006)²⁴, é importante considerar que o catolicismo brasileiro abriu-se a múltiplas combinações sincréticas, resultando uma cultura religiosa “capaz de abrigar tantas visões quantas lhe fossem apresentadas pela história da comunicação entre os povos”.

Inicialmente, se teria operado no Brasil um sincretismo de influência afro-indígena e, modernamente, um sincretismo que abarcou o espiritismo, a umbanda, as crenças japonesas, como o messianismo, e as religiões orientais, como o budismo. Mais recentemente, operou-se o fenômeno dos movimentos evangélicos pentecostais e *neopentecostais*, que, segundo Jacob et al. (2003, p. 40-41), conquistou “30% dos fiéis das três regiões metropolitanas mais importantes do País: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais”.

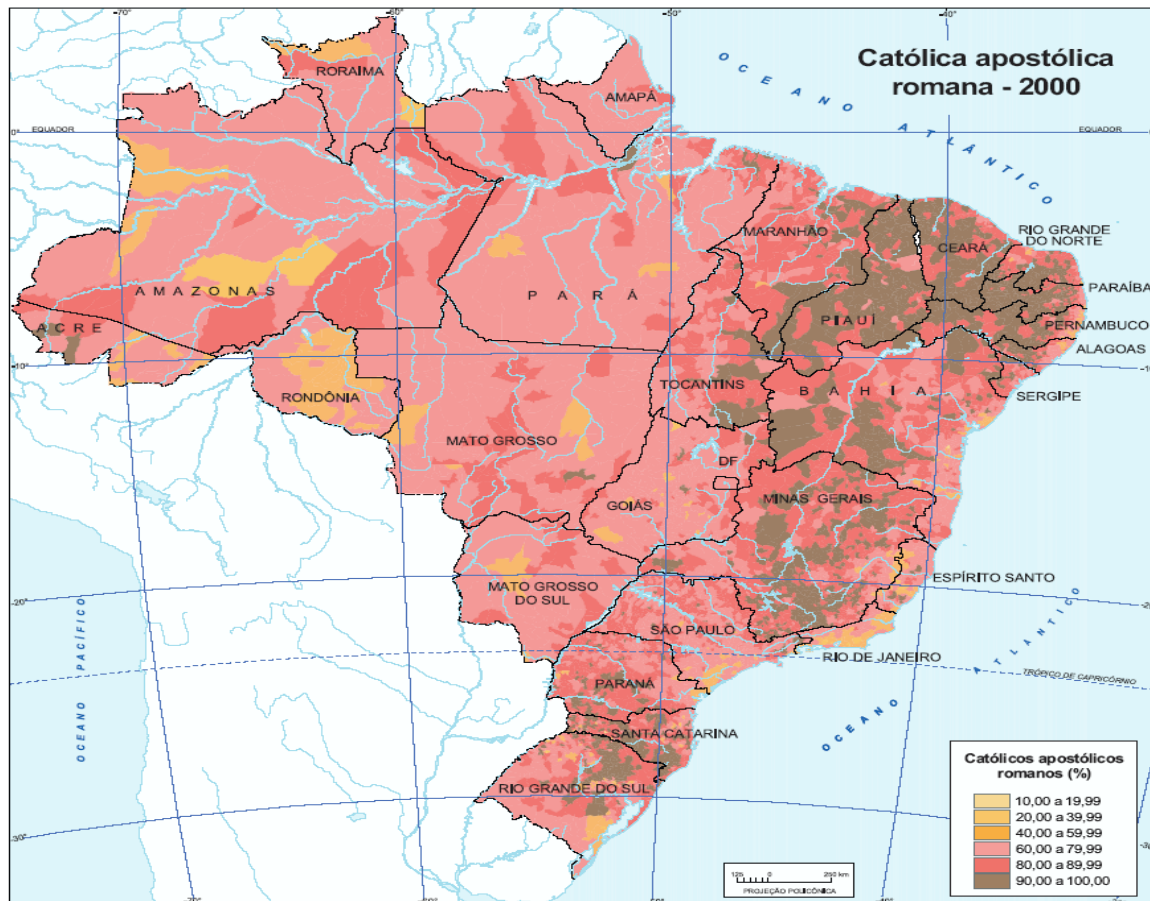
²⁴ FERNANDES, Rubem César. *Pouco padre, pouca missa e muita festa*. Brasil em Foco, Arte e Cultura. Portal do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/incent/apresent/index.htm>. Acesso em setembro de 2006.

Segundo dados do último censo realizado no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE²⁵, no ano de 2000, o Brasil tinha uma população de, aproximadamente, 170 milhões de habitantes, estando 138 milhões deles em centros urbanos. Para pesquisar sobre as religiões e a religiosidade do brasileiro, o IBGE considerou as religiões apontadas por frequência e por visibilidade social relevante e os resultados, segundo o IBGE, mostraram novas condições religiosas que tenderiam ao crescimento e que permitiriam a identificação de maior pluralidade no campo religioso. Como principal tendência, essa crescente variedade de religiões estaria concentrada nas áreas urbanas do Brasil.

A pesquisa destacou que o catolicismo apostólico romano continua sendo, entre nós, a religião dominante, tendo sido declarada por mais de 120 milhões de pessoas, não obstante seu pequeno ritmo de crescimento. A segunda religião em adeptos reúne as denominações evangélicas, que totalizaram cerca de 26 milhões de pessoas, com maior taxa média de crescimento, marcadamente as de origem pentecostal, considerando-se os grupos *neopentecostais*.

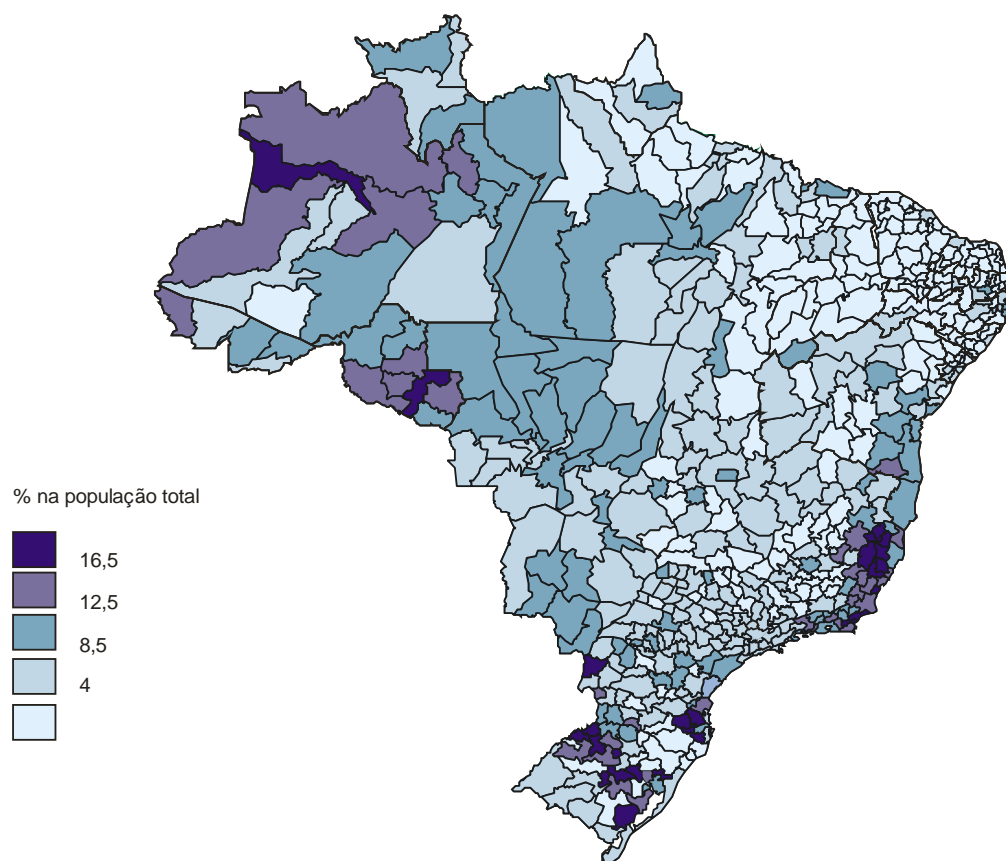
Os Mapas 1, 2 e 3, que se seguem, apontam a incidência geográfica das duas principais religiões no Brasil, tendo o IBGE dividido as evangélicas em missões e pentecostais:

²⁵ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000*. Características gerais da população - resultados da amostra. Documento publicado na *internet*. MPOG. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf. Acesso em: 10.9. 2006.



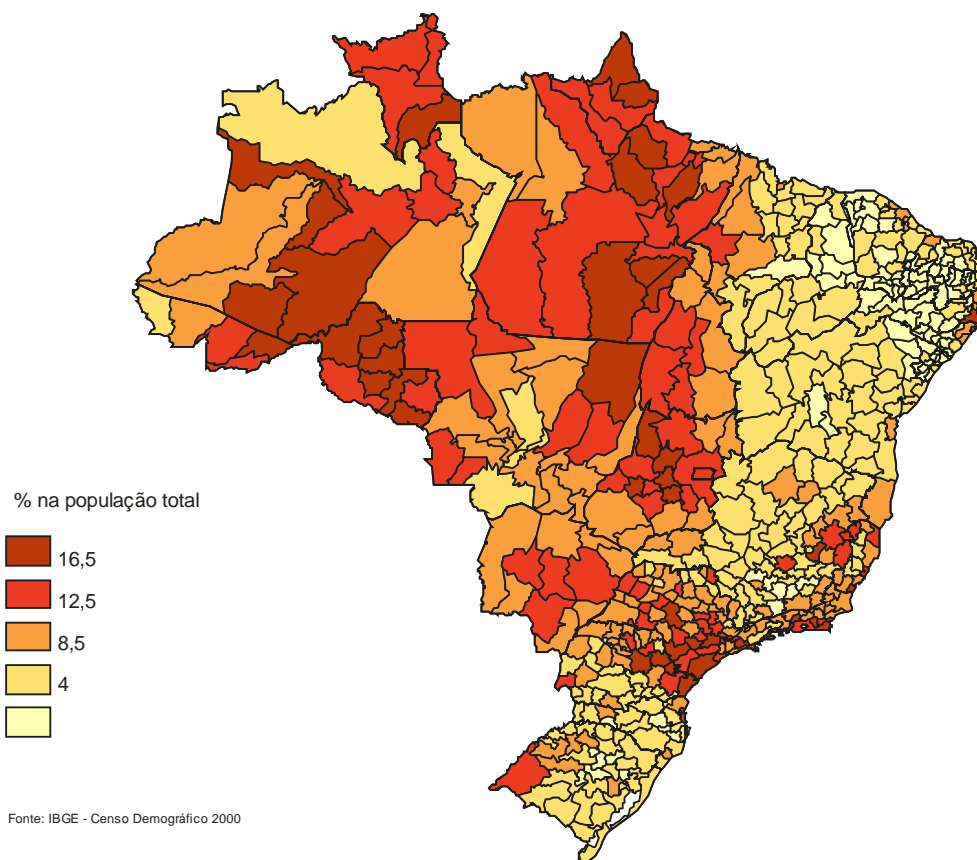
Mapa 1 - Incidência de católicos no Brasil

Fonte: Censo demográfico 2000 - IBGE.



Mapa 2 - Incidência de Evangélicos de Missão no Brasil

Fonte: Censo demográfico 2000 - IBGE.



Mapa 3 - Incidência de evangélicos pentecostais no Brasil

Fonte: Censo demográfico 2000 - IBGE.

Segundo Pierucci (2005, p. 33-39), em números absolutos, o crescimento de adeptos das religiões evangélicas é significativo e surpreendente, primordialmente porque dobraram: “em 1991, havia 13 milhões de evangélicos, enquanto que em 2000 já eram 26 milhões”. Pela amostra do censo, a população de católicos e evangélicos é predominantemente urbana, embora haja diferença de incidência por regiões e Estados. Assim, observando-se os resultados de 2000, acura-se que a porcentagem mais alta de

católicos se concentra nos Estados do Nordeste brasileiro (94,2% na Paraíba, 91,3% no Piauí, 84,9% no Ceará e 83% no Maranhão) e em Minas Gerais. A porcentagem mais baixa de católicos encontra-se no Rio de Janeiro, local onde é significativamente maior o percentual de evangélicos.

Ainda de acordo com os dados mais detalhados de Jacob et al. (op. cit., p. 131-136), observa-se uma série de características demográficas a respeito da distribuição das religiões. Os evangélicos concentram-se mais nas regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste, predominantemente em Rondônia, com 27,7% da população, no Espírito Santo, com 27,5%, em Roraima, com 23,6%, no Rio de Janeiro, com 21%, e em Goiás com 20,8%.

Quanto ao perfil dos fiéis, tem-se que a idade mediana dos católicos é de 25,4 anos de idade, predominantemente de origem étnica branca. Entre os evangélicos, cuja etnia também é predominante branca, os de origem pentecostal são os mais jovens, com idade mediana de 24,4 anos – 61,9% deles têm entre 15 e 64 anos.

Em relação aos níveis de escolaridade, o contingente católico apostólico romano declarado apresenta uma taxa de alfabetização de 86,2% e acompanha o padrão de escolarização da população total. Os evangélicos de missão têm taxa de alfabetização de 94,0%, com taxas de escolarização maiores do que os de origem pentecostal. Os pentecostais apresentam taxa de alfabetização de 87,8%, com maior variação no Nordeste.

Na análise das taxas de atividade, a população ocupada de religiosos representa 66,6%, com proporção semelhante entre católicos e evangélicos de missão. O mercado de trabalho absorve menor proporção de evangélicos de origem pentecostal.

As informações do IBGE sobre o perfil dos fiéis evangélicos na cena urbana brasileira permitiram a Jacob et al. (op. cit., p. 47) destacar o que talvez seja o principal ponto de seu estudo: inicialmente, a considerável incidência de “anéis evangélicos” pentecostais nas periferias das grandes cidades de todo o Brasil; num segundo momento, o autor afirma que essa incidência não está associada especificamente à pobreza, mas à segregação socioespacial que caracteriza os principais centros urbanos.

Mencionando a ausência do Estado, Jacob et al. sugerem que a população pobre da periferia estaria entregue ao narcotráfico, ao político clientelista e à igreja *neopentecostal*. Além da omissão do Estado, justificam essa afirmativa pelo afastamento da Igreja Católica em sua opção pelos pobres – hoje ela estaria concentrada nos brasileiros de alta renda, brancos e escolarizados, moradores das áreas mais nobres das capitais.

À guisa de conclusão, o IBGE afirma que “o Brasil apresenta uma grande diversidade religiosa”. A influência dos sincretismos religiosos sobre a cultura religiosa no Brasil e as conclusões oficiais do estudo censitário sugerem a ideia de que o País reúne muitas e diferentes religiões, o que constituiria uma ampla diversidade religiosa.

Essa linha de pensamento, todavia, é contestada por Pierucci (op. cit., p. 35-36), para quem certas religiões estão restritas a uma pequena parcela da população, cerca de 3%, dos quais um terço é representado por espíritas kardecistas. Candomblé, umbanda, hinduísmo, judaísmo e islamismo teriam pouquíssimos seguidores. Por isso, na concepção de Pierucci, “o Brasil ainda é um país essencialmente cristão”. Para tanto, soma os percentuais arredondados do censo de 2000 referentes a católicos e evangélicos, que perfazem 90% de uma população religiosa cristã. Com este somatório, o autor se contrapõe à interpretação do IBGE, afirmando que “não há espaço para

diversidade religiosa no Brasil como se pensa”. Os resultados obtidos reiterariam a prevalência do catolicismo entre os brasileiros e a ascensão das religiões evangélicas, tendência, aliás, verificada pelo sociólogo desde o censo de 1940²⁶. “Quando voltamos nosso olhar para os dados do censo demográfico do IBGE, essa tão proclamada diversidade não se sustenta”.

Para o mesmo autor, duas realidades ficaram demonstradas pelo censo de 2000. Inicialmente, foi revelado um importante processo de mudança no campo religioso brasileiro, não no sentido da diversidade, mas na relação diretamente proporcional entre o avanço pentecostal e a perda de terreno do catolicismo. Nessa mudança, as religiões herdadas, “a que nós pertencemos por nascimento”, seriam as que estão perdendo fiéis. Já as “religiões de conversão” e mais propriamente denominadas na vanguarda de “religiões solventes” são as que ganham adeptos. Esse processo, enquanto fenômeno social implicaria, para o sociólogo, alterações significativas no cotidiano das famílias brasileiras, pois a ruptura com a tradição religiosa familiar significa, também, dissolução de laços e instituição de processos de individualização:

Estamos passando por um processo de mudança religiosa, onde aquelas religiões que cultivavam as tradições, seja ela qual for – a mais ampla, como no caso do catolicismo, ou a mais restrita, étnica, de um grupo, como no caso do luteranismo – estão perdendo adeptos para aquelas religiões que não seguem as tradições e querem, justamente, instaurar comunidades novas, que se reconhecem como irmãos daqui para frente e não daqui para trás. (Pierucci, op. cit., p. 37)

A outra realidade apontada por Pierucci diz respeito ao esgotamento do protestantismo de imigração, frente à pluralidade evangélica, isto é, uma pluralidade denominacional, com diferenças marcantes entre algumas delas, não obstante um estilo e uma retórica proselitista comuns no sentido da mercantilização da fé. Na dinâmica da

²⁶ Cf. os dados discutidos no ensaio de PIERUCCI (2004, p. 17-28).

pluralidade denominacional prevaleceria o superdinamismo dos ramos pentecostais e *neopentecostais*. Nessa perspectiva, o autor afirma a existência de um novo perfil religioso do País, o qual ainda não estaria de todo delineado, pois a virada protestante ainda não teria se consumado, “embora continue objetivamente prometida pela seqüência dos dados, pela constância das tendências e pelas projeções mais conservadoras”.

A respeito da pluralidade denominacional dos evangélicos no Brasil, Siqueira (2006, p. 13) compartilha do pensamento de Pierucci. Para a socióloga, no país, “o grupo evangélico é marcadamente heterogêneo e se caracteriza pela fragmentação e não-unidade institucional”.

Com efeito, este postulado foi comprovado no estudo de campo de Jacob et al. (op. cit., p. 42). Nele, se evidenciam sinais de disputas internas no mundo evangélico, referenciando a divisão de nichos populacionais entre as diferentes denominações. Por exemplo, a *Assembléia de Deus* atuaria sobre populações muito pobres que, para a *Igreja Universal do Reino de Deus* não interessam tanto, sobretudo em função da *Teologia da Prosperidade* que pregam. A estes últimos importaria a classe média baixa, ávida de consumo e ascensão social.

Ainda segundo Siqueira (op. cit.), haveria também uma diversidade organizacional, teológica e litúrgica nas muitas igrejas e denominações evangélicas. Esta diversidade seria explicada pela multiplicidade étnica e cultural própria do Brasil, pelo processo colonial de sincretismo religioso e pela posterior migração populacional do campo para a cidade, principalmente a partir dos anos de 1950. Porém, dentro da diversidade evangélica, a autora observa a atuação marcante de dois grupos: o pentecostal, cuja maior comunidade mundial está em território brasileiro, e o

neopentecostal. Do primeiro grupo se destacam a *Assembléia de Deus*, a *Congregação Cristã no Brasil*, a *Igreja do Evangelho Quadrangular*, a *Brasil para Cristo* e a *Deus é Amor*. Do segundo grupo, a *Igreja Universal do Reino de Deus – IURD*, a *Igreja Internacional da Graça de Deus*, a *Renascer em Cristo*, a *Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra* e a *Igreja Apostólica Ministério Comunidade Cristã*, todas fundadas a partir dos anos de 1970 e se expandiram bastante na década de 1980.

De acordo com Regina Novaes (2001, p. 53), em 1992, o *Instituto de Estudos da Religião – ISER* realizou uma pesquisa que, considerando os três anos anteriores, indagou sobre a criação de novas igrejas na região metropolitana do Rio de Janeiro. A constatação impressionante apontou para a fundação de 710 novas igrejas – cinco por semana. Deste total, 91,2% das igrejas são pertencentes ao novo pentecostalismo, das quais 80% estão localizadas em áreas carentes da região. Ao apresentar esses dados, Novaes (op. cit., p. 53) comentou: “em outras palavras, na região metropolitana do Rio de Janeiro quanto mais pobre é a área, menos católica ela continua sendo e mais pentecostal ela se torna”.

Localizando essa discussão, é possível identificar que as igrejas pentecostais e *neopentecostais* são marcadas por lideranças personalizadas e autônomas e, sobretudo as *neopentecostais* têm um projeto de crescimento ambicioso, em nível nacional e internacional. No projeto nacional, inclui-se sua inserção na ação política do País.

1.5 Ação política no Brasil e o papel dos evangélicos

Em sua história, a Igreja Católica sempre participou de processos políticos. No Brasil do século XX, marcadamente após a instauração da ditadura militar, seus setores progressistas passaram a exercer maior pressão pela reconquista da liberdade e pela

democracia como regime de Estado. Nos processos eleitorais de abertura democrática, o voto religioso ganhou mais importância a cada ano eleitoral.

De acordo com Campos (2006, p. 31), a participação dos protestantes, que segundo ele chegaram ao Brasil em 1860, foi de início uma expressão minoritária que acreditava na transformação social inspirada nos ideais norte-americanos, de liberdade de consciência, apartação entre Igreja e Estado e a forma republicana de governo. Essa mudança deu-se no início do século XX, pois antes para os não católicos em terras brasileiras restava apenas o que para Bourdieu é considerado “oposição profética” ou “subversão simbólica”. De início, somente foi possível perceber a institucionalização do protestantismo por sua atividade na educação, a exemplo do Colégio Piracicabano e do Instituto Mackenzie. A oposição ao campo político ainda continuou mantendo posturas “escapistas” e “sectárias”, principalmente entre batistas, metodistas e presbiterianos, isto é, protestantes históricos, de postura mais conservadora, oriundos dos Estados Unidos sulistas, derrotados pelos nortistas mais progressistas e liberais.

Com os movimentos reavivalistas pentecostais, a negação do mundo continuou graças à influência da mística protestante puritano-metodista. Ou seja, aquele não era espaço para os “verdadeiros crentes”.

Entretanto, para o próprio Campos (op. cit, p. 35), na primeira década do século XX surgiu um novo estilo de Igreja ou denominação que está mais integrada à sociedade em diversos níveis. A partir desses grupos, ele assinala o aparecimento de dois tipos ideais de políticos protestantes, explicados a seguir.

No primeiro grupo estão os políticos que o autor denomina “políticos evangélicos”, atores políticos de origem protestante que começaram a aparecer nas pequenas e médias cidades de poucas Unidades da Federação na época da República

Velha. O segundo tipo ideal é mais recente e apareceu depois da Constituição de 1988. São os denominados “políticos de Cristo”, caracterizados pelo fato de serem escolhidos, eleitos e, se necessário, aliados da política pelas denominações que comandam sua ação política.

É importante ressaltar que, de acordo com Campos (op. cit., p. 37-48), o “político evangélico” é em maioria aquele que surgiu na década de 1930, e que representa a segunda ou terceira geração de protestantes fazendeiros e ricos, os quais, na maior parte das vezes, souberam transformar capital econômico em capital político e vice-versa (considerando que esta transformação não se esgota e se retroalimenta). Segundo este autor, pode-se destacar entre os políticos evangélicos a atuação relevante Francisco Augusto Pereira (prefeito no interior paulista), Ernesto Luiz de Oliveira (secretário estadual no Paraná), Luiz Alexandre de Oliveira (deputado federal por Mato Grosso), Antonio Teixeira Gueiros (vice-governador do Pará), Ephigênio de Sales (governador do Amazonas e senador), Café Filho (vice-presidente da república de Getúlio Vargas e presidente por curto período), Leonel Brizola (político contemporâneo que ocupou cargos de deputado federal, governador e foi candidato à presidência da república e ao senado) e Ruy Ramos (renomado líder e deputado federal morto prematuramente e que também conseguiu transformar capital midiático em capital político).

Essa geração de políticos, porém, ainda não possuía uma estratégia corporativista para transformar capital religioso em capital político. Contudo, já havia alguma manifestação de pastores de lideranças evangélicas, a qual recomendava aos evangélicos na época de Vargas:

[...] somente mereçam os sufrágios dos evangélicos os candidatos à futura constituinte que sejam portadores do programa liberal e, assim, advoguem a causa da separação entre a Igreja e o Estado, da igualdade e liberdade de

cultos e do ensino leigo nas escolas públicas. (O Expositor Cristão, 18.11.1932)

E mais adiante, para a eleição dos constituintes de 1933:

[...] não votar absolutamente em candidatos ou partidos que adotem programas favoráveis a medidas que comprometam a laicidade do Estado, introduzam ou facultem o ensino religioso nas escolas oficiais. (O Expositor Cristão, 22.2.1933)

O resultado foi a eleição de apenas um constituinte protestante, em oposição a sete padres católicos, o pastor Guaracy Silveira (Partido Socialista) que também foi o único protestante eleito nas eleições de 1945, a despeito da discordância de sua própria Igreja, a Metodista, à eleição de clérigos.

A posição dos Metodistas se justificava, porquanto, para eles, os pastores deveriam se dedicar apenas às atividades religiosas. O político crente deveria ser um leigo que se opusesse à “sede de poder”, ao contrário dos políticos católicos da época.

Após 1945, os protestantes históricos se destacaram mais na política partidária com uma estratégia mais planejada, principalmente no eixo centro-sul, destacadamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os pentecostais, entretanto, tiveram uma inserção tardia, apenas na metade da década de 1960, já sob a administração dos governos militares pós-golpe de 1964. Levi Tavares, da *Igreja Brasil para Cristo* foi o primeiro deputado federal eleito. Depois dele, ainda no período de ditadura, surgiram os nomes de Fausto Rocha, Rafael Gioia Júnior e Ivan Espíndola, todos com forte perfil de direita, anticomunistas, sendo os dois primeiros radialistas famosos.

Depois da primeira geração, composta por batistas renovados, vieram os políticos constituintes eleitos em 1986. Paul Freston (1994) destacou nesse grupo políticos evangélicos de esquerda como Lysaneas Maciel e Benedita da Silva, cujos

perfis diferiam bastante dos de “políticos evangélicos”. Surgiram, então, os “políticos de Cristo”, em busca do sonho sectário de elegerem um Presidente da República entre os seguidores de suas denominações. Esse sonho se estenderia a todos os escalões de governo, pois os Políticos deveriam ser comprometidos com o cristianismo e com a justiça social. Esse novo perfil foi traçado com base em novas representações ideológicas e em virtude do descontentamento dos pentecostais com a maneira tradicional de se fazer política, principalmente expressa na visão moralista dos *neopentecostais*, que abominaram a posição política de protestantes históricos, segundo eles comprometidos com interesses próprios e de grupos “incrédulos”.

No final dos anos de 1980, a Igreja Católica progressista apoiou Luís Inácio da Silva, e os pentecostais ajudaram a eleger Fernando Collor de Mello. Em 1994 e 1998 isso se repetiria, com os pentecostais apoiando, dessa vez, o candidato Fernando Henrique Cardoso.

Em 2002, pela primeira vez o voto evangélico pôde ser comprovado com a candidatura à Presidência da República de um evangélico publicamente assumido: Anthony Garotinho, que recebeu 15 milhões de votos (17% dos votos válidos), o que o colocou em terceiro lugar no primeiro turno eleitoral.

Como cidadãos, é certo que os evangélicos estiveram no universo político desde sempre. Entretanto, o apoio institucional das denominações evangélicas na indicação de candidaturas diversas e sua própria inserção como candidatos na cena política brasileira, no jogo de alianças e nas campanhas políticas, é um fato novo e tem sido uma constante nas últimas décadas. Por conseguinte, é um fenômeno merecedor de observação. De acordo com Mariano (2005, p. 2), “salvo pequenas incursões eleitorais da *Igreja O*

Brasil Para Cristo, no início da década de 1960, os pentecostais se auto-excluíram da vida pública até os anos 80”.

Leonildo Campos (2005, p. 41), na mesma época, considerou que, dos grupos evangélicos tradicionais, apenas a *Assembléia de Deus* teve inserção na política brasileira, visto que outras denominações assim classificadas, como a *Congregação Cristã no Brasil* e a *Deus é Amor*, por exemplo, não toleravam nem toleram qualquer participação na atividade política do País. Ainda assim, para o sociólogo, a inserção político-partidária desses grupos minoritários se limitou, durante determinado tempo, a uma presença individual, não se vinculando a qualquer estratégia conscientemente elaborada de sua respectiva igreja: “O político visitava as igrejas evangélicas pegando votos daqui e dali, mas sempre tentando vender uma imagem de fidelidade ética aos princípios do protestantismo brasileiro”²⁷. Na avaliação do autor, foram os *neopentecostais*, em especial os da *Igreja Universal do Reino de Deus*, que inauguraram uma nova forma de fazer política (que influenciaria os pentecostais), em que as diretrizes passaram a ser discutidas na cúpula da Igreja. A influência da *IURD* sobre os grupos pentecostais tradicionais explica, então, por que as igrejas evangélicas trabalham de maneira coesa quando o candidato é ‘um irmão’, conforme também afirmam Jacob et al. (op. cit., p. 39-44) no seu estudo.

A parcial mudança no comportamento político dos pentecostais incluiu no grupo das igrejas evangélicas com atuação política mais constante, além da *IURD*, a *Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra* e a *Igreja Apostólica Ministério Comunidade Cristã*. Segundo Miranda (2006, p. 152-153), a partir da década de 1980, a política brasileira recebeu seu “batismo no Espírito Santo”, embora se identificassem muitas diferenças no “jeito” de fazer política entre os diversos grupos. Essa atuação

²⁷ Loc. cit.

resultou em “bancadas evangélicas” cada vez maiores – em 1986, os evangélicos elegeram 33 parlamentares e, em 2005, elegeram-se 62 deputados federais evangélicos, dos quais 44 eram pentecostais, isto é, 72% desta bancada.

Com fundamento na tese agonística, Siqueira (op. cit., p. 15) comenta que a incontestável representação formal dos pentecostais e *neopentecostais* no cenário político brasileiro lhes dá tal visibilidade pública que sugere a consolidação dessa atuação como um de seus pilares, pois ainda que uma igreja tenha como núcleo central a propagação da fé através de sua mensagem religiosa, de seus atos litúrgicos e de suas práticas pastorais, ela também se volta à defesa de seus interesses institucionais. Sobre esta defesa recairiam aspectos vantajosos na sua relação com os poderes constituídos.

Com efeito, é no Poder Legislativo que se encontra o espaço de discussões e concessões das licenças do uso dos meios de comunicação. A televisão e o rádio são espaços importantes para qualquer grupo que queira ampliar sua capacidade de influência na esfera pública. Também é nessa esfera de Poder que são manipuladas as concessões de recursos públicos para grupos de interesse e pressão específicos, por meio dos orçamentos, de proposições e de barganhas entre Legislativo e Executivo.

Nesse sentido, Siqueira (op. cit., p. 14) observa que, a partir da representação no Congresso Nacional, os evangélicos conseguiram mais concessões de estações de rádio e de canais de televisão, bem como a permissão para o registro de jornais e meios de comunicação impressa de massa. Na área de comunicação, os grupos evangélicos seriam donos de editoras e gravadoras, que complementariam a lógica política/midiática/empresarial, na qual se fundamentam.

Os números se confirmam na pesquisa de Lima, que identificou na *Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)* da Câmara dos Deputados os números destacados nos Quadros 1 e 2:

Quadro 2 - Membros da CCTCI concessionários de emissoras de rádio e TV que votaram em 2003

Nome do deputado	Partido	UF	Cargo na Comissão	Tipo de Concessão	Número de Concessões	UF da Concessão	Votaram / Não Votaram
Alexandre Santos	PP	RJ	Titular	OM	01	RJ	S
B. Sá	PPS	PI	Suplente	OM	01	PI	S
Bispo Wanderval	PL	SP	Titular	FM e OM	06	RS, BA, SP, SC, PB	S
Carlos Lereia	PFL	SP	Titular	OM	01	SP	S
Carlos Nader	PMDB	PA	Titular	FM e TV	02	PA	S
Corauci Sobrinho	PFL	SP	Presidente	OM	01	SP	S
João Batista	PFL	SP	Titular	FM, OM, OC e TV	07	DF, SP, PR e BA	S
João Mendes de Jesus	PL	RJ	Titular	FM e OM	02	AL e RS	S
José Carlos Machado	PFL	SE	Suplente	FM	01	MT	N
José Carlos Martinez	PTB	PR	Titular	TV	04	RJ, PR e SP	S
José Rocha	PFL	BA	Titular	FM e OM	02	BA	S
Julio Cesar	PFL	PI	Titular	FM	01	PI	S
Nelson Proença	PPS	RS	Titular	OM	02	RS	S
Oliveira Filho	PL	PR	Suplente	FM	01	PR	S
Pedro Irujo	PL	BA	Titular	FM e OM	04	BA	S
Ricardo Barros	PP	PR	Titular	OM	01	PR	S

Fonte: LIMA (2006, p. 119-143) e <http://www.camara.gov.br>.

Partidos:

PFL – Partido da Frente Liberal [atual
Democratas (DEM)]
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático
Brasileiro
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Radiodifusão:

AM – modulação em amplitude
FM – frequência modulada
OC – ondas curtas
TV – televisão

Votação:

S – sim
N – não

Quadro 3 - Membros da CCTCI concessionários de emissoras de rádio e TV que votaram em 2004

Nome do deputado	Partido	UF	Cargo na Comissão	Tipo de Concessão	Número de Concessões	UF da Concessão	Votaram / Não Votaram
Aníbal Gomes	PMDB	CE	Titular	OM	01	CE	N
Carlos Lereia	PSDB	GO	Suplente	FM e OM	02	GO	N
Carlos Nader	PL	RJ	Suplente	FM	01	RJ	S
Coraucci Sobrinho	PFL	SP	Titular	OM	01	SP	S
Jader Barbalho	PMDB	PA	Titular	FM e TV	02	PA	N
João Batista	PFL	SP	Titular	FM, OM, OC e TV	07	DF, SP, PR e BA	S
João Mendes de Jesus	PL	RJ	Suplente	FM e OM	02	AL e RS	N
José Carlos Machado	PFL	SE	Suplente	FM	01	MT	N
José Rocha	PFL	BA	Titular	FM e OM	02	BA	S
Julio Cesar	PFL	PI	3º Vice-presidente	FM	01	PI	N
Nelson Proença	PPS	RS	Titular	OM	02	RS	S
Pedro Irujo	PL	BA	Titular	FM e OM	04	BA	N
Ricardo Barros	PP	PR	Titular	OM	01	PR	N
Romeu Queiroz	PTB	MG	Suplente	OM	01	MG	N
Zé Geraldo	PMDB	CE	Suplente	OM	01	CE	N

Fonte: LIMA (2006, p. 119-143) e <http://www.camara.gov.br>.

Legenda:

Partidos:

PFL – Partido da Frente Liberal [atual Democratas (DEM)]
 PL – Partido Liberal
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 PP – Partido Progressista
 PPS – Partido Popular Socialista
 PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Radiodifusão:

AM – modulação em amplitude
 FM – frequência modulada
 OC – ondas curtas
 TV – televisão

Votação:

S – sim
 N – não

Ao interpretar os dados, observa-se que deputados mantêm contratos ou exercem cargos/funções em concessionárias de serviços públicos, mesmo contrariando a determinação da Constituição Brasileira. Pior, participam ativamente das votações para renovar e homologar a concessão de serviços de rádio e TV, e também dos processos de

elaboração, apreciação e votação de matérias referentes aos serviços de radiodifusão no país. Veja-se, por exemplo, que em 2003, 16 deputados da *CCTCI* constavam como sócios e/ou diretores de emissoras, destacando-se que quatro deles eram membros eclesiais da *IURD*. Em 2004, esse número correspondia a 15 deputados, dos quais dois também eram da *IURD*. Ressalte-se que, em ambos os casos, os referidos parlamentares não se abstiveram de votar.

Ademais, é importante notar que da bancada da *IURD* na legislatura 2003-2007, cuja composição totalizava 16 parlamentares, 11 deputados ocuparam assentos na *CCTCI*. Além dos nomes já mencionados nos quadros, também integraram a Comissão, entre os anos de 2005-2006, os deputados Heleno Silva (PL/SE), Marcos Abramo (PP/SP), Paulo Gouvêa (PL/RS), Marcos de Jesus (PFL/PE), Almeida de Jesus (PL/CE), Jorge Pinheiro (PL/DF) e Viera Reis, do Partido Municipalista Renovador (PMR/RJ), cujo nome foi alterado para o atual Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Portanto, no que diz respeito à inserção de grupos evangélicos brasileiros na mídia, Campos (op. cit., p. 43) considera que ela se assemelha à sua inserção na política. Logo, na concepção evangélica, o espaço público da política e o espaço público da mídia caminham lado a lado, dentro de uma mesma perspectiva.

Especificamente quanto às atividades na televisão, Alexandre Fonseca (2003: 43-44) informa que, no primeiro semestre do ano 2000, os programas evangélicos representaram cerca de 80 horas semanais de veiculação, com “conteúdo proselitista, com ênfase nas curas e na disseminação da cultura evangélica”. Essas horas viriam a se ampliar três anos depois, em 2003, quando seis emissoras evangélicas estavam em funcionamento. Seus proprietários eram: a *Igreja Universal do Reino de Deus*; a *Igreja Internacional da Graça de Deus* (com maior presença na mídia, cerca de 100 horas

semanais); a *Assembléia de Deus*; a *Igreja Renascer em Cristo*; a *Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra*; e a *Igreja Batista da Lagoinha*.

Dentre as igrejas evangélicas de atuação televisiva, evidentemente se destacou a *Igreja Universal do Reino de Deus*, com um canal comprado em 1990, a Rede Record de Televisão, que hoje é a segunda colocada entre as emissoras abertas do Brasil, com programação variada e cobertura em 98% de todo o território nacional. As emissoras também cobrem 130 países e estão representadas no Brasil por 100 retransmissoras. Os Mapas 4 e 5, que se seguem, expõem, respectivamente, a presença da *Rede Record de Televisão* e a da *IURD* no território nacional.



Mapa 4 - Presença da Rede Record no Território Nacional

Fonte: Rede Record de Televisão – 2003.



Mapa 5 – Presença da IURD, em número de templos, no Território Nacional

Fonte: <http://www.igrejauniversal.org.br> – 2009

Siqueira (op. cit., p. 16) também observa que os evangélicos, nas bancadas parlamentares, atuam pela promulgação ou modificação de leis sobre assuntos variados de seu interesse institucional: doação de áreas públicas para a construção de templos, infraestrutura eletrônica de grande porte, etc. É, ainda, no Congresso Nacional e nas Câmaras Estaduais ou Municipais que eles conquistam objetivos específicos de um conjunto de indivíduos, centralizando suas preocupações em torno da aprovação de projetos de interesse dos membros de suas denominações, uma vez que tais interesses serviram de incentivo à sua própria eleição.

Para além desta atuação, os políticos evangélicos fariam um esforço para demonstrar que os projetos que beneficiam diretamente os fiéis de suas denominações são também projetos para favorecer muitas camadas da população não necessariamente evangélicas. Teriam aí, portanto, o argumento ideal para a sua legitimidade. Nessa perspectiva, a luta dos evangélicos por influência política incorporaria partidos, funcionários de alto escalão na esfera dos governos, organizações de prestígio e adesão dos formadores de opinião, em uma estratégia de convencimento.

Para Maria das Dores Campos Machado (2006, p. 12-24), a formação de lideranças políticas, operada pelas comunidades pentecostais e *neopentecostais* no Brasil, recai sobre líderes populares que aliam a construção de uma identidade política ao pertencimento a uma denominação religiosa. Nesse sentido, se poderia discutir o caráter e a natureza ideológica destas lideranças. Quanto ao caráter, a autora considera que a inserção de evangélicos na política brasileira significa o “uso da religião como via de acesso à vida pública”. Nesta dimensão, surgiria uma nova forma de conceber a representação política e o relacionamento com o espaço público, positivados com fundamento em uma “gramática religiosa”. Politicamente, embora haja uma participação mais elaborada e estratégica na política partidária dos evangélicos, a autora ressalta a possibilidade da ocorrência do risco e do vício do voto clientelista, uma vez que existe a supremacia do uso da identidade religiosa sobre a identidade partidária. Apesar disso, admite a mobilidade partidária no Brasil como fenômeno recorrente na realidade “incipiente” da cultura política nacional.

Do mesmo modo, Mariano (op. cit.) comenta que o perfil ideológico dos líderes pentecostais e *neopentecostais* foi historicamente associado aos governos militares da época da repressão política no Brasil, que, privados do apoio católico, promoveram

alianças com os grupos evangélicos, especialmente em razão de seu posicionamento político de direita – aversão genuína ao comunismo, inclinação ao clientelismo.

É interessante notar que nessa época os evangélicos se mantinham majoritariamente afastados do jogo político-partidário, motivo pelo qual foram vistos como alienados. Na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, porém, se elegeram 32 deputados federais, dos quais 18 eram pentecostais e 13 da *Assembléia de Deus*. Segundo o autor, a representação pentecostal, que na legislatura anterior contara dois parlamentares, “teve um salto da ordem de 900%”²⁸.

Na observação do desempenho desses parlamentares no Congresso Nacional, Pierucci e Prandi (1996, p. 163-190) constataram que entre todos prevaleceu a defesa de posições consideradas conservadoras, que apontavam sua incapacidade em separar a esfera política da moralidade privada, ao rejeitarem propostas progressistas de transformação social.

No mesmo sentido, Mariano (op. cit.) ainda comenta que a atuação inicial da bancada evangélica foi marcada por um acentuado conservadorismo moral e pelo fisiologismo “descarado” de certos parlamentares, cujos mandatos foram cassados. Menciona que, em 1989, “os pentecostais condenaram o voto nos candidatos de esquerda à Presidência da República”. E, no segundo turno, ao apoiarem Fernando Collor de Mello, sua retórica eleitoral religiosa ainda recaiu sobre “o discurso do medo, do temor, do risco e da perseguição religiosa”. É ainda o autor que observa que desde essa época até recentemente, na mesma proporção em que os evangélicos pentecostais aumentaram suas lideranças no Congresso, o número de parlamentares vinculados a novas igrejas teria aumentado, sempre na defesa intransigente de seus interesses

²⁸ Cf. Ricardo Mariano (2005). Disponível: <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/5/13.shtml>. Acesso em agosto de 2006.

corporativos, com uma moralidade cristã rigorosa. Analisa também, na mesma proporção, que a filiação desses religiosos a partidos de centro-esquerda se ampliou, pois “são cortejados e assediados por partidos de todos os matizes ideológicos”.

Na mesma direção de outros autores e com base em pesquisa de campo realizada no Estado do Acre em 2003, Enock da Silva Pessoa (2003) centraliza sua investigação na ideia de que os evangélicos, em geral, estão cada vez ganhando mais consciência política. Para tanto, vale-se da observação de que as lideranças de igrejas evangélicas históricas têm sido não apenas mais favoráveis à entrada de evangélicos na política, como têm se posicionado ideologicamente mais à esquerda. Tal posição seria igual a dos pentecostais representados pela *Assembléia de Deus*, pela *Igreja do Evangelho Quadrangular* e pela *Deus é Amor*.

Contudo, o autor afirma que a exceção ficaria por conta dos *neopentecostais* da *Igreja Universal do Reino de Deus* e da *Igreja Internacional da Graça de Deus*, que responderiam às questões políticas de modo essencialmente religioso, manifestando crenças negativas na política. Nesta dimensão, demonstrariam maior simpatia pela direita ideológica. Dessa forma, este posicionamento político e ideologicamente antagônico entre os diferentes braços evangélicos, acirraria a disputa entre as denominações. Esta hipótese foi igualmente reforçada por Machado, M.D. (op. cit., p. 52-161) em sua pesquisa, quando reafirma a impressionante capacidade das estruturas eclesiais evangélicas para assimilar a lógica do jogo político e de mobilizar os eleitores, no exato momento em que movimentos sociais tradicionais estão em refluxo.

Portanto, as igrejas evangélicas representariam espaços de mobilização, socialização e conscientização política (mesmo com influências sobre a decisão do voto), além de servirem como *locus* de oração.

CAPÍTULO 2

O PROJETO POLÍTICO DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

Neste capítulo investiga-se a relação entre a evolução do Estado brasileiro, a sua tradição populista e clientelista, a imbricação entre público e a esfera privada além da ascensão política da *IURD*. Procura-se conhecer, ainda, de que forma estas características se fazem presentes na história política da denominação e de que maneira ela concretizou sua inserção no quadro político brasileiro, investigando também a possível influência da *Teologia do Domínio* nessa iniciativa e a recente criação de um partido político, cuja origem remonta à coleta de assinaturas nos templos da Igreja, mas que busca atuar de maneira a transcender o estigma de partido da Universal.

2.1 Relacionamento sociopolítico no Brasil - A origem da *lógica universal*

Convém destacar as relações sociopolíticas na sociedade que alicerçaram a constituição do Brasil atual, e, para tanto, pode-se iniciar com a seguinte afirmação de Sérgio Buarque de Holanda:

Em terras em que todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitada e temida. Os privilégios hereditários, que, a bem dizer, jamais tiveram influência muito decisiva nos países de estirpe ibérica. [...] À frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e Brasil.[...] As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir. (Holanda, op. cit., p. 32-33)

Com esse pensamento, o autor fornece os traços que marcam a cultura política em nossa sociedade. Contaminada por privilégios e imunidades desde a Colônia, consegue-se identificar na classe dirigente brasileira ao longo da história os paradoxos sociopolíticos em todas as etapas de construção simultânea do Estado e da sociedade.

Desde o Brasil colonial, o traço de autoritarismo se manifesta e tal aspecto implica em suavizar os impactos das mudanças econômicas, culturais, políticas e sociais necessárias e realizadas para o tecido social. É como se a inovação empreendida carregasse sempre algo de arcaico e rude, impedindo a finalização dos processos de democratização e participação ou imprimindo características não afeitas às mudanças. Também é determinante ressaltar a ausência das camadas populares em processos decisórios, principalmente, identificar a ausência de verdadeiras rupturas estruturais.

Raízes do Brasil constitui uma obra cujo percurso histórico é peça-chave ao entendimento dos traços de continuidade da estrutura excludente e autoritária pela qual o capitalismo e a democracia se conduziram. A partir dessa obra essencial, é possível refletir sobre a organização política débil, por meio da qual se estruturou nosso Estado.

No Estado brasileiro, consolidado no auge do positivismo europeu, as palavras de ordem empregadas foram “ordem e progresso”, como pregava Augusto Comte. Longe do discurso magníloquo da nossa intelectualidade ávida pelo modernismo das metrópoles, permanecia, contudo, um aparelho estatal domesticado ao gosto da velha aristocracia. Como bem assinalou Sérgio Buarque de Holanda (op. cit., p. 139-151), permearam e permeiam a história do povo brasileiro desde o processo de colonização ideias que se transformaram em quase diagnósticos sobre personalidade, gênio e a maneira de ser do nosso povo, personificado pela alegoria do “homem cordial”²⁹, descrito pelo autor como a herança brasileira para o mundo.

²⁹ Segundo HOLANDA (1995), o “homem cordial” é uma metáfora que identifica o indivíduo escondido em uma máscara de polidez, um verdadeiro disfarce que resguarda suas emoções na esfera social. Assim, o manejo da cordialidade lhe permite forjar a construção de uma sociabilidade que mimetiza o ambiente familiar patriarcal, isto é, um comportamento social que busca, por exemplo, a intimidade com a autoridade, o uso constante de diminutivos na linguagem, o rompimento de hierarquias e a expressão religiosa personalista e intimista.

O “homem cordial” é resultado da estruturação de sociedade de origem ruralista que nunca perdeu elementos característicos do autoritarismo que marca os vínculos sociais. Trata-se de estrutura social que apresentou uma diversidade de entraves para muitas transformações necessárias à sociedade, considerando que a forma de organização característica do meio rural apresenta, além da organização econômica típica, uma sociabilidade específica, cujos princípios norteadores vão de encontro aos ideais de democratização de acesso aos bens, aos meios de produção e à expressão das vontades, já que naquele meio predomina uma estrutura patrimonialista, hierarquizada, nas qual o acesso aos bens e meios produtivos está restrito aos latifundiários.

Também importa ressaltar que houve um descompasso entre a evolução do processo socioeconômico e sociocultural neste país. Assim, cabe destacar algumas fases do processo que marcou a formação do que viria a ser conhecido como “homem cordial”. Note-se, por exemplo, que a passagem da vida rural para a urbana, observada por alguns intérpretes do pensamento social brasileiro - tais como Raimundo Faoro, Florestan Fernandes, Roberto Schwartz e Antônio Cândido, entre outros - como uma revolução, significou na prática uma maior independência da cidade em relação ao campo e uma diminuição da influência ibérica sobre o brasileiro, influência que contribuiu para formação do chamado “homem cordial”, das relações estabelecidas entre a classe dominante e classe dominada, do recrudescimento de certas tendências observadas na evolução da sociedade brasileira contemporânea.

É possível, desse modo, evidenciar o aparecimento do “homem cordial”. Para Holanda (op. cit., 146), este ente é caracterizado por: “lhanheza no trato, a hospitalidade, a generosidade [...] representam [...] um traço definido do caráter brasileiro”, compreendido enquanto produto de uma estrutura familiar repressora, em um território onde os interesses pessoais se sobrepõem a toda ética e moral socialmente

desejáveis, à invasão do espaço público pelos interesses privados e do Estado pelos valores familiares. Ele é fruto da estrutura dos engenhos: autossuficiente e rigorosa, que dá ao seu proprietário autoridade máxima como a de um chefe de “repúblicas independentes” (Holanda, op. cit., 81) para decidir até sobre o direito de vida e de morte de seus parentes e agregados. Contudo, o autor nos mostra que a cordialidade não deve ser interpretada no sentido unívoco de benevolência, civilidade ou “boas maneiras” de objetivos moralmente bons. Ao contrário, o autor adverte que o tratamento gentil é interesseiro e pode transformar-se, em casos de contrariedade de interesse pessoais, em violência profunda. Assim, Holanda expressa:

Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’ e civilidade.[...] Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções. [...] Foi esse mesmo tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: *Vosso amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativoiro*. (Holanda, op. cit., p. 147)

O que cabe ressaltar nesse contexto é que todo esse artifício “cordial” representa uma sociabilidade apenas de “aparências”, uma “máscara social” que, na verdade, não se impõe ao caráter individual e não exerce efeito positivo na construção de uma mentalidade coletiva. O traço que marca definitivamente o convívio social ordinário muito diferente da polidez aparente é, de algum modo, de defesa ante a sociedade, uma mal acabada imitação de povos mais adiantados apenas pelo desejo de compartilhar a intimidade do outro. Ainda de acordo com o autor, esse comportamento também se projeta na expressão da religiosidade característica do país, à imagem da tradição ibérica, e mostra muito mais um culto intimista e festivo com os santos, com as promessas, os votos, os amuletos identificados com a perspectiva do catolicismo devocional e protetor. É o “afrouxamento” do culto e do rito, que tão bem se transferiu para a vida em família e dela para o domínio público. Essas práticas, em suma, representam a continuação da repulsa pelo ritualismo que tanto distancia o sujeito de

seu objeto de adoração, cuja representação viva, até meados do século XX, foi o que se denominou catolicismo popular³⁰ e se apresenta reinterpretado em ritos *neopentecostais* da década de 1950 para cá.

Corroborando com a tese de Holanda, mas ampliando a análise do funcionamento da sociedade e Estado brasileiro, se apresenta o trabalho de Raymundo Faoro em *Os donos do poder* (1979), ao assinalar que o Estado brasileiro em sua evolução se configurou para conferir estabilidade a um poder “estamental-burocrático”³¹ e ao patrimonialismo baseado no privatismo das relações no espaço público, herdados do reino de Portugal, e cujas consequências envolvem a combinação de conservadorismo e modernidade no Brasil. Nesse cenário, Faoro identifica que o representante, ao contrário do esperado, submete a vontade do representado e a participação direta deste último restringe-se apenas ao exercício regular do sufrágio universal com a periodicidade e o Estado, conforme a decisão de uma minoria

O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configuram o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam, difundem seus padrões de conduta a muitos. O grupo dirigente não exerce o poder em nome da maioria, mediante delegação ou inspirado pela confiança do povo, como entidade global se irradia. A minoria exerce o governo em nome do próprio, não se socorre da nação para se justificar o poder, ou para legitimá-lo jurídica e moralmente”. (Faoro, p.108)

Ao discutir as etapas históricas do país, Faoro destaca o patrimonialismo como uma herança da Corte portuguesa que está presente junto a uma ordem burocrática no fundo de uma ordem comercial que é liderada pelo monarca. Ressalta o papel da burguesia portuguesa que, aliada ao rei, funcionava como fator de poder e introduziu na colônia a exploração comandada pelo estamento burocrático. Descreve o grupo de

³⁰ Segundo PEDRO DE ASSIS RIBEIRO DE OLIVEIRA (1976, p. 131-141), o catolicismo popular é aquele em que as constelações devocional e protetora predominam sobre as constelações sacramental e evangélica. As duas primeiras se definem pelas relações diretas e sem interferências do homem com o sagrado (visão antropocêntrica), enquanto as últimas fornecem sustentação doutrinária ao Catolicismo Oficial.

³¹ Na visão de SCHWARTZMAN (2003, p. 207-213), nesse sistema o poder político era exercido em causa própria, por um grupo que visava dominar a máquina política e administrativa do país.

comando na condição de estamento político, típico das sociedades capitalistas atrasadas. Ao mesmo tempo, o autor indica a presença de uma nobreza improdutiva e exploradora empenhada em extorquir a colônia por meio de seus representantes. Assim, para Faoro:

O estamento é uma comunidade amorfa, seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo qualificado para o exercício do poder. Ao contrário de classe, no estamento não vinga a igualdade das pessoas – o estamento é um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social. (Faoro, op. cit., p. 45-46)

A chegada da família real coincide com o princípio de impulsos liberais na sociedade. Senhores de terras e monarcas compartilham o poder, já influenciados pela modernidade inglesa. O localismo liberal prevalece em detrimento do centralismo do Império até a queda do regente Feijó, quando conservadores retomam o poder. Só em 1836, liberais e conservadores passam a dominar a cena política, aqueles mais afinados com as demandas ruralistas, e estes, com financistas e comerciantes. Para Faoro, a representatividade popular continuava ser o problema da política. A insignificante quantidade de eleitores dominados pelo cabresto dos coronéis consolidou um sistema partidário excludente e manipulativo. O tráfico de influências estava restrito ao estamento hereditário e aristocrático e às classes dominantes, prevalecendo o conluio *paroquialista, fisiologista e clientelista*.

No segundo Império, a dependência econômica rendeu dividendos ao estamento burocrático. Privilégios e imunidades se consolidaram em virtude da prosperidade do café; um Estado intervencionista garantiu a aristocracia e a liberdade entre seus pares, ao passo que a classe média representava o descontentamento. O liberalismo, recalcado nas décadas anteriores, retornou nos anos de 1860 e acabou resultando em manifestos a favor do sistema republicano, da autonomia local e do federalismo por parte dos latifundiários do Centro-Sul. No final da década de 1880, o conflito derrocou o Império.

Segundo a análise de Victor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto*, a República se iniciou alicerçada pela Emenda Constitucional de 1891:

Formou-se logo uma corrente estadualista. [...] consagrava a emenda 'o princípio da autonomia dos municípios' e deixava aos Estados 'plena liberdade para os organizar' como melhor julgarem conveniente aos seus peculiares interesses. (Leal, 1986, p. 117)

Com a República, o liberalismo político também trouxe à cena as bases de uma economia na qual prevalecia a concorrência, não sem a proteção e a cooptação estatal. Patrimonialismo e capitalismo coroaram o paradoxo da República Velha, com sua política de governadores e alienação geral dos cidadãos comuns.

Voltando às observações de Faoro, ao analisar a política da República Velha, verifica-se que clientelismo e a oligarquização local se acentuaram nesse período histórico e, embora haja mudanças de um regime político para o outro, sempre permanecem traços de continuidade na estrutura de poder:

Nesse comércio de favores, fixam-se compromissos bilaterais, entre governadores e presidente, abrangendo os parlamentares. Se o sistema garante a estabilidade do grupo dirigente estadual, oligarquizado nos partidos locais e, dentro deles, nos grupos familiares, assegura a permanência dos Deputados e senadores para um convívio até a que a morte os separe, salvo se um furacão lhe quebrar a continuidade. A elite republicana – não mais o estamento imperial – guarda continuidade, renovada na sucessão da morte, embora a homogeneidade seja arrastada pelas correntes centrífugas de sua base. (Faoro, op. cit., p. 582)

A partir da década de 1920, os coronéis voltaram a dominar a cena política e econômica e deram continuidade ao projeto de poder fundamentado na violência e na fraude. Tais procedimentos confirmam a privatização do público na pessoa de um líder que detém os meios para contemplar afilhados e massacrar oponentes. De acordo com Leal (1986), é “a política do que premia amigos e radicaliza a punição aos inimigos”.

Na ascensão da aristocracia sulista, o estamento continuou a se sobrepor à estrutura estatal. Mais uma vez, se recorrerá à análise de Faoro para sintetizarmos os acontecimentos históricos desde a metrópole portuguesa até o Governo Vargas:

De D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessa do oceano largo.[...] Ao longo dos séculos, o país transformou-se, novas tecnologias surgiram, o mundo mudou, mas o estamento burocrático se manteve imutável: 'Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político - uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes - impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando'. (Faoro, op. cit., p. 733-737)

Getúlio Vargas tomou o poder na década de 1930 e imprimiu em seu governo o auge do populismo autocrático e o patrimonialismo estatal. A partir do Estado Novo, demarcou-se um poder sem intermediários entre povo e governante, apoiado em uma forte burocracia estamental. Era o auge de uma hierarquia excessivamente escalar e vertical, pois o Estado incorporaria definitivamente a combinação entre o patronato e a centralização. Na interpretação de Francisco de Oliveira (2003b), foi o início de um processo de autoritarismo que se prolongou até a Ditadura Militar:

A revolução de 1930, na seqüência do Estado Novo, atendeu às petições autoritárias, ampliando o quadro da institucionalidade, uma poderosa anabolização do Estado, dando-lhe condições e instituições para administrar e regular o capitalismo moderno, intervindo no conflito de classes, reorganizando os poderes nas entidades federadas para anular o justamente temido poder oligárquico-clânico. Essa musculação do Estado está no cerne do desenvolvimento autoritário que marca o longo ciclo iniciado em Trinta e que na verdade prolongou-se até o fim da ditadura militar de 1964-1984 que, por mais uma das ironias da História, completou o trabalho de Vargas. (F de Oliveira, op. cit., p. 3)

Florestan Fernandes (1975) percorre o mesmo caminho histórico de Faoro para falar da classe dirigente que aqui emergiu, porém de forma mais assertiva. Traça o caminho de um estamento apegado a garantias e privilégios, que utiliza a estrutura

estatal para açambarcar interesses privados³². Nesse contexto, o aparecimento de uma classe burguesa, mesmo ‘capenga’, ganhou importância, visto que rompia o caráter exclusivista da ordem anterior. Embora a nossa burguesia já tenha nascido contaminada com o caráter particularista e privatista, isso deu continuidade, no período de Independência do Brasil, ao projeto de “circuito fechado das elites”³³ para garantir o poder político e econômico sem constrangimento diante das massas. É uma revolução política dotada de polarização dinâmica. Segundo Cohn, ao interpretar a obra de Fernandes (op. cit., p. 400-401), é com base no significado dessa categoria processual que se encontra a chave para a interpretação do que o autor denomina revolução burguesa. As classes dirigentes nativas sorveram o liberalismo, associadas à emancipação colonial e à formação do Estado nacional (de um lado, polo ideológico; de outro, um polo utópico), significando, em suma, a extrapolação dos limites de poder econômico do senhor de terras para um poder muito mais amplo: o de natureza política. Também se destaca em contrapartida à dupla polarização um processo de dupla articulação: na esfera interna, a compatibilização do setor arcaico da economia com o setor moderno; e na esfera externa, a conjugação do setor primário exportador com as economias capitalistas centrais. Vê-se aí a excelente oportunidade de novas forças sociais e econômicas, bem como políticas. Sobre isso comenta Fernandes (op. cit., p. 239): “Forma-se e difunde-se, aos poucos, uma nova mentalidade econômica, social e política, que serve de pião à irrupção do Povo na cena histórica”.

³² Em sua análise sobre *estamento* e classe, LAURA DE MELLO E SOUZA (2001, p. 338) afirma que “a diferença entre um e outro reside no fato de a primeira ser determinada economicamente, enquanto o segundo é, antes de tudo, uma camada social: ‘os estamentos governam, as classes negociam’ ”.

³³ GABRIEL COHN (2001, p. 412) destaca o termo “circuito fechado das elites” cunhado por FLORESTAN FERNANDES para descrever um processo histórico em que o início e fim desembocam no capitalismo competitivo dependente, o qual não pode romper consigo mesmo e que está condenado, por ser economia periférica, a progredir apenas sob o comando e impulso das economias centrais do capitalismo.

Contudo, acentua-se a partir dos excertos de Fernandes, como de costume em nossa história, que se perdeu a oportunidade de rompimento da ordem vigente para uma transformação mais ampla. E prossegue Fernandes em sua interpretação:

Condicionada a partir de fora, através de dinamismos econômicos que constantemente se renovam e se aprofundam, a articulação da economia periférica às economias centrais torna impossível, enquanto se mantém, a eliminação da dominação imperialista externa. [...] Por isso, as próprias condições estruturais, funcionais e históricas da vigência do referido padrão de desenvolvimento capitalista, introduziam inibições sistemáticas ou ocasionais, que solapavam, reduziam ou anulavam suas potencialidades dinâmicas. (Fernandes, op. cit., p. 240-241)

Para Fernandes, o controle imperialista do hemisfério norte continuou a ser um grande óbice ao processo de revolução, porquanto seria preciso que a burguesia nacional se adaptasse a esse limite e atuasse em consonância com ele. Era necessário, pois, manter o processo de competição social dentro de uma ordem autoritária desigual, antidemocrática para blindar o poder em relação às massas de trabalhadores. Esse processo o autor denominou “democracia restrita à oligarquia de classe”³⁴. E caracteriza nossa classe burguesa na década de 1960:

[...] uma burguesia dependente, que luta por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo dependente, confundindo as duas coisas com a sobrevivência da 'civilização ocidental cristã'. Em suas mãos, o individualismo egoístico, o particularismo agressivo e a violência 'racional' só se voltam para um fim: a continuidade do tempo econômico da Revolução Burguesa, ou seja, em outras palavras, a intensificação da exploração capitalista e da opressão de classe, sem a qual ela é impossível. (Fernandes, op. cit., p. 360)

Está configurado, portanto, na *Revolução Burguesa no Brasil* um “circuito fechado”, no qual o conflito de classes é evitado a qualquer preço ou, da forma interpretada como “a viagem redonda circular: do patrimonialismo ao estamento” (Faoro, op. cit., p. 733).

³⁴ Ibidem, p. 358.

A partir dessas reflexões é possível compreender que o desenvolvimento capitalista se fez acompanhar de autocracia e da tendência ao despotismo político, sem a contrapartida ofensiva das massas que era abrandada pelas ações assistencialistas e populistas dos governantes brasileiros.

Nesse ponto da análise de Florestan Fernandes, vale retomar as reflexões feitas por Oliveira (1977, p. 28-29) sobre a singularidade da “desigualdade combinada” de nosso capitalismo, que o autor focaliza em *Crítica à razão dualista* e nas obras seguintes. Trata-se de um modelo de acumulação “pobre para suportar a expansão industrial e a conversão da economia a partir da década de 1930”. Segundo ele, o processo se caracteriza com:

A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual, mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial, e a conversão da economia pós-anos 30, que da existência, de setores ‘atrasado’ e ‘moderno’. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer-se que - sem abusar do gosto pelo paradoxo - a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase que integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo. (Oliveira, op. cit., p. 32)

O resultado foi a concentração de renda, propriedade e poder, ao contrário do que se desejava alcançar: democratização de acesso aos indivíduos em todos os âmbitos. Conclusão, que prossegue com leitura de *O Ornitórrinco*, no qual Oliveira (2003a, p. 126) afirma que as ex-colônias, agora transformadas em “periferia do capitalismo

imperialista”, assumiram a função primordial de fornecedoras de elementos para acumulação de capital no centro.

Para o autor, os “exércitos de reserva”³⁵, que hoje se vislumbra nos centros urbanos brasileiros, têm a função de, com as atividades informais que exercem, servirem, ainda, como produto dos mecanismos de “rebaixamento dos custos de produção da força de trabalho”. Segundo Oliveira, a chance que se abriu no período democrático, abortado pelo Golpe de 1964, para que a emancipação se resolvesse de maneira compartilhada por nossa burguesia passou sem que as forças nacionais se apoderassem de seu potencial. Portanto, de acordo com Oliveira, o que resta do desmonte do projeto de desenvolvimento brasileiro é o “ornitorrinco” – figura metafórica caracterizada por ele como “um ser malformado, a meio caminho da evolução, que não vê mais saída” - do tipo daquela que era anunciada, à guisa de programa, nas palavras finais da "Crítica" de 1972: *apartheid* ou revolução social, típico de um “capitalismo altamente urbanizado, com pouca força de trabalho e população no campo”. De um lado, se apresenta “estrutura de serviços sofisticada” e, de outro, um setor primitivo ligado ao “consumo das classes pobres” (Oliveira *apud* Silva, 2005, p. 180). E adverte ainda que:

O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desigualitárias. [...] um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da segunda Revolução Industrial completo, avançando, tatibitate, pela terceira revolução, a molecular-digital ou informática. [...] As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. [...] Mas esta é a descrição de um animal cuja ‘evolução’ seguiu todos os passos da família! Como primata ele já é quase *Homo sapiens*! Parece dispor de ‘consciência’, pois se democratizou há já quase três décadas. Falta-lhe, ainda, produzir conhecimento, ciência e técnica: basicamente segue copiando, mas a decifração do genoma da *Xylella* fastidiosa mostra que não está muito longe de avanços fundamentais no campo da biogenética; espera-se apenas que não resolva se autoclonar, perpetuando o ornitorrinco. (Oliveira, F., 2003, p. 133-143)

³⁵ De acordo com FRANCISCO DE OLIVEIRA (2003a, p. 130) os “ ‘ exércitos de reserva’ são ocupados em atividades informais, que para a maior parte dos teóricos era apenas excedente ou simplesmente *lumpen*”.

Esse tipo de sociedade adquire feições identificadas com o evolucionismo de “uma voraz cadeia alimentar e garante acesso dos pobres às cópias descartáveis”³⁶, tomadas como bens de consumo duráveis. Contudo, alerta Oliveira que esse mecanismo tem a função não virtuosa de um poderoso “narcótico social”. O ornitorrinco, na visão do autor, não tem consciência ética e se submete à metamorfose em relação a tudo, permitindo a aceleração da estrutura material de produção e propriedade dos fundos de acumulação, o que permite a acomodação social que só poderá ser rompida com ação revolucionária.

No entanto, quais são as implicações da exclusão social popular? Vale recorrer aqui à contribuição de Marilena Chauí em: *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária* (2004b), por meio da qual a autora revisa o mito de que somos uma sociedade resultante de “dons de Deus e da natureza”. De acordo com a autora, esse imaginário atribui ao brasileiro a “índole pacífica, ordeira, generosa, alegre e sensual, apesar do sofrimento”. E acrescenta nesta visão a ideia implícita de que entre nós não há preconceitos, que somos um país de contrastes regionais, destinado à pluralidade econômica e cultural e que “o Brasil acolhe todos aqueles que nele queiram trabalhar” (Chauí, op. cit., p. 8).

Essa quantidade de afirmações polêmicas, segundo a autora, leva a duas operações sociais diferenciadas. Do lado da classe dominante, produzindo a visão de que possui direito natural de governar por “meio de redes de favor e clientela, do

³⁶ Da crítica de OLIVEIRA, F. (2003b, p. 139) podemos depreender que as cópias descartáveis estão inseridas em um processo no qual: “Do ponto de vista da acumulação de capital, isto tem fundas consequências. A primeira e mais óbvia é que os países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica. Uma espécie de eterna corrida contra o relógio. A segunda, menos óbvia, é que a acumulação que se realiza em termos de cópia do descartável, também entra em obsolescência acelerada, e nada sobra dela, ao contrário da acumulação baseada na Segunda Revolução Industrial. Isto exige um esforço de investimento sempre além do limite das forças internas de acumulação, o que reitera os mecanismos de dependência financeira externa”.

ufanismo e nacionalismo e das ideologias desenvolvimentista e modernizadora”³⁷, “expressões laicizadas da teologia da história providencialista e do governo pela graça de Deus”³⁸. Do lado dos dominados, ela se realiza como visão do “governante como salvador”, cuja missão sacralizada é a de protagonizar “a luta cósmica entre o Bem e o Mal”³⁹, isto é, antagonista satanizado. Ainda como Chauí (2004a) assinalou, dissemina-se na sociedade neoliberal uma divisão entre “civilizados” e “bárbaros”, estes últimos identificados perfeitamente com o islamismo xiita e terrorista, com as vertentes *fundamentalistas*.

Admitidos esses atributos, o que parece se evidenciar é uma importante influência cultural no que se refere à dificuldade de separação das questões dos campos público e privado no Brasil, que com frequência se imiscuem como traço estrutural da sociedade, bem como da mesma dificuldade em manter a religião em esfera apartada da política.

Mas há na literatura, também, quem observe o fenômeno de forma um pouco diferente. Se optarmos pela visão de Benjamin, por exemplo, se verá a barbárie não só como pressuposto da civilização como também seu avesso intrínseco e necessário:

Todos os que até hoje venceram participaram do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico não os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima de seus contemporâneos. Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. (Benjamin, op. cit., p. 225)

³⁷ Ibidem, p. 86.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

O mesmo se diria, ao recorrer a Mattéi (1996), para quem a barbárie está no cerne da própria condição civilizada⁴⁰.

Com apoio nesses autores, o que parece se evidenciar é que as sociedades contemporâneas caminham em direção ao *fundamentalismo*, depois de séculos de deslocamento da religião para o espaço privado, para o qual a Reforma Protestante foi fundamental. Trata-se de uma sociedade cuja ordem e coesão estavam teoricamente baseadas na razão e na ciência e, agora, vê-se às voltas com tudo o que considerou “arcaico e dispensável”: o transcendental.

Após uma série de transformações que se consolidaram no Estado-nação da modernidade⁴¹, o protestantismo foi julgado além da religião, até uma ética que cumpria a promessa de redenção pelo trabalho. Mais do que isso, difundiu-se o império do individualismo, reduziu-se o cidadão a consumidor.

Como afirma Baquero (2000), na esfera política, se assistiu ao processo de desvalorização dos sistemas representativos, paralelamente ao enfraquecimento do Estado. A missão de agregar interesses sociais e educar politicamente as massas, antes delegada aos partidos políticos foi-lhes retirada paulatinamente, dando lugar às formas alternativas de representação, via grupos de interesse, de pressão e de outros segmentos diferenciados da sociedade. Assim, as crises de representatividade se tornaram crônicas na América Latina. A respeito disso, comenta Baquero:

⁴⁰ Barbárie contemporânea, como argumenta DAVID HARVEY (2001), é marcada por elementos como acumulação flexível de capital e suas consequências no mundo do trabalho, na esfera social e política (exclusão). O mesmo autor ainda diagnostica a “compressão do espaço temporal”, caracterizada, de um lado, pela fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, pelos efeitos das tecnologias da informação, pela compressão do espaço. Está nessa dinâmica a explicação para a ausência de sentido de futuro extremamente relacionada à crise do socialismo, dos projetos de esquerda, inclusive da esperança de emancipação do gênero humano.

⁴¹ O Estado-nação da modernidade fundamenta-se na formação das monarquias absolutas na Europa. Ele tem origem no conceito de “estado da razão”, caracterizado pelo movimento Iluminista, como originário da autodeterminação, no qual os elementos formadores são povo, território e poder soberano.

Hoje, quase na virada do século, constata-se que a modernização dessas sociedades não gerou as bases necessárias para criar mecanismos efetivos de mediação política via partidos, como também não incorporou vastos segmentos da sociedade dentro de um padrão mínimo de qualidade de vida, gerando como consequência, uma matriz de exclusão estrutural permanente, recriando, dessa maneira, novas modalidades de política partidária que, na verdade, são uma adaptação moderna do comportamento tradicional. (Baquero, op. cit., p. 23)

Nosso problema de representatividade é “histórico-estrutural ou estrutural-funcional e culturalmente construído”, como ressaltam em suas obras Holanda, Faoro, Oliveira, Fernandes e o próprio Baquero. Nessa realidade, as possibilidades de que as demandas sociais visitem as agendas de governo via partidos se tornam escassas, pois que antes virão à tona os sintomas de que nossa democracia terá sido “sempre um mal-entendido” (Holanda, op. cit., p. 160), em cujos movimentos reformadores quase sempre se excluíram as demandas de origem popular. Os negócios públicos sempre se pautaram na relação de dependência e exploração, oportunismo e tutela. Se agregarmos a essas características políticas os efeitos da secularização moderna sobre o Brasil, se verá o ressurgimento do *fundamentalismo* religioso, não mais como experiência subjetiva, mas como interpretação da ação política coletiva.

2.2 Das relações entre público e privado ao culto religioso universal

Uma superposição marca o relacionamento entre público e privado na sociedade contemporânea e se pode afirmar que o Brasil não está fora deste círculo. Conforme destaca Castro (2006, p. 4-5), “o grande drama do homem grego era o confronto entre sua condição animal com sua imortalidade”.

Como animal, por obrigar-se a obedecer às necessidades de sua natureza (alimentação, procriação, etc.), não teria tempo para dedicar-se à sua segunda natureza, isto é, à natureza política, a qual se traduziria em uma vida pública ativa, única possibilidade de atingir e garantir a imortalidade, por intermédio das gerações futuras,

pela memória de atos nobres. Por isso, os gregos consideravam a vida pública uma segunda vida, além da vida privada.

Segundo a autora, a morte de Sócrates (um inocente julgado e condenado publicamente em ato considerado imoral) conduziu boa parte dos filósofos a uma ruptura com o ideal de vida pública. Alguns teriam se desiludido da política, levando a filosofia a distanciar-se dos homens e voltar-se para a contemplação do cosmos, da natureza, das ideias, ou seja, uma vida em harmonia com a ordem cósmica: “a imortalidade mais sublime não seria mais, aos olhos dos filósofos, a que era almejada pelas ações políticas, mas sim, a almejada pelo pensamento”⁴².

Essa separação foi cuidadosamente observada por Arendt (2001, p. 17-19), quando ela afirma que na Antiguidade “rebaixou-se a política em favor da contemplação”, pois a verdadeira liberdade estaria não mais na participação das decisões da *polis*, mas na contemplação do conhecimento fundado pelas Academias de Platão e Aristóteles. Remontando à Grécia clássica, em suas reflexões de cunho filosófico, a autora compreendeu a condição humana como sendo o viver do homem na Terra, representando as características essenciais de sua existência em determinado espaço: vida, natalidade, mortalidade, o planeta. Aliás, a reflexão *arendtiana* se fundamenta no pensamento aristotélico mesmo naquilo que dele venha a discordar.

Mas a condição humana compreenderia mais do que as condições de vida dos seres humanos, pois tudo o que toca a vida humana se transforma na sua condição ou no pressuposto da sua existência. Em razão disso, Arendt (op. cit., p. 20) elabora o conceito de “vida *activa*”, composto pelo labor, pelo trabalho e pela ação. Assim, o fato de que o homem é capaz de agir criaria condições sociais, culturais e políticas, fazendo com que

⁴² CASTRO, op. cit. Disponível em: <http://www.cronopios.com.br/site/ensaios.asp?id=1194>. Acesso em 8.10.2007.

tudo que adentrasse o mundo humano se tornasse parte da condição humana. A filósofa acrescenta que embora a condição humana permeie as condições sociais, culturais e políticas do homem, a condição humana não se deixa reduzir a elas, razão pela qual o ser humano é um ente capaz de originar algo novo e, nesse sentido, inesperado. Assim, a invenção se tornaria não apenas possibilidade, mas condição epistemológica, estética e política do pensar.

O olhar da autora parece romper com a visão que considera o mundo uma manifestação natural, apontando a singularidade de cada ser humano. Porém, na medida em que reconhece a importância do outro e enfatiza o valor da ação, aponta também para o grande paradoxo do ser humano: ser único, distinto e singular entre iguais.

Por essa perspectiva, é possível conceber que o mundo ganha sua permanência por meio de uma memória que perpassa as sucessivas gerações, pela fixação de objetos culturais, ritos sagrados, ritos profanos e mitos. Desde a Antiguidade grega, imagem, imaginário e razão estão colocados como substratos de busca da verdade e do conhecimento.

No Brasil, recorre-se a várias análises sobre o relacionamento entre as esferas de vida social. Tal como em outros espaços, essas observações indicam uma contumaz tendência de emaranhamento do público, do privado e de poder. Sabe-se até aqui que há desde a Colônia uma imbricação e, ao mesmo tempo, um paradoxo que permitem caracterizar o Estado e a sociedade civil de modo singular em razão de suas complexas relações. A observação deste relacionamento complexo entre as esferas de vida constitui objeto de estudo que cabe aqui destacar, a fim de melhor entender a dinâmica e o funcionamento Estado – sociedade civil.

Recordando novamente ao pensamento de Holanda, percebe-se que nossa esfera pública sempre esteve imiscuída por assuntos do domínio privado. As escolhas estatais eram orientadas por interesses privados e acabavam comprometendo a formulação de políticas, criando, destarte, uma burocracia muito diferente do princípio “racional-legal weberiano”⁴³. Em sua obra, o autor afirma:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário 'patrimonial' do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos.[...] A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos.[...] No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. (Holanda, op. cit., p. 105-106)

Com a mesma orientação, Chauí (1992, p. 345) tenta explicar que a diferença outorgada ao público e privado, como esferas de vida separadas, perdeu o sentido numa sociedade em que a crise de valores morais se torna crônica, e linhas de pensamento difusas e inconciliáveis sobre ética mostram a fragilidade desta aceção para a era da “crise da modernidade”. No tempo em que se afirma a existência de uma realidade social tecida por micropoderes capilares disciplinadores da vida privada e sociopolítica

⁴³ A autoridade racional-legal foi definida por WEBER (2002) como “aquela em que a aceitação da autoridade se baseia na crença, na legalidade das leis e regulamentos. Esta autoridade pressupõe um tipo de dominação legal que vai buscar a sua legitimidade no caráter prescritivo e normativo da lei”.

como consequência de um Estado com poder ilusório e de uma ilusória dominação de classe, opta-se por um descentramento de poderes.

Ainda de acordo com a autora, a democracia contemporânea faz-se representar por ações e práticas sociopolíticas fragmentadas:

O espaço público impessoal da modernidade que tinha sua sede no Estado, tanto para liberais como para comunistas e socialistas, independente da visão que tais correntes tivessem quanto ao papel deste Estado, desaparece com o fim da separação entre público e privado. (Chauí, op. cit., p. 347)

A autora ainda atenta para o fato de que no Brasil atual essa realidade fragmentada se aplica perfeitamente e pode ser detectada em alguns traços se aliam àqueles inerentes ao neoliberalismo conservador, quais sejam: a falta de cidadania, o exacerbado autoritarismo, as relações fundadas no clientelismo e ainda fortemente marcadas por uma esfera pública eivada de populismo. Isto é, um Estado em que tomam conta a ausência de mediação entre governante e povo e os imaginários messiânicos de salvação e feudal de proteção cultivados pelo povo em relação aos que governam. Afirma ainda que, nesse tipo de governo, o chefe tem uma relação despótica com a sociedade, isto é, os poderes estão concentrados em suas mãos⁴⁴.

Ao mesmo tempo, para Chauí, na esfera privada, os movimentos sociais encontram-se cada vez mais contaminados pela especificidade e pelos poderes localistas. Nessa conjuntura não há lugar para ações mais amplas e generosas, e os movimentos duram o quanto duram as demandas; geram-se a insegurança, o medo, a dispersão da sociedade e o retorno de formas místicas e autoritárias de religiosidade.

No mesmo caminho percorrido por Chauí, Telles (1990) acentua que: na sociedade contemporânea, o que é verdadeiro, justo e legítimo é construído a partir de

⁴⁴ Idem, p. 360.

experiências intersubjetivas que os seres humanos buscam na realidade do mundo. Trata-se de uma coletividade capaz de assistir à barbárie com indiferença, já que a fronteira entre civilização e barbárie está frágil a ponto de prejudicar o discernimento humano. Enquanto isso, o espaço público se dissolve e se dá a perda de um mundo comum, compartilhado com um senso igualmente comum.

Entretanto, há outras implicações, pois a existência humana passa a ser radicalmente privatizada. A perda do espaço público significa perda de espaço para a ação e para a opinião, o que significa perda de cidadania. Desse modo, o homem torna-se privado de ver e ouvir os outros, bem como de ser visto e ouvido pelos outros. E o que restaria à esfera pública? Observam-se hoje, segundo Telles, três importantes registros acerca do tema “espaço público” com base nas reflexões de Arendt:

- a) espaço de aparecimento e visibilidade – comprovado pela alta exposição às mídias daqueles que buscam a fama e poder;
- b) espaço onde a singularidade de cada um é reconhecível – há a possibilidade de o indivíduo se distinguir em relação à *massa ignara*, iniciando uma nova fase;
- c) espaço que preserva a ação do esquecimento – é preciso o testemunho do outro para dar um significado plenamente humano ao mundo. (Arendt *apud* Telles, op. cit., p.29-35)

Voltando à análise de Chauí (op. cit.), tudo indica que se está diante da privatização da *polis* e da *res publica*, cujo efeito primário é a despolitização das massas. Para confirmar essa tese se poderia também citar aqui a Lei de Ferro da Oligarquia, à qual se refere Michels (1984), como decorrência de uma quase predestinação humana de que as maiorias se submetam às minorias (oligarquias).

À luz da reflexão de Chauí, somados esses sintomas na realidade hodierna, alerte-se para o perigo do fim da política tal como existe, porquanto é no clima de insegurança que o cidadão comum busca transcender as mazelas que o atingem, das quais se pode destacar, no sentido histórico, como determinantes, em suma:

- a) o paradoxo estrutural que afasta a grande massa do processo de participação política efetiva (ou seja, que vai além do voto depositado nas urnas), bem como da participação nos mecanismos distributivos da renda produzida (alta concentração de renda nas mãos da minoria burguesa);
- b) a falta de contrapartida de avanços sociais aos avanços tecnológicos alcançados;
- c) a ausência do Estado no papel de mediador das demandas sociais, gerando nos grupos excluídos a necessidade de apelo a alternativas de representação que lhes garantam respostas rápidas aos sofrimentos diários.

Na análise de Chauí (op. cit.), é essa intervenção de caráter privado que mais uma vez dá margem novamente às religiões como ordenadoras da coesão social e ao ressurgimento da teologia política, isto é, a fusão do poder político, religioso e militar. É no contexto daquele que se acha “perdido no mundo”, da impotência social, que nasceram as vertentes cristãs *neopentecostais* que, diferentemente de seus antecessores protestantes, romperam com o sectarismo e ascetismo puritanos assinalados por Weber (op. cit.), alimentadas por duas novidades, a *Teologia da Prosperidade* e a *Teologia do Domínio*. A primeira, revelando as bênçãos de Deus sobre a vida material de seus escolhidos; a segunda, propalando a vitória sobre o demônio em batalha espiritual que não só se dá pela dominação sociopolítica, como pela ocupação intensa das mídias eletrônicas.

De acordo com Mariano (1999), a *Teologia da Prosperidade* refere-se a uma prática originária dos programas do tele-evangelista norte-americano Oral Roberts, cujo fundamento recai sobre o direito do cristão de, neste mundo, gozar de saúde perfeita, prosperidade material e vida abundante, “livre das maldições emanadas pelas forças

diabólicas”. Quanto à *Teologia do Domínio*, Mariano (op.cit., p. 44) afirma que essa vertente está associada ao projeto de “expulsão de demônios da vida dos crentes”, utilizando-se para isso, também, dos meios de dominação sociopolítica que se faria pela inserção das igrejas na dinâmica político-partidária. Exemplo dessa prática é a apresentação dos candidatos das igrejas como "homens de Deus na política".

Uma tentativa de reconstrução do público representa a recuperação da sociabilidade e a garantia de uma pluralidade de pontos de vista que conferem ao homem certeza de sua existência.

Novamente, recorre-se a Chauí (2004c), quando chama atenção para o fato de as grandes religiões monoteístas serem “as religiões que produzem teologias” e, portanto, têm a enfrentar, de um lado, a ciência, a filosofia e a pluralidade de confissões religiosas rivais e, de outro, a moralidade laica do Estado secularizado. Tal tendência denota a rivalidade e a prevalência do princípio da exclusão recíproca entre elas, pois a verdade para seus adeptos é revelada por divindades, e os preceitos são dogmas. Esses processos se opõem à existência de um espaço público democrático, já que o “outro” só pode ser visto como ímpio ou demônio.

Percorrendo ainda outra análise de Chauí (2004a), pode-se apreender uma possível explicação filosófica para essa corrida desenfreada para as “promessas universais”, além do que foi mencionado anteriormente.

Segundo a autora, por desconhecerem as razões dos fatos e não exercerem controle sobre eles, os seres humanos são habitados naturalmente por duas motivações, o medo (de males que lhes aconteçam e bens que não lhes aconteçam) e a esperança (de bens que lhes aconteçam e males que não lhes aconteçam). Na experiência dos acontecimentos imprevistos e incontroláveis forma-se superstição. No caso dos milhares

de migrantes e cidadãos humildes da periferia brasileira, essas precariedades diante do inusitado se agravam, porquanto o sentimento de orfandade em relação aos poderes e políticas públicas evidencia-se em face das políticas neoliberais, cujo compromisso com o mercado transnacional supera as preocupações sociais locais.

Para Chauí, é nesse clima de incerteza e insegurança, que o indivíduo busca a superação por meio de sinais de previsibilidade, procuram-se garantias que permitam prever a chegada de bens e males; essa procura, por sua vez, gera credulidade em mitos e alegorias. À cata de presságios que os protejam, os indivíduos são conduzidos à crença em poderes transcendentais, em vez de investigarem as causas históricas e sociais para as vicissitudes humanas.

Pesquisando outras interpretações para o florescimento *neopentecostal*, depara-se com a visão sociológica de Antoniazzi (1994), para quem o catolicismo popular, isto é, nosso catolicismo abasileirado será o interlocutor do pentecostalismo, que Valle e Sarti (1994, p. 11) interpretam como “reedição urbana do catolicismo popular tradicional”.

Essas reflexões talvez conduzam à compreensão de que quem abandonou o catolicismo para inserir-se em denominações pentecostais fora praticante do catolicismo popular, sem formação doutrinária, para o qual além do pentecostalismo houve a alternativa da Renovação Carismática Católica⁴⁵, em decorrência da dificuldade de reafirmação da identidade católica e de uma pastoral mais adequada à modernidade por parte das lideranças oficiais da *Igreja Católica Apostólica Romana* diante das crescentes dificuldades apresentadas pela conjuntura sociocultural do país.

⁴⁵ Segundo ANTONIAZZI (1994, p. 20), “enquanto a preferência dos ex-católicos de classe baixa voltou-se para o pentecostalismo, os ex-católicos de classe média e média baixa preferiram a Renovação Carismática”.

Ainda segundo Bittencourt Filho, a proposta *neopentecostal* que inclui a tríade cura, exorcismo e prosperidade, insere-se simultaneamente como:

- 1) processo terapêutico para os simpatizantes – já que garante atenção às populações sofridas e marginalizadas, que podem recorrer ao socorro em tempo integral; 2) projeto político para os dirigentes – ao ofertarem lenitivos a uma considerável massa de excluídos, possibilitando uma arregimentação de massa de manobra para processos de dominação. Ademais, destaca-se que, para prestar seus serviços religiosos, o empreendimento *iurdiano* e outras denominações da mesma família se valem de toda sintonia cultural com as massas, compreendendo: 1) o uso superficial da Bíblia e o fundamentalismo, caracterizados pela leitura e repetição de versículos conhecidos para justificar as práticas adotadas nos rituais, e assim, facilitar o entendimento das pregações; 2) a euforia e o fervor dos cultos, que sobressaem como momento de catarse coletiva; 3) mística tupiniquim, que funciona com emoção e congraçamento religioso à imagem dos programas de auditório; 4) vontade de poder materializada no pieguismo que confere aos adeptos prepotência e *status* espiritual de superioridade; 5) individualismo coletivista, correspondendo perfeitamente ao modo de vida apressado da atualidade, visto que a oferta massiva de bens simbólicos se faz *full time* e de forma personalizada, o que significa poder dispor desses bens cada um ao seu ritmo e disponibilidade, tanto temporal como financeira; 6) reprodução, que se consubstancia no adestramento das pessoas para o cumprimento de seus papéis sociais, com a dispensa de formação doutrinária do adepto; e 7) verticalidade de poder, representada pela matriz clerical centralizada e autoritária, revestida de messianismo que facilita o controle dos adeptos e sua obediência em busca de realização material. (Bittencourt Filho, 1994, p. 24-33)

Diante dessa caracterização, observa-se, mais uma vez, a importância do estudo de Chauí (2004a), quando, ao encerrar a reflexão, apela para a compreensão da tese *espinosana*, observando que para conjurarem contingência e finitude, assegurarem a realização de seus desejos e estabilizarem a instabilidade da existência, os humanos confiam em forças e poderes transcendentais, a fim de se protegerem das contingências, obedecendo aos representantes das divindades. A religião, tomada em sentido psicanalítico, racionaliza o medo e a esperança, o permitido e o proibido. Essa dupla racionalização torna-se mais potente quando a religião é monoteísta.

Será maior se a racionalização de ordem político-religiosa couber a peritos, com capacidade exclusiva de interpretação das revelações, inclusive para estabelecer as fronteiras entre Bem e Mal, justo e injusto, além de decidirem quanto e quem tem o direito de poder político e sobre as formas legais de obediência civil – dominação religiosa e política (teologia política) – advindo

de profecias divinas o poder só pode ser teocrático, o comando, em última instância é do próprio Deus. (Chauí, op. cit., p. 163)

Como se pode verificar, trata-se do *poder teológico-político* mencionado por Chauí, de acordo com análise da teoria de Baruch de Espinosa, segundo a qual necessita-se de certezas para viver e contornar situações sobre as quais não se mantém controle. Essa segurança pode ser representada pela figura de alguém que agregue, simultaneamente, poder político, militar e religioso. No caso, um pastor ou bispo, uma autoridade com trânsito e influência capazes de indicar uma direção a ser seguida.

No contexto analisado, não só o monoteísmo e o messianismo dos pastores-intérpretes das escrituras sagradas contribuem para a credulidade e entrega não só pessoal, mas também de bens materiais dos aderentes do *neopentecostalismo*. Se for ponderado outro aspecto, ver-se-á que a própria decadência do sistema de garantias sociais do Estado dá margem a incursões alternativas dos cidadãos à procura de apoio. No caso da Universal, lembra Machado, M.D. (2003, p. 303-320), nota-se um incremento de suas ações na área de assistência social desde a década de 1990, quando desembocou em presídios, escolas, creches e hospitais, *Projeto Nordeste, Projeto Ler e Escrever, Brasil 2000*, sempre sob o comando da *Ação Social Cristã (ABC)*. O fatalismo do sofrimento que outrora habitava as mentes mais simplórias faz parte de um mundo superado. O lema “pare de sofrer”, grito de comando da *IURD*, serve como signo de um movimento que promove identificação social e étnica aos conhecidos como “cidadãos de segunda zona” do Primeiro Mundo e aos habitantes ordinários do Terceiro Mundo.

Enfim, a *IURD* fornece aos seus adeptos a possibilidade de explosão: catarse para aqueles que ficaram à margem da história, para os herdeiros da escravidão, das humilhações pelos “favores” prestados por políticos poderosos de quem foram

agregados; opção para os alijados do processo de acumulação de capital, cuja sorte reside nas mãos da boa vontade dos que governam e dos profetas anunciadores de tempos melhores; surge como alternativa do Estado inativo.

2.3 Neopentecostais: Teologia do Domínio e fundamentalismo

Ao longo das duas últimas décadas, surgiram comentários e críticas aos *neopentecostais* relacionadas ao fato de que o grupo seria *fundamentalista*. Essa denúncia soa de modo intenso quando comparada aos movimentos radicais recentes de minorias do Islã contra o mundo Ocidental. Os ataques aos Estados Unidos, à Inglaterra e à Espanha mostraram a face drástica do terror e tudo que os recorda aqueles atos violentos traz a sensação de completa insegurança para os não adeptos do Alcorão. A divulgação dos acontecimentos nas mídias, sem dúvida, impressionou até as correntes mais comportadas do próprio islamismo. Contudo, há outras faces dos fatos aqui relatados que merecem ser observadas. A respeito desse assunto, surge o questionamento sobre a natureza messiânica da *terceira onda* pentecostal (*neopentecostal*). Seria ela também um movimento *fundamentalista*? Sobre isso, Pierucci (2000) alerta para o uso indiscriminado do termo, tanto como sinônimo de *xiismo*⁴⁶, como de *integrismo*.

Segundo Pierucci, o termo *fundamentalismo* surgiu cunhado entre os protestantes norte-americanos entre final do século XIX e início do século XX e se opunha à corrente da Teologia liberal, para adotar na década de 1980 – após a revolução iraniana – um sentido mais abrangente em quaisquer lugares do planeta, nas culturas

⁴⁶ O termo *xiismo* refere-se aos adeptos *xiitas*, ramo da crença muçulmana caracterizado pela convicção de que a sucessão religiosa e política do profeta Maomé, o fundador da religião, deveria ter se restringido a membros de sua família e descendentes, obedecendo ao critério permanente de consanguinidade. Tal convicção terminou por condicionar historicamente uma atitude de maior ortodoxia e zelo pela tradição do que a de seus opositores, os *sunitas*. Cf. em HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2896.

complexas ou na esfera da vida social. É esse generalismo que propõe a descontextualização do termo utilizado para designar analogicamente os movimentos de natureza político-religiosa, cuja repercussão atingiu uma correlação de força internacional.

É preciso lembrar que, de acordo com o autor, a primeira profissão de fé presbiteriana a conter os princípios *fundamentalistas* declarava: a) a verdade irrestrita da Bíblia; b) a ressurreição física de Jesus; c) a origem imaculada de Jesus; d) a veracidade dos milagres de Cristo, que consubstanciam sua divindade; e) a expiação dos pecados pelo sacrifício de Cristo tornando desnecessária a expiação pelas obras (Pierucci, 2007).

Consequentemente, o texto bíblico para a vertente *fundamentalista* não contém erros, pois que é completamente inspirado pelo próprio Deus, único e revelador. Portanto, para tornar fidedigna sua compreensão, antes de ser *fundamentalista* é preciso ser monoteísta. Também é necessário que o adepto capte o verdadeiro sentido de sua religião, por meio direto das escrituras sagradas, intermediada pelo qualificado clero e abomine a tradição clerical. É com base nessa interpretação que se penetra na seara da *Teologia do Domínio* para examinar a sua possível origem *fundamentalista*.

Acerca do campo de atuação da Teologia, de acordo com a tradição, a Teologia é uma especialidade atrelada a uma religião e, principalmente, a religiões de origem judaica, que ministravam os artigos de fé, a partir dos quais se instituiu um saber dogmático e ainda uma hermenêutica, para esclarecer as manifestações da divindade (hierofania) coletadas em uma tradição. É assim que, por exemplo, Barth (*apud* Vignaux, 1993, p. 36) determinou o objeto da Teologia evangélica como sendo “Deus na história de seus altos feitos”.

Tratar de Deus é tratar do próprio alicerce do existente e da existência, da inteligibilidade do Real, sendo o termo “Deus” usualmente empregado para indicar o limite inultrapassável do conhecimento do universo que nos cerca e de nós mesmos. A Teologia almeja desenvolver um conhecimento de Deus, e este conhecimento, mais do que qualquer outro, se ajusta sobre a conjectura de fé. Não se trata, assim, de uma ação originalmente lógica. A Teologia será, essencialmente, *teogonia* (criação de Deus), *teurgia* (evocação de Deus), *teodiceia* (justificativa de Deus) e *teofania* (revelação de Deus) – porém impossível enquanto mera especialidade intelectual, “estudo de Deus”.

Para centralizar a consideração, convém antes de mais nada delimitar o sentido do hoje. É óbvio que remete a nossa atualidade. Mas a atualidade não é simplesmente pontual, tem uma extensão diferente conforme a medida temporal que se lhe aplica. Pode referir-se, por exemplo, ao pontificado atual, à época pós-conciliar ou ao amplo arco da modernidade. Em cada caso muda profundamente a onda da reflexão e com ela o significado da atualidade.

No contexto em questão, parte-se de um pressuposto, não porque se queira dar marcha a ré ao relógio da história, mas pela convicção de que a situação atual está decisivamente determinada por sua pertinência ao fenômeno globalizante da modernidade. As subdivisões não carecem de importância, porém, definitivamente, constituem modos ou etapas diferentes de um processo unitário: o da assimilação das perguntas, instâncias e possibilidades ali desatadas (sem excluir deste diagnóstico, mesmo reconhecendo sua relevância e talvez seu anúncio de algo radicalmente novo, a própria crise da modernidade). Esse pressuposto pode ser discutível em certos aspectos, contudo se espera que pelo menos se lhe reconheça uma dose de verdade suficiente para sustentar a validade dos raciocínios que sobre ele se farão.

Considerada a situação com essa amplitude, compreende-se logo que nos encontra-se do lado de cá de um corte que divide em duas a tradição cristológica⁴⁷. O corte medieval, que foi muito vigoroso, feito definitivamente com o instrumental antigo: não foi por acaso que seus mentores foram Platão e Aristóteles. O corte moderno, que pressupôs literalmente a entrada num mundo novo e, por isso mesmo, uma virada radical que postulava uma remodelação de todo o universo simbólico. A distância histórica nos permite vê-lo com clareza: o que chegava do passado ou ficou simplesmente relegado ao esquecimento ou teve de se transformar radicalmente para adquirir a legitimidade e significado.

Foi graças a sua densidade sócio-histórica, que a *Igreja Católica Apostólica Romana* pode manter-se de alguma maneira, sem ficar anulada nem submeter-se a uma remodelação radical, tendo de enfrentar o risco de uma espécie de enquistamento cultural. Convencida da verdade de seu credo, porém expresso este em alguns moldes culturais heterogêneos em relação ao da cultura ambiental, o fiel viu-se assediado por todos os lados. A crítica literária, o progresso histórico e o avanço científico puseram em xeque o seu entendimento a respeito das fontes da revelação e dos conceitos de sua tradição; além disso, a mudança social contínua inquietando as bases de sua *ecclesiologia*⁴⁸.

Haja vista que se houve um tempo em que a impregnação sociocultural herdada do passado pôde mascarar de alguma maneira a situação, o estouro pluralista da época

⁴⁷ Tradição cristológica – refere-se à tradição da Cristologia, que é definida por BRAATEN, Carl. & JENSON, Robert W. como “a interpretação de Jesus de Nazaré como o Cristo de Deus a partir do ponto de vista da fé da Igreja Cristã. O termo cristologia significa literalmente o logos sobre Christos, pensamento e fala sobre Cristo. ‘Cristo’ é um título e não o segundo nome de Jesus. O título exprime a identidade de Jesus de Nazaré”. BRAATEN, Carl. & JENSON, Robert W. (editores). *Dogmática cristã*. v.1. São Leopoldo: Ed. Sinodal. 2ª edição, 2002, p. 462.

⁴⁸ De acordo com Pe. José Arnaldo Juliano: “a Ecclesiologia é um segmento da Teologia que estuda, reflete e busca compreender em profundidade a Igreja assim como Ela é em si, no seu Mistério e na sua Organização institucional. A Ecclesiologia é, na verdade a Teologia da Igreja”. Disponível em: <http://www.regiaosantana.org.br>. Acesso em 04.12.2009.

mais recente impôs o problema à consciência pública. Tampouco ficou limitado ao âmbito científico, posto que já se instalara nos próprios meios de comunicação de massa. O Vaticano II propiciou muito o desenrolar dessa situação, por isso é tão míope o afã daqueles que querem fazê-lo responsável pela inquietação atual; como é inútil, apesar de tudo, o afã de dar marcha a ré na situação, pois matando o mensageiro não se evita a catástrofe.

Por conseguinte, o teólogo responsável não pode ignorar esta situação, sob pena de expor ao suicídio o significado da Teologia. De fato, cada vez se torna mais evidente que, não raro, o que primariamente está em jogo não é mais a verdade da fé, mas o próprio sentido das proposições em que se expressa: quanto amiúde o que falta é a própria base para iniciar um diálogo compreensível com a descrença.

Assim, observa-se que a raiz do *fundamentalismo* deste conceito é bem menos polêmica que seus usos políticos ou sua redução à matéria estritamente religiosa: fundamento, base, *grund*. A tarefa de estabelecer um alicerce pressupõe uma ação consciente, planejamento e cálculo de implicações. Nesse sentido, a raiz do termo está longe de se confundir com a ideia de irracionalidade ou barbárie. A ação intelectual de *estabelecer um fundamento* não é a mesma coisa que viver ou aceitar inquestionavelmente o conteúdo de tal fundamento. Em quaisquer dos campos da vida, social, religioso, político, científico, na economia ou no *way of life*, tem-se assim a expressão do *fundamentalismo* quando um *fundamento* é elevado a uma força tão peremptória que perde o seu caráter *reflexivo* e, por isso, exige da consciência uma atitude de resistência a todos os dados da experiência em nome da realização ou sustentação de um paradigma.

Há também um pós-milenismo mais radical que surgiu em tempos mais recentes, que é uma parte do que é algumas vezes conhecido como “reconstrucionismo” Cristão ou 'teologia do domínio'. Este pós-milenismo mais radical espera não somente um futuro glorioso para a igreja, mas que tudo da sociedade e da vida humana esteja algum dia debaixo do domínio de cristãos, e que esta sociedade 'cristianizada' será o cumprimento das promessas da Escritura com respeito ao reino de Cristo. (Hanko, 2008, p. 2)

Portanto, as ações *fundamentalistas* pressupõem *verdades incontestáveis* que orientem, guiem e ofereçam um *universo unidimensional e completo* a prescrever fórmulas de "como agir" (ou "não agir") em diferentes esferas da vida, liberando o homem da ansiedade das escolhas. Estar livre de escolhas e incertezas é tanto mais sedutor quanto mais se vive diante de uma situação de insegurança existencial e com medo constante de aniquilação.

Diante da crise de algo estabelecido, ou seja, a modernidade e a insegurança gerada pelo ruir de velhas verdades e certezas, a tendência natural é uma volta ao passado, no caso, um retorno ao pré-moderno.

Ora, se insegurança e medo de aniquilação são comuns às sociedades ao longo do tempo, é exclusivamente na modernidade contemporânea (séculos XIX-XX) - em que efemeridade, ruptura do futuro e desejo de eternidade compõem um tenso e original campo para o afloramento de novos paradigmas - que se deve inserir a noção de *fundamentalismo*.

Por esses princípios, sabe-se que a *Teologia do Domínio* transcende a uma luta no campo do sagrado para os dirigentes *neopentecostais*, pois, simultaneamente, corresponde a uma ideologia de dominação sociopolítica, que concebe a cristianização social “pelo alto”, via política partidária (Kepel *apud* Mariano, 1999).

No entendimento de Souza e Magalhães (2002, p. 95), ao garantirem a inserção política de suas classes dirigentes e ao utilizarem todos os meios disponíveis para

reproduzirem a força das cúpulas religiosas atuais na formação de futuras gerações neopentecostais, a *Teologia do Domínio* - TD está realizando seu precípuo objetivo.

Isso se confirma pelo próprio discurso dos líderes da IURD, conforme assinalou o ex-Deputado Paulo de Velasco:

Ninguém foi mais político do que o Senhor Jesus, ninguém. A palavra de Deus está eivada de passagens que provam que Deus é o rei. Quem é rei? Quem é rei é quem detém o governo. Quem é que detém o governo hoje? É o político. Então veja, em Daniel: eu sou aquele que institui e destitui reinos. Em Isaías 10 ele diz: “ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão”. Quem é que faz as leis em um país? É o político. É o Deputado Estadual, no âmbito estadual, é o Deputado Federal, no âmbito federal. Então, se nós queremos melhorar uma sociedade, melhorar através desta sociedade o país, a igreja, seja ela qual for, tem que estar engajada no processo político. Tem que estar engajada. Por que razão? Porque desde o início, desde o início de todos os inícios, Deus sempre mostrou que gostaria de ter... Olha, será melhor para Deus ter um filho como gestor de um processo social? Ou ter um [...], ou seja, aquele que não pertence à sua família? É claro que ele preferiria ter um filho, como todo pai gostaria de ter na continuidade dos seus negócios, ter um filho, ter alguém do seu seio. Então, é claro que isso é importante, e nós não podemos nos eximir desse processo, e dizer não. [...] Veja, em Deuteronômio, eu li Isaías 10, 1; agora eu vou ler Deuteronômio 17,15; ele dizendo o seguinte, 'estabelecerás, com efeito, sobre ti como rei aquele que o SENHOR, teu Deus, escolher; homem estranho, que não seja dentre os teus irmãos, não estabelecerás sobre ti, e sim um dentre eles'. Isso é Deuteronômio. É o quinto livro escrito. Então, desde essa época Deus tinha projetos políticos, Deus tinha projetos políticos. É claro que ele era o rei de todo o seu povo. Era um regime teocrático, mas a partir de Saul, o reinado desceu para a terra e, a partir daí, Deus espera que cada um cumpra com o seu dever. (trecho da entrevista com o ex-Deputado pastor Paulo de Velasco realizada em 5.10.2008)

Assim, a interferência clerical é condição *sine qua non* para propagar-se. Isso posto, é essencial a *Teologia do Domínio* um pouco mais para compreender não apenas sua semântica, mas também seu conteúdo semiológico.

Surgida na década de 1960, nos Estados Unidos, a TD teve grande influência na trajetória seguida pelo *fundamentalismo* a partir de então. Diferente da corrente *premilenarista*⁴⁹ que vigorou até aquele momento, segundo Melander:

⁴⁹ De acordo com MELANDER (op. cit., p. 90), esse pensamento “defendia a infalibilidade da Bíblia (entre outras coisas incluindo o criacionismo e uma posição contra a evolução biológica) e se opunha às concepções liberais otimistas a respeito do progresso humano. A civilização não ia melhorar pelos esforços humanos, mas Cristo iria voltar para criar o ‘reino dos mil anos’ ”.

os ‘reconstrucionistas’ seguiam mais a herança calvinista. Segundo os ‘reconstrucionistas’, o Estado deve ser governado pelas leis do Antigo Testamento, incluindo os mesmos castigos para os mesmos crimes. O “reconstrucionismo” implica que Deus está governando diretamente através de diferentes esferas, que não interferem umas nas outras. A quantidade de esferas difere entre pensadores diferentes, mas inclui a família, a vida econômica, o Estado e a Igreja. Deus governa a família, a vida econômica e a Igreja de uma maneira direta, não através do Estado, que não interfere nessas esferas. (Melander, 2000, p. 99)

É com base na *TD* que David Chilton (2006) afirma que os cristãos desejam para o mundo um *Estado teocrático*. A doutrina cultivada pela *Teologia do Domínio* faz crer que os líderes cristãos precisam usar seus meios e influência para criar um governo, uma economia e uma religião universais, para que o “Messias” possa voltar a este mundo.

Mas qual o verdadeiro objetivo da *Teologia do Domínio*? Para responder a essa pergunta é preciso compreender os dois importantes movimentos que lhe deram vida. O primeiro se origina dos trabalhos de Rusdoony e North e se denomina “reconstrucionismo”. Tem como pano de fundo a interpretação *pós-milenista* das profecias e propõe a implantação do Reino de Deus na Terra antes do retorno de Cristo.

O segundo movimento, ligado inicialmente à *Assembléia de Deus* canadense, é conhecido como *Teologia do Reino do Agora* e tem como principais expoentes os trabalhos de Paulk e Reid. Essa teologia prega a restauração progressiva da doutrina da Igreja desde a eclosão da Reforma Protestante, a imortalidade e a plenitude da fé alcançadas pela Igreja após a restauração e antes da volta de Cristo ao mundo. Além disso, o papel da nova Igreja será de suprir os ministérios eclesiásticos, incluindo apóstolos e profetas que trarão novas revelações doutrinárias além das Escrituras. Por fim, apregoa o estabelecimento de uma teocracia por meio de uma teonomia⁵⁰.

⁵⁰ “Teonomia é a obrigação de o cristão guardar toda a lei de Deus como um padrão para a santificação [...] Esta mesma lei deve ser aplicada pelo magistrado civil e pelo Estado, onde e como a estipulação de Deus designar” ROMEIRO, P. (1997, p. 161)

Para entender a *Teologia do Domínio*, aqui se recorre ao teólogo evangélico Gary North⁵¹ (1987, p. 86), um dos mais influentes doutrinadores dessa corrente. Em sua obra, o autor postula que um dos pontos fundamentais da *TD* é “decapitar o Estado, fazê-lo ferramenta da religião e de Deus”. O pensamento de North e de seu grupo é que o crescimento da população se presta como ferramenta de dominação estatal, assim como os cidadãos são vistos pelo Estado como perpétuas crianças ou escravos. Na visão de Craig Gay (1991, p. 161-206), deve-se interpretar esse grupo *reconstrucionista*⁵² ortodoxo como *teonomista*, para os quais o capitalismo funciona como um veículo escatológico completo, em harmonia com as leis naturais, um sistema que está abençoado pelo aumento do domínio evangélico sobre a Terra. Essa corrente representa a racionalização completa da Teologia cristã.

Dessa forma, a *TD* só pode ser entendida como projeto estratégico. Entretanto, Romeiro (1995) aponta para os perigos do *pós-milenismo* desse domínio que, para ele, guarda semelhança ao *amilenismo agostiniano*⁵³, pois tal qual seu predecessor,

⁵¹ Gary North é um pastor, teólogo e economista norte-americano, que junto ao seu sogro Rousas John Rushdoony, tornou-se um dos mais expressivos representantes da corrente teológica pentecostal “reconstrucionista” nos EUA. Escreveu mais de 50 livros sobre temas relacionados à política e economia expressando a visão. É dirigente e fundador da Institute for Christian Economics (ICE) e defende a emergência do Estado Teocrático.

⁵² Reconstrucionista significa adepto ao Reconstrucionismo. Primordialmente, esse grupo postula uma vinculação integral da sociedade americana à Bíblia e que deve haver adaptações do Estado a este objetivo, inclusive com a abolição do Estado laico e adoção da forma teocrática. Cf. Reconstrucionismo. Disponível em: <http://www.e-cristianismo.com/antigo/viewtopic.php?t=2419>. Acesso em 5.5.2008.

⁵³ Segundo o ponto de vista pós-milenista, “[...] o avanço do evangelho e o crescimento da igreja se acentuarão de forma gradativa, de tal modo que uma proporção cada vez maior da população mundial se tornará cristã. Como consequência, haverá influências cristãs significativas na sociedade, esta funcionará mais e mais de acordo com os padrões de Deus e gradualmente virá uma “era milenar” de paz e justiça sobre a terra. Esse “milênio” durará um longo período (não necessariamente de mil anos literais) e, por fim, ao final desse período, Cristo voltará à terra, crentes e incrédulos será ressuscitados, ocorrerá o juízo final e haverá um novo céu e uma nova terra. Entraremos então no estado eterno”. A esta doutrina se contrapõe o amilenismo agostiniano. De acordo com essa posição, a passagem de Apocalipse 20.1-10 descreve a presente era da igreja. Trata-se de uma era em que a influência de Satanás sobre as nações sofre grande redução de modo que o evangelho pode ser pregado por todo o mundo. Aqueles que reinam com Cristo por mil anos são os cristãos que morreram e já estão reinando com Cristo no céu. O reino de Cristo no milênio, segundo esse ponto de vista, não é um reino físico aqui na terra, mas sim o reino celestial sobre o qual ele falou ao declarar: ‘Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra’ (Mt 28.18). De acordo com FERREIRA, Franklin e MYATT, Alan. *Teologia Sistemática - uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual*. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 946-951.

estabelece a religião no mundo secular presente, com a prisão de Satanás e expansão do cristianismo imortal e pleno, o que pode ser considerado, em alguns pontos, ideologia revolucionária geradora de novos profetas e apóstolos.

Portanto, e em consonância com o pensamento de North (op. cit., p. 188-189), o Reino de Deus implica todas as instituições humanas e todas as esferas de vida, e tudo na vida está sob o governo de Deus e seus princípios imutáveis. O *reconstruccionismo* leva a *TD* ao extremo e inclui no gerenciamento direto de Deus a família, o Estado, a Igreja e a vida econômica. As organizações transnacionais na ótica desse grupo estão desautorizadas, por isso, devem deixar de existir.

Com base nas observações de Melander (op. cit., p. 99-101), encontra-se nesse ponto uma identidade da vertente *reconstruccionista* com a nova direita, ancorada no neoliberalismo, que surgiu entre as décadas de 1970 e 1980. As marcas do *reconstruccionismo* são o Estado mínimo e a manutenção apenas do sistema judiciário e militar. Enquanto o *fundamentalismo* vigente até a década de 1950 pugnava o “avivamento premilenarista”, o *reconstruccionismo* visava influenciar o público por meio da educação para alcançar resultados políticos em longo prazo.

Um dos lemas do *reconstruccionismo* baseia-se no combate ao Estado de bem-estar. Segundo North, o *welfare* representa um obstáculo para a acumulação de capital quando utiliza políticas de financiamento aos excluídos do mercado. Assim, afirma:

The modern state promises to support its citizens from womb to tomb. It educates children, cares for aged and steadily transfer Power to the government officials taking on new responsibilities. It taxes labor, it taxes our profits, and it taxes our children inheritance. [...] We can see the drift of twentieth-century socialist societies. (North, op. cit., p. 71-72)⁵⁴

⁵⁴ O Estado moderno promete dar suporte aos cidadãos do berço ao túmulo. Educar as crianças, cuidar dos idosos e transferir o poder aos agentes do governo que assumem novas responsabilidades. Tributar o trabalho, tributar nossos lucros e tributar a herança das nossas crianças. [...] Nós podemos ver o

Isso representa, no entender dos *teonomistas*, uma combinação entre uma legislação embusteira com a manipulação psicológica, cujo objetivo é tomar o lugar do salvador do homem pela regulação totalitária. Para Gay (op. cit., p. 105), North e seus adeptos denunciam o recolhimento cultural no momento em que os representantes do Estado abdicam de controlar a cultura. Ainda para o autor, é essa mesma corrente teológica que sugere a dominação da Terra mediante a homologação dos direitos da propriedade privada surgida na criação do mundo.

Dessa forma, a *Teologia do Domínio* prega na área econômica a extinção das esquerdas e afirma que o fim da desigualdade baseada na igualdade de renda seria obra demoníaca. Contra o socialismo, cuja ideologia é interpretada como filosofia da destruição, prega que apenas a liberdade do mercado pode promover a ascensão social e a mobilidade econômica. No domínio estatal, propaga que a redistribuição de renda promovida pelo Estado destrói a liberdade humana e, por isso, impede a responsabilização por atos sob a administração de Deus. A legislação acerca da ambição humana torna-se o maior fundamento do totalitarismo. A meta *reconstrucionista* é criar um sistema de controle da lei civil do governo local até o central para limitar o poder do governo às leis de Deus.

Mas o *reconstrucionismo* revela metas mais claras no âmbito familiar. Como já foi dito antes, o projeto ambicioso concentra-se em preparar as futuras gerações para o exercício de poder político. Logo, nesse empreendimento, o papel da família é essencial, indispensável. Os filhos devem ser capacitados pelos pais para aumentar o capital familiar de geração em geração; o filho mais velho deve desempenhar um papel de líder

fortalecimento de sociedades socialistas do século vinte. (Tradução das páginas originais citadas acima feita pela autora da tese.)

na tarefa de enriquecimento familiar; a educação dos filhos volta-se para a acumulação de riquezas e a contestação dos favores do Estado.

Não obstante a origem reacionária da *TD* e de seu braço mais radical, o *reconstrucionismo*, verifica-se que, embora tenham afinidades no campo ideológico e guardem semelhanças por embutirem uma abordagem religiosa mais radicalista, *fundamentalismo* e *TD* não podem ser vistos embaralhados ou com o mesmo significado. Há uma impropriedade leiga em interpretar dois fenômenos de ordem político-religiosa diferentes de maneira análoga. A advertência de Pierucci guarda todo o sentido em relação ao caso específico, pois a *TD* extrapola a mera literalidade e fidelidade bíblica para penetrar em campo mais vasto, isto é, a política, o que acaba imbricando-se com a vertente *fundamentalista* islâmica, quando pretende tomar posse do Estado. Talvez isso demonstre uma maior identidade entre a *TD* e o *integrismo*: um movimento político-religioso de origem católica que, segundo Pierucci (2000^a, p. 188-192), nasceu no final do século XIX, na vertente intransigente do catolicismo, e se caracterizou por almejar a recuperação do político para fins religiosos, calcado nas vertentes políticas de direita, cuja principal força expressiva se concentra na organização *Opus Dei*.

Contudo, a admoestação de Pierucci leva a crer que o *integrismo* se encaixa melhor na visão católica por suas metas em geral, e que o *fundamentalismo*, de outro lado, tem sido o remédio genérico para todas as moléstias desfiguradoras do quadro político laico. Por conseguinte, embora haja momentos em que os fenômenos apareçam concomitantemente e mantenham estreitas relações, é bom compreender a diferença entre eles de maneira que se possa também concebê-los em determinados momentos em lados opostos, mesmo porque estão contaminados pelo preconceito das mídias e da nova direita do Ocidente.

2.4 O novo partido político

Análises bem recentes admitem a possibilidade da existência de uma nova estratégia político-eleitoral empregada pela *IURD*. Tomando como referência as eleições de 2006 no Rio de Janeiro, Cunha (2006) analisa as estratégias evangélicas, com base na *IURD*, para pontuar mudanças no contexto da política brasileira nesse momento, embora admitindo que tais estratégias ainda sejam ambíguas.

Para tanto, reflete a partir da criação do Partido Republicano Brasileiro, o PRB.⁵⁵ Na sua concepção, este partido teria sido parte de uma estratégia elaborada pelos articuladores da campanha de Marcelo Crivella ao governo do estado, a fim de criar um distanciamento político necessário entre ele e a própria *IURD*, dado que esta identificação trar-lhe-ia grande rejeição na disputa.

Em 2006, o PRB elegeu sem coligações 1 Deputado Federal pelo Rio de Janeiro com 83.127 votos. Com representantes seus em outros partidos, elegeu 1 Deputado Federal por São Paulo, pelo PMDB; um 1 pelo Ceará, pelo PMDB; e 1 por Mato Grosso, pelo PP.

Na disputa para a Câmara Federal, alcançou em todo o território nacional 58.242 votos de legenda, 185.817 votos nominais e obteve 244.059 votos totais.

Com relação às Assembleias Legislativas Estaduais, o PRB elegeu sem coligação três candidatos: um no Pará, com 35.163 votos e dois no Rio de Janeiro, com 35.725 votos e 39.266 votos, respectivamente. Obteve 56.925 votos de legenda, 169.119 votos nominais e 226.044 votos no total.

⁵⁵ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.tre-rj.gov.br/> Acesso em outubro de 2006. Homologado no final de 2005, como Partido Municipalista Renovador - PMR, teve a sua denominação alterada para Partido Republicano Brasileiro – PRB, presidido nacionalmente por Vitor Paulo Araújo dos Santos.

De acordo com Novaes (2001, p. 55), a eficácia da política dos grupos religiosos consiste na manutenção dos laços religiosos que ligam aqueles que compartilham a mesma fé. Portanto, como já se afirmou antes, o político pentecostal deve estar afinado com as demandas da denominação que o elegeu. Essa posição exige, assim, um pensamento que, na maior parte das vezes, supera a ideologia ou a identificação com um partido político específico.

Para Baptista, o entendimento de Novaes é reafirmado quando alega:

No jogo complexo da atuação política pentecostal, o atendimento às demandas da igreja e da base eleitoral prevalece acima de qualquer ética de convicção ideológico-partidária. (Baptista, 2009, p. 238)

A escolha da utilização pela *IURD* de pequenos partidos, de legendas de aluguel ou de grandes partidos ou a de um partido de oposição ou situação se relaciona muito mais às chances de eleição do candidato apresentado pela Igreja do que especificamente a questões de afinidade ideológica entre a denominação e legenda a ser escolhida. A esse respeito, Baptista (op.cit., p. 242-243) ainda afirma que, em primeiro lugar, se coloca possibilidade de eleição e depois a proximidade do eleito com o poder partidário e as agendas públicas. É interessante manter certa “capilaridade”, conservando pentecostais em todas as legendas. Da mesma forma, a escolha de partidos menores possibilita o exercício de liderança por um parlamentar “do baixo clero”⁵⁶, no qual quase sempre se encontram os Deputados pentecostais. Ao mesmo tempo, é importante refletir que a presença dos evangélicos nas renomadas legendas reduz espaços de atuação, porque não só torna possível a eleição com menor número de votos, graças à

⁵⁶ Em recente trabalho, MESSEMBERG (2009, p. 3) situa o termo “baixo clero” para identificar: “[...] parlamentares, jocosamente identificados como *baixo clero*. Nesse grupo encontram-se, em geral, os Deputados que não exercem, na avaliação dos próprios congressistas, papel relevante na estrutura organizacional da Câmara e nem se destacam durante os trabalhos legislativos. São aqueles que, inclusive, em virtude de sua inexperiência e inexpressiva atuação parlamentar, em termos de visibilidade de ação e posicionamentos, ocupam costumeiramente as últimas fileiras de cadeiras no plenário da Câmara”.

engenharia eleitoral brasileira, como também permite maior acesso aos espaços de propaganda eleitoral, menor necessidade de atuar em coligações com os grandes partidos e o próprio acesso ao “poder de agenda” e privilégios a estes atribuídos, tendo a oportunidade de gravitar em torno dos políticos mais poderosos, costumeiramente conhecidos como “cardeais”⁵⁷ no Congresso Nacional.

Da mesma forma, Figueiredo Filho explica:

Os políticos da IURD não se concentram em um só partido, ao contrário, compõem um quadro suprapartidário e se pretende representar a IURD nas câmaras possíveis e nas siglas partidárias das mais diversas. Contudo, pelo fato do bispo Rodrigues estar filiado e ser uma liderança do Partido Liberal (PL), há uma forte inclinação da Igreja para apoiar esta sigla partidária. (Figueiredo Filho, 2002, p. 66)

Entretanto, de acordo com a acepção de Baptista, assiste-se a iniciativa da *IURD* de criar partido próprio como uma tentativa de evoluir no sistema partidário. Depois de manter por mais de uma década a maior parte de seus representantes em legendas mais fortes, tais como o PL e o PFL, nos quais, inclusive, seus Deputados ocuparam posições destacadas (caso dos Bispos Rodrigues e Wanderval), a criação do Partido Municipalista Renovador – PMR, oficialmente registrado em outubro de 2005 e com denominação alterada em março de 2006 para Partido Republicano Brasileiro – PRB, passou a se autonegar como “partido evangélico” ou “partido da *Igreja Universal*”, a fim de descaracterizar a iniciativa como tentativa de institucionalizar um Estado teocrático, visto que o Estado contemporâneo consagra a separação entre Igreja e Estado, e conseqüentemente, a laicização estatal.

⁵⁷ De acordo com a autora citada na nota acima, os “cardeais” referem-se: “De forma irônica, a elite parlamentar brasileira que é denominada entre os membros da Câmara dos Deputados como “alto clero”, numa alusão ao *Sacro Colégio Pontifício*, que congrega os cardeais da Igreja Católica [...] podem ser identificados de forma parcial ou total, aludindo principalmente as seguintes questões: a ocupação de postos-chave do Poder Legislativo; a representação de interesses sociais e/ou institucionais organizados e a posse individual de faculdades especiais, reconhecidas entre os membros dessa comunidade como próprias de um líder” (Ibidem, p. 3 e 19).

Dentro dessa mesma estratégia, porém, a criação do partido atenderia a outros fins, como a necessidade de desvincular a *IURD* de partidos envolvidos em corrupção. Dentre estes partidos, menciona-se em especial o PL, com o qual a *IURD* sempre manteve ligação estreita e pelo qual lançou suas mais importantes candidaturas, como as do bispo Crivella, do bispo Carlos Rodrigues (mesmo tendo sido ele um dos mentores da ideia do PMR) e de outros integrantes da hierarquia da igreja que ocupavam cargos públicos.

A criação do PRB atenderia, também, à existência de uma tensão pré-eleitoral na qual não se conheciam as regras pelas quais as eleições seriam conduzidas. Principalmente em relação à condição do vice-presidente da República, José Alencar, membro do PL e agora do PRB, acuado que estava pela associação de seu partido a escândalos de dimensões nacionais e internacionais.

No caso da mudança de partido para o bispo Crivella, Cunha (op. cit.) sugere que o tiro teria saído pela culatra, pois, durante a campanha, a mídia reiteradamente teria citado sua identidade evangélica. Ou seja, sua filiação ao PRB estaria sendo apresentada no espaço público muito mais de forma acusatória do que como recurso à moralidade religiosa.

No que tange às reflexões sobre o pleito mais recente ocorrido no Rio de Janeiro, Cunha na mesma análise traça a atual conformação política brasileira e comenta:

O contexto político nacional alterou agendas e articulações partidárias. Os escândalos que revelaram o desvio de verbas da *IURD*, assim como a aparição de quase metade dos parlamentares da chamada 'Bancada Evangélica' em escândalos de corrupção, vêm modificando cada vez mais o recurso à identidade religiosa como forma de aferir valor a um candidato, sobretudo nas candidaturas majoritárias.⁵⁸

⁵⁸ Ibidem.

Assim, o recurso à identidade moral e ética dos religiosos, usada em outros pleitos eleitorais com sucesso, já não mais se concatenaria com a ideia de idoneidade moral na política. Apesar de tais considerações, permaneceria ainda a indagação sobre a matriz ideológica da *IURD*, mesmo com a instituição de seu novíssimo partido político.

A julgar pelo caminho trilhado por seus principais líderes políticos, é possível conceber que nunca houve uma definição clara sobre seu posicionamento ideológico, até porque, conforme observa Freston (1999, p. 329-340), a política corporativa provoca concorrência ideológica interna. A representação *iurdiana* em uma diversidade de partidos jamais teria deixado clara à população brasileira uma ideologia, preferindo abster-se deste tema para privilegiar seus próprios interesses nos planos religioso e político.

Quanto ao projeto político da *IURD*, consubstanciado no novo partido, o PRB, ainda é cedo para determinar um viés ideológico próprio. Mas é possível conceber que, em função de um posicionamento conservador de seus representantes em relação a todas as questões, e mediante um discurso moralista renitente, ele poderia refletir uma inclinação à direita política.

A questão que se coloca, então, é o efeito da intersecção *iurdiana* na política brasileira, em relação ao regime democrático vigente no País. Representaria esta inserção um risco à continuidade do processo democrático em curso?

Mariano (1999, p. 231) observa que a atuação generalizada dos *neopentecostais* na política partidária brasileira é marcada pelo conservadorismo, pelo corporativismo, pelo fisiologismo explícito e pela inclinação à direita política. Entretanto, considera que isto não justifica um eventual temor de que o crescimento do pentecostalismo no Brasil represente uma ameaça à democracia “semelhante ao temor da Europa Ocidental frente

à expansão do *fundamentalismo* islâmico no Oriente Médio, no Leste Europeu, nos países da Ásia e do Norte da África”.

No entanto, o posicionamento teórico nesse sentido é frontalmente dividido, conforme analisa Freston (op. cit.). Segundo o mesmo autor, há uma corrente de autores que destacam o potencial democratizante do modelo de cristianismo pentecostal, no qual as igrejas ofereceriam um espaço social livre, uma experiência de solidariedade e de nova identidade pessoal, além de participação responsável em uma comunidade. Freston cita Smith e David Martin como alguns autores de destaque desta corrente positivista, embora argumente que esta corrente não considera realidades particulares do Brasil e admite que a divisão do protestantismo brasileiro, produto de uma tradição voluntarista, pode ser um fator positivo para a democracia.

Em relação à nossa realidade, Fonseca (2006, p. 3) concorda, afirmando que a participação, pela primeira vez, de novos setores na vida política, discutindo programas, propostas de candidaturas e apoios é ótima para a democracia brasileira.

Freston identifica outro grupo de autores, como Bastian (1994b), que privilegia a face repressiva e corporativista dos *neopentecostais*, pois que estes teriam evoluído da cultura do catolicismo popular, sincrética, corporativista e politicamente passiva. Haveria, para eles, uma afinidade entre o pentecostalismo e a cultura política latino-americana como um todo.

Outros, ainda, consideram que a democracia depende menos da ética protestante e da cultura política e mais da relação estabelecida entre as dirigentes e instituições, bem como de decisões estratégicas tomadas por líderes religiosos e políticos.

Em seu estudo sobre a inserção da Universal na política brasileira, Maria das Dores Machado *apud* Rodrigues (2006)⁵⁹ identifica efeitos ambíguos sobre o processo democrático. Para a autora, a experiência democrática e o regime republicano estimulam o uso de identidades partidárias. Assim, por um lado, a presença da *IURD* na política brasileira instigaria importantes espaços de discussão sobre a importância do voto, socializando politicamente setores segregados da população, o que significaria uma ampliação da democracia brasileira, reforçando-a.

Porém, por outro lado, considera que, simultaneamente, há uma ambivalência com relação à sua entrada de representantes da *IURD* na política, pois que eles apresentariam um nível de informação muito baixo, que tenderia a repetir atuações parlamentares assistencialistas. Nessa dimensão, a prática política *neopentecostal* brasileira, sobretudo a *iurdiana*, traria o risco de manutenção das práticas políticas tradicionais que ressaltam vícios frequentes, a saber, *sectarismo*, *fisologismo*, *nepotismo* e *clientelismo*.

Para Freston (1999), a discussão polarizada sobre a influência do pentecostalismo no processo democrático só faz ressaltar que os conceitos essenciais do protestantismo não são suficientes para enfrentar a complexidade da realidade e as “múltiplas influências sobre a política concreta”. Na sua concepção,

nem um modelo estático das operações da religião voluntarista, nem um modelo ideológico do papel da religião na sociedade, nem o elitismo que julga as seitas pelas expectativas do ‘centro’ religioso, bastam para responder à questão. (Freston, op. cit., p. 335)

Em função disso, sugere o mesmo autor que, no caso brasileiro, a nova constituição do campo religioso pode trazer efeitos imprevisíveis, produzindo novas

⁵⁹ RODRIGUES, Carla. A íntegra do depoimento prestado pela Professora Maria das Dores está *In* No Mínimo. Entrevista. *Voto sob controle da fé*. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2006. Disponível em: <http://nominimo.ibest.com.br/notitia/servlet/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=31>. Acesso em 10.10.2006.

variantes na relação religião/sociedade. A contribuir para esses efeitos estaria o poder “desequilibrador” da *IURD* no meio protestante e suas aspirações hegemônicas, razão pela qual a democracia seria vista pelos *iurdianos* com um olhar “meramente instrumental”. Para Freston, não há uma resposta simples na avaliação desta influência sobre a democracia.

CAPÍTULO 3

“MEU REINO É DESTE MUNDO”

Esta parte do trabalho se destina à avaliação do comportamento político da bancada da *IURD* na Câmara dos Deputados, com ênfase nas legislaturas de 1999-2003, 2003-2007 e 2007-2009⁶⁰, quando da apresentação e discussão de proposições e emendas orçamentárias. Também se propõe a analisar o intercâmbio de capital político, midiático e religioso da denominação, que serviu para expandir o âmbito de atuação do grupo ligado à Universal.

3.1 Os primeiros passos

Por que uma Igreja *neopentecostal* adentrou na política de forma tão organizada?

Segundo Seman (2001, p. 90), o desejo de politização dos grupos evangélicos é produto da nacionalização dos grupos pentecostais. Esse processo situa os líderes religiosos face a face com problemas políticos e sociais de seus países e são comuns.

Consoante foi ressaltado, a estratégia eleitoral da Universal nessas últimas legislaturas se tornou muito mais profissionalizada, graças ao influente comando do ex-bispo Carlos Rodrigues. De acordo com o próprio ex-parlamentar, em seu depoimento à CPI dos Bingos, o perfil do candidato eleito estava relacionado às seguintes exigências:

[...] não é que o povo evangélico seja alienado, não senhor. É que os fiéis da igreja esperam que aquela pessoa que foi escolhida represente o conjunto de pensamento daquelas pessoas que ali estão. Logicamente que não se pega uma pessoa qualquer da igreja; é uma pessoa que já tem uma militância dentro da igreja, um trabalho dentro da igreja, já representa alguma coisa, ela já é conhecida dentro da igreja, pelos programas de rádio, de televisão, pelo jornal. Ela já tem uma vida dentro da igreja normalmente. Então, ele não precisa ficar fazendo um discurso. Por quê? Primeiro que quando a pessoa vai à igreja não quer ouvir um discurso político, então, quanto menos falar melhor. E o povo espera que como o conselho de bispos decidiu, está decidindo por alguém que vai representar os seus interesses e o conjunto de

⁶⁰ Até o mês de agosto de 2009.

seu pensamento. Então, o cidadão não precisa falar muito, e nós sempre orientamos: fale o menos possível porque...V. Ex^a. perdoe-me, remeto ao Antigo Testamento, como eram escolhidos os príncipes, os reis de Israel. É ungido. Então, o cidadão é quase que ungido pelos bispos para ser o representante. O ungido não tem que falar nada; só tem que aceitar a unção. (Trecho do depoimento do ex-Deputado Carlos Rodrigues à CPI dos Bingos em 21.9.2005)⁶¹

Como identificou Bittencourt Filho (1994), é comum que as lideranças políticas da Universal utilizem-se de um discurso messiânico e recorram a citações bíblicas para justificar suas posições. Isso não fica restrito apenas aos cultos, como o autor havia afirmado, mas se infiltra também nas preleções políticas.

Cabe ressaltar ainda, recorrendo à visão de Faoro em *Os donos do poder*, na fala do bispo Rodrigues, o caráter diferenciado do ungido considerado como alguém que se distinguiria por “certa nobreza” na hierarquia vertical da Igreja.

Segundo Oro (2003a, 56), o *modus operandi* da Universal para eleger seus candidatos não considera qualquer consulta democrática aos membros e fiéis da igreja, constituindo-se em uma prerrogativa exclusiva de seus dirigentes regionais e nacionais. Esse processo passaria por fases distintas, resultando em um modelo corporativo de “candidatura oficial”.

Inicialmente, com um prazo hábil anterior à data dos pleitos, a *IURD* procede a uma campanha entre seus fiéis, dirigida especialmente aos jovens de 16 anos, no sentido de obterem seus títulos eleitorais, “efetuando uma espécie de recenseamento de seus membros/fiéis no qual figuram seus dados eleitorais”. Posteriormente, estes dados são encaminhados aos bispos regionais, que, por sua vez, os transmitem ao bispo coordenador do setor de política da igreja.

Juntos, deliberam quantos candidatos lançam em cada município ou estado, dependendo do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral dos partidos e

⁶¹ Disponível em [http:// webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=toen&state=t1mpse.1.51#](http://webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=toen&state=t1mpse.1.51#). Acesso em 10.6.2006.

no número de eleitores recenseados pelas igrejas locais. Uma vez lançados os candidatos, usam os cultos, as concentrações em massa e a mídia própria (televisão, rádio, jornal) – de acordo com a legislação eleitoral – para fazer publicidade dos mesmos. (Oro, 2003a, p.55)

Admite-se que, nos últimos anos eleitorais, esta prática tenha sido ampliada com a ida pessoal dos candidatos aos cultos mais frequentados, quando seriam apresentados frontalmente aos fiéis.

É fato que a inserção da *IURD* na política partidária e nas disputas eleitorais contribuiu substancialmente para o aumento e fortalecimento da frente evangélica nas três esferas políticas.

Todavia, Oro observa que, com relação à Câmara Federal, no voto evangélico às questões em pauta, não existe uma unidade senão em torno de temas ligados à moral, por exemplo, a legalização do aborto e a união civil dos homossexuais, razão pela qual não se poderia falar em uma bancada evangélica.

Neste mesmo sentido, chama também atenção o fato de a *IURD*, lançar um quadro político suprapartidário, abrangendo diferentes partidos. Oro sugere que esta prática se assemelha mais a uma estratégia sofisticada para alcançar maior poder de barganha e menos à demonstração de uma eventual incapacidade política da *IURD* ou dificuldade de entendimento entre seus próprios parlamentares.

Quanto à possibilidade de ocorrerem desentendimentos entre representantes da *IURD*, em análise sistematizada sobre sua retórica político-religiosa, especialmente a veiculada no jornal *Folha Universal*, Figueiredo Filho (2004) afirma que existe um bloco coeso de representação política da igreja, a ela submisso. Como é a *IURD* quem indica candidatos, os elege através dos votos dos fiéis e os eleitos a ela prestam contas de seus mandatos, não admite atuações independentes de seus políticos. “Existem orientações políticas que devem pautar a atuação de todos, bem como comandos

setoriais [...] Os que não se alinham à política hierárquica da *IURD* são retirados dos seus quadros – religioso e político” (Figueiredo Filho, op. cit.).

Ao pulverizar-se em diferentes partidos de diretrizes e matizes ideológicos diversos, vale questionar se haveria na representação política *iurdiana* uma matriz ideológica e, no esteio desta indagação, qual seria esta matriz.

Para Figueiredo Filho⁶², nem o desempenho parlamentar, nem os veículos de comunicação da Igreja permitem definir o perfil político-ideológico do grupo da *IURD*, pois a justificativa de sua participação política, “a ponto de desenvolver uma estrutura para este fim”, recai sobre dois fatores básicos: um de caráter protecionista (uma vez que se sente perseguida) e outro de caráter ético. “As questões pragmáticas do grupo religioso se sobrepõem à fidelidade de caráter ideológico. O político serve aos interesses religiosos”.

Na ótica do autor, a postura de igreja perseguida seria fundamental na estratégia da *IURD* de dividir candidatos em diversas legendas, enquanto que o campo ético também justificaria sua participação política, repetindo um discurso amplamente utilizado por grupos políticos que não reivindicam representação religiosa.

Oro (op. cit., p. 57) comenta que o discurso pela ética é recorrente nas igrejas evangélicas pentecostais e que, com relação especificamente à Universal, “a luta contra a corrupção justificava e legitimava o ingresso na política, uma vez que eles se consideravam uma espécie de ‘reserva moral’ da sociedade”.

Essas opiniões refletem basicamente situações ocorridas ao longo de determinado espaço de tempo. Contudo, na política, o vetor tempo, assim como

⁶² Ibidem.

inúmeros outros, adquire uma dinâmica própria e muito particular, capaz de operar uma diversidade de reversões.

Trazendo as considerações de Figueiredo Filho, Oro e outros estudiosos da *IURD* (nos quais, inclusive, eles fundamentam suas ideias) para o tempo presente, seria de se indagar se o argumento ético e moral da Universal e de outras denominações evangélicas para justificar-se na política não teria ficado abalado com episódios com os episódios envolvendo corrupção.

Admitindo-se que representantes políticos da *IURD* são escolhidos com base em seu poder de influência sobre os adeptos da Igreja entre aqueles que desenvolvem atividades midiáticas relevantes e atividades religiosas e filantrópicas engajadas, identifica-se igualmente como tendência da *IURD* um viés patrimonialista e um outro que legitima como seus representantes ideais para compor um estamento político os líderes gerados no berço da denominação, os quais recebem as bênçãos da cúpula para fazê-lo.

Portanto, não são os fiéis que escolhem os candidatos. Cabe a esses apenas homologarem na urna aqueles nomes determinados pela oligarquia clerical centralizada e de forma autoritária para exercerem a defesa do patrimônio e interesses da Igreja. Os adeptos somente voltarão a ser consultados em um próximo pleito por demanda da instituição *IURD*. Nessa lógica de procedimento, o tráfico de influências e as decisões continuam restritos a uma pequena parcela de “eleitos” para manterem uma estrutura clientelista que acaba realimentando a “viagem redonda circular”.

Embora adote critérios pragmáticos e excludentes para a escolha de representantes políticos, foi graças à eficiente engenharia eleitoral montada pela liderança do bispo Carlos Rodrigues, a partir do início da década de 1990, - incluindo a fixação de distritos eleitorais definidos para fins de organização dos votos -, que os

resultados desembocaram em bancadas da Universal que se multiplicaram tanto no plano em nível federal como também nos estados e municípios, sem, no entanto, ter havido uma preocupação *a priori* com a criação de uma legenda específica para tanto (Freston, 1994).

Na eleição de 1986, apenas um constituinte foi eleito pelo Estado do Rio de Janeiro, bispo Roberto Augusto. Durante os trabalhos de elaboração da Carta Magna de 1988, as posições tomadas pela bancada unitária demonstraram uma tendência de abordagem conservadora em aspectos sociais. Embora tenha votado favoravelmente ao acréscimo de 1/3 nas férias, ao salário mínimo real e ao direito de sindicalização e greve dos servidores públicos, o parlamentar foi contra a reforma agrária e ficou ao lado da União Democrática Ruralista - UDR; votou contrariamente à participação popular no processo legislativo, à jornada de trabalho de 40 horas semanais, à estabilidade no emprego e à prescrição quinquenal de direitos trabalhistas. Na área política foi favorável ao presidencialismo e aos 5 anos de mandato para o presidente José Sarney (DIAP, 1988).

No pleito seguinte, a *IURD* passou a contar com uma bancada de 3 Deputados federais e elegeu 6 Deputados estaduais. No entanto, a atuação dos Deputados foi considerada muito discreta ou até mesmo inexpressiva. A liderança da pequena bancada corria por conta do paulista, pastor De Velasco.

Já em 1994, houve a eleição de 6 Deputados federais pela *IURD* e o número de Deputados estaduais eleitos subiu para 8. Ao mesmo tempo, elementos da Igreja começaram a participar do governo no Rio de Janeiro com assentos na Secretaria de Trabalho e Ação Social. Foi naquela época *IURD* tomou fôlego na política, quando a Igreja conseguiu direcionar cerca de 95% dos votos de seus adeptos para os candidatos indicados por suas lideranças religiosas. De acordo com Machado, M.D (2006, p. 28-

29), tal estratégia obteve sucesso em decorrência de dois fatores combinados: fraca identidade partidária dos eleitores e significativa influência de algumas igrejas na orientação do voto, aproveitando o baixo nível de informação e envolvimento político de seus fiéis, em sua maioria oriundos das camadas mais carentes da população brasileira.

Conquanto a inserção pentecostal na política brasileira tenha sido operada pelas candidaturas e eleições de representantes da *Assembléia de Deus*, a *Igreja Universal*, que se uniu àquela e formou a chamada Frente Parlamentar Evangélica, assumiu progressivamente o protagonismo político do campo evangélico pentecostal no Brasil nos últimos 20 anos.

A atuação dos 6 parlamentares no plenário da Câmara dos Deputados se fez sentir nas reformas constitucionais como conservadora. As análises do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP classificaram os representantes da Universal com notas entre zero e dois em uma escalada de conceitos de notas de zero a cinco pontos. Todos eles, excluindo raras ausências de 1 ou 2 parlamentares em plenário, votaram a favor da idade mínima para a aposentadoria no Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, do redutor de 30% de remuneração para o servidor inativo, da redutibilidade de vencimentos para servidores públicos, do fim do regime jurídico único, da redução de salário para os servidores em disponibilidade e da quebra da estabilidade dos servidores públicos (DIAP, 1998).

Na eleição de 1998, a Universal conseguiu fazer catorze cadeiras na Câmara Federal e dezoito cadeiras entre as diversas Assembleias estaduais. Já sob o comando do bispo Rodrigues, a bancada federal da Igreja tornou-se um pouco mais expressiva. O grupo ficou mais coeso e sua retórica mais progressista. Os políticos desalinhados com as lideranças da organização perderam espaço junto à cúpula eclesiástica, inclusive o próprio pastor De Velasco por ter mantido uma posição mais independente tanto em relação à coordenação política de Rodrigues, como a supervisão atenta de Macedo.

Sobre isso se pode acrescentar que se atribui o sucesso da Igreja não somente à orientação pessoal do bispo Macedo a cada um de seus subordinados no segmento político, mas também à sua orientação e coordenação do segmento espiritual da instituição, e à sua capacidade de reunir a sua volta os possuidores de mandatos, o que talvez evidencie o que Weber já havia detectado em sua obra *A política como vocação*, - que é “uma estratégia de poder que enfatiza o enfraquecimento das siglas partidárias em favor do florescimento de lideranças “personalistas” e “calculistas” (Figueiredo Filho, 2002, p. 72).

3.2 Legislatura 1999-2003

A legislatura de 1999-2003 concretiza a época que Conrado (2000) denomina “quinta modalidade de política *neopentecostal*”, a qual tem como ícone a *IURD* e, como ainda acentua Freston (1999, p. 333), é a demonstração de que os pentecostais não são mais “uma corporação monolítica que faz o jogo corporativista, mas uma série de organizações competitivas cujas ações podem se cancelar mutuamente no efeito político”.

Na legislatura específica foi perceptível que, em uma bancada que reunia quase 60 evangélicos, se destacaram as atuações dos representantes da *Assembleia de Deus* e da *Igreja Universal*. Ainda nessa legislatura é que a *IURD* acentuou o seu diferencial em relação às outras denominações. De acordo com Burity, atuando como

sujeito político calculador, estrategicamente analisando, planejando e executando um projeto de transformação de seu crescimento numérico, poderio financeiro e midiático e carisma em representação política e em credenciamento para uma interlocução direta com o estado [...] o rígido controle da estratégia política pela *IURD* deriva de sua preocupação em obter o preciso efeito que espera da sua presença nas instituições – influência e reversão da ‘perseguição’ estatal – sem o perigo de vir a voltar-se tal presença contra si mesma, na hipótese de seus representantes virem a

‘comprometer’ a imagem da Igreja por seus posicionamentos ou eventuais deslizes. (Burity, 2006, p. 191-192)

Tendo feito o seu maior aumento relativo de bancada, a Universal trabalhou mais organizada desde o pleito nos estados, ao ser comandada pelas mãos do bispo Rodrigues. Ele chegou para substituir uma antiga liderança política da *IURD*, ou seja, o pastor Paulo de Velasco. Seu estilo muito mais estratégico e intuitivo organizou a eleição de forma a empregar todo o poder assistencial e midiático da denominação em torno de pastores, obreiros e bispos que contavam com o aval do bispo Macedo e tinham grande penetração entre os adeptos da Igreja. Deu novas diretrizes à bancada e manteve ampla autonomia e poder de negociação com os “caciques” da política tradicional em troca de apoios relevantes. Tornou-se, assim, voz respeitada na Câmara e seu principal interlocutor junto ao governo. Como dito pelo seu próprio antecessor, ex-Deputado De Velasco:

[...]eu quero destacar uma coisa, quero destacar a política na Igreja Universal antes do Bispo Rodrigues e depois do Bispo Rodrigues. Realmente quem projetou a política na Igreja Universal e fez com que a Igreja Universal pudesse chegar a dezoito Deputados Federais foi o Bispo Rodrigues. Eu digo que para substituí-lo é necessário que haja três pessoas pelo menos, para substituir a dinâmica de trabalho dele, a visão de trabalho dele e a proficiência do trabalho dele. Ele realmente é um homem inteligente, um homem capaz e profundamente dedicado àquilo que faz, ele é realmente, ele projetou a Igreja Universal, ele tinha um trabalho profundamente dirigido e sabia fazer, é um excelente coordenador político [...] primeiro ele era um homem de uma intuição fantástica, ele aprendia com o vento e depois aplicava o que conhecia. E ele começou primeiro na escolha dos seus candidatos, depois na forma em que a candidatura era concebida e depois na aplicação de tudo isso na campanha. Ele dividia os campos, ele dividia as igrejas, ele dividia as pessoas, ele selecionava os candidatos e ele cobrava diariamente soluções e cada um dos elementos que ele colocava como programa de campanha. Ele ensinava como fazer o discurso, ele ensinava como apresentar, ele ensinava o que dizer, ele era neste ponto, ele era insubstituível, até ser substituído. (trecho da entrevista com Paulo de Velasco realizada em 5.10.2008)

Com nova liderança, o desempenho retórico progressista que a *IURD* passou a adotar correspondia ao cumprimento dos mandatos em uma atuação neoliberal

introvertida. Para Burity (op. cit., p. 198-199), ficou claro que os evangélicos *iurdianos* não tinham nem um projeto de poder alternativo à ordem vigente e nem mesmo uma estratégia de clivagem religiosa na política. A única evidência confirmada na trajetória do grupo até àquele momento era a tendência do grupo por uma postura governista, independente da posição ideológica dos governantes. Isso seria a confirmação da tentativa da Igreja em incluir suas reivindicações na agenda política nacional e em participar diretamente da máquina pública com acesso a cargos e funções com poder decisório, o que acentua a existência de uma perspectiva pragmática por parte da cúpula da instituição.

Desprezados pelos governistas e alijados de cargos no Executivo Federal, embora tenham apoiado a eleição de Fernando Henrique Cardoso - FHC, logo no início da legislatura, a bancada decidiu manter uma atitude de oposição ao governo.

A liderança da Igreja adotou uma postura mais indignada no mês de maio de 1999, quando vieram à tona as críticas feitas pela cúpula do governo FHC à Igreja. A retribuição de Collor ao apoio *iurdiano* havia sido maior, pois que ele assinara a concessão da Rede Record ao grupo de Macedo. Itamar Ihes havia sido indiferente. Porém, Fernando Henrique que os havia cotejado de alguma forma no primeiro mandato, havia atacado a Igreja e o Partido Liberal-PL, altamente comprometido com a *IURD*.

Então, o bispo Rodrigues se pronunciou em plenário contra a denúncia do Presidente da República de que a Universal e o PL se identificavam com grupos sociais que se uniam em torno de interesses não partidários e corporativos. Além disso, deviam ser combatidos com a aprovação da reforma política que acabaria com pequenos partidos, por meio da cláusula de desempenho e, dessa forma, barraria o projeto que a *IURD* e o PL teriam, o qual seria de criar um partido *fundamentalista*.

Ao lembrar o apoio prestado ao presidente FHC na primeira eleição, Rodrigues enfatizou:

Quando eu dizia, na sua primeira eleição, que o diabo era barbudo e tinha quatro dedos, S. Exa. batia palmas e se alegrava [...] Quando apoiávamos incondicionalmente o Senhor Fernando Henrique, ele bem que gostava do nosso apoio e dos nossos votos. Depois, reconheci que errei, e pedi desculpas ao Lula.⁶³

No ano de 2001, a bancada ligada à Igreja defendeu abertamente a aprovação de uma emenda constitucional apresentada por um de seus ex-representantes na legislatura anterior, o Deputado Laprovita Vieira, de interesse vital para a denominação. Tratava-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 203/1995 – que visava permitir que igrejas, partidos políticos e entidades sem fins lucrativos pudessem ter até 30% do controle acionário sobre empresas de radiodifusão. A proposição tornou-se a Emenda Constitucional nº 36/2002 com 402 votos favoráveis em plenário. Assim, a *IURD* pôde assumir formalmente 30% do controle de sua rede de rádios e TVs anteriormente com controle total em nome de pessoas ligadas à denominação.

Em 2001, o bispo Rodrigues, embora tenha assinado, foi acusado pela imprensa de tentar uma barganha com o governo para que a bancada ligada à *IURD* não assinasse o requerimento para criar a CPI da Corrupção em troca de verbas de publicidade do Poder Executivo para reforço do caixa da Rede Record de TV. O parlamentar negou que tenha tentado usar sua força de vice-líder do PL e coordenador da Universal na Câmara.

O interesse da bancada nas Comissões já ganhava destaque na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – *CCTCI*, pois dos 14 representantes, pelo menos 11 tomaram parte do colegiado na legislatura 1999-2003. As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a de Constituição e Justiça também mereceram

⁶³ Extraído do Diário da Câmara dos Deputados, publicado em 21.5.1999, p. 264.

destaque com a participação de pelo menos metade da bancada em seus quadros. As comissões de Direitos Humanos e de Defesa do Consumidor, da mesma forma, foram procuradas por muitos membros da Igreja como foco de atuação.

As tendências da bancada se evidenciaram em vários momentos, principalmente nas votações e discussões sobre matérias sociais de cunho trabalhista. Elas reforçam o perfil dos parlamentares da *IURD* que, na legislatura 1995-1999, foram encarregados de reformar a Constituição de 1988. A maior parte dos *iurdianos* daquela época recebeu notas de zero a dois do DIAP (1998) numa escala de zero a dez, porquanto votou contrariamente aos interesses dos trabalhadores, quando ajudaram a aprovar a exigência de idade mínima para aposentadoria, redução de direitos dos servidores públicos e rompimento do regime jurídico único dos servidores, redução de salário dos funcionários colocados em disponibilidade e redutor de remuneração para os trabalhadores inativos, conforme dito anteriormente.

Nas votações sobre a flexibilização da CLT, dos 14 Deputados, 11 votaram a favor da causa; 6 foram favoráveis à manutenção do Regime Jurídico Único - RJU para servidores públicos, 2 votaram desfavoravelmente e os demais estiveram ausentes; 10 Deputados votaram contra o nepotismo; 8 foram a favor da conciliação na empresa (artifício que obstaculiza a apresentação de demandas do empregado na justiça trabalhista), um Deputado foi contrário e os demais estavam ausentes à votação; em relação à responsabilidade fiscal (privilegiando o pagamento de juros em detrimento das despesas de pessoal e investimentos), cinco Deputados foram partidários da lei, quatro estavam ausentes e outros cinco foram contrários ao dispositivo (DIAP, 2002).

Quanto à produção legislativa, foram selecionados para análise de desempenho os tipos de proposição de maior impacto na atuação parlamentar: propostas de emenda à

Constituição, projetos de lei ordinária, projetos de lei complementar e projetos de lei de conversão (de medidas provisórias).

No exame das propostas apresentadas e aprovadas, verificou-se que os Deputados da *IURD* não fogem à lógica natural do legislativo, pela qual poucos projetos de autoria dos parlamentares são aprovados, de um lado, pelo alto número de representantes, o que dificulta a celeridade na tramitação das proposições, ao mesmo tempo em que há pouco poder de barganha da categoria; de outro, pelo alto número de proposições apresentadas pelo Executivo e pelo amplo poder de mobilização e barganha em relação aos parlamentares.

Das 277 proposições apresentadas pelos *iurdianos*, conforme indica a Tabela 1, apenas 2 foram aprovadas, mesmo assim, após os parlamentares terem cumprido o referido mandato.

O assunto de regulamentação de concessões de radiodifusão foi altamente explorado pela bancada na apresentação de novos projetos, assim como houve uma preocupação com assuntos referentes à defesa dos consumidores e à regulamentação de privilégios e proteções aos cultos e religiões. Sobre isso cabe destacar a proposição que tiraria de Nossa Senhora Aparecida o padroado do Brasil (portanto, extinguiria o feriado de 12 de outubro) e o passaria para Jesus Cristo.

TABELA 1 - COMPARATIVO ENTRE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS E APROVADAS DE AUTORIA DOS DEPUTADOS DA IURD (legislatura 1999-2003)

Parlamentar	PEC apre	PEC apro	PL apre	PL apro	PLC apre	PLC apro	PLV apre	PLV apro	Assunto predominante
Luiz Moreira	0	0	22	0	0	0	0	0	comunicação , aborto, saúde
Reginaldo Germano	0	0	3	0	1	0	0	0	concessionárias de energia elétrica
Almeida de Jesus	1	0	12	0	0	0	0	0	direitos sociais, deficientes
Marcos de Jesus	1	0	17	0	1	0	0	0	criança/adolesc., saúde, religião def. consum.
Oliveira Filho	0	0	19	0	0	0	0	0	idosos e deficientes
Gessivaldo Isaias	1	0	3	0	1	0	0	0	educação e trabalho
Aldir Cabral	3	0	15	0	1	0	0	0	def. consum. e comunicação
Bispo Rodrigues	3	0	23	1	2	0	0	0	comunicação, direitos sociais
Jorge Wilson	1	0	4	0	1	0	0	0	violência e direitos sociais
Waldeci Paiva	0	0	12	0	0	0	0	0	direitos sociais
Paulo Gouvêa	2	0	23	0	1	0	0	0	servidores públicos, criança/adolesc.
Bispo Wanderval	0	0	36	1	2	0	0	0	def. consum., trânsito e previdência
Paulo de Velasco	2	0	35	0	1	0	0	0	comunicação, saúde, trânsito e religião
Wagner Salustiano	3	0	22	0	1	0	0	0	defesa dos animais, saúde e trânsito
Total	17	0	246	2	12	0	0	0	

Fonte: banco de dados da Câmara dos Deputados

PEC=Proposta de Emenda à Constituição; PL=Projeto de Lei; PLC=Projeto de Lei Complementar;

PLV = Projeto de Lei de Conversão (de Medida provisória)

apre =apresentadas

apro=aprovadas

Nas emendas apresentadas às Leis Orçamentárias Anuais verificava-se a existência direta de uma coordenação eficiente sobre a bancada. As questões referentes a saneamento, saúde e infra-estrutura fizeram parte da atuação dos parlamentares da Igreja em toda a legislatura. Houve também atenção às enchentes e um grande destaque ficou por conta das emendas que beneficiavam a Sociedade Pestalozzi de São Paulo, cuja administração era de lideranças eclesiais da Universal, e a Associação Beneficente Cristã – ABC, de vários estados brasileiros, que representa o braço de

assistência social da *IURD*. Entre os anos de 2001-2003, os representantes da Universal dedicaram R\$ 2,225 milhões para a Pestalozzi de São Paulo e R\$ 2,650 milhões para a ABC, em emendas na área de assistência social e saúde. A ação organizada tornou-se perceptível porque as emendas eram direcionadas independentemente do estado do qual o parlamentar fosse representante.

Observado esse direcionamento de verbas públicas nas emendas orçamentárias para o atendimento de demandas da clientela da *IURD*, é importante destacar que, como identificou Bittencourt Filho (2004), a oferta de lenitivos faz parte do projeto político dos dirigentes da *IURD*, a fim de garantir a fidelidade de “uma massa de manobra” para seu projeto de dominação.

Como consequência dessa estratégia talvez mal planejada, anos depois, essa concentração de emendas dos *iurdianos* para ações sociais vieram a ser investigadas na CPI dos “Sanguessugas” e acabaram por provocar uma pausa na carreira política de vários de seus representantes no Congresso Nacional. Segundo declarou o próprio Edir Macedo, em sua biografia autorizada, o envolvimento de políticos ligados a escândalos, envolvendo corrupção passiva e formação de quadrilha, resultou no afastamento de onze Deputados federais da *IURD* (Tavoralo, 2007, p. 221).

3.3 Legislatura de 2003-2007

No pleito seguinte, em 2002, a Universal chegou a eleger 17 Deputados federais⁶⁴ e 19 Deputados estaduais (distritais) em 11 unidades da Federação, originários de seus quadros de políticos, somando quase 1,5 milhão de votos em todo o Brasil, sufragados em favor dos eleitos. Além disso, sagrou, com mais de três milhões

⁶⁴ Aldir Cabral que ficou como suplente na eleição de 2002 chegou a ocupar uma vaga na Câmara, temporariamente, na legislatura 2003-2007, que não foi contabilizada neste trabalho.

de votos, o estreante em política, senador Marcelo Crivella, também bispo da *IURD* e missionário de ação social do Projeto Nordeste⁶⁵.

A bancada da *IURD*, logo no primeiro ano de mandato, enfrentou a criação de uma Frente Parlamentar em defesa dos homossexuais, liderada pelo PT. O bispo Rodrigues apresentou na época a seguinte declaração sobre o assunto:

Acho que o Congresso é isso mesmo e não vejo problemas. Se há quem goste de ser *gay* e Deputado que goste de trabalhar em favor desse segmento, a Casa é uma democracia. Agora espero que isso não resulte em leis que incentivem o homossexualismo ou influenciem as crianças. Rui Barbosa já disse que chegará o tempo em que o homem sentirá vergonha do que é certo.⁶⁶

Segundo M.D Machado (2006, p. 146), o grupo de evangélicos, mesmo protegido sob a forma de uma Frente Parlamentar Evangélica – FPE - foi considerado heterogêneo, e a Universal contribuiu bastante para uma atuação diferente, pois sobre alguns temas sociais e morais tinha pensamento bastante diferente dos demais evangélicos, a exemplo das situações que ensejavam o direito ao aborto.

A bancada federal eleita em 2002 destacou-se pela quase maciça adesão à PEC 40, que veio a se tornar a Emenda Constitucional nº. 41/2003 – Reforma da Previdência, que reduziu os direitos previdenciários do INSS e servidores públicos, exceção feita aos Deputados Edna Macedo, Marcos Abramo e João Batista, todos da bancada paulista. Foi unânime na aprovação da Lei de Biossegurança, que viabilizou progressos na pesquisa de organismos geneticamente modificados e células-tronco. Contraditando a postura anterior, a bancada posicionou-se 90% favorável à Emenda Constitucional nº. 47/2005, que amenizou os efeitos mais drásticos da reforma da Previdência para os assalariados. Por fim, destaca-se a posição da bancada *iurdiana* contra a verticalização

⁶⁵ Informações do livro de ORO, CORTEN E DOZON (2003), dão conta de que Crivella teve votação superior às votações de Leonel Brizola, Artur da Távola e de um pastor da Assembleia de Deus, os quais foram eliminados no pleito de 2002.

⁶⁶ Extraído da reportagem “Congressistas lançam frente parlamentar *gay* na Câmara”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fohla/brasil/ult96u54203.shtml>. Acesso em 10.6.2009.

nas eleições (medida que visa ao fortalecimento dos partidos políticos nacionalmente, em detrimento de candidaturas fisiológicas). Apenas dois Deputados da bancada foram favoráveis à aprovação da Emenda Constitucional nº. 52/2006⁶⁷, que posteriormente foi objeto de demanda judicial.

Ao interpretar os dados, vê-se que, embora contrarie determinação da Constituição Brasileira, Deputados mantinham contratos ou exerciam cargos/funções em concessionárias de serviços públicos. Pior, participavam ativamente das votações que tinham por finalidade conceder e homologar concessão de serviços de rádio e TV, como também tomavam parte dos processos de elaboração, apreciação e votação de matérias referentes aos serviços de radiodifusão no país. Veja-se, por exemplo, que, em 2003, 16 Deputados da *CCTCI* constavam como sócios e/ou diretores de emissoras, destacando-se que quatro deles eram membros eclesiásticos da *IURD*. Em 2004, esse número correspondia a 15 Deputados, dos quais dois também eram da *IURD*. Ressalte-se que em ambos os casos, tais parlamentares não se abstiveram de votar.

Ademais, é importante destacar que da bancada da *IURD* na legislatura 2003-2007, cuja composição totalizava 16 parlamentares, 11 Deputados ocuparam assentos na *CCTCI*. Além dos nomes já mencionados nos quadros acima, também integraram a Comissão, entre os anos de 2005-2006, os Deputados Heleno Silva (PL/SE), Marcos Abramo (PP/SP), Paulo Gouvêa (PL/RS), Marcos de Jesus (PFL/PE), Almeida de Jesus (PL/CE), Jorge Pinheiro (PL/DF) e Vieira Reis, do Partido Municipalista Renovador (PMR/RJ), cujo nome seria alterado para o atual Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Portanto, no que diz respeito à inserção de grupos evangélicos brasileiros na mídia, Campos (op. cit., p. 43) considera que esta se assemelha à sua inserção na

⁶⁷ Dados coletados no site <http://www.camara.gov.br>. Acesso em 5.6. 2006.

política. Logo, na concepção evangélica, o espaço público da política e o espaço público da mídia caminhariam lado a lado, dentro de uma mesma perspectiva.

Especificamente quanto à atuação na televisão, Alexandre Fonseca (2003, p. 43-44) informa que, no primeiro semestre do ano 2000, os programas evangélicos representaram cerca de 80 horas semanais de veiculação, com “conteúdo proselitista, com ênfase nas curas e na disseminação da cultura evangélica”. Essas horas viriam a se ampliar três anos depois, em 2003, quando seis emissoras evangélicas estavam em funcionamento. Seus proprietários eram: a *Igreja Universal do Reino de Deus*; a *Igreja Internacional da Graça de Deus* (com maior presença na mídia, cerca de 100 horas semanais); a *Assembleia de Deus*; a *Igreja Renascer em Cristo*; a *Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra*; e a *Igreja Batista da Lagoinha*.

Melhor explicando, o caminho de sucesso nas urnas pode ser atribuído à estratégia audaz de seus dirigentes. Politicamente, a *IURD* foi liderada pelo Deputado Bispo Carlos Rodrigues⁶⁸ durante quase dez anos, o qual também era coordenador da rede radiofônica da instituição. Sob a coordenação do Bispo, a Igreja condicionava seus apoios e escolhas à obediência incondicional do parlamentar à sua direção central. Tanto era assim que, de acordo com o jornal *Folha Universal*, os representantes *iurdianos* deveriam ser indivíduos que apresentassem o seguinte perfil: “despojados de interesses pessoais”; terem o “desejo exclusivo de glorificar o bom nome do Nosso Senhor Jesus Cristo”; “possuidores de caráter e compromisso com o povo de Deus”; “preocupados com os desamparados, pobres e necessitados” (Conrado, 2000).

⁶⁸ Atualmente o Deputado Carlos Rodrigues encontra-se de relações rompidas com a direção da *IURD* desde que comprovada sua relação com Waldomiro Diniz em fevereiro de 2004, segundo matéria “Universal afasta Deputado”, publicada no jornal *Correio Braziliense* de 20 de fevereiro de 2004, na coluna Política/tema do dia, por Denise Rothenburg, fl.5.

Na prática, os dados comprovam os resultados desastrosos dos candidatos que, mesmo se dizendo integrantes da *IURD*, tiveram o apoio negado pelo comando da entidade. Isso vem ao encontro da racionalidade e engenharia política da Igreja que, em eleições proporcionais, distribui seus candidatos em distritos eleitorais⁶⁹, para receberem os votos de cada templo separadamente, e colocam todo o poder que detém em favor destes. Para o fiel, votar passa a significar um ato quase religioso, em prol da expulsão dos demônios do universo político. Essa prática muitas vezes se assemelha à reconstituição do Estado teológico-político segundo Chauí (2003), como considerado anteriormente: ou melhor, uma versão moderna da teocracia, largamente valorizada entre as religiões monoteístas, que fortalece e justifica uma cooptação entre Estado e Igreja, utilizando como base a interpretação dos textos sagrados de modo desvirtuado para obter a servidão humana aos interesses que visam garantir a concessão de privilégios e imunidades a um seletivo grupo de representantes.

Entre os pleitos de 1986 a 1998, verifica-se que os eleitos com o apoio da *IURD* procuravam se manter longe de escândalos, diferentemente dos políticos de outras origens. Essa postura de “homens de Deus na política”⁷⁰ seria o diferencial qualitativo da conduta dos parlamentares, também observável nas votações que envolvem questões morais, nas quais predomina por parte dos representantes da Universal um comportamento conservador. Todavia, na legislatura de 2003-2007 difere, em parte, dessa postura a apresentação pelo Senador Marcelo Crivella, no ano de 2004, de projeto de lei que visava garantir o direito ao aborto quando a mãe durante a gestação tivesse diagnóstico de anencefalia do feto ou de outras moléstias irreversíveis.

⁶⁹ As eleições para cargos plurinominais no Brasil seguem o critério da proporcionalidade. Os “distritos” estratégicos da Universal giram em torno dos templos, a fim de garantir a eleição dos candidatos indicados. As lideranças locais trabalham durante todo o período eleitoral pelos candidatos iurdianos.

⁷⁰ A expressão “homens de Deus na política” refere-se ao subtítulo do site da *IURD* que reúne as ações dos representantes políticos eleitos por indicação da Igreja.

De acordo com M. D Machado (op. cit.), o projeto de Crivella dividiu a bancada evangélica com a apresentação de uma matéria que colocou a *IURD* em dissenso com outras denominações evangélicas. Alguns, como Adelor Vieira, coordenador da FPE, chegaram a considerá-la uma afronta aos desígnios de Deus. Contudo, em 2006, o senador Crivella requereu uma audiência pública para discutir seu polêmico projeto (PLS nº 321/2004). Depois de muitas pressões, o senador achou por bem requerer o arquivamento do projeto em outubro de 2006.

Em relação ainda ao desempenho parlamentar, observou-se na legislatura 2003-2007 a curiosa presença de 12 representantes de igrejas evangélicas exatamente no colegiado responsável pelas concessões de rádios e TVs a grupos empresariais, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – *CCTCI* da Câmara, dentre os quais 4 representantes eram da Universal.

Outra comissão que constituiu reduto da *IURD* foi a Comissão de Constituição e Justiça e Redação, responsável pela admissibilidade das proposições, que conta com 5 parlamentares da denominação como membros. Nos demais colegiados, a participação é menos significativa e desinteressada.

Em geral, os Deputados da *IURD* são classificados como membros do “baixo clero” do Congresso. Excetuavam-se dessa rotulação o bispo Rodrigues e o bispo Wanderval. Todavia, o envolvimento de ambos em caso de corrupção e seus afastamentos da bancada *iurdiana* quase ao desalento em razão da suas fortes lideranças em plenário resultaram em uma certa desorientação da bancada no final da legislatura de 2003-2007. Restou viva, contudo, a liderança da bancada evangélica no Senado Federal para o bispo Crivella.

Os desdobramentos da crise seguiram até o final da legislatura, fazendo com que parte dos parlamentares da Igreja desistisse da reeleição tida como certa pela maioria deles. Os fatos se deram em decorrência, principalmente, das três comissões parlamentares de inquérito, CPI dos Bingos, CPI do “Mensalão” e CPMI dos “Sanguessugas”.

No caso da CPI do “Mensalão” – que investigou o pagamento de propinas a Deputados que votaram em favor de matérias de interesse do governo denunciado pelo então Deputado Roberto Jefferson – PTB/RJ, o envolvimento do membro da *IURD* foi um pouco mais profundo. Embora a comissão nunca tenha chegado a um relatório final e tenha sido encerrada sem conclusões muito lógicas, a comissão acusou o bispo Rodrigues de ter recebido R\$ 150 mil, o que determinou a ordem da cúpula da Igreja para afastar o seu líder e resultou em sua imediata renúncia em 2005.

Quanto à CPI dos Bingos - instaurada para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado - ficou destacada a intervenção direta do bispo Carlos Rodrigues em depoimentos de testemunhas.

O funcionário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – Jorge Luiz Dias fez as seguintes afirmações quanto ao comportamento do bispo Rodrigues em relação à morte do Deputado estadual Valdeci Paiva:

No ato do crime, após vinte minutos, uma hora, mais ou menos, não sei precisar o tempo certo, o Bispo Rodrigues convoca a minha esposa, eu e a Adriana, uma outra assessora do falecido Deputado Valdeci Paiva, que tínhamos que acusar o Deputado Marcos Abrahão de ter sido o mandante do crime, tendo em vista que, no dia anterior ao crime, ele tinha estado com o Deputado Valdeci aqui em Brasília – sendo que no dia anterior ao crime, o Deputado estava comigo, eu havia pego ele às 16 horas no aeroporto e larguei ele em sua residência às 22h30. Isso é um dos fatos.

O outro fato: ele manda fazer uma busca e apreensão no apartamento da vítima sem autoridade – isso pelo que conheço é de competência policial.

[...] Atendendo à ordem dele, foi feito. [...] Isso foi entregue ao Bispo Rodrigues naquela época, sendo que existiam algumas fitas fruto de grampos telefônicos feito pelo finado Deputado Valdeci Paiva, e essas fitas não foram entregues no mesmo momento ao Bispo Rodrigues, por esquecimento, dentro do meu carro.[...]Essas fitas foram aparecer, foram entregues à polícia mais ou menos 20 dias, 30 dias, mas, quando foram entregues, já não foi mais o mesmo material, foi outro tipo de material: MD, CD, enfim.⁷¹

O mesmo servidor público inferiu várias acusações de que o bispo Rodrigues e o falecido Deputado Paiva estariam envolvidos com o esquema de lavagem de dinheiro das casas de Bingo em funcionamento no Estado e coordenado pelo então diretor da Loteria do Estado do Rio de Janeiro – LOTERJ Waldomiro Diniz.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. S^a acusa o Sr.Carlos Rodrigues, na notícia-crime, de receber em média a importância deR\$100 mil do esquema de arrecadação da Loterj. O senhor tem ideia de quanto era o montante dos recursos arrecadados e quem eram os beneficiários desse esquema? Quer dizer, antes desse acerto da empresa de publicidade, já havia uma arrecadação.

O SR. JORGE LUIZ DIAS – Esse envolvimento é de publicidade da Loterj, campanha institucional que a Loterj produzia na época. Hoje até se tem algum controle, mas na época não havia controle. **Fui procurado pelo Valdeci, pelo meu chefe, e ele me pediu que eu arrumasse uma empresa, duas, três, para fazer a divulgação, produção e exibição dos outdoors da Loterj. Eu procurei um conhecido meu, que é o dono da Job, apresentei-o ao Valdeci, que foi levado ao Rodrigues.** Daí eles fizeram um acerto, eu estava ausente nesse momento, porque fui ocupar o cargo de Secretário Municipal de Transporte em Araruama, e eles negociaram. E só fui procurado de novo pelo Valdeci para, em determinadas datas, avisada pela Riva – Rivângela Barros, que a Loterj já tinha liberado o dinheiro, já tinha liberado a fatura. Mediante essa informação, eu procurava o Luiz Carlos, da Job, e ele me emitia o cheque. Só que esse cheque, a primeira vez, do jeito que veio, eu passei para o Pastor João Domingos, ex-Secretário do PL, Rio de Janeiro. No repasse desse cheque não sei o que eles fizeram. Essa foi a primeira vez. Na segunda vez, o cheque também ia vir inteiro, como vinha no meu nome eu falei: 'Isso aí eu não vou pegar porque está no meu nome, eu vou ter que cumprir minhas obrigações com a Receita Federal.' Aí eu não aceitei o cheque e pedi que ele repartisse o cheque em nome de várias pessoas que eu passava esse cheque para essas pessoas, elas descontavam o cheque no banco, me davam o dinheiro, eu dava ao então pastor João Domingos. Foi uma forma que encontrei de não ficar devendo⁷². (grifos nossos)

Com base nessas declarações, se admitidas como verdadeiras, tanto do depoente que comenta o crime de homicídio praticado contra o pastor Valdeci como do envolvido na questão relacionada ao recebimento contínuo de propinas pelo ex-bispo Rodrigues, -

⁷¹ Notas taquigráficas da Sessão da CPI realizada em 21.9.2005 no Senado Federal.

⁷² Ibidem.

os quais guardam relação com a atuação do bispo Valdeci Paiva -, parece estar demonstrado que a principal liderança política da *IURD* não só comandava a ação da Igreja em plenário ou nas comissões. Nos bastidores, Rodrigues orquestrava um esquema de crime organizado, que inclui ocultação de provas, “queima de arquivo”, corrupção passiva e outras condutas criminosas.

À luz desses fatos, induz-se que, se a trajetória política da Universal continuasse sob a “batuta” de Rodrigues, - caso as denúncias não tivessem emergido nas mídias -, nos próximos pleitos o potencial econômico e político da denominação poderia ter alcançado dimensões bem maiores e essas práticas também alimentariam um redimensionamento das recíprocas influências de intercâmbio entre os capitais simbólicos da Igreja.

O relatório final da CPI encaminhado ao Ministério Público Federal acabou tipificando a conduta de Carlos Rodrigues como incurso nos artigos 288 (formação de quadrilha), 312, § 1º (peculato) e 317 (corrupção passiva), todos do Código Penal; e nos arts. 9º, inciso I, 10, inciso XII, e 11, inciso I, da Lei nº. 8.429/92 (improbidade administrativa)⁷³.

Por fim, a Comissão Parlamentar Mista - CPMI dos Sanguessugas – criada em 2006 para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, tinha indícios subjacentes que também envolviam uma empresa de nome PLANAM na implantação de programas de inclusão digital para os quais os parlamentares da *IURD* destinaram boa parte dos recursos na legislatura 2003-2007, inclusive para a cidade natal do Bispo Macedo, Rio das Flores.

⁷³ Extraído do relatório final da CPI dos Bingos. Publicada e Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Comissoes/CPI/RelatorioFinalBingos.asp>. Acesso em 2.6.2009.

No relatório, as emendas dos parlamentares da *IURD* para de inclusão digital destinadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia totalizaram R\$ 4.800 milhões e foram executadas pela Caixa Econômica Federal – CEF em 2005. A autoria das emendas era dos *iurdianos* Reginado de Jesus, Edna Macedo, Vieira Reis, João Mendes de Jesus e João Batista.

Naquela época, o dono da PLANAM, Luiz Antônio Vedoin, também acusou o ex-Deputado Aldir Cabral e Deputado José Divino e sobre este último assegurou

que conheceu o parlamentar, no ano de 2004, através do Deputado Vieira Reis e que 'realizou um acordo com o Deputado, através do qual este receberia comissão de 10% sobre o valor das emendas destinadas para a área de saúde, para aquisição de unidades móveis de saúde'.⁷⁴

Sobre a acusação de Vedoin para emendas que tinham por finalidade adquirir ambulâncias e equipamentos médico-hospitalares pelo Ministério da Saúde, foram envolvidos os nomes de Edna Macedo, Reginaldo Germano, Carlos Rodrigues, Wanderval Santos e Vieira Reis, os quais, segundo ele, foram comissionados pela apresentação de emendas e podiam controlar a execução das proposições por meio de senhas que lhes tinham sido atribuídas por sua empresa.

A longa lista de acusações de Vedoin ainda incluiu o Deputado Marcos Abramo para o qual disse ter entregado um veículo para uso da Sociedade Pestalozzi de São Paulo e recursos para a Associação Beneficente Crista – ABC.

No geral, a capacidade de produção e aprovação de proposições pelos evangélicos da Universal é baixa, mas compatível com os índices gerais apresentados pelos demais membros da Câmara no mesmo quesito. Os assuntos abordados são de interesse social e da própria Igreja. Das 227 proposições apresentadas pelo grupo, entre

⁷⁴ Extraído do Relatório Final da CPMI das “Ambulâncias” ou “Sanguessugas”. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/comissoes/CPI/Ambulancias/CPMI_RelatorioFinal_VolumeI.pdf. Acesso em 12.6.2009.

projetos de lei, projetos de lei complementar, propostas de emenda à constituição e projeto de lei de conversão, apenas uma foi aprovada na legislatura 2003-2007, consoante tabela a seguir:

TABELA 2 - COMPARATIVO ENTRE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS E PROPOSIÇÕES APROVADAS DE AUTORIA DOS DEPUTADOS DA IURD (legislatura 2003-2007)

Parlamentar	PEC apre	PEC apro	PL apre	PL apro	PLC apre	PLC apro	PLV apre	PLV apro	Assunto predominante
Almeida de Jesus	0	0	17	0	7	0	0	0	social e consumidor
Carlos Rodrigues	0	0	15	0	0	0	0	0	crime, família e sociais
Edna Macedo	0	0	4	0	0	0	0	0	crime e social
Heleno Silva	0	0	1	0	0	0	1	1	educação e microcrédito
João Batista	0	0	16	0	0	0	0	0	social, trabalho e religião
João Mendes	0	0	8	0	0	0	0	0	social, educação e trabalho
João Paulo Gomes	0	0	14	0	1	0	0	0	política, trânsito e social
Jorge Pinheiro	0	0	11	0	0	0	0	0	social e meio ambiente
José Divino	6	0	38	0	1	0	0	0	tributos, religião, saúde, meio amb. e crime
Marcos Abramo	0	0	16	0	0	0	0	0	trânsito, crimes, social e meio ambiente
Marcos de Jesus	1	0	11	0	0	0	0	0	crime, consumidor e social
Oliveira Filho	0	0	2	0	0	0	0	0	religião e meio ambiente
Paulo Gouvea	1	0	13	0	0	0	0	0	religião, crime e trânsito
Reginaldo Germano	1	0	3	0	1	0	0	0	crime, trânsito e orçamento público
Vieira Reis	0	0	25	0	0	0	0	0	crime, trânsito, transporte e religião
Wanderval Santos	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	9	0	194	0	10	0	1	1	

Fonte: banco de dados da Câmara dos Deputados
 PEC=Proposta de Emenda à Constituição; PL=Projeto de Lei; PLC=Projeto de Lei Complementar;
 PLV = Projeto de Lei de Conversão (de Medida provisória)
 apre =apresentadas
 apro=aprovadas

Segundo os números apresentados na Tabela 2, observa-se que a produção da maior parte dos Deputados alcança patamares inexpressivos. Caso fossem comparados com os demais parlamentares da Câmara no mesmo período a média certamente não variaria muito. Projetos de carácter social são recorrentes, assim como alguns que se referem às condições de celebração de cultos religiosos e trânsito e transporte. O único projeto aprovado, de autoria do Deputado Heleno Silva, apenas converte uma Medida Provisória do Executivo em Projeto de Lei e trata de assunto que efetivamente atende a interesses da *IURD*, isto é, do público geralmente adepto aos cultos da Universal: instituição de microcrédito para micro e pequenas empresas.

Nos orçamentos públicos da legislatura 2003-2007, a *IURD* deixou a sua contribuição: mais uma vez sob a liderança do influente bispo Rodrigues até meados de 2005, a bancada trabalhou nos dois primeiros anos por interesses muito particularistas. A ABC e a Pestalozzi de São Paulo voltaram a ser as grandes beneficiárias do esquema de emendas. Nos orçamentos de 2004 e 2005, a ABC recebeu cerca de R\$ 2,9 milhões, e a Pestalozzi de São Paulo, R\$ 1,5 milhão. Foi nesse período também que se fizeram as famosas emendas que aparecem como parte da denúncia que resultou na CPMI dos “Sanguessugas”, já discutida neste trabalho e que envolveu praticamente todos os parlamentares da Igreja, com exceção do Deputado Oliveira Filho. O bispo Wandeval, por exemplo, teve seu principal assessor acusado de beneficiar uma instituição filantrópica no interior do Rio Grande do Norte, a qual estava sob sua presidência.

As emendas orçamentárias beneficiaram, ainda, o município fluminense de Rio das Flores, cidade natal do Bispo Edir Macedo e da então deputada Edna Macedo. Só no ano de 2005, dos R\$ 2,2 milhões em emendas dedicados ao município, R\$ 1 milhão foi resultante de emendas de parlamentares da *IURD*, inclusive da própria Edna Macedo.

Na maioria das vezes, na legislatura 2003-2007, as emendas orçamentárias dos Deputados da Universal direcionaram-se para turismo, inclusão digital (que também foi parte da denúncia da CPMI dos “Sanguessugas”), saúde, infraestrutura urbana e esporte e lazer. Não por acaso, a época coincide com a implantação do *Instituto Ressoar*, criado pelas lideranças da Igreja, cujos dois principais projetos estavam relacionados à qualificação de guias turísticos e inclusão digital nas periferias urbanas.

3.4 Legislatura 2007-2009

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral,⁷⁵ a mais nova bancada evangélica no Congresso Nacional é composta por 34 parlamentares: 18 Deputados reeleitos, 12 Deputados novos e quatro senadores que têm mandato até 2011.

Apesar dos números, a *IURD* (bem como outras agremiações evangélicas) amargou perdas significativas nas eleições de 2006. Tal derrota ocorreu possivelmente pela publicidade em torno do envolvimento de seus representantes políticos com atos de corrupção na Câmara Federal: malas cheias de dinheiro de fiéis em jatinhos alugados pelo Deputado João Batista e às CPIs do “Mensalão” e dos “Sanguessugas”, esta última referente à compra superfaturada de ambulâncias para municípios e a suspeitas implantações de programas de inclusão digital.

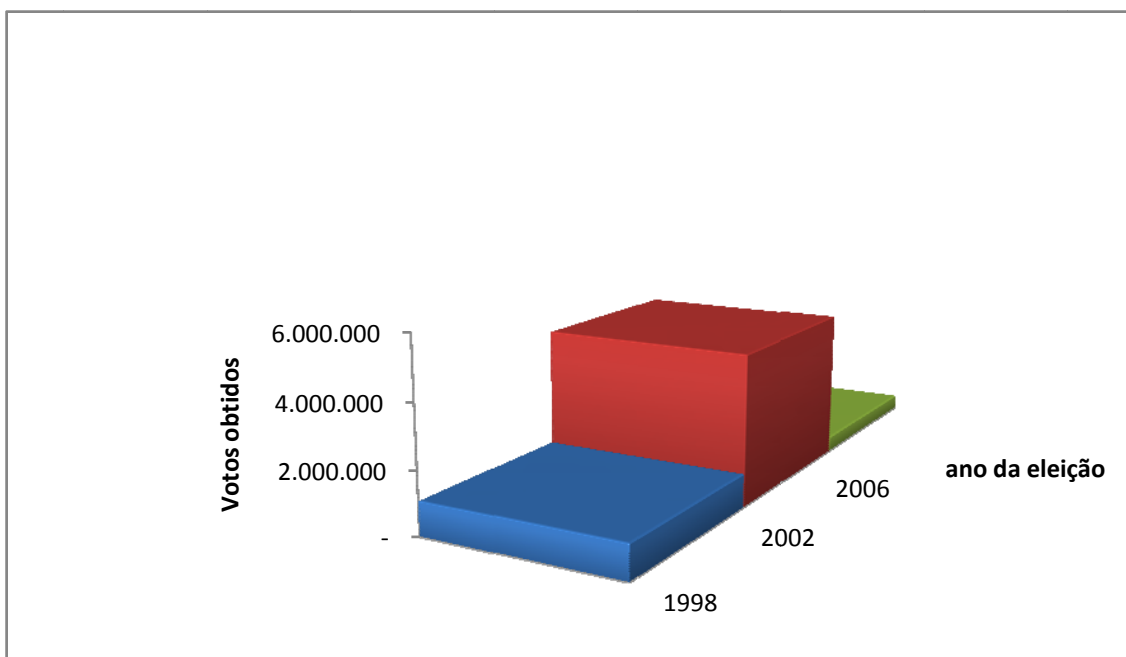


Gráfico 1 – Votos obtidos pelos representantes da *IURD* nas eleições para o Congresso Nacional

Fonte: TSE

⁷⁵ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>. Acesso em outubro de 2006.

Em virtude dos escândalos, a bancada da *IURD* na Câmara dos Deputados viu-se reduzida de 19 representantes em 2002 (dois senadores e 17 Deputados) a 9 na eleição de 2006⁷⁶, incluídos os três suplentes de Deputados que tomaram posse logo em 2007. O Gráfico 1 mostra o desempenho eleitoral geral dos representantes da Igreja nas três últimas legislaturas. O contingente de sufrágios que havia aumentado significativamente na eleição de 2002 sofreu uma redução radical em 2006.

A legislatura de 2007-2011 começou para a *IURD* de uma forma atípica. A principal liderança da Igreja nas duas últimas legislaturas não permanecera. O bispo Rodrigues assustado com as denúncias e pressionado pela cúpula sob a direção de Edir Macedo teve de fazer uma incursão forçada ao *submundo* da Igreja, desaparecendo de cena por alguns anos até que as mídias se acalmassem.

O novo líder político da Igreja era o Bispo Vitor Paulo, trazido de Brasília, onde fora candidato nas eleições de 2002 à Câmara Distrital e não havia logrado êxito. Na direção do PRB, cujo presidente de honra é não menos que o Vice-Presidente da República – José Alencar, Paulo usou como estratégia a desistência de recandidatura dos representantes da Universal na Câmara dos Deputados, reinserindo alguns deles em pleitos municipais na eleição de 2008. Outros foram colocados em cargos do Executivo municipal, estadual e federal, mas o fato concreto é que, com raras exceções, houve uma desistência da política por parte dos *iurdianos*.

A bancada da *IURD* acabou sob a liderança do Bispo Léo Vivas, um experiente missionário da baixada fluminense, com alta influência na cúpula da Igreja, mas sem talento especial para jogadas políticas mais ousadas.

⁷⁶ Não estão computados os dois senadores que continuaram a representar a *IURD* em 2006, considerando que ambos foram eleitos em 2002 e que o mandato de senador é de oito anos.

A renovação total da bancada da denominação para a legislatura 2007-2011 na Câmara dos Deputados parece indicar que a Universal pretende recuperar na prática a credibilidade do seu discurso de ética e moralidade dos políticos cristãos, que ficou desgastado, em virtude dos últimos acontecimentos que envolveram líderes políticos da Igreja na legislatura 2003-2007. Pelo discurso e pela natureza das proposições, religião e defesa do consumidor são temas que ainda frequentam a agenda da *IURD*. Entretanto, sua bancada na atual legislatura não apresenta desenvoltura no grande expediente. É composta por seguidores do “baixo clero” congressional, com exceção das vozes expressivas de Magno Malta e Marcelo Crivella no Senado Federal.

Quanto às Comissões, apresenta nesta legislatura uma atuação mais discreta na *CCTCI*, participando apenas com um titular e dois suplentes em 2009, e um titular e um suplente em 2008. Na Subcomissão Permanente de Radiodifusão mantém um membro titular, o Deputado Paulo Roberto do PTB/RS. Na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania também abriga quatro membros de seus quadros. Tem dois integrantes titulares na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e um integrante em Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e Seguridade Social e Família.

Os integrantes da *IURD* na atual legislatura atuam modestamente. Eles têm uma distribuição partidária que extrapola os três representantes no PRB, pois conta com 2 Deputados no PMDB, 1 no PSB, 1 no PT do B, 1 no PP e 1 no PR.

Os projetos até então apresentados pela bancada não chamam muita atenção. As 128 proposições tratam de assuntos comuns. Os destaques cabem ao Deputado Flávio Bezerra obcecado pelo tema da pesca, aquicultura e similares e ao Deputado George Hilton, que deseja igualar o status das práticas religiosas no Brasil.

Nas Leis Orçamentárias Anuais, os *iurdianos* utilizaram os R\$ 8 milhões que lhes foram destinados para as emendas de 2008, geralmente para aquelas destinadas à melhoria da infraestrutura turística de seus estados, à promoção de assistência à saúde e incentivo ao lazer e esporte nas comunidades, além dos projetos de inclusão produtiva e de aprimoramento de infraestrutura urbana. Na LOA de 2009, as emendas no valor de R\$ 10 milhões reservados a cada parlamentar continuaram versando sobre os mesmos temas; apenas houve realce para programas de inclusão digital nas cidades.

TABELA 3 - COMPARATIVO ENTRE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS E APROVADAS DE AUTORIA DOS DEPUTADOS DA IURD (legislatura 2007-2009)

Parlamentar	PEC apre	PEC apro	PL apre	PL apro	PLC apre	PLC apro	PLV apre	PLV apro	Assunto predominante
Antônio Bulhões	0	0	25	0	3	0	0	0	saúde, defesa do consumidor
Eduardo Lopes	0	0	2	0	0	0	0	0	trabalho
Flávio Bezerra	1	0	30	0	0	0	0	0	pesca
George Hilton	0	0	3	0	0	0	0	0	religião, saúde
Leo Vivas	0	0	10	0	0	0	0	0	trabalhadores, empresas
Marcio Marinho	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Marcos Antônio	0	0	7	0	0	0	0	0	educação técnica, religião
Ricardo Quirino	0	0	6	0	0	0	0	0	direitos sociais
Vinícius Carvalho	0	0	41	0	0	0	0	0	defesa do consumidor, educação
Total	1	0	124	0	3	0	0	0	

Fonte: banco de dados da Câmara dos Deputados

PEC=Proposta de Emenda à Constituição; PL=Projeto de Lei; PLC=Projeto de Lei Complementar;

PLV = Projeto de Lei de Conversão (de Medida provisória)

apre =apresentadas

apro=aprovadas

As listas de “Cabeças do Congresso Nacional” elaboradas pelo DIAP nos últimos dois anos não incluem nome algum ligado à *IURD* na Câmara e cita apenas o Senador Magno Malta no Senado.

Na discussão da Reforma Política, os representantes da Universal têm demonstrado apreço pelas listas abertas, certamente para manter a flexibilidade dos “casamentos políticos” de última hora aos quais são adeptos desde os tempos da

Presidência de Fernando Collor, e que lhes permitiu a outorga da concessão da Record ao líder da Igreja, bispo Edir Macedo.

Na discussão e votação da PEC nº 58/2007, transformada na Emenda Constitucional nº 55/2007, que altera para 40% os percentuais de entrega do IRRF ao Fundo de Participação dos Municípios, todos os integrantes da *IURD* votaram favoravelmente à proposta. Quanto à PEC nº 336/2009, transformada na Emenda Constitucional nº 58/2009, que recompõe a composição das Câmaras Municipais, a Universal seguiu o seu instinto fisiológico e populista e também foi unânime no sim à proposta cujo fundamento é a proliferação de câmaras municipais repletas de vereadores e onerosas, por todo o Brasil, restaurando as bases do coronelismo em versão contemporânea. As vagas que haviam sido extintas pelo Superior Tribunal Eleitoral em 2004, aumentaram em oito mil o número de vereadores brasileiros que já era de 51,7 mil.

Mesmo sem a expressão de outrora, no mês de agosto de 2009, a bancada da *IURD* protagonizou com o grupo de evangélicos um episódio de “guerra santa” no plenário da Câmara dos Deputados. Tratava-se da discussão e votação de um projeto de lei - PL do Deputado George Hilton da bancada da Universal.

O PL nº 5598/09 regulamentou o direito constitucional de liberdade de crença, ampliando a todos os cultos religiosos os direitos assegurados pelo Governo Brasileiro ao Vaticano e à religião Católica Apostólica Romana, em acordo assinado em 2008, homologado por meio do Decreto Legislativo nº 1736/2009, conhecido como “Acordo com o Vaticano”. Com apoio de diversos Deputados defensores das liberdades democráticas e do estado laico, pelo projeto, que seguiu para apreciação do Senado Federal, ficaram garantidas normas já reconhecidas pela jurisprudência brasileira sobre questões como: inexistência de vínculo empregatício entre religiosos e igrejas; acesso a

sacerdotes de todas as religiões, observadas as exigências legais, de fiéis internados em estabelecimentos de saúde ou detidos em presídios; estabelecimento de garantia de livre manifestação religiosa em locais públicos, com ou sem acompanhamento musical, desde que não sejam contrariadas as normas de tranquilidade pública; assegurada a impenhorabilidade de edifício de uso religioso, observada a função social da propriedade; disciplinada a assistência religiosa no âmbito das Forças Armadas, para que cada credo constitua organização própria com a finalidade de dirigir, coordenar e supervisionar essa assistência aos seus fiéis e, para tanto, garante a igualdade de condições, honras e tratamento a todos os credos; em relação à prática do ensino religioso, em vez de proibir a discriminação de qualquer credo na aplicação dessa disciplina nas escolas públicas, o projeto proíbe a atividade de catequizar uma pessoa na escola. Por fim, o projeto estabelece que a violação à liberdade de crença e à proteção dos locais de culto e suas liturgias sujeita o infrator a sanções do Código Penal, além da responsabilização civil pelos danos provocados.

A despeito de todos os infortúnios da legislatura anterior, acredita-se que a *IURD* segue com sua representação no Poder Legislativo Federal. Continua valorizando os capitais midiático e assistencial e investindo no potencial de dividendos que estes possam lhe render na esfera política bem como na sua capacidade de intercambiar todas as inversões nessas áreas de atuação para ampliar sua força institucional. Seu discurso continua valoroso para seus fins, enquanto suas práticas continuam polêmicas e contestáveis em relação ao proselitismo que impõe ao comportamento político de seus representantes.

3.5 “Midiatismo” – capital da comunicação

O caminho percorrido pelos parlamentares da *IURD* muitas vezes foi pavimentado por suas atuações midiáticas. Essa característica não é exclusiva do grupo, mas, sem dúvida, é um fator que influencia o sucesso eleitoral e político.

De acordo com Baptista (2008, p. 204), o membro da Universal sofre maior influência política que os de outras denominações, visto que as relações horizontais na Igreja são muito rígidas e, por causa disso, as vozes divergentes são tomadas como *agentes de forças demoníacas*. Para assegurar a fidelidade de seus adeptos, a *IURD* usa o *Jornal Folha Universal* para manter seu público bem informado sobre o cotidiano e dá espaço ao político para prestar conta de seu trabalho no parlamento.

Burity (2006: 177) chega a questionar até que ponto a presença crescente desses grupos pentecostais representam um deslocamento do político para os demais campos do social, como consequência da crise ou do “esgotamento” das instituições e práticas tradicionais da política.

Segundo Baptista (op.cit., p. 179), a Universal apresenta considerável elasticidade de ofertas de produtos para seus adeptos e a direção da Igreja trabalha bastante para produzir mercadorias simbólicas nos templos e nas mídias, além de imprimir a esses espaços inicialmente diferenciados uma atuação sintonizada. Embora o autor destaque que o tipo de atuação da igreja não é singular, a utilização das mídias por entidades religiosas provoca uma identificação maior entre emissor e receptor, considerando que ambos comungam a mesma paixão e fé.

O autor ainda ressalta que a presença dos *neopentecostais* nos vários canais de TV aberta propaga uma nova maneira de examinar o cotidiano, cuja marca é a busca de soluções mágicas para os problemas sociais. Com tal procedimento, também se eleva a

autoestima de multidões e gera uma demanda no campo de comunicação política. Sobre o assunto, ele adverte que, sendo o processo eleitoral um jogo de sedução, o candidato visa conquistar corações e mentes, mas muito mais os corações:

Os candidatos evangélicos, principalmente os que disputam cargos proporcionais, falam uma linguagem que comunica para suas tribos, e que, conseqüentemente, rende votos. (Baptista, op. cit., p. 178)

Nesse ponto, cabe destacar que outros pensadores já refletiram sobre o intercâmbio de capitais simbólicos nos diversos campos, e uma das mais significativas dessas reflexões se atribui a Bourdieu. Tanto na obra *A economia das trocas simbólicas* como em *Poder simbólico* o assunto mereceu destaque.

No tocante a esse tema, tome-se a advertência de Miceli na introdução da 5ª edição brasileira de *A economia das trocas simbólicas*, quando diz que a concepção de campo religioso para Bourdieu, ainda que pareça um sistema de símbolos fechado e autônomo, é

[...] um campo de forças onde se enfrentam o corpo de agentes altamente especializados (os sacerdotes), os leigos (os grupos sociais cujas demandas por bens de salvação os agentes religiosos procuram atender) e o 'profeta, enquanto encarnação típica do agente inovador e revolucionário que expressa, mediante um novo discurso e por uma nova prática, os interesses e reivindicações de determinados grupos sociais. As posições que esses grupos ocupam configuram um campo de batalha ideológica, expressão da luta de classes e do processo prevaiente de dominação⁷⁷.

Para melhor entendimento, é preciso revisar o conceito de campo de poder em Bourdieu:

[...] as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de **força social – ou de capital** – de modo a que estes tenham possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio de poder, entre as quais possuem uma dimensão de forma legítima do poder [...] (Bourdieu, 2007, p. 28-29) (grifos nossos)

Com base nessa categoria, busca-se o entendimento de como o capital midiático da *IURD* se imbrica com o seu capital político. Uma denominação que se edificou com

⁷⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Introdução: a força do sentido 5ª edição. São Paulo: perspectiva, 2004, p. XIII e XXV.

fundamento em uma ampla rede de mídia que reúne emissoras de rádio e televisão que cobrem quase 100% do território nacional e que oferece uma programação tradicional durante o dia e uma série de *realities of suffering*⁷⁸ na madrugada (de 1h às 6h45), exibidas em rede nacional e dirigidas por pastores e bispos.

Conforme Fonseca (2003b, p. 272), o perfil dos assistentes desses programas é de ex-participantes de religiões afro-brasileiras, confirmando as impressões de outros autores de que essa audiência destaca um aspecto de “afinidade eletiva relacionada ao 'contato cultural' ou 'passagens' entre os adeptos oriundos do candomblé ou umbanda”.

De acordo com Lima (2008, p. 1), a representação política evangélica tem peso semelhante ao da representação das redes de comunicação evangélicas, e é esse interesse por formar, manter e expandir essas redes de comunicação que mantêm coesos seus representantes. A essa prática típica dos parlamentares evangélicos bem como a outros grupos organizados Lima denomina *coronelismo eletrônico evangélico*⁷⁹.

Segundo o mesmo autor, a representação política evangélica no Congresso Nacional mudou de perfil, porquanto até o final da década de 1980 era composta por usuários de rádio e televisão (Igreja eletrônica) e hoje passou a ser composta por concessionários deste serviço público.

Talvez a mudança tenha ocorrido em virtude da Constituição de 1988, quando a concessão de serviços públicos desta natureza passou das mãos do Poder Executivo para o Legislativo. Sobre isso alertou Lima:

⁷⁸ A expressão se refere aos tipos de programas evangélicos das emissoras iurdianas. A grade da Rede Record de Televisão na madrugada apresenta programas que relatam como adeptos da Universal venceram sofrimentos de ordem material e conquistaram “bênçãos” de riqueza e prosperidade; mostram também atendimentos ao vivo a pessoas que passam por dificuldades de ordem financeira, familiar ou de outra natureza de carências sociais (como vícios em drogas e bebidas) e que recebem aconselhamento de pastores.

⁷⁹ Segundo LIMA (2008): a partir da década de 1980, consiste na formação, manutenção e expansão por grupos evangélicos da posse de meios de radiodifusão massivos (principalmente rádio e TV) outorgados a eles pelo governo como forma de influenciar e dominar suas bases político-eleitorais.

[...] a nova prerrogativa conferiu diretamente a deputados e senadores uma parcela importante de poder num campo de seu interesse direto: a radiodifusão, que junto a outras instituições de mídia, tem a capacidade de definir o que é público, vale dizer, de definir o espaço de realização da própria política nas sociedades contemporâneas. (Lima, 2006, p.120-121)

O mesmo autor ainda adverte para o fato de que a proibição constitucional para que parlamentares concessionários de emissoras de rádio e TV participassem da administração de empresas concessionárias de serviços públicos, no entanto, não foi respeitada e frustrou o que ele denominou de “avanço democrático”.

Dados mais precisos são apresentados por Figueiredo Filho (2008) quanto ao número de retransmissoras de TV. No ano de 2006, nas mãos da *Rede Record* já somavam 196. O considerável aumento tem como paralelo uma vinculação expressiva de redes midiáticas a parlamentares evangélicos, decorrente de uma atuação bem articulada dos atores políticos evangélicos no Congresso Nacional, nas questões referentes às políticas públicas relacionadas às redes de comunicação em seu poder.

Segundo Bourdieu, estratégia de tal natureza decorre do seguinte entendimento:

[...] a dominação já não tem necessidade de ser exercida de maneira direta e pessoal quando está implicada na posse dos meios (capital econômico e cultural) de se apropriar dos mecanismos do campo de produção econômica e do campo de produção cultural que tendem a assegurar sua própria reprodução, através de seu próprio funcionamento e independentemente de toda intervenção intencional dos agentes. (Bourdieu, 2006, p.193)

Sobre o assunto, cabe lembrar a entrevista do ex-Deputado Jorge Pinheiro, na qual infere:

Olha, veja bem, você tem que usar as ferramentas que você tem. O que a igreja tem de mídia, e eu faço parte desse grupo, e ajudo a manter esse grupo, porque a Rede Record de Televisão, por várias vezes tentaram tirar a concessão da gente, e nós provamos por A mais B que o grupo tem condições de ter uma emissora de televisão, sim, e fazer uma programação boa, tanto que a Record hoje é a segunda emissora, e a gente está trabalhando para ver se chega a ser o primeiro. Aí você entra em outro mundo, aí é a Globo batendo contra a gente, é briga de mídia... então, se eu estou defendendo a igreja, estou defendendo o grupo, estou defendendo a emissora de televisão, nada mais justo que dentro deste grupo que é nosso, eu possa de vez em quando falar em um programa de televisão, em um programa de rádio,

mostrando o meu trabalho, porque é o meio de comunicação do grupo, para que o grupo mostre para o segmento o que eu estou fazendo, então eu tenho programa de rádio, eu tenho programa de televisão, você já deve ter me visto as vezes na televisão além do horário político eleitoral que é peculiar a qualquer parlamentar, mas eu estou lá mostrando para o meu segmento o que eu estou fazendo, o trabalho que eu estou fazendo. Então, a gente tem a mídia e a gente usa a mídia. Eu sou parte da frente parlamentar, embora essa frente parlamentar não estar, digamos assim, tão atuante como deveria. Eu vejo que a frente parlamentar está meio fraca. (trecho da entrevista com o Deputado Jorge Pinheiro realizada em 30.8.2006)

Nos programas apresentados, a Universal oferta seus produtos sem constrangimento, estratégia que parece ser compartilhada com gosto por seus membros. Contudo, o mesmo autor adverte que a programação religiosa tem um efeito de reforçar a simpatia pela Igreja, de confirmar a influência que exerce sobre os telespectadores que já nutrem algum tipo de afinidade com opiniões e interesses divulgados por aquelas mídias, muito diferente da influência decisória na conversão religiosa que alguns comentários lhe possam ser atribuídos.

Conforme se pode observar nos Mapas 6 e 7 a seguir – a *Rede Record de TV* abrange grande parte do território nacional. Com exceção dos estados do Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão, nos quais os índices de cobertura variam de 50 a 80%, os demais estados brasileiros recebem os sinais de recepção da rede totalizando cerca de 160 milhões de espectadores potenciais, dos quais mais de 40 milhões só no estado de São Paulo. Os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais juntos apresentam mais de 35 milhões de telespectadores potenciais também.



Mapa 7 - Mapa de cobertura da Rede Record de TV – em milhões de habitantes por Unidade da Federação

Fonte: Rede Record de TV – 2009

Na rede de rádios, verifica-se um processo de funcionamento diferente, uma vez que pastores e bispos apresentam programas de utilidade pública locais. A maior parte das rádios hoje, nas redes de rádio do grupo *Record*, desenvolve seus trabalhos em frequência modulada – FM e oferece uma programação que valoriza a prestação de serviços públicos à comunidade e transmite canções do estilo *gospel*. A título de informação, há também uma proliferação na rede mundial *internet*, pela qual se espalham comunidades que se digladiam com a principal concorrente da *Rede Record* de Televisão, a *Rede Globo*. Em visita, verifica-se a existência de grupos denominados

“O Povo não é Bobo, Abaixo a *Rede Globo*” ou “O desafio da cruz – veja o IBOPE como era e como é hoje” ou ainda, “Estou com a Record e não abro! Vai arrebentar!”⁸⁰.

A guerra entre os adeptos da *IURD* e a *Rede Globo de TV* funciona como extensão da luta de audiência entre Globo e Record da qual faz parte um emaranhado de denúncias e acusações mútuas. Os próprios parlamentares da Igreja compartilham e fomentam tais comportamentos, pois, como líderes religiosos que são e também representantes da Universal na mídia, podem utilizar os púlpitos e microfones para dar uma dimensão maior ao combate. A respeito disso, veja-se a afirmação do ex-deputado Oliveira Filho em entrevista:

Sim, porque a Globo é um interesse comercial. A Record hoje é a segunda, e é uma séria ameaça para a Rede Globo. Os artistas de novela ficavam pedindo pelo amor de Deus para fazerem uma pontinha em uma novela. Hoje a Record tem três novelas no ar gerando emprego para artistas que só dependiam da Globo. O SBT está abrindo o mesmo caminho, então, o Silvio Santos sofreu isso quando ele fundou na época a TVS e depois o SBT. A questão da Globo é comercial, ela está dividindo o filão que era só dela, que era exclusivo e a Record está mais forte, então o que ela pensa? Deixa eu atacar a base da igreja Universal, porque se não houver, porque se ela estiver fragilizada na igreja, ela pensa que vai haver uma fragilização na igreja, e vai haver uma fragilização no campo político e, conseqüentemente, vai haver uma fragilização no campo econômico, no campo da disputa comercial e isso não é verdadeiro, porque nós trabalhamos no fortalecimento da família e quando a família está unida, a nossa sociedade permanece unida e você pode ter certeza que politicamente nós vamos crescer na nossa bancada, a bancada da Igreja Universal vai crescer substancialmente este ano nas próximas eleições. (trecho da entrevista com o ex-Deputado Oliveira Filho realizada em 2.9.2006)

Mas a oferta de bens simbólicos domina os meios da *IURD* na *internet*. Nos portais da *Arca mídia*, anuncia-se que se pode fazer um curso “Ide e pregai”, à distância, por “R\$ 29,90 à vista ou em duas de R\$ 14,95 sem juros”⁸¹. Existem links para a Folha Universal (periódico) *on line*; para a *Rede Aleluia* – rede de emissoras de rádio dedicadas à religião que atua nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul com 49

⁸⁰ Os dados estão disponíveis em <http://comunidade.arcauniversal.com/groups>. Acesso em 25.6.2009.

⁸¹ Disponível em <http://www.arcacenter.com.br>. Acesso em 25.6.2009.

retransmissoras, quase todas em frequência modulada (FM) ⁸², que, segundo Figueiredo Filho (2008), em 2006, eram apenas 24; para a Rede Família – rede de emissoras de TV dedicada à programação “familiar” com 70 pontos em Canal Aberto, 22 pontos na NET (somente no Rio de Janeiro e em São Paulo) e transmissão digital e cobertura aproximada de 12 milhões de lares brasileiros⁸³.

O fato real é que dos 14 representantes da Igreja eleitos em 1998, dos 17⁸⁴ eleitos em 2002 e dos 9 sufragados em 2006⁸⁵, a maior parte deles já atuou nas mídias, conforme se vê no quadro abaixo. No sistema de produção de bens simbólicos se escondem as funções ideológicas mencionadas por Bourdieu, (2006, p. 200), o que contribui para imputar à classe dominante a *teodiceia* de seu próprio privilégio.

⁸² Disponível em <http://www.redealeluia.com.br>. Acesso em 25.6.2009.

⁸³ Disponível em <http://www.redefamilia.com.br/empresa.html>. Acesso em 25.6.2009.

⁸⁴ Sobre esse número a contagem de Oro (2003a) aponta para 16 (dezesesseis) eleitos desconsiderando o nome de ZELINDA NOVAES.

⁸⁵ Incluídos os suplentes em exercício Deputados RICARDO QUIRINO (DF) e MÁRCIO MARINHO (BA).

Quadro 3 – Deputados evangélicos com atuação em rádio e TV – legislaturas de 1999 a 2009*

Nome do Deputado	Partido/UF	Mandatos	Mídia de atuação
ALDIR CABRAL	PFL/RJ	1999-2003	Sem atuação
ALMEIDA DE JESUS	PL/CE	1999-2003/2003-2007	Sem atuação
ANTÔNIO BULHÕES		2007-2011	TV
CARLOS RODRIGUES	PL/RJ	1999-2003/2003-2007 ⁸⁶	RÁDIO
EDNA MACEDO	SP	2003-2007	TV e RÁDIO
EDUARDO LOPES	RJ	2007-2011	TV E RÁDIO
FLAVIO BEZERRA	CE	2007-2011	RÁDIO
GEORGE HILTON	MG	2007-2011	TV e RÁDIO
GESSIVALDO ISAIAS	PI	1999-2003	Sem atuação
HELENO SILVA	SE	2003-2007	RÁDIO
JOÃO BATISTA	SP	2003-2007	TV e RÁDIO
JOÃO MENDES DE JESUS	RJ	2003-2007	REVISTA, JORNAL, RÁDIO
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	MG	2003-2007	TV e RÁDIO
JORGE PINHEIRO	PL/DF	2003-2007	TV e RÁDIO
JORGE WILSON	PSDB/RJ	1999-2003	Sem atuação
JOSÉ DIVINO	RJ	2003-2007	RÁDIO
LÉO VIVAS	RJ	2007-2011	RÁDIO
LUIZ MOREIRA	BA	1999-2003	Sem atuação
MARCIO MARINHO	BA	2007-2011	RÁDIO
MARCOS ANTÔNIO	PRB/PE	2007-2011	CANTOR E COMPOSITOR ⁸⁷
MARCOS ABRAMO	SP	2003-2007	Sem atuação
MARCOS DE JESUS	PE	1999-2003/2003-2007	Sem atuação
OLIVEIRA FILHO	PR	1999-2003/2003-2007	RÁDIO
PAULO DE VELASCO	SP	1999-2003	RÁDIO E TV

⁸⁶ Renunciou em 1995.

⁸⁷ Atua nas mídias como artista, músico, cantor e compositor, tendo conquistado vários discos de ouro e um disco de platina. Disponível em <http://www.camara.gov.br>. Acesso em 21.5.2009.

Nome do Deputado	Partido/UF	Mandatos	Mídia de atuação
PAULO GOUVÊA	RS	1999-2003/2003-2007	RÁDIO E TV
PAULO ROBERTO	RS	2007-2011	RÁDIO E TV
REGINALDO GERMANO	BA	1999-2003/2003-2007	JORNAL
RICARDO QUIRINO	DF	2007-2011 ⁸⁸	RÁDIO
VALDECI PAIVA	RJ	1999-2003	RÁDIO E TV
VIEIRA REIS	RJ	2003-2007	RÁDIO
VINÍCIUS CARVALHO	RJ	2007-2011	RÁDIO
WAGNER SALUSTIANO	SP	1999-2003	JORNAL
WANDEVAL SANTOS	SP	1999-2003/2003-2007	TV e RÁDIO
ZELINDA NOVAES	BA	2003-2007	Sem atuação

FONTE: <http://www.camara.gov.br>

Legenda:

RE= religioso

UP=utilidade pública

A discussão, todavia, vai além de a simples relação entre mídia e política estar se acentuando entre os grupos evangélicos, destacadamente o envolvimento crescente do interesse da *IURD* por esses meios, mas como lembra Maurício Ferreira da Silva:

[...] a tecnologia aplicada na produção sentencia o homem a um destino nada satisfatório, ou seja, a perspectiva passiva ao processo de manipulação por consequência própria do papel que lhe foi reservado no sistema capitalista. Ora, isso significa que quanto maior a complexidade tecnológica, maior será o abismo que o separa do reconhecimento. O executar passa a tomar uma conotação universalizante e de difícil superação pelo conhecimento. (M. F. Silva, 1998, p. 35)

O que se afirmou significa a exposição do indivíduo aos controles macroestruturados que dissociam a sua capacidade de agir da sua capacidade de pensar. Aplicado aos sistemas que transmitem mensagens à humanidade, transformam os cidadãos em meros executores de ações, dominados pelo pensamento das elites que

⁸⁸ Suplente em exercício.

essas mídias representam. Assim, o deslocamento da concessão de serviços públicos para atender ao que ficou conhecido como *coronelismo evangélico eletrônico* causa preocupação na medida em que, tendo em vista que representa um mecanismo poderoso nas mãos de um grupo de interesse e pressão cujas pretensões se tornam cada vez mais audazes no sentido de subjugar sua assistência à visão de mundo do grupo que representa. Como menciona Bourdieu: “sempre que for impossível praticá-la de maneira direta e brutal, a exploração do homem pelo homem irá assumir a forma de exploração branda e lavada” (op. cit., p. 207).

O encolhimento da subjetividade também se coloca em jogo nessa rota de dominação midiático-política, como destacou Lima (1993, p. 6). Ela surge simultaneamente à crise de representação dos partidos políticos.

É a partir do domínio midiático que o contato entre candidato e eleitor também se faz por meio das tecnologias, e a máquina de partidos é facilmente substituída por um contato via rádio, TV ou *internet*. As “personalidades políticas” passam a contar com a veiculação nas mídias, que cumprem a função de cristalizar o trabalho dos comunicadores antes do processo eleitoral. De acordo com M. F. Silva (op. cit.: 64), os partidos têm pouca ou nenhuma importância para o processo eleitoral. A filiação decorre apenas por força de uma exigência legal, enquanto mero instrumento institucional necessário para uma candidatura, pois as pessoas elegem *nomes*.

Esse pensamento coaduna com Bourdieu (2007, p. 169) quando afirma que o conhecimento da política partidária é quase monopólio dos membros do partido, isto é, é uma questão de economia interna, da qual ficam alijados os leigos, os quais atuam apenas como meros homologadores nas deliberações. O cidadão comum acaba por buscar uma via individual de salvação ou na particularidade de lutas especificamente reivindicativas. Desse modo, se estabelecem duas classes: uma classe de dominados,

agentes passivos que não conhecem os mecanismos de relações produtivas da política, e uma classe de dominadores que detêm o monopólio da produção política, denominado por Bourdieu capital político, que é entendido como

[...] uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem [...] O *kred*, o crédito, o carisma, esse não-sei-quê pelo qual se tem aqueles de quem isso se tem, é o produto do *credo*, da crença da obediência, que parece produzir o *credo*, a crença a obediência. (Bourdieu, op. cit., p. 187-188)

É possível, portanto, afirmar que o capital político-eleitoral fica imbricado ao capital midiático e religioso do representante e gera um constante intercâmbio entre essas formas simbólicas. Conforme assumido em *A economia de trocas simbólicas* por Bourdieu,

[a] Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja de contribuir para a manutenção da ordem simbólica: I) pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas [...] II) ao lançar mão da autoridade propriamente religiosa que dispõe a fim de combater, no terreno propriamente simbólico, as tentativas proféticas ou heréticas de subversão da ordem simbólica. (Bourdieu, 2004, p. 70)

No tocante à política, esse *personalismo de representação* encontra nos Deputados midiático-religiosos a concretização, porque, como representantes, eles possuem capital eleitoral conferido pela denominação, possibilitando-lhes a entrada no partido político por via ideológico-religiosa. De outro lado, vê-se que o sistema partidário em vigor no Brasil permite um constante *troca-troca* entre parlamentares, ao mesmo tempo em que possibilita a criação de novas legendas. Tal conduta colabora para a fragilização do sistema partidário como veículo de mediação entre sociedade e Estado e, simultaneamente, fortalece o fisiologismo e o clientelismo que orientam as práticas dos parlamentares personalistas e a aceitação de candidaturas pelas legendas, mesmo que não haja necessariamente uma identificação ideológica entre partido-candidato.

Assim, detecta-se que os parlamentares da *IURD*, bem como de outros grupos de interesse e pressão que se fazem representar diretamente no Congresso Nacional, são beneficiados por uma tríplice interação entre política, religião e mídia. O contato dos pastores-animadores com seus adeptos nas estações de rádios e emissoras de TVs tem forte identificação com as demandas dos ouvintes, que procuram desabafo, apoio, tal como identifica M.F. Silva:

A troca constante entre comunicadores e os ouvintes – seja no momento em que a sociedade solicita algo ou quando recebe a solicitação por parte do programa – transforma os primeiros em solução, em materialização de um anseio criado por suas necessidades. (M. F. Silva, op. cit., p. 100)

É a esse *potencial de representação* que se pode atribuir o capital eleitoral granjeado pelos *iurdianos*, bem como se deve entender que ele acaba sendo transferido aos outros políticos que *dobram* com os candidatos midiático-religiosos nas chapas eleitorais, porque essa postura tem importante significado para a formação de uma expressiva bancada de sustentação na casa parlamentar.

Ademais, a Igreja como concessionária de serviços públicos de comunicação de alta penetração social, tais como rádio, TV, jornais e revistas, reveste-se ainda de um interesse empresarial e econômico, qual seja, o de resguardar sua ampla rede de mídia que, segundo os próceres da Universal, são vítimas de perseguições e sofrem fiscalizações mais rigorosas que outras redes de comunicação.

3.6 Assistencialismo-midiático

Ajudar os menos favorecidos. Essa é uma marca midiática consagrada pela *IURD* em todos os lugares do mundo em que se faz presente. Como católicos e espíritas

que praticam a filantropia há muito tempo, os pentecostais do mesmo modo dão sinais de sua preocupação com as “causas sociais”⁸⁹.

No caso da Universal, em mais de trinta anos de existência, consoante Machado (2003), nota-se um incremento de suas ações na área de assistência social no final da década de 1990, quando o projeto assistencial transcendeu o muro dos presídios, escolas, creches e hospitais, bem como as iniciativas de alfabetização de adultos nas dependências dos templos, para programar projetos que penetraram no sertão nordestino.

Destacou-se ao longo do tempo o programa “Ler e escrever” que atuava em toda a cidade de São Paulo e, além de alfabetizar os adultos, tinha como objetivo treiná-los para assumir os quadros de evangelizadores; a criação de programa radiofônico *A hora do presidiário*, que dava apoio a famílias e integrantes dos sistemas prisionais do Rio de Janeiro e São Paulo; e a inserção das lideranças da Universal na Sociedade Pestalozzi de São Paulo e Fundação Leão XIII.

Todavia, entre as iniciativas de cunho social, as que apresentaram maior sucesso foram aquelas consequentes da implantação da *Associação Beneficente Cristã – ABC*, tais como: o movimento “Brasil 2000 – futuro sem fome”, que arrecadou toneladas de alimentos para serem distribuídos nas periferias; e, com maior destaque, a “Fazenda Canaã – Projeto Nordeste” que, além de produção agropecuária em 450 ha. no Município de Irecê – Bahia, propiciou a criação de centenas de empregos, a perfuração de diversos poços artesianos, a implantação de sistema de irrigação, e ainda mantém

⁸⁹ Os projetos sociais da IURD são classificados como neoclientelismo ou subclientelismo, pois se desenvolvem tanto em linha horizontal quanto em linha vertical. André Corten, *Pentecôtisme et politique en Amérique Latine. Problèmes d'Amérique Latine*, n° 24, p.11-32, 1997.

um centro Educacional, assistência médica e odontológica a pessoas carentes e um sistema de transportes para o atendimento de crianças das circunvizinhanças⁹⁰.

No exterior, elementos/integrantes da Igreja visitam favelas distribuindo alimentos, remédios e roupas, prestam assistência aos adeptos pelo telefone, sempre sob o signo da ABC.

A Associação Beneficente Cristã tem agora uma abrangência mais vasta, porque desenvolve suas ações no submundo da noite, habitado pelos designados “marginais”, entre imigrantes ilegais, prostitutas, drogados, desempregados e muitos outros.

Utilizando os meios de comunicação, a *IURD* torna públicas suas atividades de caráter assistencialista, que lhe garantem uma enorme visibilidade e aprofundam suas raízes. A política da *IURD* relativa à exploração midiática segue padrões semelhantes aos de outros países onde está estabelecida.

Recentemente, para expandir seus propósitos filantrópicos, a Universal consagrou o Instituto Ressoar. Fundado em 2005 e dirigido por um dos bispos da Igreja, a instituição se propõe a trabalhar integrada às mídias da *IURD* sob o signo da responsabilidade social em projetos ambiciosos. O projeto se tornou mais conhecido na campanha para a reconstrução do Estado de Santa Catarina, após as enchentes de 2008.

Os programas principais do Instituto estão voltados para formar jovens habilitados a trabalhar com mídias (Ressoar Multimeios); buscar a formação de agentes de turismo em todo o país (Conectados com o Mundo); ofertar atividades culturais e de lazer nas periferias urbanas onde se concentra o maior número de adeptos de seus templos que para isso utilizam o elenco de suas mídias (Ressoar nos Bairros); e oferecer a adolescentes, jovens e idosos locais apropriados para lazer, formação profissional e

⁹⁰ Segundo informa o site www.arcauniversal.com/projetonordeste.

serviços (Casa do Fazer). O instituto ainda mantém um programa semanal apresentado na Record News (ex-Rede Mulher) no qual divulga iniciativas de preservação ambiental, consumo consciente e de reciclagem.

Mimetizando a *Globo* e *SBT*, com seus programas anuais “Criança Esperança” e “Teleton”, a *TV Record* incluiu em sua programação “O Dia de Fazer a Diferença”, agora denominado “Ressoar Solidário”, divulgado como sendo a maior ação solidária do país, que foi ao ar no mês de outubro de 2009 com assistência presencial de 10 mil pessoas.

3.7 Uma igreja politizada

Pode-se confirmar o que foi dito pelos Resultados do Estudo Eleitoral Brasileiro - ESEB, esboço revelador de que os evangélicos têm como principal fator de referência para escolhas políticas a autoridade religiosa dos líderes; e, segundo o ESEB, os adeptos da Universal são os mais expostos a esse tipo de influência (cerca de 92 % dos fiéis sofrem alto de grau de controle de seus pastores e bispos), pois são os mais assíduos aos cultos, embora entre os pentecostais estejam aqueles com maior grau de escolaridade, fator que, em outras denominações, está diretamente relacionado com o baixo nível de comparecimento aos cultos (Bohn, p. 2004).

Da mesma forma, M. D Machado (op. cit., p. 148) afirma que o comportamento da liderança eclesiástica da IURD fortalece o grupo, ao posicionar seus representantes políticos em “pontos estratégicos para o projeto de expansão da igreja”. Nesse esforço, no discurso de seus representantes políticos existe uma confluência entre a legenda partidária e a entidade religiosa.

Segundo Baptista (op. cit.), não se pode esquecer, contudo, que ao lado da projeção e posterior “dissenso” político da *IURD*, a outra renomada instituição religiosa

com significativa influência e organização política nacional foi a *Igreja Assembleia de Deus* – AD, que também se justifica como interessada na arena política sob o argumento de que políticos de Deus têm compromisso cristão, o que significaria compromisso com ética e moralidade.

Cabe ressaltar que o Conselho Político Nacional da *Assembleia de Deus*, uma das instituições pentecostais de maior relevo histórico quantitativo e qualitativo, na primeira metade desta década, resolveu empreender o Projeto Cidadania *Assembleia de Deus*, utilizando-se de poderosa/vultosa infra-estrutura originária de entidades componentes da denominação para prestar assessoramento espiritual, técnico e político aos evangélicos, especialmente, aos pertencentes às Assembleias de Deus em exercício de funções públicas.

O Projeto seria financiado com recursos de suas várias “convenções”⁹¹ em todo o território nacional e por contribuições voluntárias e pretendia atender a questões de cunho eleitoral, educação política dos adeptos da Igreja, montar as plataformas, escolher e indicar candidatos, assessorar o mandato dos representantes eleitos, manter os veículos de mídia política e de comunicação e relações públicas em política da Assembleia de Deus, escolher líderes de bancada e mediar os conflitos de interesses políticos das convenções, além de destituir representantes políticos, quando estes apresentassem conflitos de interesse com a instituição. As Convenções estaduais e municipais exerceriam as mesmas funções no âmbito de seus respectivos territórios, isto é, com respeito às políticas estadual ou distrital e municipal.

Ao Conselho Político da Convenção Geral das *Assembleias de Deus* no Brasil – CGADB cabe, dentre outras coisas:

⁹¹ Tradicionalmente, a Igreja Assembleia de Deus possui 58 convenções distribuídas em todos os estados brasileiros que funcionam sob o comando da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB.

- 1) orientar os membros da Convenção Geral a tomarem parte do processo político, através das respectivas Convenções Regionais;
- 2) atuar como foro de debates para apoio de candidato ao executivo federal;
- 3) atuar junto aos parlamentares federais da denominação, fornecendo subsídios do interesse das Assembleias de Deus no Brasil;
- 4) elaborar o cadastro de parlamentares políticos, representantes das Assembleias de Deus no Brasil, com relatório de suas atuações;
- 5) manter arquivo atualizado da legislação eleitoral;
- 6) avaliar a atuação das representações parlamentares;
- 7) propor a destituição de uma representação política quando não corresponder com os interesses das Assembleias de Deus no Brasil - *AD*.⁹²

Os candidatos, segundo o Projeto Político Cidadania *AD* Brasil, teriam de cumprir as seguintes exigências: estar na Igreja há mais de três anos; dar público e notório testemunho cristão; desfrutar de bom conceito na comunidade; exercer liderança comunitária; conhecer a base doutrinária da Igreja; serem submetidos aos pastores e líderes para indicação; serem credenciados pela convenção estadual; assinar termo de compromisso com a denominação no qual estariam explicitados seus deveres e direitos como representantes; ter comprometimento ético e moral cristãos.

Ademais, se eleito, o candidato da *AD* deveria se comprometer contra: a prática de aborto; a legalização da união homoafetiva; a corrupção de qualquer natureza; e o impatriotismo. Também teria o pacto de defender a liberdade de culto; de entregar 5%

⁹² De acordo com o portal da CGADB. Disponível em <http://cgadb.org.br/home/index.php>. Acesso em 10.5.2009.

de seu subsídio ao CGADB; proteger os projetos de comunicação da *AD*; e ainda, relatar suas atividades ao Conselho Político.

Por fim, a CGADB propunha no Projeto criação de manuais de orientação política para candidatos, para ministros da denominação e para membros e congregados (adeptos).

Inexplicavelmente, a *AD* recuou em seu Projeto ou, pelo menos, da intenção de lhe dar publicidade e o retirou do site na *internet*. Contudo, é impossível desconsiderar a ousadia e a relevância da proposta, já que a *AD*, - uma igreja que adota posturas conservadoras em moral e ética, representa estratos pobres de populações urbanas-, hoje é a denominação evangélica que mais adeptos reúne no Brasil (cerca de 4 milhões de pessoas) e a mais tradicional entre as pentecostais, atuando no Brasil desde 1910, e com representação política no Congresso Nacional desde a primeira metade do século XX.

O conjunto dessas observações nos remete à interpretação de que o pentecostalismo desempenha função de adaptação dos estratos sociais desfavorecidos, desenraizados dos tradicionais modos de vida rural, às mudanças socioculturais associadas à industrialização, urbanização e migração, fornecendo-lhes novas comunidades, disciplina, valores adequados à vida nos centros urbanos, segurança psicológica e econômica (Willems, 1967), não para fortalecê-la, mas para contestá-la. Acredita-se, pois, que esse tipo de análise funcionalista esteja longe de explicar o jogo complexo de relações que representa o sucesso político que a *IURD* aos poucos consegue. Compreende-se que a estrutura empresarial com a qual os *iurdianos* tentam fidelizar seus clientes carece de uma ética menos ambígua, menos acanhada e menos mágica, para ensiná-los a contornar os revezes e insucessos da vida por meios mais verossímeis. Muitas vezes, entende-se apenas que se trate de um empreendimento religioso fundamentado em superficialidades da lógica de mercado contemporâneo.

O discurso antigo da moralidade e ética políticas já foi oportunizado historicamente por outros grupos. A oposição a Vargas encarnada na União Democrática Nacional - UDN representa um exemplo paradigmático nesta área.

Nas observações de Benevides (1981), aquele partido trazia como marca em sua cultura o elitismo, o golpismo, o antipopulismo, o autoritarismo e o moralismo. Este último aspecto baseava-se na noção de “o chão limpo da nação”, no qual as qualidades morais inspiradas numa ética da vergonha, decência e dignidade deveriam prosperar sob o argumento da superioridade moral dos representantes da UDN.

De acordo com Schwartzman, esse movimento *udenista* representou:

[...]em última instância, um movimento pelo qual a burguesia mercantil se utiliza, para seus próprios propósitos, do idealismo das classes médias, alienando-as numa falsa revolução, cujo êxito importaria em consolidar as condições que asseguram o predomínio da burguesia mercantil e a espoliação das classes média e proletária, com o inevitável agravamento da inautenticidade do Estado e do governo. (Schwartzman 1981, p. 1)

Para o mesmo autor, isso revelava uma perspectiva ingênua que igualava ética na política com a ética utilizada nas relações pessoais, deixando de considerar que na realidade política coexiste a tensão entre meios e fins inerentes à vida pública. Ao mesmo tempo em que denota que, apesar do discurso moralista, a UDN era uma agremiação que por trás dos bastidores frequentava os quartéis e conspirava contra a democracia e a liberdade de as maiorias escolherem seus líderes.

Assim, o discurso moralista era usado apenas como uma “arma política” como outra qualquer, mas que na prática não se diferenciava das outras legendas, pois o que realmente importava eram os resultados das ações dos governantes e não os detalhes de postura moral e ética, porquanto na vida pública e no regime democrático, como destacou Schwartzman (2008, p. 2), se exigem “alianças, acordos, trocas de favores e benefícios, e nem sempre podemos escolher nossos aliados”.

Portanto, o mesmo autor conclui que o erro da UDN não era sua preocupação exacerbada com a ética tal qual no discurso atual das Igrejas da vertente pentecostal, porém era a incapacidade de compreender e propor um projeto de organização social e do sistema político que incentivasse um comportamento ético da sociedade e não os comportamentos predatórios e oportunistas que sempre marcaram a ação na vida pública brasileira.

A esse respeito, é importante denotar que essas características encontradas na ética udenista bem como na ética da *IURD* e suas congêneres partem do princípio de que as relações na esfera pública das sociedades são organizadas para fins de curto prazo e satisfação de interesses privados, haja vista as ações organizadas por esses grupos demonstrarem um viés altamente competitivo. Ao contrário, as sociedades que optam pela preservação do bem comum e para a obtenção de resultados de longo prazo, necessitam de comportamentos éticos, de respeito moral, que decorram da cooperação dos indivíduos.

Seguindo o pensamento de Schwartzman (2008, p. 8) também se faz necessário salientar que o tipo de sociedade atual, na qual se digladiam as forças particularistas que aqui se identifica, aparece como consequência do enfraquecimento dos estados nacionais do mundo globalizado simultaneamente ao fortalecimento das renomadas corporações transnacionais. Tal processo estaria caminhando para a *commodification* de todos os aspectos da vida social e suas instituições, e para o avanço da influência das mídias sobre a sociedade. A atuação de todo esse conjunto de forças se direciona para os resultados imediatos, e seu efeito combinado acaba por debilitar as instituições tradicionais fundamentadas nos princípios do mérito e do desempenho e por fortificar o capital anônimo e especulativo em detrimento das organizações tradicionais de mercado.

Desse modo, as identidades comunitárias também sofrem reflexo do imediatismo contemporâneo na busca de soluções fáceis. O indivíduo se segura e se identifica com religiões, raças e tribos recrudescidas por líderes carismáticos que personificam esse tipo de identidade, - com fortes aspectos éticos e morais -, originado de uma imersão e desaparecimento da individualidade no todo coletivo, sem maiores preocupações com a construção de interesses convergentes de longo prazo.

Além disso, os acontecimentos a partir de meados de 2005 vêm mais uma vez desmentir a anunciada incorruptibilidade dos representantes da Universal e seu caráter de homens comuns, sujeitos a todas as mazelas humanas. O afastamento da liderança de Carlos Rodrigues tanto do comando político como midiático da Igreja em virtude de seu envolvimento com um dos tesoureiros do PT, flagrado em esquema de corrupção na Loterj ao lado do assessor da Presidência, Waldomiro Diniz, iniciou-se no princípio do ano de 2004. Em 2005, as acusações de que o parlamentar também havia aproveitado os dividendos do “Valerioduto” (compra de votos de Deputados pelo PT) levaram o Deputado às listas de prováveis cassações e, um pouco mais tarde, à sua renúncia de mandato. Ao lado do nome do Deputado Rodrigues na lista de beneficiários do “Mensalão” surgiu também o nome do ex-bispo Wanderval Santos, do PL paulista, que acabou absolvido pelo plenário da Câmara dos Deputados no princípio do ano de 2006. Do mesmo modo, as recentes notícias sobre a descoberta das peripécias comerciais do Senador da República, Marcelo Crivella, em paraísos fiscais e a apreensão de pastores da Universal com malas cheias de dinheiro em aeroportos suscitam novamente a dúvida acerca das verdadeiras intenções da denominação Universal ao atuar no cenário político brasileiro.

CAPÍTULO 4

O DISCURSO DOS “POLÍTICOS DE DEUS”

Esta parte do trabalho é dedicada a verificar, de acordo com as entrevistas concedidas pelos parlamentares à autora da tese coletadas para este trabalho, até que ponto o discurso dos representantes da *IURD* fundamenta a práxis parlamentar do grupo e quais as incongruências ou paradoxos entre ambos. E ainda: Esses discursos legitimam a hegemonia aos *iurdianos* enquanto grupo ou se parecem com o de outros grupos ou parlamentares? Há como se consolidar um perfil em relação aos representantes da denominação ou esse discurso apenas reforça o comportamento político, fisiológico e clientelista do grupo à semelhança da maioria dos políticos que atua nas instituições do Brasil atual?

4.1 Vida Pessoal e Familiar

- **Origem**

Os entrevistados eram de origens diversas. A maior parte veio de família humilde e somente dois nasceram em berço evangélico.

Deputado Marcos Abramo - Eu era de uma família católica, hoje eu sou cristão.

Deputado Jorge Pinheiro – Minha mãe era católica, minha formação religiosa antes era católica, meu pai era espírita, eu ia sexta-feira no Centro e domingo na Igreja católica, então eu fiz primeira comunhão, aquela coisa toda, frequentava a missa

Deputado Oliveira Filho - A minha infância foi toda dentro da igreja

Deputado De Velasco – Eu tinha sido evangélico, eu tinha uma formação evangélica anterior, nos meus 20, 21,22 anos e tinha feito curso de Teologia e já cheguei relativamente formado na Igreja Universal, já tinha sido professor universitário, dava aula de dicção, de imitação de voz e oratória também e fundamentalmente era advogado.

Deputado Léo Vivas – Vim de uma família humilde do interior da Bahia. Minha cidade é Marau e viemos para a Baixada fluminense quando era muito novo. Desde cedo comecei a trabalhar.

Os perfis pessoais revelam que os parlamentares ligados à *IURD* em geral vieram de famílias das classes sociais baixa e média-baixa, algumas delas migrantes. Com exceção do pastor De Velasco, que tinha um perfil social e cultural mais estruturado, os *iurdianos* em geral são frutos das massas. Moraram em locais populares e se converteram ainda jovens. Tais condições mostram a compatibilidade entre a origem dos detentores de cargos clericais da Igreja e a origem dos adeptos comuns. Observa-se que três Deputados foram “arrancados de suas religiões de família” e outros dois já apresentavam ligações com denominações evangélicas desde cedo.

- **Profissão anterior**

Todos os entrevistados exerceram outras profissões além do pastorado. Para um deles foi simultânea à atividade de pastor, pois a Igreja em que atuava assim o exigia. Apenas dois dos seis possuía formação superior e uma carreira profissional definida antes do ingresso na Igreja Universal do Reino de Deus. Em um dos casos, foi a Igreja que permitiu a realização do curso universitário, não ficando claro se foi financiado por ela.

Deputado Jorge Pinheiro – Bom, eu sou contador, eu fui funcionário do Banco do Brasil, concursado, então eu fui trabalhar com quinze anos em um escritório de contabilidade, depois fui office-boy, fiz concurso do Banco do Brasil, passei no concurso do Banco, fiquei como funcionário durante sete anos e nesse período eu tinha todo um envolvimento religioso na Igreja Universal, fazia parte do grupo de evangelização, fui me envolvendo, me envolvendo, até que chegou o momento que eu quis de fato fazer parte integrante da Igreja como pastor.

[...]

Então, na época eu era funcionário do Banco, pedi demissão do Banco, o meu salário no Banco, claro que era muito maior do que o salário de pastor, mas era uma questão de vocação. E aí eu fui para o Nordeste pregar a palavra de Deus, passei por vários Estados lá e, nessas mudanças, eu fui para o Piauí e depois vim morar no Distrito Federal, e aqui atuava como pastor, como qualquer pastor da Igreja.

[...]

Eu por exemplo, comecei a trabalhar com quinze anos, embora eu não precisasse trabalhar, meu pai achava que eu deveria, para eu aprender a ser responsável e entender como é que as coisas funcionam. Eu agradeço isso a ele. Então, com dezoito anos eu já era funcionário do Banco do Brasil,

concurado, fiz o último grande concurso do Banco e ainda peguei uma época em que o salário era muito bom. Eu, com vinte anos, já tinha carro, já tinha casa própria, estava construindo um sobrado em Juiz de Fora, tinha uma situação financeira estável, graças a Deus, ajudava a minha família. Então, eu posso dizer que poucas pessoas tiveram a mesma sorte que eu.

[...]

Deputado Léo Vivas – Eu comecei a trabalhar ainda muito jovem. Trabalhei em muitas coisas e em muitos lugares, sempre estudando e trabalhando.

Deputado De Velasco – Eu era, ou sou advogado, tinha uma empresa, eu tive um grande escritório de advocacia no Rio de Janeiro, ocupava meio andar em Copacabana, eu tinha dez advogados que trabalhavam comigo e tive oportunidade de ter sido também bancário antes disso. Eu fui funcionário do Banco do Brasil, fui exonerado na época da revolução, porque nós costumávamos fazer piquetes de greve, e eu fui considerado comunista e fui afastado do Banco do Brasil nessa época, no dia 21 de outubro de 1964. Então a minha vida anterior era essa.

O desenrolar da vida profissional do entrevistado coincide com o processo de desmantelamento do Estado brasileiro, com a desvalorização do serviço público e do trabalho como categoria. Ele, entretanto, parece não perceber esse processo, do qual foi vítima e é agente. Ele diz: “Fiz o último grande concurso do Banco e ainda peguei uma época em que o salário era muito bom”. Ou seja, ele aproveitou o último momento de benesses do Estado brasileiro e abandonou-o depois de adquirir “uma situação financeira estável”.

É interessante que o pastor e Deputado explicita o valor ideológico que atribui ao trabalho: “aprender a ser responsável”. Esse papel moralizador atribuído ao trabalho é típico do discurso capitalista clássico. Já “entender como é que as coisas funcionam” caracteriza certo realismo na percepção de que há um sistema e que nele o trabalho não tem a posição de honra, portanto é apenas para “os que precisam”, ou seja, a classe que não possui nada a não ser sua força de trabalho. No entanto, coerentemente com a filosofia puritana que deu origem às religiões norte-americanas, das quais derivam as denominações *neopentecostais* brasileiras, trabalhar é um dever moral. Por isso:

“embora eu não precisasse trabalhar, meu pai achava que eu deveria [...]. Eu agradeço isso a ele”.

Deputado Marcos Abramo – Diversas atividades. Fui técnico em eletrônica, trabalhei em metalúrgica, como um trabalhador comum, profissional. [A formação em Biologia foi] só depois que eu entrei para a Igreja.

O caso do Deputado Marcos Abramo chama a atenção, em especial por ele ter sido metalúrgico. Embora ele não tenha especificado a data em que abandonou a profissão, em termos históricos as décadas de 1990 e 2000 têm correspondido ao desmantelamento do movimento sindical. Oliveira (In Oliveira; Paoli, orgs., p. 71) menciona as diversas formas e modalidades de “quebrar a representatividade sindical e deslocar o eixo da negociação para o terreno micro do interesse de cada um”. E acrescenta que: “destruir os recursos políticos que uma categoria como a dos metalúrgicos havia criado, é quase como destruí-la como classe”.

Deputado Oliveira Filho – Tinha. Atividade singular eu tinha, já tive várias. Já vendi refresco em ponto de ônibus, já engraxeí sapato quando criança trabalhei como vendedor em loja de disco, trabalhei como datilógrafo no Sindicato dos Trabalhadores da Central do Brasil, trabalhei como vendedor, trabalhei como taxista, tive várias atividades de sustento mesmo, para se sustentar, independente da atividade da Igreja, da atividade evangélica. Porque a mentalidade, principalmente da Assembléia de Deus, você tem que ter um trabalho paralelo para se sustentar, não é Pastor em tempo integral, é diferente do estilo da Igreja Universal, em que o Pastor é Pastor em tempo integral e se dedica 24 horas a esse trabalho.

O entrevistado ressaltou a diferença entre a dedicação exclusiva exigida pela *Igreja Universal do Reino de Deus*, da *Assembléia de Deus*, onde ele exercia seu ministério anteriormente e na qual tinha que exercer suas funções seculares ao mesmo tempo.

O Deputado Jorge Pinheiro também mencionou que, em outras denominações evangélicas, a atividade de pastor não é exclusiva, como acontece na *Igreja Universal do Reino de Deus*. Deve-se notar nos depoimentos expostos adiante que o entrevistado

também distingue a “Igreja evangélica” da *Igreja Universal do Reino de Deus*. Ela não inclui esta última nas Igrejas evangélicas e refere-se a estas como um todo, ou seja, como se fosse uma só “a Igreja evangélica”. É comum que os cristãos se refiram ao conjunto das instituições que consideram parte da sua religião como “Igreja”, no sentido de conjunto de cristãos. Mas, o que a forma de falar do entrevistado tem de peculiar é que ele coloca em um grupo “a Igreja evangélica” e em outro “a Igreja”, referindo-se, no segundo caso, à *Igreja Universal do Reino de Deus*.

Deputado Jorge Pinheiro – Casei... Como os pastores da Igreja têm que ter dedicação integral, na Igreja evangélica o pastor trabalha durante o dia e à noite exerce o pastorado. Na Igreja Universal não, a pessoa tem que ter dedicação exclusiva. Por quê? A Igreja entende que o pastor não pode subir no altar da Igreja para pregar, preocupado com o aluguel dele que está vencendo, preocupado com a conta de luz que tem que pagar. Ele tem um sacerdócio. Como é que a bíblia fala do sacerdote? É aquele que se dedica exclusivamente ao sacerdócio, sem nenhum envolvimento com as coisas deste mundo, até para ele ter uma posição e um ligamento espiritual com Deus a ponto de poderem orientar as pessoas. Então a Igreja paga o aluguel, a Igreja paga o condomínio, a Igreja dá o carro pra ele, ele recebe uma ajuda de custo apenas para comprar comida e comprar roupa, para ele não ficar preocupado com essas coisas.

É importante notar o processo de dissociação entre a pregação religiosa, a “espiritualidade” e as “preocupações materiais”. Esse discurso de “desligamento das coisas desse mundo”, que marcou a Igreja Católica durante a maior parte de sua história, passa a fazer parte desta nova Igreja “moderna”. Ela é moderna, ou mais exatamente, modernizadora, na medida em que considera naturais e necessários os bens oferecidos pela produção em massa nascida do capitalismo industrial. Diferentemente do discurso católico, que costuma pregar o desprendimento em relação às riquezas materiais, aqui tem-se um discurso de despreocupação em relação às dificuldades cotidianas que envolvem o trabalhador brasileiro. É interessante destacar que o entrevistado não percebe a contradição entre seu objetivo de orientar as pessoas comuns, ou seja, na maioria trabalhadores urbanos, pequena burguesia e até, muito frequentemente,

desempregados. Forja-se aqui, com essa prática, um significativo discurso não verbal: o pastor, o pregador que se coloca diante dos fiéis como exemplo, é uma pessoa despreocupada, tranquila, materialmente satisfeita, porque colocou sua fé no centro de sua vida. Ele se oferece como exemplo, para que os demais também sigam esse caminho, deixando “o vício”, “o pecado”, e vivendo uma nova vida espiritual, que resultará numa abundância material.

- **Religião da família**

Dos Deputados entrevistados, dois tiveram o catolicismo como religião de origem. Apenas um era de família evangélica, seguidora de uma das primeiras e mais tradicionais Igrejas desse grupo, a *Assembleia de Deus*. Um deles teve experiência com as religiões afro-brasileiras. Outro, afirma ter frequentado centro espírita quando criança, mas não define bem a que corrente pertencia aquele templo espírita.

Como a *Igreja Universal do Reino de Deus* foi fundada na década de 1970, somente pessoas jovens, com menos de 40 anos de idade podem ser originárias de famílias que já pertencessem a essa Igreja. As origens católica e pentecostal tradicional correspondem ao esperado, pois é dessas religiões que provém a maioria dos fiéis da Universal. Alguns buscaram uma religião “crente” que não fosse tão conservadora, e outros, provindos do catolicismo, ingressaram diretamente na Universal.

Como não se trata de uma pesquisa quantitativa, não se pode considerar a proporção de entrevistados oriundos de um ou de outro meio religioso. Entretanto, vale observar a frase do Deputado e pastor Abramo, “eu era de uma família católica, hoje eu sou cristão”, que exclui a *Igreja Católica* do âmbito do cristianismo, o que é uma inexatidão histórica. Esta forma de expressão, comum em muitos meios evangélicos, de

distinguir “cristãos” e “católicos”, cria uma divisão subjetivamente percebida e que não corresponde às divisões das religiões utilizadas pelos estudiosos do assunto.

Deputado Jorge Pinheiro – Minha mãe era católica, minha formação religiosa antes era católica, meu pai era espírita, eu ia sexta-feira no Centro e domingo na Igreja católica, então eu fiz primeira comunhão, aquela coisa toda, frequentava a missa, então, quando o meu pai ouviu falar da Igreja Universal, ele ficou com curiosidade, foi lá, assistiu um encontro, gostou e eu também por curiosidade fui lá também e gostei e depois a minha mãe foi e gostou e acabou a família toda indo, mas por opção. Nunca houve uma imposição por parte deles, que eles queriam que estivesse na Igreja que eles estavam, não. Então a minha conversão foi posterior, e a minha formação é católica.

Deputado Marcos Abramo - Minha origem é católica. [...]. Eu era de uma família católica, hoje eu sou cristão.

Deputado Oliveira Filho – Eu tenho uma formação evangélica. Eu sou filho de Pastor, neto de Pastor, sobrinho de Pastor [...] É, como eu disse, eu sou filho de Pastor e, quando eu nasci, a Igreja Universal que é beneficente, e não havia Igreja Universal ainda e nem nada similar. Existiam as Igrejas como a Assembléia de Deus, a Igreja Brasil Para Cristo, a Igreja do Evangelho Quadrangular, a Igreja Batista e eu nasci no lar da Assembleia de Deus, onde meu pai foi Pastor da Assembléia de Deus.

Deputado De Velasco – Eu tinha sido evangélico, eu tinha uma formação evangélica anterior, nos meus 20,21,22 anos e tinha feito curso de Teologia e já cheguei relativamente formado na Igreja Universal, já tinha sido professor universitário, dava aula de dicção, de imitação de voz e oratória também e, fundamentalmente, era advogado.

Deputado Ricardo Quirino: Eu nasci no Rio de Janeiro, no Bairro do Estácio de Sá que é um Bairro tradicional por ser considerado o berço do samba, então conhecido mundialmente. Até a passarela do samba está lá. Então eu nasci no Rio de Janeiro, minha família... Minha mãe de Minas Gerais casou-se no Rio de Janeiro com o meu pai. Tenho mais quatro irmãos, dentro deles o mais velho é Pastor também, e os outros moram no Rio de Janeiro, cada um na sua profissão. Eu era estudante antes de ser Pastor, e eu era atleta, jogava basquete no Esporte Clube Mackenzie no Méier, no Rio de Janeiro, e também no América Futebol Clube, lá do Rio de Janeiro também. Eu estava entrando na Faculdade de Educação Física e trabalhava também numa loja Sears, uma loja que faliu lá em São Paulo, muito famosa, e também trabalhei na Mesbla que também faliu.

É curioso observar que os entrevistados associam o pastorado a uma profissão em decorrência da qual abandonaram suas atividades anteriores. Percebe-se que para alguns deles a adoção da religião funciona como uma transcendência de mundos: do pecado para a santidade. Para os pastores, antes de qualquer coisa a descoberta de uma denominação evangélica significa mudança de vida, progresso e evolução.

Acerca disso, cabe refletir que a subjetividade da acumulação capitalista, cujo paradigma é a globalização, encontrou maior identidade religiosa com as Igrejas originárias dos países capitalistas, sobretudo dos Estados Unidos. Embora a *IURD* seja uma criação nacional, decorre do modelo norte-americano de valorização do indivíduo. A penetração dessas Igrejas no Brasil, que já se iniciara no início do século XX, se intensificou nas três últimas décadas, sobretudo a partir do momento em que o Estado brasileiro, aderindo ao discurso do Consenso de Washington, decidiu romper com a busca do crescimento e fortalecimento das instituições sociais, que passaram a ser consideradas antigas e ultrapassadas. O novo modelo “expressa a privatização do público, ou, ideologicamente, uma experiência subjetiva da desnecessidade, aparente, do público” (Oliveira In Oliveira; Paoli, orgs., p. 57). A *Igreja Católica*, ligada à tradição na sociedade brasileira, tornou-se ideologicamente ultrapassada, e, nesse caso, em suas duas vertentes. A *Igreja Católica* conservadora identificava-se com o escravismo e com a sociedade agrária, que teria sido superada pela industrialização, e a *Igreja Católica* progressista, identificada com algumas correntes da esquerda política brasileira, também se tornava antiga, como o próprio socialismo se tornava ultrapassado no novo discurso de dominação.

O crescimento da *IURD* coincide com a transição do Estado brasileiro desenvolvimentista e nacionalista para o Estado mínimo e da visão social das relações humanas para o individualismo extremo.

A pequena burguesia urbana, que não encontrava mais acolhimento na *Igreja Católica*, porque ela estava muito ligada aos valores da vida agrária, viu o surgimento das igrejas *neopentecostais* como uma opção religiosa que lhe permitia usufruir da sociedade de consumo sem culpa.

Os nossos entrevistados vêm desse catolicismo em crise desde a industrialização, na qual a *Igreja Católica* tem buscado, sem sucesso, um lugar de acomodação. A versão latino-americana do sincretismo entre o catolicismo e o marxismo, a chamada *Teologia da Libertação*, encontrou oposição em todos os puristas, fossem eles políticos ou religiosos. Mas, sobretudo, foi frontalmente combatida pelas religiões *neopentecostais*, que vieram suprir uma carência de ressignificação da vivência religiosa em um contexto capitalista. A queixa frequente de alguns católicos insatisfeitos com a “falta de espiritualidade” e a “politização” da *Igreja Católica* canalizou-se para as Igrejas eletrônicas de origem norte-americana, cuja ideologização é menos perceptível para a pequena burguesia urbana brasileira, que não é capaz de identificar nelas o conservadorismo.

4.2 Vida e religião

- **Conversão ou vivência religiosa pessoal**

Nos casos em que houve uma conversão, mencionou-se influência da família. Não são casos em que tenha havido uma ruptura com a religião familiar, mas sim, uma conversão do grupo familiar. Em dois casos não houve uma conversão, já que a família de origem era evangélica, e os entrevistados mudaram de denominação, quando já eram pastores. Entre os evangélicos, passar de uma Igreja ou de “uma denominação” para outra não consiste em conversão, pois todas seriam parte da Igreja. Esse conjunto, como já se explicou, não inclui a *Igreja Católica*.

Deputado Jorge Pinheiro – [...] então quando o meu pai ouviu falar da Igreja Universal ele ficou com curiosidade, foi lá, assistiu um encontro, gostou e eu também por curiosidade fui lá também e gostei e depois a minha mãe foi e gostou e acabou a família toda indo, mas por opção. Nunca houve uma imposição por parte deles, que eles queriam que estivesse na Igreja que eles estavam, não. Então a minha conversão foi posterior, e a minha formação é católica.

Deputado Marcos Abramo – [...] mesmo sendo adolescente não significa que eu me converti. Tive um encontro com Deus depois de um tempo. Porque ir a

uma Igreja não significa ser convertido. Eu ia na Igreja, participava da Igreja, mas eu tinha uma vida lá fora, mas depois que eu quis assumir um compromisso sério, eu tive que escolher. Não podia agradar duas coisas ao mesmo tempo, a dois senhores ao mesmo tempo, então eu preferi agradar Deus e ter minha postura, assumindo um compromisso com Deus, onde (sic) me tornei depois um Pastor.

Deputado Ricardo Quirino: Eu era um católico não praticante, apenas com aquela tradição de família, mas não tinha vínculo nenhum com a igreja católica. Eu não tinha vínculo nenhum com religião nenhuma. Eu era apenas católico por parte de batismo, mas o vínculo mesmo de freqüentar, compromisso, não tinha nenhum.

As religiões *neopentecostais* apresentam-se como uma inovação à *Igreja Católica*, mas também como uma oposição às religiões animistas, de tradição africana, e aos sincretismos tão comuns no Brasil, sejam as chamadas “religiões afro-brasileiras”, seja o “espiritismo kardecista”, de origem francesa, mas que tem no Brasil seu maior contingente de adeptos. O discurso modernizador das Igrejas pentecostais e *neopentecostais* coloca-se frontalmente contra as tradições de origem africana e critica a *Igreja Católica* por sua fraqueza e incapacidade de enfrentar os vícios e os males sociais.

Deputado Marcos Abramo – Foi justamente a necessidade que a minha família, ou a minha mãe... ela já tinha sofrido tanto, ela sofreu muito por causa do meu pai que era viciado em bebida e cigarro, e ela queria encontrar um apoio. Ela andou em muitos lugares. Bateu na porta da Igreja católica, bateu na porta do espiritismo, até que ela encontrou uma pessoa na Igreja evangélica, que começou a ficar do lado dela, dar palavras de apoio, ajudar naquele momento que ela estava tão desequilibrada a ponto dela pensar em sair de casa e sumir, por causa do meu próprio pai, que dividiu a gente, que somos quatro irmãos, ele colocou dois para ficar com ela e dois para ficar com ele. Então, essa situação toda, que eu posso resumir pra você que era um pedaço do inferno, levou minha mãe a procurar a Deus, e esse Deus que ela queria, ela conseguiu encontrar na Igreja Universal, onde a gente está há mais de 27 anos.

Deputado Ricardo Quirino: Foi exatamente nesse ponto. Eu jogava basquete e no próximo ano eu iria ingressar em uma primeira divisão, que seria como se fosse o futebol profissional, e tive um problema de coração, um problema sério de coração. Fiz exames e os médicos do clube, os outros médicos do clube fizeram exames, e na época eu estava no Esporte Clube Mackenzie do Méier. Pediram para eu parar de jogar, para eu parar porque eu poderia ter um problema sério. Realmente eu passava mal, muito mal, acabava ficando com falta de ar, eu saía, eu apagava. Então os médicos recomendaram que eu ficasse parado seis meses, só fazendo tratamento, os médicos do clube, os médicos que me atenderam fora, e aquilo foi uma decepção muito grande, porque eu estava fazendo faculdade de Educação Física, já estava entrando, tinha acabado de passar no vestibular da Gama Filho no Rio. Eu ia praticar esportes e também tinha a minha carreira, porque eu gosto de basquete

demais. Tinha até uma proposta do meu técnico na época era professor nos Estados Unidos, então ele já tinha me convidado para ir com ele viajar e estudar nos Estados Unidos. Então eu já tinha toda uma carreira já pronta. Eu não vou dizer nem que eu seria jogador de basquete, mas pelo menos nos Estados Unidos uma carreira ligada à Educação Física, e de repente eu recebo um laudo médico dizendo que eu tenho que parar a minha atividade física e aquilo me deixou muito abatido, muito triste. E assim eu vi meu sonho profissional ir por água abaixo, e nesse ínterim alguém me convidou para ir a Igreja Universal, alguém me convidou. Eu triste, desanimado, parado, já estava há uns quatro meses parado sem fazer atividade nenhuma, muito, muito triste, muito abatido mesmo porque era tudo o que eu sonhava na vida. E eu comecei a fazer correntes na igreja, aquela corrente da cura, da cura pela fé, que era na quarta-feira e em uma semana todos os sintomas que eu tinha desapareceram. Sumiu, em uma semana eu não sentia mais nada. É claro que eu fui de novo ao clube, aos médicos do clube, claro que eles não aceitaram, é normal. Eles não aceitaram, uma semana, não. E então, eu por conta própria fui fazer exames no Instituto do Coração. Fiz vários exames no Instituto do Coração nas Laranjeiras no Rio, um instituto muito famoso e eu nunca mais esqueço a frase daquele médico. Porque que você veio aqui? Eu falei: Não, porque eu tenho um problema e eu coloquei os laudos, receitas, falei que eu jogava que era atleta e ele falou: olha você não tem nada, seu coração está melhor do que o de uma criança, eu não vejo nada. Eu falei: Doutor tem mais ou menos umas duas semanas que eu não sinto mais nada. Ele falou você estava sentindo dores? Eu falei não. Você volta com o laudo, leva para o clube porque você não tem nada, e nunca mais eu senti nada. Então aquela paixão pelo trabalho da igreja, pela fé, me encantou e é claro que quando eu voltei para o clube eu tive problemas, eu fui taxado de desobediente, porque eu desobedei o médico do clube. Então o que eu fiz? Eu não treinava no clube, porque o médico falou que eu não ia treinar e acabou, mas eu ia para a praia do Flamengo, eu corria quase doze quilômetros. Eu falava assim: Bom, se eu não estou curado eu vou morrer, eu vou ir ao limite. Então eu saltava ali na praça, não sei se você conhece, na praça onze do Rio de Janeiro, é longe, e corria até ao final da praia do Leblon.

Deputado De Velasco – Eu não digo que eu tenha me convertido à Igreja Universal. A minha conversão foi ao Senhor Jesus, a quem eu sempre busquei. Eu passei pelo espiritismo de Alan Kardec, eu passei pela umbanda popular e terminei na umbanda exotérica, que era uma umbanda completamente diferente da umbanda que nós conhecemos, por isso que chamamos de umbanda popular e este conhecimento me ajudou muito, inclusive, no meu primeiro testemunho que foi dado sobre a minha conversão, eu fui chamado e muitas vezes indagado sobre a umbanda e o espiritismo que eu estudei com relativa profundidade, porque eu nunca aceitei fazer parte de um processo sem conhecer os intermeios desse processo. Então, eu li praticamente todos os livros de Alan Kardec, depois li praticamente todos os livros editados na época sobre a umbanda, e quando entrei na umbanda exotérica havia um único líder nesse país, chamado Wilson Silva (?), chamado Mata, o pai Mata como nós os chamávamos, e li todos os livros dele sobre a Umbanda e, então, nós sempre queríamos uma consciência, mas eu sempre busquei o Senhor Jesus, e quando estive na Igreja Universal eu participei de todos os processos da Igreja Universal e ali nós tivemos um trabalho, fomos pastores durante 20 anos, trabalhei com libertação espiritual, preguei durante todo esse período...

O Deputado Oliveira Filho já era pastor quando se aproximou da *Igreja*

Universal do Reino de Deus.

Deputado Oliveira Filho - Eu fui Pastor também da Assembléia de Deus nessa trajetória política, e o meu primeiro contato com a Igreja Universal foi justamente na minha trajetória política, no trabalho que eu desenvolvia no rádio. A Igreja Universal começou a participar de uma rádio e me convidou para que eu fosse apresentar programas nessa rádio, que até então passou a ser parte do grupo que compõe a Universal. E nessa aproximação, nesse trabalho que eu comecei a fazer na rádio, com ouvintes, com comunicação, sempre em um meio evangélico, depois de uns sete ou oito anos, a minha transferência da Assembléia de Deus para a Igreja Universal também foi automática, foi uma transição automática. Ser Pastor da Assembléia de Deus, trabalhando muitos anos e muito próximo com a Igreja Universal, então foi gradativamente, não é? Foi natural, nunca houve uma pressão, apesar de ter trabalhado diretamente com o Bispo Macedo, ele jamais disse assim: “Oliveira, passa para a nossa Igreja, vem para a nossa Igreja”. Essa saída da Assembléia de Deus e a entrada na Universal foi um negócio muito natural, foi uma coisa sem traumas e sem pressões.

O que mais chama a atenção nessa fala do entrevistado é a relação entre meios de comunicação de massa e religião, que ele encara como “natural”. Por se identificar com as “Igrejas eletrônicas”, ou seja, os grupos religiosos cristãos que fazem sua pregação, sobretudo pelos meios de comunicação de massa eletrônicos (rádio e televisão), é que o pastor Oliveira, depois Deputado Oliveira Filho se aproximou da *Igreja Universal do Reino de Deus*. Sobre isso é preciso salientar que essa identidade entre capitalismo e mídias eletrônicas se transferiu também para as práticas religiosas, sobretudo nos Estados Unidos e nos países não industrializados. Essa identidade também aparece na entrevista do Deputado Paulo de Velasco que se autointitula como um homem de mídia, pois não só participava em programas como na administração das empresas.

Deputado De Velasco - As pessoas conhecem, as pessoas me identificam...Eu, durante algum tempo, participei de praticamente todos os programas de debate da Bandeirantes, quando a Igreja Universal era envolvida e eu era indicado para participar. Depois, quando a Igreja Universal assumiu indiretamente a administração da Rede Record, eu passei a participar do jornal do Record Notícias, que era chamado jornal político do meio-dia, durante muito tempo fui debatedor desse jornal e depois participei do “Vigésima quinta hora”. Quase sempre que havia algum problema, eu era chamado inclusive para fora de São Paulo para participar em algumas emissoras de televisão sobre assuntos polêmicos que envolviam religião. Como exemplo, me lembro de ter participado de um programa em Curitiba, chamado pelo Bispo da época, líder de Curitiba, um programa do Baruck, acerca de evolucionismo ou criacionismo, e isso claro, fazia com que a minha imagem fosse conhecida e algumas pessoas diziam para mim, ‘olha, eu gosto de ouvir os seus comentários porque eu olho nos seus olhos e eu vejo

sinceridade naquilo que o senhor fala'. E isso era bom para mim. E eu tinha também um programa via rádio e eu desenvolvia também projetos sociais através desse programa na emissora de São Paulo, e no Rio de Janeiro também, ainda antes do projeto político da Universal, eu participava também dos programas da Rádio Copacabana e depois da Rádio Ipanema também, faziam parte do complexo de comunicação ligado à Igreja Universal.

- **Opção pelo pastorado**

As razões que cada um indicou para tornar-se pastor foram distintas. Um deles foi influenciado pela família, pois tanto o pai como o tio já eram pastores. Ele também justifica sua função como resultado natural de suas atividades evangelizadoras. A mudança foi o ingresso na *Igreja Universal do Reino de Deus*, que ele encara como “uma transição gradativa”. Quanto aos demais, um alega a opção por Deus e “um compromisso com Deus”, enquanto os outros veem sua vocação como resultado do interesse pelo próximo honrada por Deus.

Deputado Jorge Pinheiro – Eu senti uma vontade de ajudar as pessoas. Eu achava que Deus foi muito bom comigo, e eu olhava sempre para os problemas das pessoas. [...]. Pessoas que estavam aí desempregadas, sofrendo, e eu gostava muito de fazer visitas nos hospitais, que a gente via o drama das pessoas doentes. Então, eu comecei a querer fazer alguma coisa para ajudar essas pessoas, porque Deus era tão bom comigo e eu tinha as coisas, por que eu não poderia ajudar alguém que não tinha? Então você vai se envolvendo, se envolvendo, se envolvendo, aí chega um momento que você quer se lançar totalmente por conta desse trabalho, que é um trabalho social e também acoplado a um trabalho espiritual que eu acho que aí você tem o completo, o espiritual e o social. Então, eu vi que como pastor eu poderia me dedicar integralmente a este tipo de trabalho. Então, eu pedi demissão do banco, porque eu não queria mais contato com esse tipo de coisa, eu queria estar totalmente envolvido com o trabalho da Igreja, visitar os doentes, ir nos(sic) hospitais e levar um conforto para aquele que está no presídio, desesperado e que achava que era o fim da vida e que não tinha jeito mais e você poder receber uma senhora que chega apanhando do marido em casa, chorando e que ninguém respeita, ninguém dá valor para ela e você senta, conversa e faz ela(sic) se sentir gente, faz ela (sic) perceber que ela tem valor sim, que tem pessoas que gostam dela, sim, e aí você vê que o que mais te gratifica é o resultado, porque daqui a pouco, você vê... daqui um mês ou dois aquela pessoa feliz, transformada. Você vê aquela pessoa que estava doente e teve alta do hospital e foi para casa, aquele rapaz que estava lá no presídio, daqui a pouco, está lá com a bibliazinha, lendo a bíblia, mudou o comportamento dele lá dentro, não usa drogas, não participa de rebeliões...Então, você vê o resultado e vai crescendo em você o desejo de fazer um pouco mais...Eu vi na Igreja um guarda-chuva que poderia me dar condições de fazer esse trabalho.

Deputado Marcos Abramo – [...] eu preferi agradar Deus e ter minha postura, assumindo um compromisso com Deus, onde (sic) me tornei depois um Pastor.

Deputado Oliveira Filho - Eu sou filho de Pastor, neto de Pastor, sobrinho de Pastor, então eu fui formado desde pequeno para ser Pastor. De uma forma ou de outra eu seria Pastor, estaria Pastor como sou Pastor hoje. A minha infância foi toda dentro da Igreja, trabalhei sempre com questão de comunicação, fui comunicador evangélico, de programas evangélicos, líder de mocidade dentro de Igreja evangélica, então, o meu trabalho é mais ou menos parecido com o trabalho dos sindicalistas que têm as suas bases e trabalham, e a maioria é formado como sindicalista. Eu sou Pastor e sou evangélico e trabalho as questões religiosas.

Deputado De Velasco - [...]e então nós sempre queríamos uma consciência, mas eu sempre busquei o Senhor Jesus e, quando estive na Igreja Universal, eu participei de todos os processos da Igreja Universal e ali nós tivemos um trabalho, fomos pastores durante 20 anos, trabalhei com libertação espiritual, preguei durante todo esse período, não deixei de pregar...Quando fui chamado a participar do processo político, em 90 para 91, fui eleito em 90 Deputado Estadual, em 94 Deputado Federal e, em 98, Deputado Federal. Foram três mandatos, e eu nunca deixei o púlpito, até a véspera de ser afastado eu preguei. Preguei, fiz casamentos e, graças a Deus, Deus honrou esse meu ministério. Fundamentalmente, honrou o ministério.

Deputado Ricardo Quirino: Dentro da igreja a gente tem processos de trabalho, a gente começa a fazer os cursos, assistencial, aquela preparação e quando veio o convite para entrar para o Ministério, então eu aceitei de coração porque eu já estava totalmente envolvido com o trabalho evangelista social da igreja. Isso é uma paixão

Deputado Leo Vivas – Jesus é quem liberta as pessoas. Pra mim é uma graça, uma bênção ser o agente dessa libertação, atuar em nome de Jesus. Às vezes Deus faz falta no coração das pessoas, mas é preciso que elas vejam a Deus. O pastorado é uma opção de mostrá-lo a quem ainda não o viu. E a minha participação na política leva a minha missão de evangelizar também mais longe. Há um compromisso com Deus também na política.

Os parlamentares demonstraram uma preocupação com questões sociais como parte da missão evangelizadora (ou por herança familiar ou por uma conversão na idade mais adulta), e acreditam que possuem vocação para arrebanhar os excluídos, não para que eles se conformem com a condição de miséria e escassez, mas para promover a libertação espiritual dos adeptos, que consiste em também despertá-los para a possibilidade de construírem uma vida material mais “feliz”, “transformada”. Em suma, isso significa uma melhora geral das condições financeiras do adepto admitida como bênção divina.

- **Atividades filantrópicas**

Todos os entrevistados estão ou estiveram envolvidos com a associação filantrópica ABC, ligada à *Igreja Universal do Reino de Deus*. Quando não, foi mencionada outra maneira de exercer a filantropia. Vale pontuar que nenhum deles consegue distinguir sua atividade pastoral, evangelizadora, das atividades assistenciais e das atividades políticas. Elas surgem como integradas no discurso de todos os entrevistados.

Deputado Jorge Pinheiro - Na verdade a própria ABC, que é a Associação Beneficente Cristã aqui do Distrito Federal. Nós até tivemos um problema com ela, e nós deixamos ela (sic) desativada por um tempo, mas o que a gente faz? A gente procura ter um trabalho social. Eu, como parlamentar, eu posso abrir algumas portas, então, o que a gente fez? A gente tem procurado fazer um trabalho junto aos orfanatos, asilos, associações, principalmente ligadas a Igrejas. Nós temos aí várias Igrejas em que temos associações, creches, orfanatos, asilos inclusive. Porque eu, como parlamentar, eu posso ajudar, eu consegui, inclusive, doações de cestas básicas, Por exemplo, nós vamos ter agora sábado no Cerejão um futebol em que a entrada é um quilo de alimento não perecível, então, nós estamos cadastrando entidades que nós vamos doar esses alimentos. A gente faz também arrecadação de roupas para podermos doar. A gente faz também as chamadas Ações Globais que têm corte de cabelo, tirar documento, alguns pequenos tratamentos dentários que as pessoas participam muito dessas coisas, mas o trabalho social ele é apenas uma perna, porque você dá um pão para a pessoa, ela come ele(sic) e amanhã está com fome de novo. Então, a gente acha que acoplado a isso entra com o trabalho espiritual e nós entendemos que existem forças que não são terrenas que atuam atrapalhando a vida das pessoas. Se você não tratar do lado espiritual, por mais que você lute do lado físico, você tem o lado espiritual que você, que nós entendemos que uma coisa complementa a outra. Tem pessoas que são ricas, bem sucedidas, têm tudo e não são felizes, então, o lado material só não é o suficiente, mas, como parlamentar, eu posso evidentemente interferir para que se olhe um pouco mais esse lado.

Deputado Marcos Abramo – Sempre. Vou ao hospital, vou lá, me identifico como um Pastor e não como um parlamentar e converso muito com os familiares, com quem está no leito, dou uma palavra, vejo as necessidades do hospital, depois eu me apresento como parlamentar, vejo o que está acontecendo para a gente destinar verba, e assim sucessivamente.

Deputado Oliveira Filho – Sim, mas aí eu já era Pastor em tempo integral. Antes, em trabalho singular, nessa transição para a Igreja Universal, aí comecei dirigindo rádios da Igreja Universal, dirigi rádios em Portugal, dirigi rádios em São Paulo, Porto Alegre, aí fui para Curitiba e, em Curitiba, quando surgiu a ideia de formar um braço oficial, a Igreja precisava de (sic) ter um trabalho na questão social, e surgiu a ABC, e eu fui o fundador e para mim foi muito tranquilo fundar a ABC, porque o social sempre foi a minha atividade, então eu fui o Presidente e fundador da ABC no Estado do Paraná.

Deputado Ricardo Quirino: Eu trabalhei com a antiga ABC, mas o meu trabalho naquela época, o mais intensivo era com os presidiários. Eu tinha um trabalho social junto com os presidiários aqui da Papuda, Núcleo de Custódia e algumas comunidades, mas não uma coisa assim tão grande, que pudesse

ter destaque, era um serviço interno, mas era um trabalho bem diversificado e era gostoso.

Pesquisadora: E o Senhor ainda trabalha com isso?

Deputado Ricardo Quirino: Agora como Deputado a gente está especificando não é? Apesar do pouco tempo que a gente está aqui, nós estamos nos organizando. Duas coisas que nós, a partir desse mês agora, a gente vai começar a dar uma atenção maior, que vai ser a nossa ONG, e você vai ser a primeira que vai saber a Uniafro ou Uninegro, estou apenas decidindo os nomes não é? Nós vamos procurar fazer um trabalho de assistência à população negra muito grande, acho que chegou a hora, não é? Com essa eleição do Barack Obama eu acho que esse sentimento nosso eclodiu o mundo todo e eu acho que é um momento de a gente aproveitar e resgatar essas crianças negras que são sempre as que sofrem mais na hora que as coisas apertam. Então eu vou me dedicar a essa ONG, eu vou me dedicar a esse trabalho e a partir do mês que vem eu acho que já começam as primeiras reuniões para intensificar esse trabalho.

Deputado Léo Vivas – A indicação para participar da política é extensão do trabalho assistencial. Nós sempre trabalhamos na comunidade, junto aos mais carentes e sabemos como é difícil a vida das pessoas comuns. Elas precisam de proteção e de representantes. A participação na mídia também faz parte do trabalho assistencial da Igreja de dar apoio aos que precisam.

Deputado De Velasco – Eu participei de vários eventos. A gente não pode dizer projeto social, mas eu participei de vários eventos e saía pelas madrugadas distribuindo cobertores, distribuindo sopa, distribuindo agasalhos, porque em São Paulo é muito frio. Quando havia enchentes, nós participávamos também desses eventos e, normalmente, estavam ali as emissoras de televisão que acabavam filmando, acabavam saindo nas reportagens, e isso auxiliou muito a minha campanha política e fez com que o nosso nome fosse relativamente conhecido em São Paulo.

À luz dos depoimentos, verifica-se que os Deputados não conseguem delimitar as diferenças entre suas ações nos campos em que atuam. Assim, práticas filantrópicas, apresentação de programas de utilidade pública, manutenção de ONGs estão acopladas à atividade política. Para os parlamentares é possível identificá-las como uma extensão desejável tanto do trabalho religioso como do trabalho cívico-político. Mais uma vez, prevalece a lógica do intercâmbio de capitais simbólicos que se fortalecem mutuamente e e talvez coloquem em evidência a dimensão globalizada que a *IURD* enquanto instituição confere à atividade representativa.

Ademais, acentua-se que é característica da visão neoliberal a transposição das questões sociais para o âmbito pessoal. Os direitos sociais reduzem-se a ações assistencialistas, de preferência sob a égide e o controle de instituições religiosas. Essa

forma de atenuação do conflito social configura-se também pela redução do contato entre as classes. Oliveira (1999, p.70) adverte para o fato de que a expressão máxima do neoliberalismo é o “homem privado”, que resulta da redução do espaço público e que se configura na ausência quase total de contato entre as classes sociais.

O pastor torna-se então o profissional que atende aos necessitados. Mas, no caso dos entrevistados, rearticula-se uma questão política, visto que são pastores e também parlamentares. Essa peculiaridade leva a questionar até que ponto é possível a separação pretendida pelo neoliberalismo entre espaço público e espaço privado, ou mais exatamente, a anulação do espaço público em detrimento do privado, pois a atividade política termina por invadir e permear a atividade pastoral. Este fato, contudo, não deve nos deixar induzir que o espaço público esteja se recuperando por esta via, da atividade dos parlamentares religiosos. O que se observa aqui é o que Oliveira (1999, p.79) chama de “privatização do público”. A função pública é utilizada em benefício da atividade privada e religiosa. No dizer do Deputado Jorge Pinheiro: “o lado material só não é o suficiente, mas, como parlamentar, eu posso evidentemente interferir para que se olhe um pouco mais esse lado”. Ou seja, seu poder como parlamentar se coloca a serviço de sua atividade pastoral, que ele entende ser a mais valiosa e até mais benéfica para as pessoas que ele representa: “você tem o lado espiritual que você... que nós entendemos que uma coisa complementa a outra. Tem pessoas que são ricas, bem sucedidas, têm tudo e não são felizes”.

Porém, note-se que o que o entrevistado entende por “lado físico” é uma assistência direta e não uma luta para configuração de direitos permanentes. Ele entende por “trabalho social” a doação de cestas básicas, oferecimento de serviços, como “corte de cabelo, tirar documento, alguns pequenos tratamentos dentários”, ou ainda “arrecadação de roupas para podermos doar”. Ele reconhece que esse trabalho é

ineficiente para uma transformação mais profunda da situação da pessoa atendida: “mas o trabalho social é apenas uma perna, porque você dá um pão para a pessoa, ela come ele (sic) e amanhã está com fome de novo”. A proposta de um trabalho mais amplo estaria ligada a um “trabalho espiritual, e nós entendemos que existem forças que não são terrenas que atuam atrapalhando a vida das pessoas”. Em hipótese alguma, nem um dos entrevistados aventou a possibilidade de um caminho de engajamento social, de luta por direitos. Ou seja, a dicotomia entre público e privado, em privilégio do segundo permanece. Embora, como ressalta Oliveira (ibidem, p.69), a partir dos anos 1990, haja, no Brasil, uma “promiscuidade” entre Estado e empresa privada, “que atuou no sentido de borrar, subjetivamente, as barreiras e fronteiras entre o público e o privado, ou mais radicalmente, atua no sentido de que tudo é privado [...], pois a racionalidade das decisões é fundamentalmente privada”.

Essa indiferenciação entre político e religioso, entre público e privado, também aparece na categoria analisada a seguir, que é a opção pela política. O tipo de discurso proferido pelos parlamentares da *IURD* refere-se a ações de clientelismo e populismo como salutares, mesmo que não toquem fundo nas mudanças estruturais necessárias para realmente reconfigurar a sociedade pela diminuição das desigualdades entre as classes.

4.3 Política

- **Interesse e opção pela política**

Para todos os entrevistados, o interesse pela política surgiu como consequência da atividade pastoral, entendida tanto como religiosa e evangelizadora como igualmente, filantrópica. Do mesmo modo, fica claro que, em todos os casos, a

iniciativa partiu da instituição e não do indivíduo, ou que, pelo menos, eles assim o entendem ou devem assumir que tenha ocorrido da maneira como supõem.

Deputado Jorge Pinheiro – Quando a Igreja resolveu se envolver mais diretamente na política, eu fui escolhido entre os pastores daqui, os pastores do Distrito Federal para representar a Igreja na candidatura a Deputado Federal, e hoje estou agora no segundo mandato e caminhando para um terceiro mandato, se Deus nos permitir.

[...]

Para mim foi uma surpresa, porque eu nem esperava. No princípio eu tive até, digamos assim, uma resistência, porque eu pensei: “Poxa, eu larguei o Banco do Brasil para me dedicar totalmente ao trabalho da Igreja, agora eu vou me envolver com trabalho político, então eu vou ficar dividido”. Então, a princípio, até eu entendi que não seria bom para mim. Agora, se você for perguntar o porquê da Igreja, a liderança da Igreja, aí foi feito um levantamento dos pastores, o potencial de cada um e aí é uma decisão da direção da Igreja e eles acharam que eu teria o perfil de representar bem a instituição, que eu poderia representar bem a instituição. Aí entra uma série de requisitos morais, familiares, o meu trabalho dentro da Igreja, os resultados que esse trabalho dentro da Igreja trouxeram para o grupo. Então, eles entenderam que o Jorge é uma pessoa que teve um perfil, fala bem, desembaraçado, então acham que seria um bom parlamentar. Então, somando essas coisas todas eles entenderam que a ideologia que defendemos, que nós tentamos... que eu teria condições de defender esse tipo de coisa dentro da política. Mas, claro que tudo foi uma experiência, que poderia ter dado errado e que poderia ter dado certo na vida política, porque uma pessoa se propõe a ser um político, e ele pede votos e você avalia pelo que ele fala. Você não sabe se amanhã ele vai cumprir aquilo tudo, você faz uma avaliação e a probabilidade de você errar é menor do que se você não avaliar nada. Então, a Igreja fez essa avaliação e, no entendimento dela, achou que eu poderia representar bem a Igreja do Distrito Federal, aqui como parlamentar na Câmara Federal, e a gente viu que, graças a Deus, deu certo, não é?

Deputado Oliveira Filho – Eu sou Pastor e sou evangélico e trabalho as questões religiosas. Dentro disso, depois de trabalhar em rádio, chegar no Paraná e encontrar um cenário favorável, um cenário propício, houve a proposta... Foi bem natural essa questão do envolvimento na política. Foi onde eu passei para Vereador de Curitiba e logo depois para o segundo mandato de Deputado Federal, mas a questão de ser um Deputado Federal foi uma consequência natural da minha atuação dentro da Igreja, da minha atuação junto às pessoas e o meu trabalho na questão social. Então, a política me serviu como uma ferramenta a mais para que eu pudesse desenvolver melhor o meu trabalho.

O político surge justamente desses trabalhos, desses anseios [filantrópicos].

Deputado Ricardo Quirino: A nossa história foi um pouquinho assim complicada. Eu já era filiado ao PL, filiado ao PL, que é o atual PR que era o antigo Partido Liberal, e estava começando a ingressar na... com um sonho maior de concorrer a um pleito. Trabalhei antes com o Pastor Agnaldo de Jesus no gabinete dele, mas um trabalho de assessoria. Mas ingressar, ter aquele sonho de concorrer a um pleito veio a partir de 2001 para cá, de 2001 para cá eu já visualizava isso. Em 2002 se comentou alguma coisa sobre o meu nome, mas não foi adiante, não é? E em 2006 também se cogitava, mas não de uma maneira positiva, apenas eu era um cogitar, talvez você vá concorrer. Talvez o perfil não é? Não sei. Eu gostava de trabalhar com o povo, eu sempre gostei, o meu trabalho é social, minha base é social e eu estava ali de stand by para ser talvez mais um que iria concorrer. O que

aconteceu? Com aquele problema de 2006, aqueles escândalos, aquelas coisas todas, infelizmente um Deputado ligado à igreja, o nome dele foi envolvido em um daqueles escândalos, e a posição da igreja todo mundo sabe, se envolveu está fora, não é? E talvez pelos anos que eu estou aqui em Brasília, pelo conhecimento, pelo meu ótimo relacionamento, talvez eu seja um dos Pastores que esteja aqui a mais tempo, eu cheguei aqui no início de 96 e estou aqui até hoje. Então eu conheço o Distrito Federal assim como a palma da minha mão, tenho muitos amigos aqui, uma liberdade muito grande e meu nome foi citado, já que eu já estava filiado ao próprio partido, já estava começando a militar, então foi assim. Meu nome foi citado para ocupar aquela vaga que ficou vaga, já que o outro Deputado não concorreria mais. Então foi a um mês e vinte dias das eleições. Eu lembro que eu oficializei a minha candidatura e no dia seguinte o prazo encerrou. Então foi assim que a gente não entrou na política, mas entrou no pleito de 2006.

Pastor Léo Vivas – Quem tem um trabalho como o nosso junto das pessoas mais humildes que veio (sic) também de uma família humilde, é chamado pela direção da Igreja e é indicado para concorrer, levando o nome da Igreja. Isso é muito bom, porque o eleitor conhece o trabalho e sabe em quem está votando. É mais um desafio que Deus colocou em meu caminho e que tenho que cumprir.

O discurso do bispo e Deputado Léo Vivas é carregado de significado missionário ao qual ele atribui toda a importância do seu trabalho em todas as frentes em que atua.

Segundo o Deputado Paulo de Velasco, a sua atuação na área empresarial da Igreja, principalmente no ramo midiático, foi determinante para sua escolha como candidato.

Deputado De Velasco – Possivelmente pelo meu perfil. Eu sempre fui chamado desde antes de fazer parte do ministério da Igreja Universal, eu fui chamado para resolver problemas pontuais da igreja e até mesmo problemas doutrinários da igreja. Eu sempre fui chamado, mesmo antes de participar. Então eu acredito que, quando fui chamado para dirigir uma emissora de rádio do Rio de Janeiro e depois dirigir duas emissoras de rádio, a segunda que nós fomos inclusive intermediários para a sua aquisição, eu creio que isso tenha mostrado ao Bispo Macedo que, possivelmente, ele poderia me lançar, não no Rio de Janeiro onde ele já tinha um irmão que já era Deputado, e já tinha um outro Bispo que era Deputado Federal, mas em São Paulo que era uma terra ainda não utilizada pela Igreja Universal como campo político. Assim, ele me pediu que viesse para São Paulo, porque toda a minha sede de vida era o Rio de Janeiro, então ele me pediu e eu disse que já estava de malas prontas, e ele disse “eu gostei da sua resposta”. Ele me pediu que viesse para São Paulo onde nós havíamos adquirido também uma emissora de rádio, a que eu vim a dirigir. Então, a partir daí, logo depois veio a Rádio e TV Record e então se consolidou a idéia do meu lançamento como candidato a Deputado e nós fomos eleitos apenas com oito meses praticamente de São Paulo...fomos eleitos como Deputado. Na época, foi uma coisa muito interessante, porque o meu nome foi objetado, mas nós perdemos em São Paulo, ganhamos em Brasília e nós acabamos então sendo eleitos, e foi a primeira eleição e sempre respondemos presente a todas as chamadas, não

apenas da Igreja Universal, mas a de todas as denominações, inclusive quanto à questão social. O meu gabinete era o primeiro do corredor, então, o meu gabinete era muito utilizado para as pessoas que chegavam ali sem saber com quem falar... nós sempre atendemos, mas sempre colocamos que os projetos, a necessidade é prioridade da igreja em primeiro lugar (sic) , claro, na nossa vida, enquanto estávamos no mandato.

Já o Deputado Marcos Abramo, depois de ter trabalhado como pastor em vários lugares e “em alguns Estados, mais em São Paulo”, foi convidado pela *Igreja Universal do Reino de Deus* a ser candidato. Ele justifica sua atuação política do ponto de vista religioso e do que entende ser uma função social da Igreja.

Deputado Marcos Abramo – Foi a Igreja que me indicou. Não fui eu que fui. A gente na Igreja assume uma postura de ser servo, de ajudar essa obra, de ajudar as pessoas, então, a gente se enquadra naquilo que a Igreja determinar. Eu poderia hoje ser um parlamentar, ou poderia estar tomando conta de alguma coisa, e isso é indiferente. Eu tenho uma missão.

[...]

Veja bem, se você for analisar, a Igreja é a instituição mais recuperadora que pode existir. Ela recupera jovens, ela recupera drogados, ladrões, só que existem muitas pessoas que não vão à Igreja e a gente sabe que a lei atinge toda a classe religiosa, e a gente fazendo uma lei bem feita para a população... e esse é o nosso intuito... a gente vai atingir um ponto em que todos serão beneficiados. Assim, nós temos uma direção e essa direção é dada pelo próprio Espírito Santo e, através dele, a gente começa a tomar essa postura. Vamos fazer isso, vamos voltar a fazer isso porque vai beneficiar as crianças, então automaticamente a gente tem essa visão. Vim para cá, não é simplesmente vim [...]. Eu não deixei de ser pastor e assumi uma postura de político com o mesmo sentimento, com o mesmo dever de Pastor, que é ajudar aqueles que estão a nossa volta.

A incapacidade do Estado de agir no atendimento das necessidades sociais dos brasileiros pode justificar a presença e a vitalidade da instituição religiosa como uma instância “recuperadora”. Mas o projeto é mais amplo do lado dos agentes religiosos que atuam como parlamentares. Trata-se de impor à sociedade também brasileira, por meio de leis, os “benefícios” que atingem os religiosos, as religiões, enquanto instituições sociais e seus lugares de culto.

- **Apoio da Igreja na opção política**

Nem todos os entrevistados responderam a questões sobre o apoio que a *Igreja Universal do Reino de Deus* dá a seus candidatos. Dois deles negaram um apoio financeiro direto e relacionaram sua eleição porque já eram conhecidos antes, por suas atividades como pastores e por sua participação na mídia pertencente à *Igreja Universal do Reino de Deus*.

Deputado Jorge Pinheiro - A Igreja me dá os votos, tanto que na nossa campanha... porque, se for ver bem, a nossa campanha, falam aí, José Dirceu estava dizendo que para surgir um Deputado Federal tinha que ter não sei quantos milhões de dólares, isso é um absurdo, isso não existe, se fosse assim [...]. Como a Igreja, digamos assim, me apresentou diante do segmento. “O nosso candidato do PL, Deputado Jorge Pinheiro Pinheiro, é Pastor Jorge Pinheiro, ele vem candidato e vai estar representando a gente.” Como a comunidade, já me conhecia. “Ah, o Pastor Jorge é uma pessoa boa, está sempre com a gente aqui, conhecemos a esposa, o filho dele, a família dele, o procedimento dele, é uma pessoa assim e assado (sic), quantas vezes eu vim aqui e ele orou por mim, conversou comigo, então ele vai dar um bom representante.” Votaram em mim. Todos eles gastaram dinheiro para convencer essas pessoas a votarem em mim. É diferente dos outros candidatos de fora que colocam cartazes, carros de som, fazem showmício, para convencer as pessoas fazendo com que as pessoas vejam quem ele é e votarem nele, então a Igreja é o inverso, então qual é a campanha? A gente tem alguns santinhos, alguns cartazes, para a pessoa saber pelo menos o meu número, que aquele ali sou eu. Então, é uma campanha muito barata, muito simples, então, como a Igreja já me dá o voto, eu não preciso ter uma campanha dispendiosa, é o contrário dos outros candidatos.

Deputado Léo Vivas – A minha atuação em atividades assistenciais e na mídia me fizeram conhecido. Eu tenho um trabalho na Baixada Fluminense. As pessoas me conhecem, mas eu também tenho votos fora da Igreja. É lógico que o fato de ter participação na mídia ajuda, mas isso não precisa ser da Igreja. Ajuda a qualquer um que tenha um trabalho longo voltado para atender aos pobres e a comunidade. Esse continua sendo o enfoque do meu mandato.

O Deputado Ricardo Quirino, que entrou em ritmo de campanha atrasado, embora tenha negado ingerência financeira da *IURD* na campanha, vincula seu sucesso eleitoral (1º suplente, em exercício a quase um ano) à sua condição de pastor.

Pesquisadora: Mas a igreja apoiou a sua candidatura?

Deputado Ricardo Quirino: Apoiou, apoiou, os meninos apoiaram. É normal não é? São pessoas que estão mais próximas da gente. Eu não vou dizer nem a igreja, mas os membros. É normal. A gente conhece bastante gente aqui.

Pesquisadora: Mas como o Senhor entrou na corrida mais apertado, foi conseguindo uma suplência e o Senhor já acha que isso foi um grande... porque com um mês e pouco, não é?

Deputado Ricardo Quirino: Foi um mês e vinte dias de campanha. Sem dinheiro, sem material. Eu não tinha nada, não é? Foi um milagre. Foi um milagre e um esforço muito grande daqueles que estiveram do meu lado na comunidade, não é? Eu não tinha rejeição, eu não tinha passado político. Eu não tinha e até hoje não tenho rejeição. Uma coisa que eu gosto sempre de lembrar é que eu não tive rejeição. Minha campanha foi feita nas ruas. Eu não tinha recurso financeiro, não tinha material. Eu lembro que uma semana com as eleições já em andamento eu não tinha material, e uma semana e meia antes do término das eleições, eu não tinha material, mas eu tinha força e ia para a rua, então eu andei o Distrito Federal quase todo. Minha campanha foi feita ali, de casa em casa, rua a rua, praça em praça e loja em loja.

Quando lhes foi perguntado qual seria o apoio real que a Igreja dá ao parlamentar que faz parte dela para divulgar o candidato, isto é, dando tanto o apoio financeiro quanto o emocional, a questão dos cultos, a publicidade, um dos Deputados negou o apoio da Igreja como tal, entendendo que os votos resultam do fato de o pastor, quando se candidata, já ser conhecido por seu trabalho religioso e filantrópico anterior.

Deputado Marcos Abramo – Nada [Qual o apoio da Igreja?]. A gente faz o trabalho normal, a gente é pastor e frequentamos todas as Igrejas. O povo já conhece a gente antecipadamente. O povo já vai sabendo, eu sou muito conhecido no Estado de São Paulo, vem sucessivamente, e o apoio que da é só esse. “Olha, a gente vai orar muito pra você [...]”

Sobre a existência de campanhas milionárias, de Deputados que gastam muito dinheiro para fazer o próprio contato com os adeptos, por serem fiéis da Igreja garantem essa possibilidade de eleição.

Deputado Marcos Abramo – Não existe campanha milionária na Igreja, a Igreja não destina verba nenhuma, tudo que vem da Igreja é de função só social. [...]. Eu penso da seguinte forma: se você é uma pessoa que durante um tempo você tem ido em hospital, tem ido na casa das pessoas, tem ido nas Igrejas visitar, cumprimentar o povo, trabalhar naquela região, automaticamente, você vai ser bem visto. Qualquer público, qualquer pessoa que é política, ela pode estar fazendo isso no seu bairro, na sua associação. Tem pessoa que adota um bairro e faz daquela associação vários recursos. Então o trabalho nosso é sempre aquele de semear. A gente planta para colher.

Entretanto, o Deputado Paulo de Velasco afirmou que o apoio financeiro da *IURD* foi fundamental para sua eleição.

Deputado De Velasco - Infinidamente grande. Essa é a diferença.

Agora eu quero destacar uma coisa, quero destacar a política na Igreja Universal antes do Bispo Rodrigues e depois do Bispo Rodrigues. Realmente quem projetou a política na Igreja Universal e fez com que a Igreja Universal pudesse chegar a 18 Deputados Federais foi o Bispo Rodrigues. Eu digo que para substituí-lo é necessário que haja três pessoas pelo menos, para substituir a dinâmica de trabalho dele, a visão de trabalho dele e a proficiência do trabalho dele. Ele realmente é um homem inteligente, um homem capaz e profundamente dedicado àquilo que faz, ele é realmente...Ele projetou a Igreja Universal, ele tinha um trabalho profundamente dirigido e sabia fazer, é um excelente coordenador político.

Talvez essa revelação só tenha sido possível em razão de ser o entrevistado um dissidente da Universal. Essa mudança observada no discurso reafirma a tese de que o discurso se insere no contexto. Neste caso, os demais entrevistados, por mais beneficiados que tenham sido pelo poder econômico da Igreja, têm uma fidelidade à instituição e não devem revelar certas estratégias e táticas utilizadas pelo grupo.

Com relação ao uso dos meios de comunicação de massa eletrônicos (rádio, televisão) e impresso da *Igreja Universal do Reino de Deus*, dois dos entrevistados encaram esse acesso não apenas como um recurso disponível para a campanha, mas como um bem da Igreja, que cabe a ele como Deputado e membro da Igreja defender. Nesse particular, da relação entre posse de meios de comunicação eletrônicos, que são concedidos pelo Estado, muitos parlamentares têm ligações de família com emissoras concessionárias de televisão e de rádio. No tocante à utilização da mídia pela Igreja Universal em favor dos seus candidatos, sendo ela potencialmente hoje a segunda maior rede de TV, além da estação de rádio e da Folha Universal, que tem uma tiragem enorme, o Deputado Marcos Abramo considera que não existe um apoio explícito, da mesma maneira que reitera o Deputado Jorge Pinheiro. Ambos os candidatos afirmam que os interesses da emissora vêm à frente dos interesses políticos.

Deputado Jorge Pinheiro - Olha, veja bem, você tem que usar as ferramentas que você tem. O que a Igreja tem de mídia e eu faço parte desse grupo, e ajudo a manter esse grupo, porque a Rede Record de Televisão, por várias vezes tentaram tirar a concessão da gente, e nós provamos por A mais B que o grupo tem condições de ter uma emissora de televisão, sim, e fazer uma programação boa, tanto que a Record hoje é a segunda emissora e a gente está trabalhando para ver se chega a ser o primeiro. Aí você entra em outro mundo, aí é a Globo batendo contra a gente, é briga de mídia, então, se eu estou defendendo a Igreja, estou defendendo o grupo, estou defendendo a emissora de televisão, nada mais justo que dentro deste grupo que é nosso, eu possa de vez em quando falar em um programa de televisão, em um programa de rádio, mostrando o meu trabalho, porque é o meio de comunicação do grupo, para que o grupo mostre para o segmento o que eu estou fazendo, então eu tenho programa de rádio, eu tenho programa de televisão. Você já deve ter me visto às vezes na televisão, além do horário político eleitoral que é peculiar a qualquer parlamentar, mas eu estou lá mostrando para o meu segmento o que eu estou fazendo, o trabalho que eu estou fazendo. Então, a gente tem a mídia e a gente usa a mídia. Eu sou parte da frente parlamentar, embora essa frente parlamentar não estar, digamos assim, tão atuante como deveria.

Deputado Marcos Abramo – É... não tem esse rótulo, como querem colocar que é uma emissora crente. Não existe isso. Ali é uma empresa.

Deputado Marcos Abramo – Se você for observar a Igreja não apoia os candidatos. Se você analisar quantas vezes eu saí na Record ou em outras emissoras, você vai ver que a gente não tem esse amparo da mídia. A mídia é exclusivamente para veicular aquilo que é de interesse, que são as programações, as grades. Ela não dá a apresentação em cima de nós, é que nós somos mais de quinze aqui.

Deputado Marcos Abramo – [Eu] atuava [na mídia]. Recentemente não, porque fica muito difícil conciliar as duas coisas.

Pesquisadora – E qual seria o apoio real que a igreja dá ao parlamentar que faz parte da igreja? Esse apoio é tanto o apoio financeiro, como o emocional, a questão dos cultos, para divulgar o candidato?

Deputado Marcos Abramo – Não existe campanha milionária na igreja, a igreja não destina verba nenhuma, tudo que vem da igreja é de função só social.

Pesquisadora – Não, eu não estou falando que esse é o sistema da igreja, é que há candidatos que dizem que gastam milhões, e escândalos como o do mensalão, demonstraram que gastam muito dinheiro para fazer o próprio contato com os adeptos, fiéis da igreja, e já garantem essa possibilidade de eleição.

Pesquisadora: Mas o Senhor nunca fez programa nenhum?

Deputado Ricardo Quirino: Por incrível que pareça eu já participei de programas, televisão não. Nunca dirigi nenhum programa de televisão. Nem na igreja ou fora. Na rádio sim, até porque a minha paixão é rádio, é uma das minhas paixões. Eu não tenho muita atração pela TV, eu nunca fui muito apegado à TV, cinema. Mas rádio eu sempre fui apaixonado. Eu acho que eu já nasci com um radinho de pilha do lado da minha cabeça. Então programa de rádio eu já realizei bastante, muitos.

Pesquisadora: Isso foi importante na sua pregação? No seu trabalho especificamente de pastorado?

Deputado Ricardo Quirino: Foi sim, porque o rádio como não só no trabalho de pastorado, mas como qualquer radialista, daqueles que trabalham com rádio mesmo, na locução, você consegue alcançar pessoas que você não

conhece, e a responsabilidade é muito grande, porque você quando prega, você está olhando as pessoas. Você está num culto, numa praça, você está olhando. Qualquer dúvida a pessoa chega ali no final e conversa se ela aceitou ou não gostou de alguma coisa que você falou, se sentiu ofendida, não gostou, você pode tirar as dúvidas dela ali logo, mas no rádio é uma responsabilidade porque você não sabe quem está te ouvindo. Do outro lado pode estar uma pessoa muito desesperada, do outro lado pode estar uma pessoa que está até o ponto de tirar a própria vida, ou acabou de ter uma decepção amorosa, profissional, enfim. Então é muito importante, eu acho que a responsabilidade é muito grande porque você pode alcançar uma pessoa que talvez você nunca mais veja, ou nunca vai saber quem é.

Pesquisadora: E o Senhor conversava com os seus ouvintes?

Deputado Ricardo Quirino: Muito, muito, muito, eu sempre... uma das coisas que eu mais gosto é de aprender, de ouvir as pessoas, então sempre todos os programas que eu fiz tanto com cunho evangelístico, ou programas de variedades, músicas, canções, entrevistas, dia a dia, cotidiano que eu gosto muito, eu sempre gostei de ouvir as pessoas, sempre gostei de ouvir. Até esse programa da TV Record, “Fala que eu te Escuto”, já é um tipo de programação que eu fazia há anos. Eu sempre gostei de deixar as pessoas, ouvintes à vontade para expressar a sua opinião contra ou a favor de qualquer assunto, seja religioso ou não sem interferir, sem procurar interferir na opinião da pessoa. É liberdade não é? Então eu gosto muito de rádio, rádio foi importante e até hoje é muito importante para mim, apesar de atualmente eu não fazer nenhum programa de rádio.

A opção pela mídia é considerada essencial para os Deputados. De acordo com os depoimentos, essa participação foi determinante tanto para a missão de evangelizadores como para a iniciação e manutenção da carreira política. É pelo programa em rádio e TV que o parlamentar tem acesso às demandas de uma potencial clientela. Tal experiência funciona muitas vezes como consultório sentimental ou psicológico para pessoas que nunca estiveram em um templo. Talvez seja a oportunidade de despertar o interesse do ouvinte ou assistente para que ele visite uma Igreja e prossiga como adepto. Funciona como uma rede de captação de novos adeptos, os quais poderão formar vínculos com a *IURD* no futuro próximo.

Embora os entrevistados tentem destacar o aspecto empresarial no funcionamento da *Rede Record*, a utilização da mídia pelos pastores-deputados efetivamente abre caminho para uma consolidação política, como alguns parlamentares já haviam afirmado em outros fragmentos anteriormente reproduzidos. Essa prática

também fortalece a perspectiva que enuncia luta “entre bem e mal” propalada pela *Teologia do Domínio*, bem como se percebe em alguns trechos da entrevista que esse “mal” está personificado pela *Rede Globo de Televisão*.

- **Identificação entre Igreja e mandato**

A identificação entre religião e mandato aparece mais de uma vez nas entrevistas. Essa representação parlamentar aparece como sendo não apenas dos fiéis da *Igreja Universal do Reino de Deus*, mas de todos os cristãos evangélicos.

Deputado Jorge Pinheiro – Olha, o que nós entendemos é que todos os segmentos organizados da sociedade, eles têm participado de forma significativa das decisões nacionais e o segmento evangélico como um todo tem crescido muito no Brasil e para nós que temos um trabalho social, desenvolvemos um trabalho espiritual, nós queremos ver o Brasil melhor.

Deputado De Velasco – Ninguém foi mais político do que o Senhor Jesus, ninguém. A palavra de Deus está eivada de passagens que provam que Deus é o rei. Quem é rei? Quem é rei é quem detém o governo. Quem é que detém o governo hoje? É o político. Então veja, em Daniel “ eu sou aquele que institui e destitui reinos”. Em Isaías 10 ele diz: “ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão”. Quem é que faz as leis em um país? É o político. É o Deputado Estadual, no âmbito estadual, é o Deputado Federal, no âmbito federal. Então, se nós queremos melhorar uma sociedade, melhorar através desta sociedade o país, a igreja, seja ela qual for, tem que estar engajada no processo político. Tem que estar engajada. Por quê? Porque desde o início, desde o início de todos os inícios, Deus sempre mostrou que gostaria de ter... Olha, será melhor para Deus ter um filho como gestor de um processo social? Ou ter um [...], ou seja, aquele que não pertence à sua família? É claro que ele preferiria ter um filho, como todo pai gostaria de ter na continuidade dos seus negócios, ter um filho, ter alguém do seu seio. Então, é claro que isso é importante, e nós não podemos nos eximir desse processo, e dizer: “Não, eu não vou entrar nisso e, se por acaso eu entrar, eu posso me corromper.”

Essa representatividade é, em seguida, mencionada com uma abrangência maior, de oferecer/propor algo novo para a política brasileira.

Deputado Jorge Pinheiro – Eu acho que o povo brasileiro não merece de um modo geral a política da forma que ela tem sido conduzida, com tantos crimes e tanta corrupção.

Mas, logo depois, volta a falar especificamente a respeito da *Igreja Universal do Reino de Deus*. No discurso dos Deputados entrevistados parece não haver uma clara

separação entre os interesses da Igreja de que fazem parte, dos evangélicos em geral e de todo o povo brasileiro. Como não foram entrevistados parlamentares de outras tendências ou de outros grupos políticos, não existem parâmetros para comparar em que medida essa forma de se comportar é compartilhada por todos. Na verdade, um dos entrevistados considera a *Igreja Universal do Reino de Deus* como sendo em si mesma representativa dos interesses do povo brasileiro.

Esse tipo de discurso, que é comum nos representantes das religiões majoritárias em cada país, costumava ser, no Brasil, exclusivo da Igreja Católica Romana. Como os últimos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE indicam uma tendência de crescimento do número de evangélicos em detrimento do número de católicos, começa a surgir essa auto-referência como representante da coletividade no discurso dos evangélicos. O caso analisado, a *Igreja Universal do Reino de Deus*, é numericamente uma das maiores do Brasil⁹³.

Deputado Jorge Pinheiro – Então, qual o pensamento da Igreja? Poxa, nós somos uma organização civil, nós participamos indiretamente e até às vezes diretamente do bem-estar coletivo. Porque não participar da política também, uma vez que é na política que as decisões são tomadas? E o grupo cresceu muito. Hoje você tem uma Rede Record de televisão, que é a segunda emissora do país, caminhando aí para a liderança que é o nosso *slogan*; você tem aí a maior rede de rádio do Brasil, a maior construtora civil do Brasil é a Igreja Universal com os templos que nós temos construído. Então, quando você cresce muito, você chama atenção, e a partir do momento que você chama atenção, querendo ou não, você desperta muitas vezes naqueles que não gostam do nosso trabalho uma adversidade. Então, a política, além de ela ajudar a Igreja a participar das decisões importantes, ela cria também uma espécie de proteção para o grupo, porque o grupo ficou muito grande e, infelizmente, quando você cresce muito, você acaba adquirindo inimigos e pessoas que tentam na política começarem a fazer leis, projetos de lei para inibir o crescimento do evangelho no Brasil. Por exemplo, vou te dar alguns exemplos, fizeram um projeto de lei limitando que você não pode ter uma Igreja a menos de 500 metros uma da outra. Ora, isso é ruim, porque, por exemplo, no Distrito Federal, nós temos locais que são setores de Igreja, e se você tem uma lei nacional que proíbe a instalação de Igrejas a menos de 500 metros ou nem a um quilometro uma da outra, você já limita o número de Igrejas. Eu acho que o Estado não pode intervir. Se as Igrejas estão proliferando é porque tem gente querendo ir às Igrejas, você não vai abrir

⁹³ Segundo JACOB et al. (2003), no último censo do IBGE havia cerca de 2,1 milhões de adeptos na IURD. A taxa de crescimento anual de seguidores, entretanto, crescia num percentual de 25,7% ao ano, índice superior a quatro vezes o número total de evangélicos.

uma Igreja para ninguém. Então, se a gente abre mais Igrejas é porque aquelas Igrejas estão ficando pequenas. Então nós tivemos aí a regulamentação do novo Código Civil, nós vimos ainda algumas coisas como a união civil de pessoas do mesmo sexo, a questão de transformar as Igrejas em agremiações, a exemplo do que são hoje os clubes, interferindo inclusive nos estatutos internos das Igrejas, e isso aí foi discutido amplamente aqui dentro. Aquela lei do meio ambiente que proibia, restringia o uso do microfone dentro dos templos, então, a gente começou a perceber que o Estado começou a interferir dentro da Igreja, dentro do estatuto de uma Igreja, como por exemplo, se a Igreja tem uma doutrina e a doutrina não aceita o casamento de pessoas do mesmo sexo, o novo Código Civil trazia a obrigatoriedade do pastor realizar essa cerimônia. Ora, se eles querem se unir em questão civil, tudo bem, mas obrigar o pastor a ir contra os princípios que ele prega e ele ter que realizar o casamento de pessoas do mesmo sexo, aí a gente começou a perceber que começaram a fazer leis que vão dificultar o nosso trabalho. Assim, se nós representamos hoje praticamente um terço da população brasileira, nós podemos também estar lá dentro com os nossos representantes para defender os nossos pensamentos, não querendo impor os nossos pensamentos, mas defendendo dentro do processo democrático.

Deputado Léo Vivas – A ética na política é importante. A Igreja não dá ordens aos Deputados ligados a ela. O nosso modo de agir com ética e moral é decorrência da nossa militância cristã. Ninguém aqui na Câmara recebe orientação pra votar neste ou naquele projeto. A orientação é em relação à conduta ética e moral do parlamentar compatível.

A identificação entre a *Igreja Universal do Reino de Deus* e a atividade do Deputado é parcial, pois, apesar de se eleger com o apoio da Igreja, pode vir a se desvincular dela. Inclusive, em certos casos, essa estratégia é do interesse da instituição, que não quer ver seu nome ligado a escândalos e à corrupção. Entretanto, sabe que aqueles que são fiéis aos preceitos da *IURD* recebem apoio em suas candidaturas⁹⁴.

Deputado Jorge Pinheiro - A Igreja não interfere diretamente no mandato. A Igreja quer um homem honesto, limpo, correto. A Igreja, claro, faz um acompanhamento de como eu voto, de como eu procedo. Eu não fico solto aqui dentro fazendo aquilo que eu quero. Até porque se a Igreja amanhã não concordar, ela não vai poder fazer nada, o mandato é meu, não é da Igreja, mas a Igreja me deu os votos suficientes para que eu chegasse aqui, então eu assumo um compromisso que eu tenho com o meu eleitorado como qualquer parlamentar eleito. Então, como é que a Igreja faz?

Deputado Jorge Pinheiro – Bom, primeiro que, a partir do momento que essas pessoas [bispo Roberval e o bispo Rodrigues que era inclusive coordenador político da Igreja Universal], literalmente pisaram na bola, posso até usar esse termo, não é? A Igreja imediatamente fez o desligamento desses dois parlamentares, tanto que nenhum dos dois não é mais bispo, não tem ligação nenhuma com a Igreja, a não ser como membro, porque eles podem ir à Igreja, e a gente não vai proibir a entrada deles, mas a partir do momento que... a gente até compara isso com o próprio Deus, eu sei que você sabe qual

⁹⁴ Um dos entrevistados afirmou reservadamente que na época em que a Igreja tinha a coordenação política do bispo Rodrigues, todas as proposições e emendas dos Deputados ligados à *IURD* eram submetidas ao crivo do coordenador.

é a origem do diabo, não estou dizendo que eles são o diabo, mas Deus tinha um anjo que era Lúcifer, então quando Deus achou [...] nele, Deus se afastou, não podia mais conviver juntos (sic). Então, a partir do momento que se viu que o Deputado Carlos Rodrigues e o Deputado Roberval estavam envolvidos com essa história do mensalão, imediatamente a Igreja os afastou, exatamente para não contaminar o trabalho da Igreja. Agora você vai dizer: ficou uma situação chata? É claro que ficou. Ficou muito ruim, ele era um líder nosso e nunca esperávamos que ele fosse fazer o que fez, mas infelizmente fez. Agora, o que os pastores falam para a gente é assim; agora eu vou parar o meu trabalho porque eles dois tropeçaram e caíram? Jesus chamou os apóstolos, um tropeçou e errou, mas nem por isso Jesus parou a pregação do evangelho, ele continuou e muitos foram caindo. Então, no momento que a pessoa não mais coaduna com a doutrina da Igreja, ela é afastada, mas a Igreja continua. A política da Igreja Universal não é o Rodrigues, ele era um membro. Importante? Sim, ele era uma peça do motor, mas ele não era o motor todo e quando a peça está defeituosa tira-se ela e coloca-se outra e vamos seguindo em frente. Agora, que esse tipo de coisa atrapalha, atrapalha, os membros da Igreja ficam chateados, o pessoal questiona, é ruim, é ruim, mas, por exemplo, eu não me envolvi com o esquema do mensalão, outros membros nossos que foram Deputados eleitos pela Igreja não se envolveram, agora eu vou pagar pelo erro deles? Então o processo político continua. Agora, que isso traz prejuízos, é evidente que traz. São cicatrizes que demoram um tempo para fechar.

Deputado Léo Vivas – Não existem campanhas milionárias na Igreja. Nós mobilizamos muita gente pra fazer a campanha. As pessoas que são candidatas têm espaço nos cultos, espaço no templo pra dizerem pra os fiéis o que elas vão fazer, se forem eleitas. Os próprios fiéis ajudam nas campanhas, pra compra de material. Eles votam porque conhecem a pessoa e acreditam nela e na proposta da Igreja. Se as outras Igrejas também participam, por que não participar? Quanto a usar a mídia, isso não é verdade. A Record tem uma programação normal. Há horários utilizados pela Igreja, mas nos outros canais também há missas e cultos de outras igrejas.

Pesquisadora: Até que ponto o senhor acha que a igreja universal influencia no seu mandato?

Deputado Ricardo Quirino: A igreja influencia em ponto nenhum. Eu digo isso porque nós como Deputados, nós trabalhamos aqui e temos liberdade nas nossas votações e escolhas. Se eu fizer uma escolha aqui, que isso possa ser contra os princípios da igreja, eu acho que é o mesmo peso de eu fazer uma escolha que vá contra os princípios dos trabalhadores. Se a igreja pode se manifestar dizendo que não concorda com a nossa posição, o trabalhador, um líder rural também pode se manifestar da mesma forma. Nem todas as decisões que a gente toma aqui elas serão aceitas. Por exemplo, as nossas votações a igreja nem sabe o que eu estou votando aqui, não há controle.

Pesquisadora: E ela não faz nenhum tipo de pedido? Em emendas orçamentárias?

Deputado Ricardo Quirino: Não, não. nenhum, nenhum. A igreja totalmente é a parte disso. Nunca recebi nenhum tipo de visitas, nenhum líder da igreja aqui não vem, como nós também não vamos. Nosso trabalho político é no gabinete, nós somos representantes do povo brasileiro. Foi uma coisa até que eu questionei com o bispo, quando houve aquele problema que ele falou a favor dos preservativos, parece que um bispo católico se posicionou proibindo a “camisinha”, eu falei: “Padre, o Senhor tem que entender que o prejuízo é do povo, o Senhor tem que ter posições sobre todos os assuntos, todos os questionamentos, não é? E se hoje a camisinha é questão de saúde, é uma questão de saúde, de segurança, eu não vou chegar: há, se não der preservativo. Vamos devagar, as pessoas estão morrendo.

O Deputado Paulo de Velasco não se omite ao enfatizar o quanto seria bom para a Igreja um estado de natureza teocrática. A entrevista do Deputado corrobora a tese de que a *IURD* trabalha em ambiente secular, mas busca sua inspiração nas doutrinas e teologias que querem “vivificar na Terra o reino de Deus”.

Pesquisadora – Eu vejo que a própria literatura especializada explica que existem alguns evangélicos, alguns grupos evangélicos que preferem não participar da esfera política. A Igreja Universal é exatamente o oposto. Eu queria que o Senhor me dissesse qual é o objetivo da Igreja Universal quando faz com seus colaboradores sejam eleitos e não o seu líder principal, que é o Bispo Edir Macedo, porque ele articula tudo por trás, mas qual é o objetivo quando ela coloca os seus representantes na política?

Deputado De Velasco – Sim. Sem duvida nenhuma que seria, e eu acho que seria ótimo. O que o Senhor Jesus promete? O Senhor Jesus promete voltar, não é verdade? O Senhor Jesus promete voltar e ordenar por mil anos sobre a terra, e com ele os seus. Isso é um projeto político ou não é? É claro que é um projeto político. Por que não prepararmos esse reinado do Senhor Jesus? Existe uma passagem bíblica que inclusive está em uma das minhas divisórias de livro, que eu não sei se vou achar aqui, que diz exatamente isso. Quando o ímpio governa, o povo chora, o povo se deprime, o povo fica diminuído, então, por que não colocar pessoas comprometidas com a palavra de Deus entre aqueles que são escolhidos? Nós não temos que votar em alguém? O voto não é obrigatório? Se o evangélico se diz tão preparado para as coisas da vida, não seria justo que esse evangélico votasse, já que é obrigatório o voto no Brasil, votasse em alguém comprometido com a palavra? Agora, se alguém é comprometido da boca para fora, é diferente. É a questão do Senhor Jesus, que escolheu doze e dois falharam. Nem por isso o processo dele se extinguiu. Então, olha o que diz aqui em Daniel, "é ele quem muda o tempo e as estações, remove reis e estabelece reis; ele dá sabedoria aos sábios e entendimento aos entendidos." Então, por que não eleger alguém comprometido com essa palavra, alguém que eu conheça, alguém que faz parte da minha comunidade, alguém que não vai envergonhar e nem se deixar envergonhar e nem se deixar corromper. Não estou dizendo que o evangélico, o dito evangélico, o dito cristão, não se corrompa. A corrupção há em todas as situações, em todos os lugares. A palavra de Deus fala em corrupção desde o início até o final. Quando Caim matou Abel Deus disse “O pecado jaz à tua porta, cabe a ti dominá-lo”. E a corrupção é um pecado, porque Deus não aceita a corrupção, a palavra dele diz isso textualmente. Então, a participação da igreja, seja lá qual for, eu digo a evangélica porque eu sou evangélico, na igreja evangélica a participação devia ser maciça. Devia ser algo que não fosse considerado como vergonha e eu conheço pastores que têm vergonha de falar: “o meu candidato é fulano.” Ele não me influencia na minha vida pessoal? Sim ou não? O pastor? Influencia. Ele não me influencia na minha vida sentimental? Ele não me influencia na minha vida profissional? Ele não me influencia na minha vida familiar? Por que não na minha vida política? Não é vergonha. A gente tem vergonha de falar com as coisas essenciais, porque, afinal de contas, o governo influencia na minha vida, influencia na vida da minha igreja. O governo se fizer alguns decretos, como alguns decretos que estão aí, burlando o campo político, alguns decretos, se forem aprovados, fecham as igrejas. Não fecham em questão de fechar a porta, mas fecham o púlpito, no sentido de não se poder pregar mais a palavra de Deus. Então, vamos colocar pessoas comprometidas com esse reino e, se elas forem boas, que permaneçam, se elas forem más, que sejam alijadas.

Embora a maior parte dos parlamentares em seu discurso negue a influência da Igreja na condução dos mandados exercidos por eles, não se pode desconsiderar a congruência detectada na apresentação de emendas no capítulo anterior deste trabalho. A partir dos dados apresentados, verifica-se que há uma confluência de interesse em assuntos como inclusão digital, atendimento à entidades filantrópicas ligadas à *IURD*, tais como Pestalozzi e ABC, e questões relacionadas a saneamento, saúde e infraestrutura voltada para a periferia de metrópoles, lugares nos quais a Igreja possui um grande poder de penetração. A difusão de cargos no Executivo para pastores nos locais em que a Universal faz parte da base governista também reforçam esta tese.

- **Acusações de corrupção**

Sobre as acusações de corrupção que recaíram sobre políticos membros da *IURD*, os entrevistados apresentaram os seguintes argumentos:

Pesquisadora – E essas acusações que existem contra alguns parlamentares da igreja terem se envolvido nesses escândalos recentes da política?

Deputado Marcos Abramo – O único que eu soube, e que errou foi o Rodrigues, que era Ex-Bispo da igreja, os demais, nada consta. Eu fui citado por simplesmente terem falado meu nome, e aqui você sabe que existe jogo político, e eu fui colocado em um jogo político, e essa é a diferença. E agora estamos na justiça, agora veja se fui indiciado, se meu nome saiu, não saiu nada.

Pesquisadora – Mas o que o senhor vê, por exemplo, com relação ao Ex-Bispo Rodrigues? Como é a sua posição e a posição da igreja em relação a um parlamentar que agiu dessa forma tendo vindo da igreja, tendo vindo como um representante oriundo da igreja?

Deputado Marcos Abramo – A igreja, ela já [...] da instituição. Se eu plantei, eu tenho que colher. Se eu colhi da justiça, por que eu não posso colher também da igreja? A ética da igreja? Automaticamente eu sou excluído de tudo, sou tirado do grupo.

Pesquisadora – O que o Senhor entende também sobre esses parlamentares que têm alguns indícios, que estavam ligados à igreja, especialmente ao Bispo Rodrigues, o que o Senhor pensa em relação a esses parlamentares?

Deputado Oliveira Filho – Rodrigues, independente de ter sido um Bispo da Igreja Universal, independente de ter sido um Deputado e hoje estar passando um dos momentos mais difíceis da sua vida, antes de tudo isso, ele era, é e vai ser meu amigo. Nós começamos juntos, quando eu comecei na rádio ele ainda era Pastor Rodrigues. Não posso julgá-lo, porque estou sujeito aos mesmos erros, estou sujeito aos mesmos equívocos. Ele, como qualquer um de nós, podemos nos ver atraídos pelo brilho de Brasília, porque o Brasil de

Brasília é muito diferente do Brasil que encontramos nos nossos Estados, principalmente no Paraná. Aqui a saúde é boa, aqui a escola é uma maravilha e existem alguns de nós que olham e acreditam nesse brilho, é do ser humano. Ele errou e está pagando pelo erro dele, está pagando e está pagando caro pelo erro dele. Alguns estão pagando e estão pagando caro pelo erro dele, mas independente dele ser um ex-Pastor, um ex-Bispo, um ex-Deputado e hoje uma pessoa que está enfrentando uma dificuldade, eu volto a afirmar: ele foi, ele é e ele sempre vai ser meu amigo. O que eu puder, farei para ajudá-lo a sair dessa situação sem minimizar coisa alguma. Eu acho que se eu erro, eu tenho que pagar pelo meu erro, eu tenho cometido erros e tenho pago (sic) pelos meus erros, mas eu posso ser um apoio para que as pessoas possam cumprir a penalidade, as penas, com um pouco mais de ombro amigo, não serem desprezados, não serem largados, abandonados, porque normalmente o que nós fazemos, o que o ser humano faz é isolar e não querer estar perto. Ele era, foi, é e vai continuar sendo meu amigo. E tem de mim todo o apoio necessário, não só ele, como todo outro parlamentar do nosso meio, ou fora do nosso meio que precisar de mim, aí entra a votação do Pastor.

Pesquisadora – Mas aí a ligação com a igreja acaba, não é? A ligação como sacerdote?

Deputado Oliveira Filho – Já acabou. É uma coisa que acaba naturalmente, já não é mais Bispo da Igreja Universal.

Pesquisadora – O Senhor acredita que uma reforma política é necessária até mesmo para acabar com esse tipo de vício dentro da política?

Deputado Oliveira Filho – Sim, tem que haver reforma política? Tem, mas tem que haver reforma na educação, tem que haver reforma na cultura. Aqui, na Câmara dos Deputados, por mais que isso possa doer, mas é a realidade, a Câmara dos Deputados é o reflexo da sociedade. A Câmara dos Deputados é a sociedade no vídeo, então, embora eu acredite que a reforma política seja necessária, mas existem outras reformas também, a conceituação do cidadão como cidadão, assumir esse papel como cidadão, porque a corrupção começa na sociedade, quando a pessoa vende o seu voto, quando a pessoa negocia o seu voto. Ela está vendendo o seu voto para que as pessoas cheguem aqui e tenham condições de pagar esse voto, porque um voto hoje não custa barato para quem não tem trabalho. E como é que ganhando nove mil reais líquido que é um salário de Deputado com tudo o que dizem, eu tenho passagem, é para eu trabalhar e eu utilizar, eu tenho a verba indenizatória é para exercício do meu mandato e vou utilizar, não tenha dúvida disso. Se eu tenho direito a 15 mil reais, eu vou utilizar. Se aumentar para 30, eu vou utilizar, não vou ficar de demagogia, tudo o que for necessário para o desempenho do meu mandato. É preciso haver outras reformas, é preciso haver uma reforma moral, é preciso haver uma reforma ética, é preciso haver uma reforma principalmente na cidadania e, acima de tudo, no patriotismo e aí nós temos que aprender com a Argentina. Nós não temos que ser patriotas só quando o Brasil está indo para a Copa, com todas as chances de trazer essa Copa, podemos não trazer a Copa, mas o nosso patriotismo não pode acabar com o final da Copa. Nós não temos que ser verde e amarelo só em época de Copa. Nós temos que ser Brasil em toda e qualquer situação e pensar no País como um todo e como uma comunidade abrangente.

Pesquisadora – O Senhor é contra as votações secretas nos casos das cassações, nos casos que são mais delicados?

Deputado Oliveira Filho – Eu sou a favor. Eu acho que tem que preservar a integridade, não acredite nesse negócio de chegar Juiz, Juíza, Delegado, Pastor, Padre e Promotor e porque eu não tenho medo, e porque não sei o quê, eu faço e aconteço. Quando ele vê o filho dele, o neto dele na mira de um revólver, ele faz qualquer coisa, ele se veste até de mulher e ela se veste até de homem, então na cassação dos Deputados, para evitar qualquer tipo de

pressão ou negociação. Hoje o voto aberto só causa... não é transparência para a população não, é o meio do executivo fiscalizar o legislativo e de manter o cabresto, uma base aliada e obediente, porque se o voto fosse secreto eu queria ver se haveria essa corrupção, essa troca de favores. Libera-se a emenda se você votar assim, não libera sua emenda se você votar assado, então, às vezes, o parlamentar vota pela liberação da emenda, assim como a população vota pela cesta básica, não é muito diferente, não. Então, eu sou a favor de que mantenha nas cassações a votação secreta para a preservação da integridade, para que ele não sofra influência, para que ele não se sinta constrangido, para que ele não se sinta ameaçado, porque aqui nós não temos só promotores, pastores, juízes, delegados e professores. Nós temos bandidos, traficantes, mau-caráter, assassinos, nós temos tudo isso aqui na Câmara dos Deputados.

Pesquisadora – E como o Senhor avalia a sua experiência como Deputado Federal?

Deputado Marcos Abramo – A minha experiência foi ótima. Com decepções é lógico, e muitas, mas muito feliz porque eu sei que como Deputado você tem um poder na sua mão de fazer tanto bem e fazer o mal também, se você não tomar cuidado. Então, eu soube que um parlamentar, ele tem tudo em suas mãos para, se ele quiser, mudar o rumo que ele representa ou fazer pouco caso.

Pesquisadora – Foi a sua primeira experiência?

Deputado Marcos Abramo – Foi.

Pesquisadora – E com essa experiência, o Senhor me diria, o Senhor é favorável a uma reforma política?

Deputado Marcos Abramo – Sou.

Pesquisadora – O senhor acha que a forma que vem sendo conduzida hoje a questão das eleições, dos partidos, é a forma correta ou o Senhor teria sugestões?

Deputado Marcos Abramo – Eu sou contra o caixa dois, com certeza. Só que existem certas leis hoje que um candidato...Ele vai ter que fazer o que da vida? Não pode camiseta, não pode boné, não pode isso. Então você vai ver que eles querem que o político venha a existir, mas de que forma? Tem que existir isso na reforma tem que existir a fidelidade partidária porque existe aquele oba, oba de trocas de partidos, “ah, eu vou para o governo”, querendo vantagens. Sou contra isso, você entrou no seu partido, então você tem que permanecer. Eu vim para cá e fiquei como oposição durante dois anos, no PFL, e depois eu mudei para o PT, mas eu mudei por outros pensamentos que não é nada em relação a governo. É justamente algo que estava acontecendo dentro de São Paulo, que o PFL é um partido de meia dúzia, eles ajudam aquele grupo. Você que está começando, eles não te dão espaço e a grande São Paulo está precisando de representantes, então eu optei para ir para o PT por esse sentido.

Pesquisadora – Essas questões também das cassações serem secretas, o que o Senhor acha?

Deputado Marcos Abramo – Não. A votação não tinha que ser secreta não. Transparência é um princípio que tinha que ter em cada gabinete.

Pesquisadora – O que o senhor pensa, Deputado, sobre as acusações que pairaram sobre parlamentares da Igreja envolvidos com corrupção na legislatura passada?

Deputado Léo Vivas – A Igreja tem uma posição rígida sobre isso. Se o parlamentar contraria os princípios éticos e morais, ele é afastado pela direção. Existe um compromisso com a ética cristã. É lógico que toda pessoa pode cometer erros, mas a Igreja entende que, se a pessoa está ligada ao

apoio dela, não é possível diante dos fiéis manter este apoio à pessoa que se envolve em escândalos de corrupção. Aliás, sobre isso, houve uma série de denúncias na legislatura passada envolvendo membros da Igreja, mas a maioria delas nem chegou a ser comprovada. Mesmo assim, a Igreja afastou os acusados. Mas fica aqui um registro que eles foram acusados e tiveram a imagem prejudicada e a reputação também. Agora, quem apareceu pra dizer que nada foi provado? A mídia se cala.

Deputado Ricardo Quirino: Ah, Pesquisadora. Perdão Geórgia. Eu acho o seguinte, envolver-se num escândalo, seja ele religioso ou não tem que pagar. Se nós temos uma dívida com a sociedade, tem que pagar, independente de que posição, se é religioso ou não. Se, se envolveu e a coisa foi comprovada, tem que pagar, não é? E se esse pagamento é renunciando ou não renunciando, ser julgado pelo Supremo, pelo Conselho de Ética aqui, pelo Supremo, tem que pagar. A pessoa tem que enfrentar e responder pelos seus atos. Eu acho que não só em relação aos religiosos, mas como todos os outros, é uma coisa muito triste, muito negativa, porque aqui é um local que você pode trabalhar tranquilamente sem se envolver com confusão. Eu acho que se a pessoa deixa o seu coração e sua mente se desviar, e passa a não ter o povo como o foco da sua própria trilha, ela vai ter problemas. Então eu vejo uma maneira muito negativa. Como você falou claramente, alguns foram envolvidos. Poucos dentro de todo aquele grupo do mensalão, do sanguessuga, poucos foram comprovados realmente a culpa no envolvimento.

O envolvimento em corrupção parece ser condenado pelos depoentes, contudo, buscam deixar claro que esse tipo de desvio ético e moral é inerente aos membros de qualquer grupo social desde o surgimento da civilização.

Quanto aos ex-Deputados acusados na legislatura de 2003-2007, os entrevistados garantem que a Igreja Universal os afastou ou os desligou de seus quadros, porque para a instituição os valores religiosos não podem ser contrariados. Os corruptos, segundo os Deputados, precisam pagar por seus erros, devem ser julgados e exemplarmente punidos. Entretanto, evocam a compreensão para os deslizes cometidos, inclusive reforçam essa tese evocando trechos bíblicos⁹⁵, justificado pela condição vulnerável dos ex-parlamentares enquanto seres humanos. Entretanto, a descoberta da recondução do ex-Deputado bispo Rodrigues da direção das mídias comandadas pela *IURD* mostram uma contradição forte no discurso dos Deputados.

⁹⁵ Diferente do que afirmam os entrevistados sobre o destino de ex-parlamentares envolvidos em corrupção, o Bispo Rodrigues encontra-se muito próximo da *IURD*. No final de 2008, descobrimos que o ex-Deputado foi conduzido a um cargo de direção na emissora de rádio de propriedade da Igreja localizada no Rio de Janeiro. Em julho de 2009, tentamos entrevistá-lo, mas não obtivemos sucesso.

Todavia, sem enfraquecerem a preleção moralizadora, alguns entrevistados colocam dúvidas sobre o envolvimento de alguns parlamentares da Universal acusados de envolvimento nos escândalos políticos de 2005 e 2006, sobre os quais não se conseguiu provas de uma real participação em esquemas de desvios de verbas públicas. Nessas circunstâncias, os Deputados acreditam que em muitos casos as acusações estariam revestidas de um caráter persecutório aos representantes da Igreja pela mídia, que são preconceituosas e devem ser desqualificadas por seus fiéis seguidores.

- **Preconceito**

Em relação ao livre exercício de culto, os parlamentares da *IURD* acreditam no preconceito da sociedade em relação aos cultos que não sejam ligados ao catolicismo, é evidente. Portanto, a proposição do Deputado George Hilton na atual legislatura que já obteve aprovação na Câmara dos Deputados é uma vitória para o grupo.

Pesquisadora – O Senhor acha que existe por parte do Estado, da sociedade civil aqui dentro do Congresso, algum tipo de pressão para restringir o exercício livre dos cultos?

Deputado Oliveira Filho – Não, não tenho sentido isso não.

Pesquisadora – O Senhor acha que tem algum tipo de pressão em relação à Igreja Universal do Reino de Deus?

Deputado Oliveira Filho – Não. Eu vou dizer para você, essa pressão para mim é tão normal, ela é tão normal que eu nem sinto essa pressão, mesmo porque como evangélico, eu fui criado dentro de uma panela de pressão. Eu já sofri muita discriminação, era o bíblia, era o crente, era o irmão. Eu entrava dentro (sic) do ônibus era motivo de chacota, discriminação eu sempre sofri. Então, eu acho engraçado, elas mudam apenas de níveis. Num país de católico, num país de fundamentalmente uma cultura católica romana, quem for contra, ou quem começar a se destacar... Os evangélicos estão crescendo, estão se destacando... Estamos cometendo erros? Estamos, mas estamos andando já com as nossas próprias pernas, entendeu? Agora, essa pressão é natural por quem está perdendo espaço e nós vamos avançando, agora, que eu sinto uma pressão para que não se haja culto, é um certo exagero. É claro que, se uma outra religião puder impedir que nós façamos os nossos cultos, ela vai impedir, mas...

Pesquisadora – E essas mídias que não são da igreja? Porque a Record tem uma ligação forte com a igreja, mas, por exemplo, a Globo faz insinuações e tenta sempre vincular os escândalos, associar a pessoas ligadas à igreja, ou a Pastores...

Deputado Oliveira Filho – Sim, porque a Globo é um interesse comercial. A Record hoje é a segunda, e é uma séria ameaça para a Rede Globo. Os artistas de novela ficavam pedindo pelo amor de Deus para fazerem uma pontinha em uma novela. Hoje a Record tem três novelas no ar gerando emprego para artistas que só dependiam da Globo. O SBT está abrindo o mesmo caminho, então, o Silvio Santos sofreu isso quando ele fundou na época a TVS e depois o SBT. A questão da Globo é comercial, ela está dividindo o pilão que era só dela, que era exclusivo, e a Record está mais forte, então o que ela pensa? Deixa eu atacar a base da Igreja Universal, porque, se não houver, porque se ela estiver fragilizada na igreja, ela pensa que vai haver uma fragilização na igreja, e vai haver uma fragilização no campo político e consequentemente vai haver uma fragilização no campo econômico, no campo da disputa comercial e isso não é verdadeiro, porque nós trabalhamos no fortalecimento da família e, quando a família está unida, a nossa sociedade permanece unida e você pode ter certeza que politicamente nós vamos crescer na nossa bancada, a bancada da Igreja Universal vai crescer substancialmente este ano nas próximas eleições.

Pesquisadora – E como o senhor interpreta as mídias e o mundo acadêmico, ao qual eu pertencço, dizerem que isso é um posicionamento assistencialista, paternalista. Como o Senhor encara isso?

Deputado Marcos Abramo – Eu não acho isso não. Eu encaro de uma forma onde (sic) eu penso o seguinte: você tem a sua profissão, se alguém chegar para você e disser, “você não é uma boa profissional”, eles estão te acusando, eles estão te apontando, então, é melhor você provar com a sua capacidade do que você falar. O que nós estamos fazendo, e o que nós queremos fazer, eles vão ver no decurso do tempo. A igreja hoje é o que ela é. Antigamente, falavam que ela não ia conseguir e hoje ela se tornou o que ela é, da mesma forma é politicamente. Nós queremos ser ótimos, queremos ser pessoas que venham beneficiar a sociedade e a nossa ideologia é essa mesma, o social, mas o social é muito complexo. Eu penso da seguinte forma: existe uma escada, e esse que conseguiu chegar lá em cima, então vamos fazer ele melhorar para se manter e crescer. Esse não conseguiu sair daqui, vamos ajudar ele a subir os degraus. Eu não posso querer fazer uma política visando, “ah não, eles são da igreja...” não, eles vão fazer uma política pra a sociedade, para o País. Então essa que é a diferença, então isso é indiferente.

Deputado Léo Vivas - Isso não faz nenhum sentido. As religiões precisam ser respeitadas. As escolhas das pessoas são importantes. O trabalho da igreja moraliza as famílias. Aqui [na Câmara] há grupos ligados a todos os segmentos da sociedade. Não há nada de mais ter um grupo ligado à Universal.

Novamente, observa-se que os entrevistados justificam certas posições coletivas como parte de uma guerra religiosa, na qual a *IURD* desenvolve o papel de moralizadora. Na visão dos Deputados, os holofotes das mídias “adversárias” sobre os representantes da Igreja servem para mostrar, a “saga” aos quais são submetidos quando atacados pelos católicos, pelas emissoras concorrentes, enfim, que quase sempre são vítimas de uma conspiração de outras instituições porque se destacam e crescem, já

querem ser “ótimos”. Assim, tentar-se atribuir uma dimensão messiânica ao papel que desenvolvem. Na fala do Deputado Oliveira Filho, essa tática fica clara quando diz:

A questão da Globo é comercial, [...] e a Record está mais forte, então o que ela pensa? Deixa eu atacar a base da Igreja Universal, [...] **ela pensa que vai haver uma fragilização na igreja, e vai haver uma fragilização no campo político e consequentemente vai haver uma fragilização no campo econômico, no campo da disputa comercial e isso não é verdadeiro, porque nós trabalhamos no fortalecimento da família e, quando a família está unida, a nossa sociedade permanece unida** e você pode ter certeza que politicamente nós vamos crescer na nossa bancada [...] (grifos nossos)

- **Cobrança de tributos para Igrejas**

Quando perguntados sobre as cobranças de tributos para instituições religiosas, os parlamentares mostram-se contrários.

Pesquisadora – E em relação à cobrança de tributos para as instituições religiosas?

Deputado Oliveira Filho – Isso é um absurdo. O governo não deve e não pode cobrar tributos de doações voluntárias, mesmo porque dessas doações já foram feitas as tributações. Eu, quando eu levo a minha oferta, quando eu levo o meu dízimo à igreja, eu já paguei imposto daquela doação que eu estou fazendo. Já pensou? Cobrar impostos das APAES? De doações feitas às APAES? Cobrar impostos das doações feitas às entidades filantrópicas que cuidam de excepcionais, de idosos, de mães solteiras, de drogados, já pensou cobrar impostos de doações feitas a essas instituições? Isso é um absurdo. Existem outros caminhos para a base de contribuição. Hoje o empresário é achacado, tiram dele tudo e mais um pouco. O empresário hoje para andar direitinho, ele fale.

Pesquisadora – O Senhor acha que a legislação beneficia as empresas tradicionais, em detrimento dos segmentos mais novos como a Universal, Sara Nossa Terra, Quadrangular?

Deputado Marcos Abramo – Que leis? A gente já serve. Beneficiar de que forma? A igreja não recebe doação do governo. Eu nunca vi receber. Tem o trabalho que ela faz, ela que paga as suas dívidas, as suas despesas, ela tem uma vida separada do governo. Que leis? Agora, se o governo quisesse fazer doações para entidades, pode ter certeza que iriam abrir milhões aí.

Deputado Léo Vivas – Como a Igreja pode ser tributada? O cidadão que faz sua doação como fiel já é tributado no seu salário. Afinal, a Igreja dá apoio às pessoas. Não recebemos nenhuma doação do governo. Vivemos da contribuição dos fiéis. Ela tem uma função social de acolher quem precisa. As igrejas trabalham pelo bem das pessoas, atuam nos locais e nas situações que ninguém quer ajudar. A Igreja tem uma função social.

Os parlamentares da *IURD* acreditam que cobrar tributos da Igreja é bitributação, pois os fiéis já contribuem para impostos nos seus salários e proventos, e

as Igrejas têm uma missão muito importante que transcende a condição de uma instituição comum na medida em que acolhe as pessoas e lhes dá apoio nos momentos de dificuldade. Essa visão indica que para eles a Igreja e o Estado são no mínimo cúmplices caso não se admita uma relação de subordinação de interesses entre elas.

- **Posição político-ideológica: identificação no espectro político**

Os Deputados entrevistados têm noções diferenciadas a respeito do seu enquadramento no espectro político. O Deputado Paulo de Velasco acredita que a posição atual da Igreja, de apoio ao Governo Lula, é importante para quem necessita de bens materiais.

Deputado De Velasco – Eu sou centro-esquerda.

Pesquisadora – É compatível com a ideologia da Igreja Universal?

Deputado De Velasco – Eu não sei, propriamente dito (sic), mas veja bem, porque centro-esquerda? Todo o extremo é perigoso. O Taoísmo fala do sagrado caminho do meio. O Senhor Jesus disse que ele é o caminho, nem todo o caminho há duas margens e eu acredito que todos nós poderíamos nos situar em cinco pontos; extrema direita, extrema esquerda, centro-direito, centro-esquerda e centro. Normalmente a esquerda, desde a época da política napoleônica, o centro-esquerda sempre foi a turma que perdia ao social, não ao socialismo, mas ao social. Nós sabemos que há muita pobreza nesse país, há muita ignorância nesse país, há muita necessidade nesse país, há muita fome nesse país. Por isso eu me situo no centro-esquerdo porque eu sempre busquei projetos sociais e os projetos sociais não estão na direita, estão na esquerda, sob o ponto de vista diagramático, sob o ponto de vista de um diagrama que você faz com a política. Então, não tanto ao mar e não tanto à terra, mas marginando a praia. Por que razão? Porque ali está, entre aspas, o equilíbrio. O equilíbrio não está no centro político, o equilíbrio está na tendência, mas por quê? Porque as pessoas carentes são muito em maior número do que as pessoas que são auto-suficientes, muito mais e por isso nós não podemos imaginar que uma pessoa more... Não queria falar na Quinta Avenida, porque isso foge da nossa realidade, mas more na Vieira Souto, ou na parte nobre do Rio de Janeiro e a outra pessoa que mora nas 'grinfas' do Nordeste, não conheça o que é arroz e feijão, precisa passar com água e farinha. Há muito maior número. Por isso o equilíbrio onde tem muito mais gente é claro que tende, a balança tende a inclinar-se para esse lado. Então para equilibrar, centro-esquerdo, a minha posição sempre foi essa. Nunca esquecendo da necessidade, aliás, o Senhor Jesus disse que quando a gente fizesse alguma coisa pelos pequeninos, estaria fazendo por ele, para ele, e isso ele não disse ontem não, ele disse há 1970 anos, então é grave porque a necessidade permanece e ninguém tem feito nada. Existe uma indústria da pobreza, como existia a indústria da seca. Ninguém queria acabar com a seca no Nordeste porque era projeto político. Nelson Carneiro enquanto o divórcio não foi aprovado, a lei do divórcio não foi aprovada em 77 ele se elegia sempre. Depois que a lei do divórcio foi aprovada, ele nunca mais se elegeu,

então é necessário para o político do Nordeste que a seca continue, que a fome continue, que a necessidade continue, que os mocambos continuem, porque, enquanto houver seca, enquanto houver fome, eles são eleitos, porque a bandeira é muito bonita, a bandeira é muito boa, a bandeira fala o coração do homem. Ninguém elege ninguém sob o ponto de vista racional, o discurso político jamais pode ser racional, o discurso político tem que ser emocional, tem que falar do coração. Aliás, há um livro de um japonês que mora nos Estados Unidos que diz que todo eleitor espera ser enganado, que, se o político falar a verdade, ele não vai ser eleito, é incrível, mas é verdade. A gente tem que admitir isso, a minha posição... Nunca o Bispo Macedo disse qual era a posição que eu teria que tomar politicamente, até que o Rodrigues assumiu a liderança política no país e nós começamos a ter algum norte ou algum oriente, seguir as determinações da liderança dele. Mas ele nunca diz faça assim ou faça assado, ele sempre deixou que a nossa consciência ditasse as normas da nossa conduta.

O Deputado Paulo de Velasco ainda se diz um candidato progressista e acredita que a *IURD* é inteligente por apoiar o governo.

Pesquisadora – Então a escolha do nome do Presidente Lula, em detrimento do governador Serra tem a ver com isso?

Deputado De Velasco – Sim, sem dúvida.

Pesquisadora – Porque pela eleição anterior esperava-se que a igreja apoiasse o Governador Serra e não o Presidente Lula.

Deputado De Velasco – Sim, sem dúvida. Mas é interessante quando a gente apoia o vencedor, é muito interessante. Não existe coisa pior do que apoiar aquele que vai perder. Até nisso mostra-se a inteligência daqueles que estão à frente da política da Universal.

Outros Deputados apresentam uma visão de escolha política tão pragmática quanto a do Deputado Paulo de Velasco, mas são mais reservados em suas afirmações.

Pesquisadora – O Senhor poderia dizer que o foco da sua atuação parlamentar seria beneficiar a população mais carente?

Deputado Marcos Abramo – Meu maior pensamento é esse. É como que a gente pode primeiro ajudar os pequenos, ajudar os pobres, ajudar aqueles que não têm recursos, seja financeiro, físico, sejam recursos até mesmo de capacidade de adquirir algo do governo, ou seja, tudo isso.

Pesquisadora – Qual o foco principal do seu mandato?

Deputado Oliveira Filho – O foco principal do meu mandato é fazer o meu possível, com toda a discrição possível. Eu procuro ser uma pessoa discreta, um Deputado discreto, não tenho vocação para ser um papagaio de pirata, não entro em brigas que não tenham sentido. Eu sempre vejo o que é bom para a sociedade, mesmo porque eu faço parte desta sociedade, então eu estou aqui, primeiro, ocupando um lugar que poderia ser ocupado por uma pessoa muito melhor do que eu, é bem verdade, mas as chances dessa pessoa vir para cá é muito pequena, porque essa pessoa muito melhor do que eu, ela é tão melhor do que eu que ela acha que a política é um campo tão sujo que ela não quer se envolver nessa questão política e, fatalmente, se eu deixar essa cadeira, vai vir uma pessoa muito pior do que eu, temos visto isto na Câmara

Federal. Então eu estou ocupando um lugar que, pelo menos, eu não vou estar trazendo (sic) prejuízo para a população, pelo menos eu vou votar nas coisas de interesse da população, pelo menos eu vou querer e tentar construir alguma coisa de positiva, através das minhas emendas, através dos meus projetos de lei, através das minhas defesas do idoso, através da defesa do meio ambiente, através da defesa das relações exteriores. Através desse trabalho. Não sou de ficar em plenário metido em brigas, discussões e questões de disputas partidárias, políticas, porque eu acho que isso não constrói absolutamente nada. Eu foco o meu mandato no social, até porque minha mãe é uma aposentada e depende do INSS para viver e precisa dos remédios para pressão, para as doenças que são naturais das pessoas da terceira idade. Os meus filhos estudam, são empresários, mas também estudam. Os meus netos precisam da escola também, e eu tenho sete netos. Com o salário que eu ganho, não tenho como pagar escola particular para sete. Então nós defendemos a escola pública também, eles comem e comem bastante, a mamadeira tem que ser cheia e, às vezes, eles ficam reclamando. Então, tudo o que eu fizer de bom, que eu contribuir de bom, seja com o meu voto discreto para a população, eu vou estar contribuindo também para a minha família e para os meus familiares.

Deputado Ricardo Quirino: Os idosos; uma linha que nós trabalhamos muito, eu não falei para você, eu ia me formar em Educação Física e eu queria ser professor, eu tinha o sonho de ser professor, então eu tenho combatido muito a violência nas escolas e a falta de condição que os professores têm hoje. O meu primeiro projeto foi em relação a instalar microcâmeras em escolas e salas de aula, tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Superior, e está em tramitação na Câmara ainda, começou agora vamos ver; e a mulher, o medo social, minorias. Todo o meu foco cem por cento está em cima desse grupo, mulher, negros, índios, deficientes eles têm direitos humanos.

É interessante notar que, embora pertencendo à mesma instituição religiosa, os entrevistados se identificam ideologicamente, no espectro político, de formas diferentes, não obstante tendam a se definir por posições não extremas, característica, aliás, bastante comum aos políticos brasileiros. Tal postura se explica em decorrência de cada um dos parlamentares ser filiado a um partido diferente, até o surgimento do Partido Republicano Brasileiro - PRB, ligado mais explicitamente à *Igreja Universal do Reino de Deus*. O Deputado Marcos Abramo, por exemplo, fez parte do Partido da Frente Liberal – PFL, atual Democratas.

Deputado Oliveira Filho – Ah, eu acho que sou progressista. Eu penso que eu sou um liberal progressista. Hoje eu diria que eu sou centro, porque o equilíbrio está no centro. Uma balança você vê que tem duas pontas, a direita e a esquerda, e o equilíbrio está justamente no centro. Eu diria para você que eu sou do centro mesmo, embora a esquerda e a direita, os mais radicais tentem colar na imagem de um político com tendências de centro, colar nele um indeciso ou uma pessoa que anda em cima do muro, não é verdade? Tenta colar essa faixa. Não é verdadeiro isso. Nós não somos contra a reforma agrária, nós não somos contra o Movimento dos Sem Terra, mas nós somos

contra violações ilegais de terras e, principalmente, o que aconteceu ontem na Câmara, entendeu? Então eu não posso dizer que eu sou contra o Movimento dos Sem Terra, ou eu sou totalmente a favor do Movimento do Sem Terra. Dentro dos movimentos existem essas certas diferenças, essas questões, então nós temos que analisar caso a caso com o equilíbrio. Eu não posso chegar e dizer que o Fernando Henrique foi o pior Presidente que o Brasil já teve, ou o Collor que foi cassado, foi o pior Presidente que o Brasil já teve. Não é verdade. Agora, eu não posso chegar e dizer que o Lula é o melhor Presidente. Não. Tem sempre os Presidentes com suas características, com seus atos e com os seus equilíbrios, uns mais, outros menos, mas ninguém é perfeito totalmente e ninguém é totalmente defeituoso, todo mundo tem o seu lado positivo também. É esse lado positivo que o liberal do centro procura ver e procura enxergar.

Deputado Marcos Abramo – Eu sou conservador.

Atente-se que o Deputado Oliveira Filho compôs a base de sustentação do governo Fernando Henrique até o ano de 2001. Já passou pelo PL (atual), PFL (atual DEM) e PPB. Apesar da necessidade de enfatizar a sua posição de “centro liberal progressista”, o parlamentar justifica sua indecisão sobre as propostas apoiadas por ele com a expressão “Tem sempre os Presidentes [...] com seus atos e com os seus equilíbrios, uns mais, outros menos, [...] todo mundo tem o seu lado positivo também [...] esse lado positivo que o liberal do centro procura ver, procura enxergar.”

Embora tente reforçar sua característica de “centrista e progressista”, é preciso lembrar também que Oliveira Filho foi favorável à Lei de Responsabilidade Fiscal ao fim do Regime Jurídico Único e da criação do Fator Previdenciário, que alterou de forma negativa o cálculo de benefícios e aposentadorias, e que ainda votou pela redução do prazo prescricional para as reclamações trabalhistas⁹⁶. Mais uma vez destaca-se a intenção dos *iurdianos* em sempre comporem as bases governistas, obter maior poder de barganha e uma maior influência no funcionamento da máquina pública.

Os discursos analisados revelam o descompromisso dos políticos da *IURD* com os partidos políticos em que militam. Mostram também que a posição ideológica dos

⁹⁶ Cf. em *Quem foi quem nas matérias de interesse dos assalariados...Congresso Nacional 1999/2003*. Brasília: DIAP, 2002.

parlamentares tem uma maior vinculação com os fundamentos religiosos que políticos *stricto sensu*. Essas posições reforçam a teoria de que os partidos para os políticos-pastores funcionam como um mero instrumento para legalizar a presença deles no espaço político-ideológico, porquanto já foi ressaltado no capítulo anterior deste trabalho que desconhecimento das classes dominadas em relação aos partidos, simultaneamente ao fortalecimento das *personalidades políticas* por meio da utilização das mídias, que cumprem a função de recrudescer o trabalho dos comunicadores antes do processo eleitoral.

De outro lado, observa-se que as posturas político-ideológicas priorizam a visão religiosa, no que se refere ao que os entrevistados entendem por caridade cristã, isto é, ajudar a população carente e agir de acordo com sua consciência. No caso de um indivíduo religioso, o próprio conceito de consciência tende a estar sempre ligado à própria fé e até a instituição religiosa de que faz parte.

Em suma, observam-se os dois fatores básicos que determinaram, mesmo depois de obter legenda própria, que os parlamentares da *IURD* continuem espalhados em diversas siglas partidárias: um de caráter protecionista, representado pela possível perseguição que a Igreja utiliza para fomentar a sua “batalha espiritual”. A outra, de caráter ético, expressa no pragmatismo pelo qual o político atua em seu mandato para dar vazão às demandas da sua clientela.

O depoimento do Deputado Marcos Abramo reforça essa ideia.

Deputado Marcos Abramo - Olha, o meu perfil, eu tenho um perfil definido porque eu sou mais reservado. A minha ideologia é aquela que eu tinha. O que eu posso fazer para mudar a situação das pessoas. O que eu posso fazer. Então a minha ideologia é o que eu posso fazer? eu posso me moldar dessa forma, e isso vai trazer o quê? Que benefícios? Nessa outra, benefícios. Se você parar lá na frente, já tem algo formado dentro de você? Aí você já vai ver a minha forma de trabalhar, aí você já vai ter uma noção daquilo que estou fazendo.

Deputado Marcos Abramo – É aquilo que eu falo. Enquanto eu estava no PFL, eu seguia a orientação do PFL de mudar o meu voto, sendo que, se existia alguma votação para beneficiar a população e o PFL era contra, eu votava a favor. A minha fidelidade 100% é com a minha consciência e não com o partido. [...]. Meu maior pensamento é esse [beneficiar a população mais carente].

Com relação à crítica feita pela mídia e pelo meio acadêmico de ser esse posicionamento, ou seja, o de “ajudar” os que não têm recursos, como uma postura assistencialista, paternalista, os entrevistados manifestaram sua visão do cristianismo sendo um engajamento social em si mesmo, prescindindo de outras posturas ideológicas.

Deputado Jorge Pinheiro – Bom, eu diria que eu seria mais do centro direito, embora meu partido seja mais do centro esquerdo, mas eu seria então do centro direito. Eu me definiria mais dessa forma. [PL].

Deputado Oliveira Filho – Eu sou um liberal, social, cristão. Não existe essa sigla, mas eu estou criando. Sou liberal, liberal social no sentido de entender que todos são iguais, que ninguém é dono da verdade, que ninguém é senhor absoluto das situações, que o Brasil hoje nós temos que discutir com a população, nós temos que discutir com as pessoas os rumos que elas querem que nós venhamos a dar para as suas vidas. Porque eu aperto um botão aqui em Brasília com responsabilidade, e essa responsabilidade altera a vida do neto do trabalhador rural lá no interior em Umuarama, em um simples apertar de botão. Então, isso requer uma responsabilidade e requer um contato grande com a população, de tentar interpretar os anseios da população, e não aquilo que eu acho que é bom para a população. Sou liberal nesse ponto, sou social porque sou pelo social, as diferenças sociais são muito grandes. E cristão porque parte da minha fé, parte do meu trabalho social tem uma base cristã. Senhor Jesus pregava para a multidão e, em um determinado momento, tarde da noite, depois que as pessoas ficaram ouvindo, os discípulos chegaram e disseram: se despede do pessoal aí para que eles possam... aí ele: não, espera aí, vamos resolver o problema deles. E ficou conhecido aí como a multiplicação dos pães e dos peixes, não é verdade? Isso é uma questão social. Quando Jesus curava os enfermos era uma questão social, quando Jesus libertava os oprimidos, também é uma questão social porque nós vivemos em uma sociedade de oprimidos, oprimidos em todos os pontos. Então, ideologicamente, eu sou pela aposta no ser humano, eu vou acreditar sempre no ser humano, no potencial do ser humano, independente da sua etnia, independente do seu grau de instrução, independente da sua posição ideológica, independente da sua crença religiosa, eu vou sempre acreditar no ser humano, caminhar para o ser humano, para soluções da nossa comunidade, da nossa sociedade.

Deputado Léo Vivas – A Igreja precisa de espaço também para veicular sua opinião. Os outros grupos que acusam a Igreja também usam a mídia.

Ao se posicionarem quanto à questão da interferência do Estado, os entrevistados justificam o apoio à não interferência, baseando-se em princípios religiosos.

Deputado Jorge Pinheiro – Eu acho que, em um processo democrático, nós temos aí, por exemplo, a questão do socialismo e do comunismo. Eu acho que a globalização é uma realidade, que ela é dura, digamos assim; o ciclo de vida ocidental, o capitalismo, às vezes, é selvagem, mas ele é justo. Se você impede a pessoa de ela crescer, progredir, prosperar com o controle de Estado, o Estado interferir diretamente nisso que é o que o capitalismo, que é o que eu falo que é ao extremo selvagem...Mas na minha opinião ainda é a melhor maneira de você gerir uma nação. Se você pegar, por exemplo, os países socialistas, os países comunistas... ah, mas lá tem a melhor educação, tem isso e tem aquilo. Cuba, os melhores médicos são de Cuba, mas o povo está doido para fugir de lá. Eu acho que a liberdade é uma coisa importante. ‘Ah, mas o Estado tem que intervir, o Estado tem que controlar...’ mas nem Deus faz isso, Deus deu ao homem o livre arbítrio, o homem faz um monte de bobagem e Deus não interfere na vida pessoal de cada um. Deus fala, vai por aqui. Ah, mas eu quero ir por ali. Então você vai, mas vai dar tudo errado. Eu acho que o direito de você escolher... as pessoas falam que a voz do povo é a voz de Deus, é um ditado errado, porque cada povo tem o governo que merece...Então, eu acho que eu me caracterizo com o centro porque eu acho que tem que ter um parâmetro, um controle para essas coisas, você não pode radicalizar e a esquerda radicaliza muito. Eu acho que o perigo são os extremos. Como o pessoal da direita não chega a ser tão radical, eu me vejo como uma pessoa de centro, porque eu acho que todos os dois pensamentos têm coisas boas, mas eu acho que eu tenderia mais para a direita. Não é que eu sou a favor do capitalismo, mas eu acho que a forma de governo... eu seria mais conservador, eu não seria de vanguarda.

Deputado Léo Vivas – Eu apoio o governo. Minha posição é de centro. Posso flexibilizar esta posição algumas vezes, porque em questão de combate à pobreza, precisamos voltar o mandato para os mais carentes, para os mais humildes. Por isso, nós apoiamos o governo, porém esse apoio nunca vai comprometer a nossa posição de defender os trabalhadores e os milhares de cidadãos que sofrem com as mazelas sociais.

Os relatos dos entrevistados revelam um posicionamento dos representantes da *IURD* condizente com as regras do capitalismo neoliberal praticado no Brasil contemporâneo. Com sua “razão dualista”, o capitalismo brasileiro expõe uma sociedade fragmentada, na qual “formas arcaicas se reproduzem nas novas estruturas e relações novas engendram-se nas antigas estruturas” (Oliveira, 1977, p. 28-29). Nessa coexistência, as relações de produção se acomodam para reproduzir a prevalência de interesses de segmentos específicos em detrimento das necessidades coletivas, o que na interpretação marxista subsiste na acumulação interna de capitais e produz efeitos na

política (*populismo e clientelismo*), na economia (*corporativismo*) e na sociedade (*privatismo*).

Cabe destacar também que ao mesmo tempo em que afirmam que – “embora duro, o capitalismo seja justo”, “que estão marginando a praia”, que é “interessante quando se apóia o vencedor”, e que “se você impede a pessoa de ela crescer, progredir, prosperar com o controle de Estado [...] mas em minha opinião ainda é a melhor maneira de você gerir uma nação” – , dentre outras declarações, os entrevistados manifestam pertencerem a matizes ideológicos que variam de “centro-esquerda” a “centro-direita”, ou citam vagas expressões como “progressista” ou “conservador”, não obstante manterem um discurso em “favor dos humildes, dos pobres”.

Entretanto, a panacéia da contradição compreendidas nas afirmações dos Deputados tende a confirmar aquilo que foi observado segundo Löwy por Walter Benjamin sobre o capitalismo admitido como religião (Benjamin *apud* Löwy, 2007, p. 178-179) e levam a uma reflexão que tende a refutá-las. Ao conceber o capitalismo como produto da transformação do cristianismo na época da *Reforma Protestante* – “um parasita”, isto é: “capitalismo religião puramente cultural, pela qual [...] o utilitarismo obtém sua coloração religiosa”⁹⁷, o autor nos remete a uma encruzilhada.

Nessa crítica à visão do capitalismo, é importante salientar que a lógica do discurso dos entrevistados ao se dizerem favoráveis ao capitalismo, ao poder instituído, ao mesmo tempo em que atribuem relevância ao papel que exercem de defensores dos oprimidos, reside (pelo menos implicitamente) no reconhecimento de que a salvação humana encontra-se na expansão capitalista, ou na clientela dos de desvalidos.

À luz desses fatos, lê-se nas entrelinhas do discurso *iurdiano* a afirmação que Löwy utiliza para concluir sua reflexão sobre o capitalismo e atribui a Assman:

⁹⁷ *Ibidem*, p. 179

A teologia do mercado, de Malthus ao último documento do Banco Mundial, é ferozmente sacrificial: exige dos pobres que ofereçam suas vidas no altar dos ídolos econômicos (Löwy, op. cit., p. 190).

- **Direitos trabalhistas e reforma trabalhista**

Sobre a maior negociação entre patrões e empregados, sem a intervenção da justiça do trabalho, alguns entrevistados são favoráveis à intervenção parcial do Estado na medida em que esta signifique uma proteção para a parte mais vulnerável, o trabalhador. Mas, quando se pergunta a respeito de flexibilização das leis trabalhistas, eles se dizem parcialmente a favor.

Deputado Jorge Pinheiro – Sim, mas existem certas conquistas históricas que não devem ser mexidas, que eu acho que é o mínimo possível que você respalda. Eu acho que em uma negociação entre patrão e empregado, o empregado está sempre em posição mais vulnerável que o patrão. Eu não acho que a negociação é um bom caminho, mas, por outro lado, eu vejo que você tem que garantir algumas coisas básicas, que dão a esse empregado condições de negociar em pé de igualdade ou, pelo menos, próximo disso. Então, eu acho assim, a flexibilização até certo ponto é interessante.

Deputado Léo Vivas – Sou favorável à flexibilização. Afinal, as pessoas precisam de trabalho. Que adianta manter as leis como são e as pessoas continuarem sem trabalho? Precisamos proteger os trabalhadores contra abusos de poder dos empresários, mas também é necessário dar oportunidade para quem precisa. Regras mais flexíveis negociadas entre patrões e empregados são necessárias para proporcionar mais postos de trabalho e combater o desemprego.

Quando questionado diretamente sobre a perda de certas conquistas históricas, como tempo de férias e 13º salário, outros entrevistados mantêm a mesma postura, ou seja, considera-as intocáveis.

Deputado Marcos Abramo – Não. Eu sou contra isso. Tem que manter, sim [...]

Pesquisadora: Deputado, o que o senhor acha de leis que flexibilizam direitos de trabalhadores, não é? Direitos sociais conquistados na nossa Constituição de 88? Existem hoje circulando uma série de tentativas de se flexibilizar isso considerando a questão da crise, considerando a questão de dar condições de emprego sem impactar tanto o empregador. O que o Senhor acha disso?

Deputado Ricardo Quirino: A gente sabe que, eu lembro de um ditado que diz que nós não devemos... um ditado, não foi bem um ditado, foi uma citação de um intelectual, não lembro quem foi agora, que diz que nós não deveríamos favorecer o trabalhador destruindo aquele que paga o seu salário. Os trabalhadores tiveram uma conquista de há anos. Entre o trabalhador e o empresário, eu estou do lado do trabalhador. Entre o patrão e o trabalhador,

eu estou do lado do trabalhador. Se há uma crise, se essa crise fosse uma coisa totalmente desestabilizada e que de fato tivesse trazendo problemas sérios para o próprio trabalhador, nós teríamos demissões, nós teríamos empresas que faliram, então, tudo deveria se sentar e conversar. Olha, a situação é essa, eu não posso mais fazer isso, não tem condições, há uma crise. Se conversa tudo dentro de uma ordem. Agora, flexibilizar as leis trabalhistas usando a crise ou qualquer outra situação como desculpa, não cola não, porque todos nós sabemos que essa crise vai passar. O Brasil já está começando a se recuperar aos poucos, então eu sou totalmente contra. Não é por esse lado não.

Pesquisadora: O senhor acha que isso daí é mais uma tentativa de forçar uma barra para flexibilizar as leis e retirar direitos?

Deputado Ricardo Quirino: Claro, claro. Não tem empresas que estão crescendo na crise? Tem empresário que está investindo aí e continua investindo sem olhar a crise. A crise existe?

Dois dos entrevistados se posicionaram a favor de uma reforma trabalhista, que eles defendem como sendo uma forma eficaz de ampliar o número de trabalhadores formais.

Deputado Jorge Pinheiro – Olha, eu sou favorável. Eu acho que, em alguns aspectos, essa flexibilização é interessante, em outros não.

Deputado Oliveira Filho – Eu creio que precisa haver para a proteção do próprio trabalhador. A lei que a gente está (sic) não protege nem o trabalhador, muito pelo contrário, o trabalhador não percebe isso, mas é pernicioso à classe trabalhadora. Essa lei, dura do jeito que é... Dou um exemplo: um dono de restaurante em Curitiba, chegou para mim e disse: “Deputado, tenho 20 garçons, deveria ter 70, mas por causa das leis trabalhistas eu só emprego 20, porque, embora eu ande sempre certinho, sempre direitinho, e faço tudo certinho, o funcionário que chega atrasado, que não cumpre os seus deveres e eu mando ele embora, pago tudo a ele, mas ele ainda vai no Ministério do Trabalho, reclama, e a lei trabalhista paternalista como é ainda vai lá e dá o direito. Aí não me incentiva a dar emprego”. Aí, eu comecei a pensar... Entre 20 e 70, existe uma diferença de 40. Onde estão os 40? No desemprego, na informalidade, nos bicos, desempregados, entendeu? Então, eu penso que para o bem do trabalhador... tenho filhos que são empresários e analisando... para o bem do trabalhador é necessário que exista essa flexibilização das leis trabalhistas.

Outro considera que não é nos encargos trabalhistas que se deve buscar o alívio dos custos das empresas, e sim, nos tributos.

Deputado Marcos Abramo – Eu penso diferente. Você vai trabalhar, vai ter os seus direitos e não o seu patrão. O patrão teria que requerer os direitos de ele ser envolto, por diminuir os encargos da empresa, onde ele teria mais condições de contratar outra pessoa. Eu não tiro o direito do trabalhador, eu gostaria de uma modificação de uma área tributária para as empresas, para que a empresa possa respirar com um fôlego maior e dar mais condições para os seus trabalhadores renderem muito mais e fazerem mais. Não adianta eu

querer minar a situação do trabalhador. Se você chega aqui e retira tudo do trabalhador que tem filho para cuidar...

Deputado Marcos Abramo – [...] eu sou contra os encargos tributários da empresa. Eu sou contra os encargos da empresa, porque, se a empresa tiver em torno de 7% a menos de encargos, você vai ver que a empresa vai ter muito mais condição de ajudar os seus trabalhadores. É uma questão diferente do empregado e do empregador. Eu não posso dizer, o empregado tem que ter isso, o empregado tem que ter aquilo, não. Tem que seguir os critérios em que os empregados vão estar bem amparados, e na minha opinião estão bem amparados...Agora, a empresa... que suspiro ela tem? Que válvula de escape ela tem? Ela precisa de ar, ela precisa respirar, por isso que existem tantas pessoas que estão sendo processadas, pessoas que sonegam por esse motivo, mas não deixam de ter os seus trabalhadores. Elas sonegam, as empresas sonegam. Se diminuíssem os encargos prejudicaria o trabalhador? Então eu penso que é uma forma de colocação, você tem o seu direito e a empresa tem que ter o direito dela. Você dá o seu direito para a sociedade que elege um candidato, que elege um político, mas você está tirando o que é da empresa, você está tirando um pouco da força, da vida que está dando um suporte para você. Então, se você quer ter um crescimento, então faz da seguinte forma, vamos beneficiar o setor industrial, comercial, de lojas e vamos tipificar. Cada um tem custos diferentes. A gente está incluindo tudo. Uma empresa tem que pagar 16%, uma outra 27%. Eu recebo e pago imposto, você recebe e tem que pagar imposto, então, os impostos são demais para uma empresa que trabalha 12 meses e os encargos que ela dá é de quatro meses ou mais para o governo. Então, os encargos são demais.

Considerando que os políticos *iuridianos* representam praticamente uma *holding patrimonial*⁹⁸, a maneira como concebem a relação entre trabalhador e empresa ganha um sentido diferenciado. Ao mesmo tempo em que se declaram defensores de direitos dos trabalhadores, tais como 13º salário, período de férias de trinta dias, entre outros, os parlamentares apresentam uma posição contraditória ao defenderem em plenário redutor de remuneração para trabalhadores aposentados, quebra de estabilidade para servidores públicos e a flexibilização dos direitos outorgados pela CLT. Certamente, a declaração que melhor expressa essa ambiguidade é aquela contida no discurso do Deputado Oliveira Filho ao definir-se ideologicamente como um “liberal social”.

⁹⁸ Segundo ADOLFO BERGAMINI: “utiliza-se a expressão *Holding Patrimonial* para qualificar uma empresa que controla o patrimônio de uma ou mais pessoas físicas, ou seja, ao invés das pessoas físicas possuírem bens em seus próprios nomes, possuem através de uma pessoa jurídica – a controladora patrimonial, que geralmente se constitui na forma de uma sociedade limitada que, via de regra, tem a seguinte denominação social (nome patronímico, ou outro à escolha) “Empreendimentos, ou Participações, Comercial Ltda”.Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/universidadeibirapuera/adolphobergamini/constituicaoempresa.htm>. Acesso em 02.12.2009.

Cabe ressaltar que no corpo dessas posições aparentemente conflitantes estão contidas as características identificadas no *modus operandi* da *IURD*, compatíveis com o neoliberalismo. De um lado, ela pretende captar adeptos nas classes baixas e média-baixa, na qual geralmente encontram-se trabalhadores e o empresariado da economia informal. Do outro, superada a fase de sufrágio, os representantes eleitos pela Igreja atentam contra os direitos dessas categorias.

Assim, ao tentar interpretar a fala do Deputado Oliveira Filho, - que se diz “liberal social” -, pode-se perceber que o termo não é empregado por mero acaso. Ao contrário, é a confirmação de que a Igreja é partícipe de um procedimento muito comum entre a classe política desde as duas últimas décadas do século XX, que consiste em obter o aval das massas trabalhadoras⁹⁹, e depois, voltar-se contra elas.

Considerando que a *IURD* aderiu ao projeto neoliberal, tal discurso se justifica. Afinal, a trajetória do neoliberalismo compreende um pacto em que se consente ao mesmo tempo: a) a expulsão do custo de reprodução da força de trabalho das empresas, por meio de artifícios tecnológicos, que o tornam mais econômico, e de leis trabalhistas, afastando cada vez mais o rendimento do capital em relação aos do trabalho; e b) um governo que concede subsídios e isenções fiscais ao setor produtivo, bem como investe em infra-estrutura para que este setor se desenvolva (Oliveira, 1977, p. 33-34).

Ademais, a consolidação da marcha exploratória do trabalho no neoliberalismo se concretiza pela privatização e desregulamentação de muitos setores econômicos.

⁹⁹ A *IURD* em seu projeto propõe às classes populares um “populismo de mercado”: as massas trabalhadoras têm acesso apenas ao consumo individual de bens e serviços disponíveis no mercado. A ampliação de direitos sociais e a fruição de “bens coletivos”, essenciais à integração social das massas trabalhadoras lhes é negada .

A combinação de todos esses fatores conta com a cooptação das classes trabalhadoras (inclusive dos grupos com perfil identitário de “centro-esquerda”), que a fim de assegurarem sua sobrevivência, aderem a essa plataforma neoliberal. O resultado personifica-se em um cenário de desemprego, de crescimento da mão-de-obra na economia informal, de ascensão de um “sindicalismo de resultados” e de uma sociedade completamente fragmentada.

- **Aborto**

O aborto foi o primeiro tema polêmico de cunho moral discutido com os Deputados nas entrevistas. A posição da Igreja sobre o assunto parece ter sido revelada na proposição do Senador Marcelo Crivella, que relativiza a questão “do início da vida”, para proteger as mulheres vítimas de outros tipos de gravidez indesejadas ainda não contempladas pela legislação em vigor.

Na dimensão de análise que se baseou para realizar esta pesquisa, percebe-se que a solução fácil em curto prazo é mais uma vez utilizada, a despeito de um discurso moral e eticamente corretos em favor da estabilidade e durabilidade das instituições e relações sociais. A posição adotada nesse caso remete às afirmações de Schwartzman (2008).

Pesquisadora – Sobre aborto? Existem algumas posições, e existe, inclusive, um projeto do Bispo Crivella, que se posiciona favorável ao aborto naqueles casos em que o feto tem doenças e que o levaria à morte em poucas horas de vida. O que o Senhor pensa sobre isso? Que o Senhor pensa sobre eutanásia?

Deputado Marcos Abramo – Eu já fiz um projeto de doação de órgãos de criança, para que a criança possa ser doadora de órgãos. Se tem um ser dentro de você, que não tem vida e ele só sobrevive por causa de cordão umbilical e por causa da mãe, é um sofrimento muito grande, até para a própria família e da própria mãe. Nesse aspecto eu sou favorável, como o próprio Bispo, ele tem o pensamento dele e eu tenho o meu em relação a isso também. E eu fiz esse projeto para serem doadores de órgãos.

Pesquisadora – Uma outra questão ligada à mulher. O aborto.

Deputado Oliveira Filho – O aborto é uma questão aonde (sic) eu sou liberal nesse sentido, liberal social. O aborto? Eu sou favorável quando esse aborto... quando em caso de estupro, de uma violência, quando a mulher não quer a

criança, quando a mulher não quer a gravidez. Minhas declarações são declarações que causam no meu meio, que ainda é muito conservador evangélico... Abominam o aborto, mas eu não posso obrigar uma mulher que foi violentada sexualmente a ter uma criança, porque essa criança vai se tornar um marco para ela, ela pode ser muito amada, como pode ser muito rejeitada, entendeu? É uma questão difícil. Eu prefiro deixar a mulher optar sobre o que é melhor para ela. Eu acho que hoje deve haver uma abertura. Nós temos hoje contraceptivos muito seguros, em caso de a mulher... é muito difícil, com exceção do estupro, da violência sexual, é muito difícil ela engravidar se ela não quiser, a menos que haja negligência, porque existem métodos contraceptivos, seguros, fortíssimos e eu sou a favor dos métodos contraceptivos, sou a favor do planejamento familiar. Discordo de muita gente que fala que está escrito na bíblia “crescei e multiplicai”, só que isso foi dito quando existiam duas pessoas na terra, Adão e Eva, claro, crescei e multiplicai. Hoje são seis bilhões de pessoas, essa regra não pode ser aplicada agora, porque, como cresci e multipliquei? Você põe essas crianças todas onde? Então eu sou a favor de um planejamento familiar, de filhos conscientes. É preciso haver uma conscientização, um fortalecimento da família, é preciso que os casais... eu sei que toda mulher tem vontade de ter filho, o ser dela, o íntimo dela é de gerar, de ter uma criança, mas isso tem que ser muito pensado, muito trabalhado. Botar uma criança no mundo hoje requer muita responsabilidade, muita consciência, porque nós vivemos tempos muito difíceis.

Pesquisadora – E nós temos também esse projeto do Bispo Crivella, não é? Que é quando a mulher descobre que o feto tem algum tipo de doença e que ele não sobreviveria.

Deputado Oliveira Filho – Sim, isso não tem nem o que discutir.

Pesquisadora – Mas a Igreja Católica ficou totalmente contra.

Deputado Oliveira Filho – É, mas... a minha instituição e a igreja católica têm alguns pontos radicais e que eu compreendo. Fica difícil de ela mudar de uma hora para outra. Nós também evangélicos, nós da Igreja Universal, muitas vezes dentro do próprio grupo evangélico, nós somos interpretados como aderentes à libertinagem, quando isso não é verdade. Existem dificuldades dos próprios evangélicos tratarem de assuntos como aborto, como... no próprio evangélico existe dificuldade de tratar dessa questão do feto que vai nascer sem cérebro, daquele que não vai sobreviver. Entendeu? Então não tem sentido esse tipo de coisa.

Deputado De Velasco – Eu sei que a Igreja Universal é a favor do aborto. Pelo menos a tendência é aceitar porque é preferível não ter o filho do que tê-lo e deixá-lo à própria sorte, abandonado, na rua, sem que se saiba do seu futuro, não é verdade? Ninguém sabe o futuro de ninguém. Se fosse assim, o Agnelli, que foi um dos grandes homens da indústria da Fiat, o dono da Fiat não teria um filho que se suicidasse. Não teria aquele... [...] não teria também os problemas de família que ele tinha, mas geralmente, o que normalmente acontece e eu gosto muito de repetir uma frase latina que eu acho muito interessante é [...], quer dizer, o que normalmente acontece é que uma pessoa de nível social melhorado, os seus filhos sejam melhores do que os pais, a tendência é essa. Mas aquele que nasce em um lar, ou nem mesmo em um lar, quantas mulheres acabam por ter filhos entre aspas sem pais.

Deputado Ricardo Quirino: Eu vou deixar uma posição minha, que não quer dizer que é a posição do Bispo, do Senador Crivella e nem da igreja, a posição do líder espiritual da igreja, até num livro que ele escreveu ele disse: “isso é uma posição minha, nós somos livres para pensar da maneira que a gente quer”. Por exemplo, eu acho que hoje, em relação, por exemplo, ao aborto em geral, como está na Constituição está ótimo. Eu acho que a Constituição abrange muito claramente, se nós deixássemos como está, está ótimo. O feto, eu estava até lendo sobre isso ontem, alguns cientistas

requerem os órgãos para, enfim para as pesquisas. Eu acho que isso deve estar muito... deixar a vontade sobre a decisão dos pais. Eu acho que sempre a decisão da pessoa, de uma maneira madura pode definir. Eu acho que o Estado não deve impor e nem deixar de impor. Eu acho que os pais devem decidir o melhor caminho. Orientá-los, mas eu acho que fica à mercê dos pais.

Deputado Léo Vivas- Ora, se o feto é anencéfalo ou tem outra condição de sobreviver, como obrigar uma mulher a mantê-lo até o fim da gravidez? Será que é direito fazer essa pessoa sofrer até o final esperando uma criança que não vai sobreviver? O direito à vida deve ser respeitado, mas, nesse caso, é mais importante a vida que já existe que é a vida da mãe e que não pode ser submetida a esta pressão psicológica. O projeto do Senador Crivella vem pra resolver esta situação.

- **Eutanásia**

Diferente de outros grupos que se afirmam “cristãos”, a eutanásia também é tratada de forma relativizada pelos parlamentares da *IURD*.

Pesquisadora – E sobre a eutanásia?

Deputado Marcos Abramo - Eu penso que ninguém pode tirar a vida de ninguém. Eu não tenho o direito de chegar para você e dizer: “olha, você morre”. Você está ganhando a sua sentença de morte.

Pesquisadora - Que o senhor pensa sobre eutanásia?

Deputado De Velasco – É outra questão dolorosa, dolorosa duplamente, dolorosa financeiramente e dolorosa sob o ponto de vista do sentimento das pessoas. Porque aquela pessoa que está em terminal, ela não sente nada, mas as pessoas que estão a sua volta sentem. Agora, os meus sentimentos não podem dominar aquilo que Deus pode fazer, porque Deus pode pegar uma vida no seu final, como pegou a filha de Jairo, como pegou o filho da viúva de Naim, depois de sua morte trazê-lo de volta à vida como fez também com Lázaro, mas eu não tenho também muita posição quanto a essa questão da eutanásia. Mas eu acho que seria válido como aconteceu com aquela moça nos Estados Unidos, descerebrada, já não era mais gente, sustentar aquilo financeiramente, quanto custa isso? Custa para alguém, porque, se a família não pode, o Estado tem que arcar. Quantas vidas poderiam estar sendo salvas por causa daquela que está ali, sendo mantida artificialmente? A gente tem que pesar tudo isso. Não é fácil. Esses pontos não são fáceis, não são fáceis nem para mim, como também não é fácil para o Supremo Tribunal Federal. Agora, sobre a questão do embrião, eu sou a favor do trabalho com embrião, porque é uma maneira que Deus dá ao homem de, através de uma situação desta, estar fomentando vida, melhorando vida, qualidade de vida para algumas pessoas. A gente não pode dizer que aquele embrião humano, ele tenha entre aspas vida, porque nós temos que definir vida de três maneiras diferentes. A vida não é aquilo que é capaz de nascer, crescer, desenvolver-se, reproduzir e morrer. A vida tem várias fases. Um espermatozoide ninguém pode dizer que ele não tenha vida, não é verdade? Ele tem movimento, ele tem um lapso de tempo em que ele pode reproduzir, ele tem vida. E é vida? Não, não é vida. O óvulo é a mesma coisa. O óvulo também tem vida, ele simplesmente está esperando a outra parte da vida, para que se torne vida, que é diferente. E como em português a gente só tem uma palavra para amor, e em grego tem cinco palavras, também é a mesma coisa. Nós não podemos dizer que o amor que nós temos para com Deus seja o mesmo amor

que nós temos para com o próximo, que seja o mesmo amor que nós temos para com a nossa mulher ou com o marido, ou o que nós temos para com os filhos. São amores diferentes. No grego eles têm palavras diferentes para cada tipo de amor. O amor que eu sinto para com as minhas filhas não pode ser o mesmo amor que eu sinto pela minha mulher. É completamente diferente, embora o mesmo amor que eu tenha para com a minha mulher, o mesmo tipo eu posso ter para com a minha mulher, mas eu tenho mais outro amor para se acrescentar a este. Não é apenas o amor *Ágata*, que é o amor independente da pessoa, um amor decorrente de vontade, o amor [...] que é o amor que eu tenho para com Deus e ele tem para comigo. O amor que eu tenho para com a minha mulher, ele tem que começar com amor *Ágata*, depois ele passa para amor fraterno que é o amor gostar, depois ele passa para o amor *Eros* que é o amor atração física e depois ele passa para o outro tipo de amor, o amor [...] que é o amor familiar. Em cada fase da minha vida eu sou sempre devedor de um amor a toda a humanidade, que é o amor ágape, é a toda humanidade, é universal. Agora o segundo amor, o amor *kileo*, que é o amor gostar, ele é seletivo, e o amor *Eros* é exclusivo. Eu só posso ter o amor *Eros* para uma pessoa. Quando eu a amo e divido com ela uma aliança. Esse amor não é inclusivo, ele é exclusivo, ele exclui toda a humanidade. É difícil dizer isso, mas é a verdade. A mesma coisa é a vida, a questão da eutanásia. Que tipo de vida tem aquela pessoa? O espermatozoide também tem vida, então vamos pegar os 4 milhões de espermatozoides de cada ejaculação, separar todos e ninguém pode morrer. Faz parte da vida morrer, não é verdade? Então vamos selecioná-los. É um negócio para ser estudado com mais profundidade. Que tipo de vida? Porque vida não é exclusivamente esse lampejo, vida é muito mais do que isso.

Deputado Ricardo Quirino: É muito particular também, é muito particular. Eu não condenaria de maneira alguma, eu não criticaria uma pessoa que decidiu fazer ou que mandou fazer. Tem que ser uma decisão da pessoa. A pessoa é a responsável pela vida e a vida daquele que está em uma situação, já desenganado, tendo uma vida vegetativa. Então eu acho que sempre o ser humano deve ter a liberdade para definir sem pressões.

Deputado Léo Vivas – Também é uma questão muito difícil. A gente tem que pensar no sofrimento da pessoa. Eu não sou a favor de tirar a vida de ninguém a princípio, mas acho que esse assunto tem que ser estudado caso a caso.

- **Relações homoafetivas e homofobia**

Os temas homossexualismo, homofobia e regulamentação de direitos nas relações homoafetivas é tratado pelo grupo de forma rígida. Homossexualismo, para eles é “um pecado”, “uma doença” curável para aqueles que “aceitam Jesus em suas vidas”. Portanto, a união ou “casamento” entre homoafetivos é inaceitável entre os *iurdianos*. Em seu discurso, o Deputado Paulo de Velasco tenta descaracterizar o

preconceito e recontextualizar o tema, mas acaba condenando a “opção” homoafetiva aos olhos de Deus¹⁰⁰.

Pesquisadora - Agora eu queria saber sobre alguns assuntos polêmicos envolvendo questões morais que são discutidas. Primeiramente, a respeito da questão do homossexualismo. Como o Senhor, parlamentar, vê essa questão, principalmente em relação aos projetos que visam à união civil entre pessoas do mesmo sexo?

Deputado Marcos Abramo – Eu, particularmente, sou contra. Pelos meus próprios princípios, mas eu não sou contra o homossexual, eu sou contra a prática do homossexualismo. Eu conheço pessoas que são adeptas a essa prática, contudo, não desprezo, não discrimino, mas eu penso que a união existindo, pode criar um outro... onde (sic) a palavra família vai ter duplo sentido. Então, eu sou muito conservador, como você mesma falou, nessa parte. Sou conservador e gosto dos princípios. Eu nasci em uma família onde tem pai, mãe e filhos. Como hoje sou casado, tenho minha esposa e minha filha e, automaticamente, eu segui esse mesmo caminho.

Pesquisadora – Qual sua opinião sobre alguns assuntos polêmicos que têm sido discutidos aqui na Câmara, por exemplo, o homossexualismo, principalmente esses projetos que visam legalizar a união civil de pessoas do mesmo sexo?

Deputado Oliveira Filho – Eu, deixando bem clara a minha posição, para que não haja dúvida, amo, apoio e estarei sempre à disposição de qualquer homossexual, mas sou contra a prática do homossexualismo. Sou contra essa prática porque ela é contra a minha base que é frontalmente contra essa prática. Nesse ponto eu não posso ser flexível, nesse ponto eu não posso transigir, porque existem algumas regras que não podem ser quebradas, então, por exemplo, se o sinal está fechado, não tem como eu ser flexível e passar o sinal fechado. Nessa questão da prática do homossexualismo, dentro da minha base de fé que é a bíblia sagrada, existe um sinal fechado e eu não vou avançar esse sinal. Então, no projeto de união de pessoas, união entre pessoas do mesmo sexo, união civil eu sempre vou votar contra. Em época de eleição ou fora de eleição, e isso pode me custar o mandato? Talvez. Pode me custar o mandato, mas eu não vou transigir quanto a isso.

Pesquisadora: E essas leis que dão garantias aos homossexuais, como aquela lei, por exemplo, da união civil entre homossexuais? Uma outra lei que proíbe as pessoas de fazerem qualquer tipo de comentário homofóbico.

Deputado Ricardo Quirino: Eu acho que ninguém... a constituição já abrange o ser humano como um todo. Me preocupa essas muitas leis que no fundo, no fundo apenas querem colocar pessoas na cadeia. Eu acho que eu não posso querer um direito meu só através de lei, porque senão daqui a pouco vai estar com uma sociedade toda fatiada e o problema não é a lei, mas a interpretação dela, o problema é a interpretação da lei. Vamos imaginar que essa lei como você falou dos comentários homofóbicos. Como que os homossexuais vão interpretar quando uma pessoa está discriminando ou não? Por exemplo, se... Eu tenho a liberdade de falar isso, se o homossexual vai

¹⁰⁰ A Deputada Marta Suplicy apresentou em 26.10.1995, primeiro ano da 50ª Legislatura, Projeto de Lei 1.151/1995, que altera as Leis nºs 8112, de 1990 e 6.815, de 1980, e disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. O projeto tramita até a presente data na Câmara dos Deputados. A matéria foi aprovada por maioria na Comissão Especial em que tramitou com parecer favorável do Relator Deputado Roberto Jefferson, com três votos contrários. Dois desses votos pertenciam aos Deputados Wagner Salustiano e Jorge Wilson da bancada da IURD; o outro foi do Deputado Philemon Rodrigues, membro da Assembléia de Deus. Os Deputados Severino Cavalcanti e Salvador Zimbaldi votaram em separado.

fazer um teste, alguma coisa assim, vai com a lei aprovada nesse sentido, e de repente ele, não sei, o currículo dele é tão melhor, mas aquela empresa não decidiu por ele, e se ele colocar na cabeça que ele foi discriminado porque ele é homossexual? Então a interpretação da lei é que é o problema. Então eu, por exemplo, não vejo com bons olhos essas leis. Eu acho que as coisas têm que ser debatidas e eu acho que sempre a sociedade tem que estar preparada para receber certos tipos de leis. Quer ver uma situação que nós passamos e que eu sou totalmente a favor? Lei seca. Esse problema de acidente no trânsito por ingestão de bebida alcoólica já é muito antigo, mas o que nós fizemos? Eu sou totalmente a favor da lei. Aqui em Brasília, no final de semana, nós tivemos mais um caso aí que se a pessoa tivesse cuidado o estudante não estaria morto. Mas nós aprovamos uma lei e jogamos para a sociedade, e qual foi o resultado disso? Negativo. No início as pessoas aceitaram o medo, a partir do momento que a lei ficou flexível, a fiscalização, aquilo aumentou, os crimes voltaram a aumentar, acidentes graves porque a população não estava preparada para receber uma lei daquela de impacto. Eu acho que tudo tem que ser uma coisa bem preparada para a política.

Pesquisadora: E a união civil entre os homossexuais?

Deputado Ricardo Quirino: Eu não concordo não. Eu acho que homem e mulher se completam. Está bom?

Deputado Léo Vivas - Deus não gosta do pecado, mas ama o pecador. Se a pessoa está disposta a renunciar ao pecado, Deus a recebe muito bem. Mas o que eu tenho agora é [...] Estamos correndo o risco de aprovar uma lei nesta Casa que torna crime hediondo uma pessoa fazer qualquer referência ao homossexualismo. Isso fere a liberdade de expressão.

Deputado De Velasco – Bom, aí eu não posso dizer que eu não tenha posição, eu tenho posição. Eu não sei se é homossexualismo ou homossexualidade. Hoje não se fala mais em homossexualismo, que homossexualismo seria doença e homossexualidade seria opção. A palavra de Deus diz que há abominação diante de Deus. O que a palavra de Deus diz nós temos que segui-la. Uma das coisas que mais me arrepia é a pessoa dizer casamento. Casamento é com diferentes, e eu acredito que se possa dizer que nenhum homem com homem e nenhuma mulher com mulher é casal. Casal é diferente, são pares. União civil...Uma vez eu respondi isso e causou um embaraço muito grande entre as pessoas que estavam presentes. Eu disse o seguinte: que eu não posso exigir que todos pensem segundo a palavra de Deus, porque há muitos que não acreditam em Deus. Eu não posso querer que aquele que não acredita em Deus proceda segundo a palavra de Deus e outros que não são cristãos. Então, eu não posso pegar aqueles que não são e querer que eles se moldem pela minha forma. Então, eu disse isso uma vez, que eu não posso colocar sobre um par de homossexuais, que as pessoas chamam de casais e eu não chamo, eu chamo de par, um peso maior do que ele já tem na sociedade. O indivíduo que resolveu optar, ou resolveu descobrir-se, ou assumiu a sua homossexualidade, o seu homossexualismo e convive há 30, 40 anos com uma pessoa, não lhe é justo dividir os bens? Não lhe é justo participar da seguridade social? Eu acho justo, porque, se ele fosse católico, verdadeiramente católico, verdadeiramente protestante, ou evangélico ou cristão, ele não optaria por ser homossexual. Está dando para entender? Então eu acho que eu não posso colocar um peso maior sobre esse indivíduo. Se ele tem aquela vida, eu posso falar com ele o que a palavra de Deus diz que é certo e o que a palavra de Deus diz que é errado, agora, o que eu não posso é querer que ele se pautem pela palavra de Deus, se ele não pertence ao reino de Deus. Eu não posso pegar este indivíduo e querer que ele venha para o meu lado, que ele se separe, que ele perca os bens que ele ajudou a amealhar. Eu acho justo que isso aconteça, mas não como união civil.

Pesquisadora [...] Então, o senhor é contra o projeto da Marta Suplicy?

Deputado De Velasco – Era minha vizinha quase, ela era do mesmo andar que eu e nós nos dávamos muito bem, mas que se encontre outro rótulo, menos ostensivo, ou mais... como contrato civil, sociedade civil, qualquer coisa, menos união. Eu não sei, eu não gosto da palavra, eu não gosto, agora não digo que se exclua o indivíduo dessa possibilidade, é um peso maior. Então eu, por exemplo, seria mais ou menos, vamos imaginar aqui uma coisa com bastante crueza. Eu não posso pegar o indivíduo que sofre de um mal e tirá-lo da sociedade porque ele simplesmente sofre daquele mal, e a medicina já não controla remédio para ele. Eu tenho que cercá-lo de todos os cuidados para que ele continue exercendo o seu direito de ir e vir. Eu não posso pegar um homem que escolheu, optou ou nasceu, conforme agora eles querem dizer que o indivíduo tem alguma parte do seu DNA que o dirija, que o determine a orientação sexual, eu não posso... Se a natureza, entre aspas, determinou dessa maneira eu não posso querer cortar. Eu também não sou favorável à extirpação do sexo para transformar o homem em mulher, e a mulher em homem, as cirurgias, a mudança de sexo. Ninguém muda de sexo, o DNA dele vai continuar sendo DNA de homem, eternamente de homem e o de mulher vai ser eternamente de mulher. Se fizer o exame de sangue, vai ver que a mulher é homem, apenas exteriormente ele não é... Ninguém muda de sexo, ninguém muda. Porque não continuar como homem? Faça igual ao Astolfo da vida, a Rogéria da vida, que diz ela, ou ele, que nunca vai extirpar o seu pênis. Cada um assuma como ela assumiu, ou ele assumiu, não é verdade? E também há uma outra coisa, eu também estudei um pouco sobre o assunto, pois na época eu tinha um colega Deputado que trabalhava em cima dessa questão. O transexual, meu Deus, quem é que pode explicar que em determinado momento da vida intrauterina, aquela criança, aquele feto, aquele ser que estava sendo gerado, assume a identidade contrária de sexo. Ninguém pode. Como isso acontece? Ninguém explica, mas eu estive com alguns. Um baixinho, inclusive, com uma barba bonita e tal, mulher, mas tomava hormônio para poder ter barba, para poder ter uma voz mais grossa, era transexual e algumas meninas imensas, maiores do que eu, de sapato grande e de pescoço grosso, gogozinho e eram mulheres, entre aspas, são homens. É um negócio muito, muito... Olha, a biologia não é muito simples. Até hoje ninguém sabe. A natureza é meio complicada, e a gente não pode, através de um rasgo de inteligência, lançar uma lei que discrimine, ou não incrimine, ou que inclua ou exclua alguém. É muito difícil a gente dizer isso, é muito difícil.

Ao contrário da condescendência do grupo em relação ao aborto e à eutanásia, mesmo que a Bíblia consagre o princípio do “não matarás”¹⁰¹ como mandamento da “Lei de Deus”, o discurso um pouco confuso dos parlamentares *iurdianos* em relação à união civil entre homoafetivos aponta para uma certa insipiência acerca do tema, mas soa inflexível.

Os parlamentares utilizaram como argumento para manterem o preconceito acerca do reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo a “palavra de Deus”, o que talvez indique persistência de um segmento religioso em negar aos indivíduos

¹⁰¹ Cf. *Bíblia*, livro do Êxodo, 20: 13.

direitos inerentes à condição de cidadania, tendo como fundamento a preconceção de que determinado comportamento constitui pecado, crime ou doença. Na impossibilidade legal de manter o rótulo de crime ou doença para o tipo de orientação homossexual, a tentativa conservadora é apelar para a religião atribuindo-lhe a condição de pecado.

Cabe ressaltar que se o “casamento” é entendido como uma instituição social resultante de um acordo entre atores políticos e que deve receber proteção jurídica e reconhecimento da sociedade, é responsabilidade do legislador eleger quem são os destinatários dessa proteção. No caso específico dos *gays*, lésbicas, transsexuais ou outros segmentos de orientação sexual não tradicional para os padrões sociais em vigor, o não reconhecimento de suas uniões por parte dos parlamentares da bancada da *IURD* e de outras bancada conservadoras, não lhes torna disponíveis mecanismos que assegurem direitos civis referentes à condição em que vivem, simultaneamente, contribui para homologar uma espécie de homofobia em relação a um comportamento que na visão dos *neopentecostais* significa “abominação diante de Deus”.

De outro lado, os *iurdianos* também rejeitam o projeto de lei que tenta criminalizar a homofobia, ao incluí-la no rol de crimes hediondo e inafiançáveis, sob a alegação de que qualquer menção contrária à prática homossexual constitui apenas “liberdade de expressão”.

Tomadas em conjunto, as declarações dos entrevistados, embora homofóbicas se justificam no contexto, pois reforçam a impressão de que para o grupo a interpretação da “palavra de Deus” se faz de acordo com os interesses da denominação, ajudando a protelar decisões que consubstanciam a existência de uma lacuna jurídica sobre os temas.

- **Pena de morte e Combate à criminalidade**

Acredita-se que, em razão do significativo contingente de população carcerária que engrossa as fileiras de seguidores da Universal, a criminalidade e a pena de morte são tratadas de uma forma mais benéfica, com mais “compaixão” pelos representantes da *IURD* do que as relações homoafetivas.

Pesquisadora – Então o Senhor é contra a sentença de morte também?

Deputado Marcos Abramo – Sou, eu prefiro a prisão perpétua.

Pesquisadora – Mas o Senhor acha que a nossa lei é muito flexível em relação aos crimes, ou o Senhor acha que deveríamos ter leis mais severas?

Deputado Marcos Abramo – Eu não falei que não existe. Existe tanta lei, existe tanto código, existe tanto artigo, mas eles não são aplicados.

Pesquisadora – O Senhor acha que deveria ser mais rigoroso?

Deputado Marcos Abramo – Deveria ter, sim, uma manutenção em muitos artigos que é aquilo que a gente vê mais acontecendo em nossa sociedade. Prisão perpétua, trabalhos.

Pesquisadora – Mas nessas condições subumanas que os presos vivem, é difícil a questão da recuperação, não é?

Deputado Marcos Abramo - Eu vejo o seguinte, aconteceu lá em Araraquara. Quem destruiu todo o presídio? [...] é provocada pelas rebeliões, pela atitude deles, então a gente está fazendo o quê? Na minha opinião, isso aí é opinião pessoal, e não da igreja. Opinião minha. Eu penso que você tem que fazer o quê? Prisão perpétua? Vamos explicar aos presos, isso, tal é prisão perpétua. Trabalhos forçados têm que ter sim, para a pessoa trabalhar para a sociedade, sem benefícios. Trabalhar fazendo asfaltos, fazendo pontes, trabalhar mesmo, porque já que ele é contra a sociedade, então ele vai ter que prestar esses serviços à sociedade. Trabalhos específicos para determinados presos e determinadas ações. Combater através da mídia outras futuras ações como aquelas que eles cometeram, dizendo que, se fizerem isso, estarão sujeitos a isso.

Pesquisadora – O que o Senhor acha de criminalidade e pena de morte? Duas coisas que estão sendo discutidas ultimamente por causa da violência galopante... Mesmo porque a igreja dá assistência aos presos, às famílias...

Deputado Oliveira Filho – Existem programas a curto, médio e longo prazo... existem atitudes e programas que têm que ser colocados, em pequeno, médio e longo prazo. Temos que investir na educação, não adianta, nós temos que dar opções para as futuras gerações. É preciso haver opções para essas gerações. Hoje o jovem não tem opção. Ele tem que ter um caráter muito forte, ele tem que ter uma criação familiar que está comprometida, a base familiar está comprometida, porque hoje, o que mais cresce são filhos de pais separados, filhos de mães solteiras, crianças e jovens que crescem sem nenhuma referência, e isso não forma um caráter a ponto de a pessoa olhar e resistir ao caminho da facilidade, da contravenção, da criminalidade. Os traficantes nos morros do Rio de Janeiro, e eu falo como carioca, ele vai lá e dá quantas cestas básicas ele quiser, ele dá para as famílias do morro a lista para os idosos de medicamentos, que o idoso precisa, o traficante pratica o serviço social e a ação social e não tem uma lei de responsabilidade fiscal sobre a cabeça dele. O Prefeito que dá uma cesta básica a mais, se um

adversário meu pegar nessa época uma cesta básica e der para uma pessoa e disser: “Foi o Pastor Oliveira que mandou dar”, eu perco o meu mandato e é capaz de me cassarem e, por outro lado, o traficante, a marginalidade tem todo o amparo ilegal de uma lei que não está sendo cumprida, então existem algumas coisas. Pena de morte não é a solução. Assim como eu sou contra um bando de homens sem trabalhar, presos nas penitenciárias, eu penso que os detentos, os presos... é preciso que trabalhem para o seu próprio sustento e para o sustento das suas famílias. Estou sendo duro? Pode até ser. Os direitos humanos vão querer me contestar? Tem até o direito de contestar, não tem problema, mas cada preso hoje no Brasil, em média, custa em torno de mil reais por mês. Enquanto o trabalhador está aí brigando para aprovar um salário mínimo retroativo a abril de R\$350,00. É melhor ir para a prisão, porque aí eu vou ter comida, roupa, mulher, visita íntima, vou poder fazer vídeo conferência, vou ter acesso a celular. É melhor viver naquela cidade lá dentro do que viver e trabalhar nessa cidade aqui fora. Então, tem que botar esse pessoal para trabalhar, para produzir. A reciclagem de papel, construção, nós temos uma série de obras no Paraná e tem que colocar esse pessoal para trabalhar, para o seu próprio sustento e para o sustento da sua família. A bíblia diz: “aquele que não quer trabalhar, também não coma”. Comer às custas (sic) dos outros, sou contra.

Deputado Léo Vivas – O governo tem que manter projetos sociais em parceria com a sociedade. O meu projeto, por exemplo, garante oportunidade para que os menores aprendam uma atividade profissionalizante. Só assim, há alternativas para a criminalidade. Mas, se a pessoa fica sem uma atividade, como acontece na Baixada Fluminense, ela acaba recrutada pelo crime organizado.[...] A pena de morte eu sou contra. Ninguém tem direito sobre a vida além de Deus.

O Deputado Ricardo Quirino, que fez trabalho assistencial em presídios posicionou-se pelo investimento na preparação e remuneração dos policiais para dar força ao combate à criminalidade.

Pesquisadora: Perfeito. E pena de morte? O Senhor que já trabalhou em presídios?

Deputado Ricardo Quirino: Sou contra. A pena de morte eu acho que a sociedade vem evoluindo e a gente não pode evoluir de uma maneira retrógrada . eu sou totalmente contra a pena de morte. Ninguém, nem o Estado... a pena de morte na verdade é o Estado querendo punir mais a pessoa.

Pesquisadora: se bem que existem grupos de extermínio aí que fazem por conta deles, não é? Essas milícias, essas coisas elas fazem a pena de morte por conta deles.

Deputado Ricardo Quirino: Sim, com certeza. Fazem as leis próprias, não é? Não respeitam os direitos humanos. Eu acho que a gente tem que dar chance à pessoa até o último minuto da vida dela, de se arrepender e mostrar que pode fazer algo diferente do que sempre fez.

Pesquisadora: Eu sei que o Senhor já trabalhou, tem experiência em presídio e tudo, o que o Senhor pensa sobre o combate à criminalidade? Qual é a sua abordagem?

Deputado Ricardo Quirino: Eu acho o seguinte, o Estado deixou um vácuo muito grande, onde o crime entrou. Eu estava vendo uma reportagem esses dias na comissão, em que um Diretor de presídio, não me lembro agora, acho que foi de São Paulo, disse o seguinte; que quem mandava ali era determinada facção do crime organizado. Então, eu acho que o combate ao crime, eu acho que a polícia hoje está muito em desvantagem com o crime, ou seja, nós temos poucos policiais, uma criminalidade muito grande organizada, não é? Então isso faz com que em desvantagem o policial as vezes acaba se tornando até bruto. Eu acho que o combate, a polícia trabalha direito, é inteligente, mas eu acho que está em uma desvantagem muito grande. Se nós não tomarmos medidas mais sérias, essa coisa aí do jeito que está nós vamos ter problemas por esses próximos anos no combate a criminalidade, visto que ela vai crescendo, eu não vejo a criminalidade diminuir em lugar nenhum.

Pesquisadora: O Senhor acha que o que efetivamente ajudaria no combate à criminalidade?

Deputado Ricardo Quirino: Aparelhar mais as nossas polícias, cuidar do lado psicológico, porque a gente sabe que nós temos muitos policiais com problemas e dar aos Estados uma condição financeira melhor aos policiais. Eu acho que todo o trabalhador quando ele é bem remunerado, ele tem uma tendência, isso é fato não é? A gente vê muitos casos de policiais envolvidos com corrupção, alguns desvios e eu acho que o trabalhador brasileiro quando ele é bem remunerado e educado, eu acho que ele tem uma probabilidade de se envolver com coisas erradas muito menor. Então eu acho que aparelhar a polícia e dar uma melhor condição de vida para os nossos policiais, assistência à família, é importantíssimo. A polícia hoje enfrenta o crime com armas, imagine o que não vem por aí.

- **Papel da mulher na sociedade e na religião**

Os parlamentares mantêm um discurso favorável à emancipação feminina e concordam em que as mulheres possam ocupar funções pastorais. Contudo, adotam uma postura machista, ao explicarem a razão de as mulheres não ocuparem papéis mais importantes na Universal.

Deputado Jorge – Exatamente...Ela sofre duas discriminações, por ela ser pobre... Aliás, sofre três discriminações, por ela ser pobre, negra e mulher. Então a igreja incentiva exatamente o contrário, que a mulher vá a luta, que ela conquiste. Nós temos na igreja várias mulheres que são empresárias e que passaram a ser depois que frequentaram as nossas reuniões, que ouviu o pastor falar que você tem que abrir o seu próprio negócio...Se você sabe fazer, por que você vai ser empregado? Você pode ser cabeça, então isso é independente da questão do sexo.

[...]

Bom, veja bem, nós temos nas nossas igrejas algumas mulheres que são pastoras. De fato, a maioria dos nossos pastores são homens, até porque, não sei o que acontece, eu não sei se é uma questão cultural dentro do evangelho, por exemplo, aqui se você for em outras organizações você vai encontrar

mulheres também que são pastoras, mas eu não sei se é por conta da sociedade. Porque... o que acontece? O pastor é o responsável da igreja, e a gente já percebeu que, quando o pastor é ela, o marido fica meio que... porque a sociedade brasileira é machista, quando você vê uma mulher que tem marido e que ela que manda na igreja, ela que toma decisões na hora, ela que resolve, a gente já percebeu que em alguns casos começou a ter conflito...Mas a igreja não restringe a participação da mulher, só que outras mulheres têm procurado a igreja e têm se lançado como pastoras.

Deputado Oliveira Filho – Eu acho que as mulheres, a bíblia diz que as mulheres são o ponto de equilíbrio. A mulher sábia ela constrói, a louca destrói. Eu tenho um exemplo de um homem, que (sic) a mulher veio a sair de casa, que o homem tenha ficado, tenha cuidado dos filhos, tenha lutado pela sobrevivência dos seus filhos. Agora eu tenho cem, cento e cinquenta, duzentos exemplos de homem que saem de casa e a mulher não precisou recorrer ao homem, sustentou os seus filhos, trabalhou, lutou, então, a mulher é um exemplo. Assim como a mulher é o equilíbrio na família, a mulher na sociedade também é o equilíbrio da sociedade. Agora, vejo que a mulher participa pouco, principalmente das questões políticas, porque está ainda muito atrelada à opinião dos homens, dos maridos, dos companheiros, haja vista que embora nós tenhamos 30% de vagas garantidas para a disputa de qualquer cargo às mulheres, nenhum partido, por maior que seja, consegue completar essas vagas. Quando chega a metade dessas vagas é um milagre, porque as mulheres ainda não se despertaram para a questão da política, mesmo porque, culturalmente, a mulher foi criada pelos pais, pelas mães com uma cultura de que ela teria que ser uma boa dona de casa, uma boa cozinheira, tinha que tratar bem do seu marido, tinha que tratar bem dos seus filhos, e então, ela foi criada apenas para ser mãe, quando a mulher é muito mais do que isso. Além de ser mãe, mulher, companheira, ela é uma pessoa importantíssima, porque ela é o termômetro das coisas que acontecem na nossa sociedade, embora, às vezes, politicamente, ela tenha dificuldade de se lançar, de participar, mesmo porque eu vejo uma dificuldade entre as próprias mulheres. Existe assim uma discriminação entre as próprias mulheres. As mulheres hoje são a maioria, então eu acho que as mulheres hoje são muito machistas, estão muito machistas para o meu gosto.

Pesquisadora – Eu conversei com o Deputado Jorge Pinheiro e eu não sabia que existiam Pastoras na Igreja Universal, e ele falou que existe, só que são poucas, porque as mulheres se sentem constrangidas de ocuparem essas posições.

Deputado Oliveira Filho – É, porque há uma inversão. Deus, quando criou a mulher, ele não tirou da cabeça de Adão para que justamente ela não ficasse por cima do homem, mas também não tirou da sola do pé, para que também não ficasse abaixo do homem, tirou da costela, que é para ficar ao lado. Não tem essa de ficar acima ou abaixo, está ao lado e, às vezes, uma mulher na igreja, quando ela é convidada a ser pastora ela pensa: ‘Opa, vou ficar acima do meu marido que é obreiro e como é que vai ser essa relação? Ele é o cabeça, é o marido em casa, mas quando chega na igreja eu sou a pastora’. Então ela vê, ela tem dificuldade de assimilar e de trabalhar isso dentro da sua cabeça. Então é difícil essa questão, trabalhar essas questões dentro da própria mulher.

Pesquisadora – Como o Senhor acha que deve ser o papel da mulher na sociedade?

Deputado Marcos Abramo – A mulher tem que ter o espaço dela, com certeza. Tem um ditado que eu não concordo muito que é que atrás de um grande homem existe uma grande mulher. A mulher não foi feita para ficar atrás do homem, a mulher foi feita para estar ao lado do homem. Do lado de um grande homem existe uma grande mulher. A mulher tem mais sensibilidade, a mulher tem algo diferente e isso é até desde a criação do mundo. Quando Deus fez a mulher, fez ela (sic) de uma forma que pudesse

ter sensibilidade, observar coisas para completar o homem. Mas o que acontece? Hoje o mundo não é um mundo... Existem, sim, os machistas, mas a gente tem que analisar o seguinte: a mulher é mãe, a mulher tem vida, tem coisas, têm ideais e são competentes. Eu sou a favor e dou todo o apoio às mulheres, porque tenho uma filha que é mulher. Se eu olho para uma mulher e coloco um obstáculo desses, eu estou discriminando minha própria filha, com certeza.

Pesquisadora – Abrir caminhos dentro do mercado de trabalho, abrir caminhos dentro da família, dentro da sociedade...

Deputado Marcos Abramo – Com certeza. Eu dou todo o apoio.

O depoimento do Deputado Oliveira Filho sobre as mulheres tenta inverter o ônus da situação e culpabilizar a própria mulher pela discriminação social contra elas, quando afirma:

Opa! vou ficar acima do meu marido que é obreiro e como é que vai ser essa relação? Ele é o cabeça, é o marido em casa, mas quando chega na igreja eu sou a pastora”. Então ela vê, ela tem dificuldade de assimilar e de trabalhar isso dentro da sua cabeça.

- **Apoio dos partidos políticos**

Quanto aos partidos, embora os parlamentares alegassem uma afinidade ideológica na escolha da legenda à qual se filiaram, acabaram declinando que nas votações a “consciência” é mais importante que a filiação partidária. Alguns insistem que há independência entre Igreja e política.

Pesquisadora – E como é que o Senhor participa do partido ao qual o senhor é filiado?

Deputado Marcos Abramo – É aquilo que eu falo. Enquanto eu estava no PFL, eu seguia a orientação do PFL de mudar o meu voto, sendo que (sic) se existia alguma votação para beneficiar a população e o PFL era contra, eu votava a favor. A minha fidelidade 100% é com a minha consciência e não com o partido. Sou filiado ao partido? Sim, mas [...]

Pesquisadora – E o novo partido?

Deputado Oliveira Filho – O novo partido é uma semente que está plantada, é uma semente que pode dar uma árvore muito boa. Continuo no PL, sou Presidente do partido Liberal, acredito nas intenções, no liberalismo do nosso programa. O PRP é uma boa alternativa para o futuro. Nenhuma árvore nasce grande, nenhum adulto nasce grande, todos têm que passar por um processo, e isso leva um tempo, de amadurecimento, de vocação ideológica, de vocação partidária, de posicionamento com as questões de âmbito nacional. Então, tudo isso tem que ser trabalhado.

Pesquisadora – Mas não como uma coisa exclusiva da igreja, não é?

Deputado Oliveira Filho – Nunca foi. A igreja não pode ter partido. O partido não é da igreja e nunca foi. Muito pelo contrário, as pessoas acham que a igreja exerce algum tipo de pressão ou interferência política e não é verdade, o partido nasceu de uma conscientização nossa que somos, sim, ligados à igreja, mas nós precisamos criar, nós tivemos essa atitude. Nas votações você pode observar que existem Deputados que são ligados e que votam contra, e outros que votam a favor, que votam de acordo com o seu partido... Então, não existe uma coisa ligada à igreja, não pode haver.

Deputado Ricardo Quirino: Olha, nem do partido eu sou. Não sei amanhã. Mas que, não sei, cada um tem direito a sonhar com aquilo que quer. Agora, partido político está fora da igreja, tem Deputados da igreja. Hoje na verdade...

Pesquisadora: Mas é porque foi uma iniciativa assim, as primeiras assinaturas foram de alguns políticos vinculados a igreja.

Deputado Ricardo Quirino: Mas não vou dizer que teve participação nisso e naquilo outro. Nós temos dentro da igreja hoje militantes de vários partidos. Nós temos membros da igreja que são candidatos em outros partidos. Nós temos um Deputado aqui que é Federal, eu não vou falar o nome dele porque eu esqueci, que ele é membro da igreja há anos, as vezes assistia a cultos comigo aqui no CONIC e é Deputado Federal totalmente fora da igreja, totalmente... ele tem o eleitorado dele que é de outro partido, se eu não me engano é do PMDB, aí você vê que a igreja é uma democracia. Nós no último pleito em 2006, nós tivemos vários membros da igreja que concorreram por conta própria, para você vê que essa questão de partido, influencia não existe. Concorrendo por conta própria, já que sua campanha normalmente aí fora é totalmente independente da igreja, e deve ter um monte por aí, porque qualquer pessoa pode concorrer.

- **Projetos políticos para o futuro**

Os parlamentares não escondem o interesse de continuar participando ativamente da vida político-partidária atrelada às suas funções sacerdotais. Alguns têm pretensões mais ousadas para o futuro e sonham com cargos no Executivo, para terem acesso próximo às agendas de prioridade governamentais.

Pesquisadora – Deputado, quais são as suas pretensões políticas?

Deputado Marcos Abramo – Eu não sei o que vai ser do amanhã, eu sei que hoje estou plantando. Eu tenho o meu desejo de ir para o executivo, para ter mais experiência, mais bagagem, para saber como você administra tudo o que o povo dá. Para você saber tudo o que você tem em suas mãos, mas isso não depende só de mim, depende de um conjunto.

Pesquisadora – Mas o Senhor é candidato à reeleição?

Deputado Marcos Abramo – Estou como candidato, mas estadual.

Pesquisadora – Apoiado pela igreja?

Deputado Marcos Abramo – Olha, a gente está passando por [...], eu não sei se vou ter apoio integral ou não. Eu sei que eu tenho um objetivo e já falaram para mim que eu não posso falar.

Pesquisadora – O Senhor não é candidato a federal, o Senhor é candidato a estadual?

Deputado Marcos Abramo – Estadual.

Pesquisadora – O Senhor vai voltar para São Paulo?

Deputado Marcos Abramo – É, eu vou fazer um trabalho em São Paulo.

Pesquisadora – Quais são os seus projetos politicamente?

Deputado Oliveira Filho – Os meus projetos são de curtíssimo prazo, eu não penso muito a longo prazo (sic), mesmo porque o amanhã não me pertence. Hoje a minha realidade seria um novo mandato para a reeleição na Câmara dos Deputados, é nisso que eu trabalho, é nisso (sic) que eu me dedico, sem esquecer os trabalhos que eu tenho que fazer, sem que isso venha a atrapalhar a minha atividade parlamentar, as minhas atividades nas comissões, no Congresso, nas votações. Os meus projetos são de curtíssimo prazo. Eu acho que as coisas... Assim como não houve um planejamento para eu entrar na política, eu não tenho que ficar fazendo projeto a longo prazo. Meu projeto é cumprir bem meu mandato que termina em janeiro de 2007 e, em outubro, tentar renovar mais um mandato para mais quatro anos.

Pesquisadora – E os seus planos para o futuro?

Deputado Jorge Pinheiro – Bem, eu venho, a princípio, candidato a Deputado Federal. Há uma conversa...eu recebi alguns convites e talvez eu sair para Vice-Governador. Porque o que se pensa em Brasília? Aquela dobradinha que deu tão certo com o Governador Roriz, com um bispo evangélico para puxar o segmento evangélico e agregar esses segmentos. Então como outro segmento evangélico gostaria muito de ter um Vice, e a gente já esteve conversando com várias lideranças, e eles aprovaram meu nome e houve o convite por parte do Deputado José Roberto Arruda e houve também o convite por parte do Deputado Agnelo Queiroz. Nós estamos aguardando, até porque o José Roberto Arruda não é definido ou não se ele é candidato. Eu já falei com o Agnelo; “Agnelo, é muito simpática a sua aliança, só que eu já tenho um compromisso anterior com o Deputado Arruda. Se ele for candidato, eu acho que ele ganha no primeiro turno e você não teria chance, mas se ele não for candidato, aí libera tudo, aí nós não teremos mais compromisso e a gente pode até avaliar, conversar e tentar”. Porque ele fala que o melhor vice para ele, Agnelo, seria Jorge Pinheiro. Por quê? Porque ele é comunista

Pesquisadora – É isso que eu ia perguntar, não fica uma aliança meio estranha?

Deputado Jorge Pinheiro – Não, porque a aliança não seria com o PCdoB, a aliança seria com o Agnelo. Se fosse com outro, não daria certo. Aí você fala, é uma aliança fácil? Não. A pessoa do Agnelo extrapola as questões do PCdoB, é um cara maravilhoso, não é radical, é um cara bacana, vai nas igrejas, gosta do segmento... Então, é uma pessoa que a gente teria muita oportunidade de trabalhar com ele como governador. É uma aliança complicada, você tem toda razão, as ideologias são bem diferentes, então fazer o quê? Isso seria o plano B, mas eu digo para você que eu sou candidato a Deputado Federal. Claro que, se amanhã surgir uma proposta boa, que mostre que seja viável, porque eu não vou trocar uma reeleição, que eu não vou dizer que é certa, porque depende de uma eleição, mas eu estou confiante na minha reeleição, trocar uma reeleição, digamos que garantida por uma aventura de um negócio que não vai dar certo lá na frente. Eu fico sem mandato, tropecei e, então, eu não quero isso. Eu estou seguindo uma carreira

política e eu acho que nesse momento uma decisão errada pode atrapalhar tudo. Então, eu sou candidato a Deputado Federal.

Deputado Ricardo Quirino: Bom, deixar de ser suplente, passar a ser titular, não é? E outro projeto que eu tenho, talvez é de concorrer a uma vaga na Câmara Legislativa do Distrito Federal para estar mais próximo do povo e poder tomar decisões mais próximas à população, sociedade brasileira, porque a gente sente um pouco falta disso aqui na Câmara Federal, de algum projeto. Se for da vontade de Deus.

No caso do Deputado Paulo de Velasco, que foi afastado da Igreja pelo bispo Macedo, também há planos para o futuro. Ele gostaria de voltar à política, mas depende de apoio financeiro e logístico, sem os quais ele afirmou que não teriam sido possíveis suas bem sucedidas candidaturas no passado.

Deputado De Velasco – Eu gostaria de voltar à política para mais um mandato na Câmara, mas gostaria de voltar com uma infraestrutura igual a que a Igreja Universal me deu. Sem recursos não se pode fazer nada.

De todo o exposto, as entrevistas revelam, em geral, a identidade entre a *IURD* e seus representantes. Por mais que tentem negar a influência da denominação no exercício dos mandatos, ela se mostra mais evidente que a vinculação ideológica dos Deputados às legendas pelas quais foram eleitos.

O discurso dos parlamentares da *IURD* é coerente com toda a sua prática e reforça a existência do fisiologismo, do clientelismo e da forte relação entre a orientação da Igreja e as posições adotadas pelos *iurdianos*. Na legislatura passada, tal evidência foi materializada na “orquestração” de emendas orçamentárias que privilegiavam organizações sociais dirigidas pela cúpula da Universal como a ABC, a Pestalozzi São Paulo e os programas de inclusão digital e de capacitação de guias de turismo capitaneados pelo *Instituto Ressoar*.

A tentativa dos representantes de desvincular a atuação política empreendida nas últimas três legislaturas no Congresso Nacional de um comportamento atrelado ao grupo de pressão que os congrega é vã. Contudo, é falacioso afirmar que tal forma de

proceder é diferenciada da de outros grupos religiosos ou segmentos organizados da sociedade. Admitida a natureza análoga desse tipo de conduta em diversos grupos, é forçoso reconhecer os limites perversos que se colocam para a consolidação de uma sociedade democrática, inclusiva e plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que escrevia a última parte deste trabalho, a *IURD* voltou a ser alvo de denúncias pelos mesmos fatos que a levaram à manchete dos jornais na década de 1990. O líder da Igreja, bispo Edir Macedo, foi novamente denunciado na 6ª Vara Criminal de São Paulo pelo Ministério Público por envolvimento em “desvio de recursos da instituição religiosa para a compra de empresas de comunicação e outros bens” e, ainda, por falsificação de documentos e lavagem de dinheiro.

A *Rede Globo de Televisão* destacou a matéria em seus principais programas jornalísticos diários do dia 11 de agosto de 2009. O impacto da notícia se espalhou em todo o território nacional, e a *Rede Record de Televisão* respondeu às acusações no dia seguinte com uma série de insinuações sobre a família Marinho, proprietária da Rede Globo, que incluíam favorecimento do governo em empréstimos bilionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e chegou a exibir um programa de nome Repórter Record em que mostrava matérias comprometedoras sobre o grupo de Roberto Marinho.

E o empresariado da *IURD* foi além. Na terceira semana de setembro, a *Folha Universal*, periódico semanal da Igreja, dedicou sua edição especial a acusações contra a família Marinho e seu conglomerado de empresas na área de telecomunicações. Chama atenção que naquele jornal há uma vasta reportagem que mostra o trabalho da Universal com os presidiários, com os menores infratores e com os moradores de rua. A chamada para a reportagem ressalta: “Em troca de quê? Eles não dão dízimo, nem ofertas. Excluídos pela sociedade, vivem nas ruas e superlotam o sistema penitenciário. Mas recebem da Igreja Universal o mesmo tipo de ajuda que qualquer pessoa que chega

aos seus templos: solidariedade e fé”¹⁰². Em seguida, a *Folha* mostra a reportagem principal denominada “Motivos por que a Globo faz tão mal ao país”, na qual o jornalista tenta divulgar o envolvimento da Rede Globo com falsificação de documentos, ligações com a Ditadura Militar, favorecimentos ilícitos do governo brasileiro na utilização de terrenos públicos e autopromoção com dinheiro público, como é o caso do Museu do Futebol, no Estádio Pacaembu de São Paulo.

Um aspecto digno de destaque é que o que seria um “modesto jornalzinho” da *IURD* saiu com tiragem de 3.500.000 exemplares, enquanto a tiragem normal do periódico é de 2.000.000 de exemplares. A distribuição da *Folha Universal* que se restringia às proximidades dos templos da denominação foi feita em locais com grande concentração de pessoas, como feiras, estações rodoviárias, repartições públicas, mercados, *shoppings* e estádios. Nessas práticas, a igreja difere bem pouco de sua principal rival na área de telecomunicações, pois se utiliza de todo o seu poder midiático para rebater as ofensas que sofreu.

Nesta tese, tentou-se fazer uma revisão da trajetória política da *IURD*, a fim de averiguar os impactos da inserção da Igreja no cenário brasileiro.

Assim, concentrando-se em buscar raízes e elementos históricos, refletiu-se sobre a origem do *neopentecostalismo* desde os primeiros passos nos EUA até a consolidação do movimento no Brasil, quais as implicações da sua expansão, de seu engajamento político e de suas formas de ação inovadoras.

Em um segundo momento, reservou-se espaço para discutir como se formou e se consolidou o Estado no Brasil; como se estabeleceram aqui as relações sociopolíticas e como se originaram a sobreposição da esfera pública e privada e a existência de práticas sociais de clientelismo e populismo que se imbricaram na esfera política. Ao mesmo

¹⁰² Extraído da *Folha Universal* – edição 911 - semanal de 20 a 26 de setembro de 2009, p. 5i-6i.

tempo, tentou-se compreender a congruência da *Teologia do Domínio*, que em parte inspira o *modus operandi* da Universal, com a cultura sociopolítica brasileira.

Com esse pano de fundo, o foco de análise concentrou-se no objeto preciso da tese, ou seja, a atuação política da *IURD*, suas práticas, discursos e atividades no campo político.

Assim, o trajeto escolhido reuniu um exame mais profundo do comportamento dos parlamentares da *IURD* na Câmara dos Deputados nas legislaturas de 1999-2003, de 2003-2007 e de 2007-2009 (parcial). Para isso, pesquisou-se material da produção legislativa, dentre os quais as proposições apresentadas, as emendas orçamentárias, as atas de sessão e votação. Foram objetos de observação também os escândalos que envolveram os líderes da Universal e as repercussões desses acontecimentos para um suposto projeto político da denominação. Ao lado de tal eixo de análise, buscou-se, simultaneamente, observar como a *IURD* intercambia seus capitais simbólicos, destacadamente na esfera política, midiática e religiosa e de que modo essa troca fomenta o desempenho da instituição nas várias áreas em que atua.

Em dimensão importante estas reflexões se dirigiram – de acordo com as entrevistas realizadas –, com o objetivo de verificar se havia ou não coerência entre a prédica e a prática dos representantes *iurdianos* e quais os possíveis desdobramentos dessas atuações.

Ao final desta análise, cabem algumas reflexões sobre a inserção sociopolítica dos *neopentecostais* (representados aqui pelos parlamentares da *IURD*) e suas implicações para a democracia no Brasil.

O comportamento da Universal não é estranho nem novo. A Igreja é parte de um grupo que oferta bens simbólicos e representa uma forma de assédio a todos os poderes

constituídos, inclusive em suas microcapilaridades. A expansão política de sua atuação é apenas uma consequência do projeto estratégico, minuciosamente articulado pela cúpula da *IURD* guiada por Edir Macedo.

Embora a maior parte dos seguidores da Universal desconheça o seu principal objetivo, da mesma forma que a população em geral, está claro que, pelo avanço de vários braços empresariais, o projeto de poder *iurdiano* extrapola campos estanques e interage em uma proposta muito mais ousada e em longo prazo. A apresentação de um programa de atividades de cunho assistencial-midiático partilha dessa atuação.

Considerando os antecedentes da Igreja, o retrocesso no tamanho da bancada da Universal da atual legislatura no Congresso Nacional pode ser interpretado como um recuo provisório, mediante as acusações de envolvimento dos deputados da *IURD* em casos de corrupção enfatizados pela mídia. A atuação discreta da bancada atual deve ser justificada pela mesma causa, o que não significa, contudo, que haja um desmonte no quadro político da denominação. Ao contrário, indica que o trajeto traçado pela Igreja talvez aguarde uma oportunidade mais segura para se desenvolver, na qual haja maior clareza de propósitos e uma estrutura de “engenharia eleitoral” que atenda ao anseio de recuperação dos quadros políticos dentro da expectativa de manutenção do discurso de moralidade e ética que sustentou a atuação dos parlamentares *iurdianos* até o advento dos escândalos que abarcaram seus nomes.

Notando o que indica Schwartzman (2008, p. 7) sobre a UDN e aplicando à *IURD*, é preciso salientar que políticos corruptos, no trato da coisa pública, podem manter relações bastante éticas com seus eleitores. No caso em tela, o afastamento do macrocenário nacional de certos políticos suspeitos, aliado ao retorno destes nas eleições municipais de 2008, incluindo os ex-deputados federais Vieira Reis, Marcos Abramo, Marcos de Jesus, Edna Macedo e Aldir Cabral, como candidatos a vereador,

parece conduzir ao entendimento de que, para representantes e para os seus representados (seguidores da Universal), o setor público é encarado apenas como um “manancial de recursos que podem e devem ser explorados, aí sim de forma predatória, em benefício próprio e de seus eleitores”. Tudo leva a ressaltar que se o político tiver condições de angariar recursos públicos para atendimento das necessidades de seu grupo de interesse que permanece na “sombra”, a oportunidade para políticas corruptas poderá se ampliar. Nessa direção, tais práticas acenariam simultaneamente para o descompromisso que existe entre ações dos parlamentares e seus efeitos, isto é, a dissociação entre responsabilidade do político com o resultado de seus atos. Afinal, no Brasil, políticos e cidadãos, por mais coligados que estejam a grupos de interesses comuns, sempre mantêm um relacionamento hierarquizado e distante, motivo pelo qual o eleitor tem escassas possibilidades de avaliar e cobrar resultados.

Acredita-se que essa desarticulação existente entre representantes e representados é consequência da crise detectada no sistema representativo para dar conta da real demanda destes últimos. Assim, mudanças no sistema eleitoral e no sistema de governo seriam demandadas no interior de uma reforma política que contemple uma maior flexibilidade e aproximação do eleito com seu eleitor. Embora esteja na pauta do Congresso Nacional para discussão imediata, a Reforma Política em votação deixa entrever que não iria muito além do cenário atual, e propõe uma estrutura eleitoral e de governo quase incólumes quanto a uma real transformação de estruturas políticas contaminadas pelo conservadorismo e fisiologismo.

No âmbito das discussões referentes a uma transformação mais profunda da estrutura político-partidária destacam-se alguns pontos na agenda: mudança nas regras para a criação de partidos, a fim de fortalecer as legendas mais estruturadas, em detrimento das legendas sub-representadas; nos critérios de filiação partidária, com o

objetivo de fortalecer as siglas, contrariamente às candidaturas fisiológicas; no sistema de voto, fortalecendo a proposta de divisão do Brasil em distritos eleitorais e o sistema de votação em listas fechadas, os quais permitem escolhas mais democráticas e um maior respeito aos candidatos; e, finalmente, no sistema de governo, para que o parlamento se torne mais forte, um sistema em que o Poder Executivo perca poder de cooptação do Legislativo, e os cidadãos possam ter mecanismos mais diretos de participação política.

De todo o exposto, estão em curso alterações no cenário religioso no plano mundial, dado que a religião e a religiosidade vêm assumindo novas feições, novas ressignificações e, portanto, novos espaços na vida das pessoas, sob o signo da globalização e do pluralismo. É possível identificar muitos pontos dessa “releitura da fé”, especialmente quando a ela se relacionam fatores culturais, sociais e políticos, conforme a revisão aqui desenvolvida.

Ao mesmo tempo, tudo indica que, no cenário atual, a esfera de representação política toma novos contornos e nela emergem novas necessidades coletivas, em razão do aparecimento de novos atores ávidos por acesso ao poder do Estado e às prebendas que lhes são inerentes.

Ainda que sob ressalvas, mediante as análises críticas sobre suas formas de operabilidade e consolidação, o *neopentecostalismo* emergente no Brasil é real e se traduz em grande expectativa para observadores e teóricos, não apenas na transformação do *status* da religiosidade do País, mas ainda na alteração da agenda político-partidária na sua perspectiva histórica.

A despeito das dificuldades encontradas pela Universal para substituir sua maior liderança encarnada pelo bispo Rodrigues, que voltou a atuar nos bastidores da Igreja e

no gerenciamento de suas mídias, é perigoso desprezar o potencial político da denominação, pois que outros atores religiosos que a representam, se espalham em cargos públicos do Executivo em todo o Brasil e em cargos eletivos dos Legislativos municipais desde a eleição de 2008. O bispo Rodrigues, tal como expressou o pastor Paulo de Velasco em entrevista, representou um marco histórico para os planos de ampliação da *IURD*:

Deputado De Velasco – Eu vivo essa pergunta sua. Eu acho que não. Por que eu acho que não? O resultado está aí e nós temos que ir para o resultado, e depois disso, eu digo isto e repito e já escrevi, para substituí-lo precisaria de três pessoas. Ele conseguia incorporar na sua maneira de agir, ele conseguia incorporar coisas que não há quase sempre numa só pessoa. Para que o comunismo fosse adiante, precisou de duas pessoas. Precisou de Marx como intelectual e precisou de Lênin [...] para ser o grande implantador do comunismo. Porque existe o intelectual e o prático: e ele conseguia unir essas duas coisas. Ele tinha a parte intelectual, não que fosse uma pessoa de estudo, mas era uma pessoa de uma inteligência absorvente e ele conseguia então pela parte intelectual para intuir todas essas coisas e depois colocá-las em prática.

Diante do quadro que ora se apresenta, é plausível pensar numa recuperação política pela bancada da *IURD* e de outras denominações evangélicas no pleito de 2010. Enquanto os holofotes se posicionam sobre a campanha presidencial, elementos da Igreja, a qual detém para seu partido a Vice-Presidência da República, se articulam nos estados e municípios para obter mais uma vez resultados eleitorais pragmáticos. É de se supor que para isso, deverão recorrer a outros partidos incorporando seus quadros políticos às legendas que permitam uma maior capacidade de eleição de candidatos.

As mídias de propriedade da *IURD* continuaram sendo usadas ativamente, junto à Igreja, ao partido e às entidades assistenciais, formando um todo indissociável que promove intercâmbio de capital simbólico, e fomentam a expansão do grupo Universal em todos os sentidos e direções da sociedade. Acerca disso é necessário ressaltar que o processo de midiaticização das entidades e das ações assistenciais da Igreja serve como

uma ferramenta poderosa para atrair simpatias e levar contingentes cada vez maiores de despossuídos materiais e morais aos templos e cultos promovidos pela *IURD*.

A análise do discurso dos parlamentares, de acordo com as entrevistas feitas nesta tese especificamente e com outros depoimentos colhidos nos meios de comunicação de massa, leva a crer que há uma afinidade entre a *IURD* e o discurso das classes dominantes conservadoras, bem mais ampla do que se poderia imaginar. Sua forma de atuar no poder repete aquela postura utilizada pelas elites econômicas, políticas e culturais que se entendem como portadoras do direito de governar por meio de uma rede de favores e clientela.

Os padrões de representação, contudo, são mais intrigantes se analisado o discurso de moralidade pregado entre *os iurdianos* em comparação às suas práticas, na maior parte das vezes condizentes com a atuação política dos demais grupos de interesses brasileiros, pois reproduzem o clientelismo e o corporativismo constituídos como expressivos sinais que pontuam constantemente as relações entre os parlamentares e seus eleitores, ora na defesa de posições contra a união entre homossexuais¹⁰³; ora em busca de verbas orçamentárias para determinados redutos de microempresários; ou na flexibilização das relações trabalhistas e previdenciárias; ou, ainda, nos debates sobre concessões de emissoras de rádio e televisão.

Considerando outro aspecto democrático, a fragilidade das instituições políticas locais são características observáveis ao longo da História do Brasil, principalmente quanto aos partidos, que esvaziaram seus programas políticos e servem hoje com pragmatismo como anteparos jurídico-legais para candidaturas oriundas de grupos de interesses com algumas afinidades ideológicas que lhes restam. Ordinariamente, essas

¹⁰³ Sobre isso consideramos interessante a apresentação do Projeto de Lei nº. 312/2004 pelo Senador Marcelo Crivella, bispo da Universal que trata da permissão de aborto para fetos anencefálicos ou portadores de outras anomalias.

legendas vêm transferindo gradativamente suas funções para grupos de interesse e pressão. Tais causas dão margem às investidas estratégicas e bem sucedidas, por instituições conhecidas como novas formas representativas, cuja estrutura beneficie especificamente algum grupo social ávido por acesso. No caso da *IURD*, a proposta se fundamenta em uma doutrina que “facilita” o contato entre o ser humano e o sagrado e permeia a vida material de seus adeptos com progresso. Geralmente estigmatizados sob a pecha de despossuídos, os trabalhadores braçais e pequenos comerciantes de quiosques ambulantes e de barracas em feiras públicas, que frequentam os cultos, credenciam os líderes da denominação como portadores, também, de solução política.

À luz dessas ações, em um primeiro momento, é possível entender, com base em seu posicionamento público e de seus representantes, que a *IURD* reforça posicionamentos à direita política, conforme se tem observado, ainda que não delineie claramente um atrelamento de sua cúpula a um matiz ideológico. Entretanto, tal procedimento não quer dizer que esse posicionamento representaria um retrocesso no processo democrático brasileiro.

Remanesce, portanto, a necessidade de aprofundamento das considerações desta tese, indagando sua argumentação e analisando momentos e contextos específicos. Refletir, enfim, sobre o posicionamento político de seus representantes em diversificadas situações.

Por fim, cabe refletir que os resultados obtidos pela *IURD* nos últimos dez anos ajudam a reforçar a tese de que o “espírito do capitalismo”, debatido por Weber, se incorpora em todas as instituições estáveis e duráveis e as enfraquece. As feições institucionais se misturam no emaranhado culto ao dinheiro, na compressão das noções de tempo e espaço e na reificação do mercado especulativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *L'ouvert. De l'homme et de l'animal*. Col. Bibliothèque Rivages. Paris: Payot & Rivages, 2002.

_____. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Búrigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002b.

_____. *Estado de exceção*. Tradução: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARAÚJO, João Patrício de. *A Igreja Católica e a Formação do Ocidente Cristão: da Europa para a América Latina*. Comunicação Coordenada do Simpósio Nacional “As Muitas Faces do Catolicismo”. Cehila Brasil – Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina. São Paulo, 2005.

ARENDT, Hannah. *On violence*. Londres: The Penguin Press, 1970,

_____. *A Condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. *Origens do Totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. *Informação e documentação: referências – elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

_____. NBR 14724. *Informação e documentação: trabalhos acadêmicos – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

_____. NBR 10520. *Informação e documentação: citações em documentos – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. NBR 6024. *Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro e EDUSP, 1969.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo Annablume: São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BAQUERO, Marcello. *Crise da mediação política na América Latina: o declínio dos partidos políticos*. Porto Alegre: Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1999.

_____. *A vulnerabilidade dos partidos políticos na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

BARROS, Monica do Nascimento. *A Batalha do Armageddon: uma análise do repertório mágico-religioso proposto pela Igreja Universal do Reino de Deus*. 1995. 203p. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

- BARTH, Karl. *Introdução à teologia evangélica*. São Leopoldo: Sinodal, 1977.
- BASTIAN, Jean-Pierre. La Mutación del protestantismo latinoamericano: una perspectiva socio-histórica. In: GUTIERREZ, Tomás (org.). *Protestantismo y cultura en America Latina: aportes y proyecciones*. Quito: Clai-Cehila, 1994a.
- _____. *Protestantismos y Modernidad LatinoAmericana*. Historia de unas minorias religiosas activas en América Latina. Tradução de José Esteban Calderón. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1994b.
- BENEVIDES, Maria Vitória Mesquita. *UDN e udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. *Obras escolhidas: Magia e técnica. Arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Le capitalisme comme religion in: TIEDEMANN, R e SCHWEPENHAUSER, H. (orgs.) *Fragmentes philosophiques, politiques, crituques, littéraires*. Traduzido do alemão por Christophe Jouanlanne e Jean-François Porier. Paris: PUF, 2000, p. 111-113.
- BETTO (frei). *Fome de pão e de beleza*. São Paulo: Siciliano, 1990.
- BITTENCOURT FILHO, José. *Crescimento dos evangélicos: notas a propósito do CIN*. Revista Tempo e Presença, n. 264, 1992.
- _____. Remédio amargo. In: ANTONIAZZI, A et al. *Nem anjos nem demônios – interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 24-33.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*, Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- BOFF, Leonardo. *Nova evangelização; perspectiva dos oprimidos*. 3ª ed. Fortaleza: Vozes, 1991.
- BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Revista Opinião Pública*. Campinas, vol. X, nº 2, outubro, 2004, p.288-338.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Tradução, organização e seleção: Sérgio Miceli. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. *Poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BURITY, Joanildo Albuquerque. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *REVER, Revista de Estudos da Religião*, nº 4. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, PUC, 2001.
- _____. *Redes Sociais o Lugar da Religião no Enfrentamento de Situações de Pobreza: um acercamento preliminar*. Texto da categoria Ciência Política da Fundação Joaquim Nabuco, s/d. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 21.8. 2006.

BURITY, Joanildo A. & MACHADO, Maria das Dores C.(orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

CAMPOS, Bernardo. *Da Reforma Protestante à Pentecostalidade da Igreja*. Londrina: CLAI, Conselho Latino Americano de Igrejas/Editora Sinodal, 1998.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, Templo e Mercado*. Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. A Igreja Universal do Reino de Deus, um empreendimento religioso atual e seus modos de expansão (Brasil, África e Europa). *Des Protestantismes – em lusophonie catholique*. Paris: Lusotopie, 1999.

_____. Evangélicos Ganham Voz. Simpósio ‘Religião e Política: os grupos religiosos e a política no Brasil’. Anais da 57ª Reunião do SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Fortaleza, 17 a 22 de julho de 2005. *Cadernos SBPC*, 2005.

CASTRO, Susana de. O Enigma de Hannah. *Revista Cult*, nº 99. São Paulo: Bregantini, janeiro de 2006.

CHARADEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, HUGO; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (orgs.). *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, p. 295-315.

CHAUÍ, Marilena. Público, privado e despotismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.345-390.

_____. *Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

_____. *Convite à Filosofia*. A Metafísica. São Paulo: Ática, 2003.

_____. Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político. In: NOVAES, Adauto (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 5. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b.

_____. O Retorno do Teológico-Político. In: CARDOSO Sérgio (org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004c.

_____. *Filosofia Moderna*. Textos de Filosofia do LABFIL, Laboratório de Recursos Áudio-Visuais em Filosofia. Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenação de Marco Antonio Franciotti. Florianópolis, s/d. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/textos.htm> Acesso 10.07.2006.

CHILTON, David. *Days of Vengeance* Horn Lake, MS: Dominion Press, 2006.

COHN, Gabriel. *Theodor W. Adorno: sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. A revolução burguesa no Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete nos trópicos, 1. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 393-412.

COMBLIN, José. *Antropologia Cristã*. Petrópolis, Vozes, 1985.

_____. *O neoliberalismo - ideologia dominante na virada do século*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONRADO, Flávio C. dos Santos. *Cidadãos do reino de Deus: um estudo da “Folha Universal” nas eleições de 1998*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

CORTEN, André. *Os pobres e o Espírito Santo*. O Pentecostalismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1996.

CUNHA, Christina Vital da. *Religião e Espaço Público: eleições de 2006 no Estado do Rio de Janeiro*. In ISER, Instituto de Estudos da Religião. Disponível em: <http://www.iser.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> Acessado em outubro de 2006.

D’EPINAY, Christian Lalive. *O Refúgio das Massas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

DIAP (org). *Quem foi quem na constituinte nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Quem foi quem nas reformas constitucionais*. Brasília: DIAP, 1998.

_____. *Quem foi quem nas matérias de interesse dos assalariados: 1999-2003*. Brasília: DIAP, 2002.

DROOGERS, André. *Globalization and pentecostal success*. 1998. Disponível em: <http://www.casnws.scw.vu.nl/publications/droogers-globpent.html> Acesso em: 03.11.2002.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

ESCOBAR, Samuel. *Beyond Liberation Theology: Evangelical Missiology in Latin America*. International Bulletin of Missionary Research, n. 6, julho de 1982, p. 108 – 115. Disponível em: <http://www.missionreview.com/index.php?loc=kb&view=v&id=16830&fby=Samuel%20Escobar&> Acesso em julho de 2006.

_____. *Desafios da Igreja na América Latina: história, estratégia e teologia das missões*. Viçosa: Ultimato, 1998.

ESPINOSA, Baruch de. *Tratado teológico-político*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FALCÃO, D. Manoel Franco. *Enciclopédia católica popular*. Lisboa: Paulinas, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª edição. 2v. Porto Alegre: Globo, 1979.

FERNANDES, Florestan. *Revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Rubem César. *Pouco padre, pouca missa e muita festa*. Brasil em Foco, Arte e Cultura. Portal do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/incent/apresent/index.htm> Acesso em setembro de 2006.

FERREIRA, Bernardo. *O Risco do Político: crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. Schmitt, representação e forma política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 61. São Paulo: CEDEC, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 2004b.

FERREIRA, Franklin e MYATT, Alan. *Teologia Sistemática - uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual*. São Paulo: Vida Nova, 2007, pg. 946-951.

FIGUEIREDO FILHO, Valdemar. *Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002, 125p.

_____. *Retórica política do Jornal Folha Universal*. Achegas.net Revista de Ciência Política, n. 15, janeiro/fevereiro de 2004. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/quinze/valdemar_filho_15.htm Acessado em setembro de 2006.

_____. *Os três poderes das redes de comunicação evangélicas: simbólico, econômico e político*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FONSECA, Alexandre Brasil. Fé na tela: características e ênfase de duas estratégias evangélicas na televisão. *Revista Religião e Sociedade*, vol. 23, n. 2. Rio de Janeiro: ISER, Instituto de Estudos da Religião, 2003a.

_____. Igreja Universal: um império midiático. In: ORO; Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (orgs.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003b, p. 259-280.

_____. *Em Busca do Poder*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, Caderno Política, 6 de março de 2006.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituição ao impeachment*. Tese (Doutorado). 1993. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

_____. Os Trabalhadores e os evangélicos. *Revista T&D – teoria e debate*. Opinião. N. 25. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, julho, agosto e setembro de 1994.

_____. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (org.). *Nem Anjos Nem Demônios: interpretações sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Pentecostalism in Latin America. In *Social Compass*. Louvain: Groupe de Sciences Sociales des Religions, vol.45, nº 3, 1998.

_____. Protestantismo e Democracia no Brasil. *Des Protestantismes – em lusophonie catholique* Paris: Lusotopie, 1999.

GALBRAITH, John Kennedy. *Anatomia do poder*. Trad. Hilário Torloni. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

GAY, Craig. *With liberty and justice for whom? The recent evangelical debate over capitalism*. Boston: Boston University, 1991.

GUIMARÃES, Robson Franco. Os últimos dias: os pentecostais e o imaginário do fim dos tempos. *REVER, Revista de Estudos da Religião*, n. 1. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005.

HANKO, Rev. Ronald. Pós-milenismo. Tradução Felipe Sabino de Araújo Neto. *Theological Bulletin*, vol. 7, n° 25, 2008. Disponível em: http://www.monergismo.com/textos/amilenismo/posmilenismo_hanko.pdf. Acessado em: 13.5.2009.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna* – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2001.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã, ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. De João P. Monteiro e M^a Beatriz N. da Silva. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores, 1997.

HOBBS, Eric. *A Era das Revoluções: Europa – 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOLLAND, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUDSON, Winthrop. *Religion in America*. New York: C. Scribner's sons, 1981.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo brasileiro 1991*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default.shtm>. Acesso em setembro de 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Características Gerais da População. Classificação das Religiões, 1991 e 2000*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf. Acesso em setembro de 2006.

_____. *Censo Demográfico 2000. Resultados do Universo*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf. Acesso em: setembro de 2006.

IURD, *Igreja Universal do Reino de Deus*. Disponível em: <http://www.igrejauniversal.org.br/> Acesso em setembro de 2006.

JACOB, César Romero, HEES et al. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/ São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. *Religião e sociedade em capitais brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ São Paulo: Edições Loyola, 2006.

JOHNSTONE, Patrick e MANDRYK, Jason. *Intercessão mundial*. Belo Horizonte: Missão Horizontes, 2003.

KEPEL, Gilles. *A revanche de Deus: cristãos, judeus e muçulmanos na reconquista do mundo*. São Paulo: Siciliano, 1991.

LA POMBARA, J. e WEINER, M. *The origin and development*. New Jersey: Princeton, 1966.

LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LEHMANN, Carla. Mapa de la religiosidad: ¿ Cuán religiosos somos los chilenos? *Estudios Públicos*, 2002, 85, p. 21-40.

LIMA, Venício A. de. *Comunicación y política en America Latina*. 1a. ed. Edição do Autor: , 1993.

_____. *Mídia, crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *O coronelismo eletrônico evangélico*. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/religion/rev.htm> Acesso em 05.05.2009.

LÖWY, Michael. O capitalismo como religião: Walter Benjamin e Max Weber. In: JINKINGS, Ivana et al. (orgs.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MACEDO JR., Ronaldo Porto. *Carl Schmitt e a Fundamentação do Direito*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

MACHADO, Ida Lúcia. Análise do discurso e seus múltiplos sujeitos. In: MACHADO, Ida Lúcia; CRUZ, Amadeu Roselli; LYSARDO-DIAS, Dylia (orgs.). *Teorias e práticas discursivas: estudos em análise de discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso FALE – UFMG, Carol Borges Editora, 1998, p. 111-120.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria da análise do discurso: a semiolinguística. In: MARI, HUGO; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Análise do Discurso, 2001, p. 39-62.

MACHADO, Ida Lúcia; MARI, Hugo; MELLO, Renato de (orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Análise do Discurso, 2001, p. 39-62.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

_____. Igreja universal: uma organização providência. In: ORO, A. P.; Corten, A.; Dozon, J. P. (org). *Igreja Universal do reino de Deus – os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 303-320.

_____. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MALANGA, E. B. *Uma leitura latino-americana da Bíblia Hebraica*. Vértices. São Paulo: , v.2, p.111 - 125, 2000.

_____. *A Bíblia Hebraica como obra aberta: uma proposta interdisciplinar para uma semiologia bíblica*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARIANO, Ricardo. “Neopentecostalismo”: os pentecostais estão mudando. 1995. 250 p. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP.

_____. Os pentecostais e a Teologia da Prosperidade. *Revista Novos Estudos*, n. 44. São Paulo: CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1996.

_____. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. O Futuro Não Será Protestante. Asociación de Cientistas Sociales de la Religion em el Mercosur. *Revista Ciências Sociais e Religião*, n. 1. VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas em Latinoamérica. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/religion/rev.htm> Acesso em agosto de 2006.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Revista Estudos Avançados*, vol. 18, ano 52. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2004.

_____. Pentecostais e política no Brasil. *ComCiência*. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, n. 65. São Paulo, maio de 2005. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13.shtml> Acesso em junho de 2006.

MARIZ, Cecília Loreto. Religião e pobreza: uma comparação entre Pentecostais e Cebs. *Comunicação do ISER*, vol. 7, n. 30. Rio de Janeiro: ISER, Instituto de Estudos da Religião, 1988.

MELANDER, Veronica. Os limites da categoria “fundamentalismo” para o estudo de religião e política na Guatemala. *Ciências Sociais e Religião*, ano 2, nº 2. Porto Alegre, set. 2000, p. 87-118.

MELLO, Renato de. Intersubjetividade e enunciação. In: MARI, HUGO; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Análise do Discurso, 2001, p. 227-238.

MATTÉI, J. F. *A barbárie interior: ensaios sobre o i-mundo moderno*. São Paulo: UNESP, 2002.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A Experiência da Igreja e a Institucionalização da Religião. *Revista Estudos Avançados*, vol. 18, n. 52. São Paulo: USP, 2004.

MESSEMBERG, Débora. *O “Alto” e o “Baixo Clero” do Parlamento brasileiro..* Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu de 26 a 30 de outubro de 2009. Disponível em: <http://sec.adevento.com.br/anpocs/inscricao/resumos/0001/TC1945-1.pdf>. Acessado em: 03.12.2009.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. Brasília: Edunb, 1984.

MIRANDA, Júlia. Nós, vocês e eles: os desafios de uma convivência (in) desejada. In: BURITY, Joanildo A. & MACHADO, Maria das Dores C.(orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos – CEBRAP*, mar 2006, nº 74, p. 47-65.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. *Revista Brasileira de Educação*, n. 18. Rio de Janeiro: ANPED, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, set/out/nov/dez de 2001.

MOSCA, Gaetano *The ruling class*. New York: McGraw Hill, 1939.

NEHER, André. *L'essence du prophétisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O diabo no imaginário cristão*. Bauru; Edusc, 2000.

NORTH, Gary. *Liberating planet earth*. An introduction to Biblical Blueprints. Texas: dominum Press, 1987.

NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Secr Mun Cult, 1992.

NOVAES, Regina. Pentecostalismo, política, mídia e favela. In: VALLA, Victor V. (Org.). *Religião e Cultura Popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. *Seleções CEBRAP 1*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 6-78.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 55-81.

_____. O ornitorrinco. In: _____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003a.

_____. *Dêem-me Ademir e eu darei o campeonato*. Ciclos de Seminários 2003 – Brasil em Desenvolvimento, UFRJ, 2003b.

_____. O Momento Lênin. *Novos estudos - CEBRAP*, jul 2006, n.º.75, p.23-47.

_____. Das invenções à indeterminação; política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 36, mar, n. 141, p. 131-141, 1976.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORO, Ari Pedro. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Para onde seguem os caminhos da fé. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre. Caderno Especial n. 27. Edição Especial dos 100 Anos do Brasil, 27 abr. 2000.

_____. A Política da Igreja Universal e seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n. 53, 2003a.

_____. “neopentecostalismo”: Dinheiro e Magia. *Anuário de Antropologia Social y Cultural En Uruguay 2002/2003*. Montevideo, 2003b.

ORO; Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (orgs.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.

PARSONS; Talcot. *Sociological theory and modern society*. Londres: Collier Macmillan, 1967.

PESSOA, Enock da Silva. *O discurso evangélico como expressão de cidadania*. Tese (Doutorado) 2003. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte. In: ANPOCS. (Org.). *Ciências Sociais hoje*, 1989. São Paulo: Vértice, 1989, v., p. 104-132.

_____. Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em sociologia da religião. *Revista Novos Estudos*, n. 49. São Paulo: CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, novembro de 1997.

_____. *Ciladas da diferença*. São Paulo: 34, 2000a.

_____. O futuro da religião. *Caderno Mais! Jornal Folha de São Paulo*, v. 46, n. 4, 31 de dezembro de 2000b, p. 20-21.

_____. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: 34, 2003.

_____. Bye bye, Brasil? - o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Revista Estudos Avançados*, vol. 18, n. 52. São Paulo: Universidade de São Paulo, dezembro de 2004.

_____. Religiosidade à brasileira. Cadernos SBPC, 2005. Conferência. Anais da 57ª Reunião do SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Fortaleza, 17 a 22 de julho de 2005.

_____. Religião como solvente – uma aula. *Revista Novos Estudos*, nº 75. São Paulo: CEBRAP, julho de 2006.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Criacionismo e fundamentalismo*. O que é fundamentalismo? Disponível em: <http://www.comciencia.br/200407/reportagens/12.shtml>. Acesso em 02.09.2007. Acessado em 10.11.2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

PRANDI, Reginaldo. Perto da magia, longe da política – derivação do encantamento no mundo desencantado. *Novos Estudos do CEBRAP*, nº. 34, novembro de 1992.

RIVERA, Paulo Barrera. *Tradição, transmissão e emoção religiosa*. Sociologia do protestantismo contemporâneo na América Latina. São Paulo: Olho D'Água, 2001.

RODRIGUES, Carla. In No Mínimo. Entrevista. Voto sob controle da fé. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2006. Disponível em: <http://nominimo.ibest.com.br/notitia/servlet/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=31> Acessado em outubro de 2006.

RODRIGUES, Carlos. Homens de Deus na política. In: *Igreja Universal do Reino de Deus*. Disponível em: <http://www.igrejauniversal.org.br/ler.asp?cod=25>. Acesso em: 06.11. 2002.

ROMEIRO, Paulo. *Evangélicos em crise: decadência doutrinária na Igreja Brasileira*. São Paulo: Mundo Cristão, 1995.

_____.
 ROLIM, Francisco C. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*. Rio de Janeiro, Vozes, , 1985.

SÁ, Fátima e BRISOLLA, Fabio. O Candidato de Edir Macedo. *Revista Veja Rio*. São Paulo: Abril Cultural, 25 de setembro de 2002.

SANCHIS, Pierre. O Campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro & STEIL, Carlos Alberto (orgs). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Brasil contemporâneo: estado de exceção? In: OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTA ANA, Júlio de. A prática da autoridade nas igrejas evangélicas. *Revista de Cultura Vozes*, n. 1. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. Igreja e seita: reflexões sobre este antigo debate. *Revista Estudos da Religião*, vol. 8. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, outubro de 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1984.

SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. São Paulo: Del Rey, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os “cadernos do nosso tempo”*. Brasília: Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, p.32-38.

_____. Atualidade de Raymundo Faoro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, nº 2, 2003, p. 207-213.

_____. *A questão da ética na política* (ou, o que havia de errado com a UDN?). 2008. (mimeo). Disponível em:

<http://www.schwartzman.org.br/simon/etica.pdf>. Acessado em: 2.05.2009.

SEMAN, Pablo A. Igreja Universal do Reino de Deus: um ator e suas costuras na sociedade brasileira contemporânea. *Debates do NER – Religião e Eleições 2000*. Porto Alegre, v.2, nº 3, 2001, p. 87-97

SILVA, Leonardo Mello e. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fev 2005, vol.20, nº. 57, p.177-180.

SILVA, Maurício Ferreira da. *Quem me elegeu foi o rádio: os comunicadores sociais na Assembléia Legislativa de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

SIQUEIRA, Deis. Religiosidade Contemporânea Brasileira: estilo de vida e reflexibilidade. *Revista Sociedade e Cultura*, vol. 9, n. 1. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, janeiro/junho de 2006.

SODRÉ, Muniz de Araújo Cabral. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Etiane Caloy Bovkalovski de & MAGALHÃES, Marionilde Dias B. Os Pentecostais: entre a fé e a política. *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n. 43. São Paulo, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. Os donos do poder. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete nos trópicos, 1. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001, 335-355.

STOLL, David. *Is Latin America turning protestant? the politics of evangelical growth*. University of California Press, Berkeley, 1990.

STORNIOLO, Ivo. *O livro dos juízes; aprendendo a ler a história*. São Paulo: Paulinas, 1992.

TAVORALO, Douglas. *O bispo: a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social – notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Revista Tempo Social*, v.2 (1), 1º semestre. São Paulo: USP, 1990. p. 23-48.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.tre-rj.gov.br/> Acesso 10. 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/index.html> Acesso 10. 2006.

VALLE, R.; SARTI, I. O risco de comparações apressadas. In: ANTONIAZZI, A et al. *Nem anjos nem demônios – interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 7-13.

VIGNAUX, Paul. *Filosofia na Idade Média*. Lisboa: Presença, 1993.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ª ed. São Paulo: LTC, 2002.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WEISSHEIMER, Marco A. *A academia abomina a condição intelectual?* Idéias. Disponível em: <http://www.agenciartamaior.uol.com.br> .Acesso em: 31.08.2005.

WILLEMS, Emilio. *Followers of the new faith culture change and rise of protestantism in Brasil and Chile*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1967.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)